

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

TESE DE DOUTORADO

A CIDADE JARDIM E SEUS ESPELHOS: PAISAGENS E SUAS
GEOGRAFIAS

CLÁUDIA LUÍSA ZEFERINO PIRES

ORIENTADORA

Profa. Dra. DIRCE MARIA ANTUNES SUERTEGARAY

PORTO ALEGRE, 28 MAIO DE 2010
UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

A CIDADE JARDIM E SEUS ESPELHOS: PAISAGENS E SUAS
GEOGRAFIAS

CLÁUDIA LUÍSA ZEFERINO PIRES

Orientadora: Profa. Dra Dirce Maria Antunes Suertegaray

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Álvaro Luiz Heidrich (POSGea/IG/UFRGS)

Prof. Dr. Nelson Rego (POSGea/IG/UFRGS)

**Prof. Dra. Salete Kozel Teixeira (Programa de Pós-Graduação em
Geografia/UFPR)**

**Prof. Dr. Sylvio Fausto Gil Filho (Programa de Pós-Graduação em
Geografia/UFPR)**

**Tese apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia como
requisito para obtenção do título de
Doutora em Geografia**

PORTO ALEGRE, 28 MAIO DE 2010

Pires, Cláudia Luísa Zeferino

A Cidade Jardim e seus espelhos: paisagens e suas geografias./ Cláudia Luísa Zeferino Pires. – Porto Alegre : UFRGS/PPGEA, 2010.

[224 f.] il.

Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Geociências. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Porto Alegre, RS - BR, 2010.

Orientador: Profa. Dra Dirce Maria Antunes Suertegaray

1. Geografia. 2. Paisagem. 3. Espaço Geográfico. 4. Cidade Jardim. 5. Complexidade. I. Título.

Catálogo na Publicação
Biblioteca do Instituto de Geociências - UFRGS
Renata Cristina Grun CRB 10/1113

AGRADECIMENTOS

Ao concluir esta tese, percebo o quanto familiares e amigos contribuíram para que este momento fosse concretizado. Esta caminhada, tão importante na minha vida profissional e pessoal, não foi muito rápida, mas certamente minha família teve papel crucial, pois me impulsionaram com muita força para esta realização. Por isso, dedico a vocês, aos amores de minha vida: meus pais João e Lenir pelo apoio incondicional e sábias lições de vida; ao meu irmão Júnior pelo apoio logístico, principalmente, na reta final e a minha irmã Carolina pelas sugestões generosas e contribuições valiosas que certamente qualificaram esta tese na produção textual; a minha filha Sofia que trouxe luz para minha vida e o significado do amor incondicional; ao meu marido Carlos, pelo amor inestimável, pela compreensão de minha ausência, apoio técnico e pelas alegrias do dia-a-dia e, que sem essas cumplicidades e carinho, teria sido mais difícil; à outra parte da família, Marta e Valdir que generosamente, também, apoiaram para este momento; ao meu querido amigo Benhur pela valiosa amizade, companheirismo e parceria e à amiga Heloísa pela convivência e companheirismo na longa caminhada de trabalho na Ulbra.

Esta tese representa uma etapa e o resultado de um processo de construção que dependeu de uma união e de um conjunto de conhecimentos, saberes, práticas, mas acima de tudo de afetos e amizades. Dessa forma, dedico algumas palavras àqueles que dela fizeram parte:

À Dirce Suertegaray, na qualidade de amiga e professora orientadora desta tese, que me acompanhou por toda minha trajetória acadêmica, desde a graduação até o doutoramento. Suas valiosas sugestões impulsionaram minhas dúvidas e inquietudes. Agradeço, sobretudo, pela amizade, pelo apoio e pela confiança dispensada.

Aos meus queridos amigos e sempre mestres, Nelson Rego, Álvaro Heidrich, Roberto Verdum, Nelson Grüber, Paulo Soares e a saudosa Vanda Ueda pelas sugestões, incentivos, parcerias e amizades;

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul e ao Programa de Pós-Graduação em Geografia que proporcionou uma oportunidade ímpar para minha formação e qualificação acadêmica

Aos meus colegas do Curso de Geografia da Ulbra, Rafael e Dakir que acompanharam esta caminhada.

À Universidade Luterana do Brasil que acreditou na minha qualificação profissional e dispensou apoio estrutural através de seus programas de pesquisas e de iniciação científica.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Rio Grande do Sul (FAPERGS) pelo apoio ao projeto desta tese através da concessão de bolsas de iniciação científica.

Aos meus queridos amigos e alunos Arilson Volken, Cléo Cunha Antônio, Douglas Santana Schaefer, Vanessa de Figueiredo, Adair José de Moura, Emily Mary Carvalho Walsh e Eduardo Lorini Carneiro pela indescritível participação na pesquisa, pelo interessado movimento de formação de um grupo de pesquisa no curso de Geografia da Ulbra, pelo afeto inestimável que tenho por vocês que se traduziu em estímulos e em parcerias, pelas cúmplices conversas que se materializaram através de saberes e do aprender-fazer na universidade.

A todos, deixo essa mensagem que traduz meu sentimento à colaboração dada para a construção desta tese:

*Um galo sozinho não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.
De um que apanhe esse grito que ele
e o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito de um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.
E se encorpando em tela, entre todos,
se erguendo tenda, onde entrem todos,
se entretendendo para todos, no toldo
(a manhã) que plana livre de armação.
A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
que, tecido, se eleva por si: luz balão.
João Cabral de Melo Neto. Tecendo o Amanhã*

RESUMO

O estudo desta tese, objetiva analisar a dinâmica espacial através da paisagem como perspectiva teórico-metodológica segundo dimensões objetivas (materialização de formas) e subjetivas (relação do sujeito com o mundo). Para tanto, o foco dessa análise é a Cidade Jardim - Macrozona de Planejamento do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre. A escolha da Cidade Jardim tem como referência o significado da paisagem, cuja apropriação conceitual perpassa pelas ações simbólicas e concretas a partir de uma ideologia estética e de uma estratégia de organização espacial da zona sul de Porto Alegre. A análise da configuração territorial do espaço da Cidade Jardim dá-se a partir de diferentes leituras do espaço onde a paisagem, como um texto, estrutura-se em sistema de signos na qual outros sistemas (político, econômico, social, cultural) são transmitidos, reproduzidos, experimentados e explorados. A estrutura desta tese compreende a seguinte metodologia de análise: 1^a) análise do discurso do *outsider* que corresponde ao tratamento objetivado da paisagem a partir de sua trajetória conceitual na ciência geográfica, onde, a partir do distanciamento, verificam-se as paisagens produzidas e como elas se apresentam de forma inevitável para aqueles que habitam nela; 2^a) análise do discurso do *insider* que examinou os relatos dos moradores e frequentadores locais sobre a natureza da paisagem, como ela lhes parece, que importância eles atribuem à paisagem e de que maneira suas leituras podem contribuir para a política de gestão territorial; 3^a) o cruzamento das leituras do *outsider* e do *insider*, numa perspectiva dialógica, que auxiliou na desfamiliarização da relação entre paisagens, ideologias e práticas políticas ou sociais. Nessa perspectiva, observou-se o quanto o caminho investigativo da ciência geográfica pode contribuir para o pensamento complexo da gestão da cidade e na implementação de políticas públicas mais solidárias, tendo em vista que além do tratamento descritivo, quantitativo e dialético, as análises interpretativas, a partir das narrativas dos sujeitos e espaços sociais, constroem os significados simbólicos de suas paisagens, indicando a forma como percebem (-se) (n)o mundo.

Palavras-Chaves: Paisagem, Espaço Geográfico, Cidade Jardim, Complexidade

ABSTRACT

This study aims to analyze the spatial dynamics through the landscape as a theoretical-methodological perspective, according to objective dimensions (materialization of forms) and subjective ones (individual and his relation with the world). In order to do that, the focus of this analyses is Cidade Jardim – Macrozone of the “Planejamento do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre” – Planning of chief Urban and Environmental Development of the City of Porto Alegre. Cidade Jardim was chosen due to the fact that it is a reference regarding the meaning of the landscape, which its conceptual appropriation is intertwined with the symbolic and concrete actions from an aesthetic ideology and of a special organization strategy of the south zone of Porto Alegre. The analyses of the territorial configuration of Cidade Jardim`s space takes place through different readings of this very space where the landscape, as a text, structures itself in a system of signs in which other systems (political, economic, social, cultural) are transmitted, reproduced, experimented and explored. The structure of this thesis is the following: 1) the outsider`s discourse analyses, which corresponds to the objective treatment of the landscape from its conceptual trajectory in geographical science, where, through distancing, it is possible to verify produced landscapes and how they present themselves inevitably to the ones who reside in it; 2) insider`s discourse analyses, that examines the residents` and habitués` reports about the nature of the landscape, how it seems to them, the importance they attribute to the landscape and how their reading can contribute to the policies of land management; 3) the crossing of the readings from the outsider and the insider, dialogically, which has aided in the de-familiarization of the relations among landscape, ideologies and social or political practices. Through this perspective, it was observed how much the investigational path of geographical science can contribute to the complex thought in city management and in the implementation of more solidary public policies, since, besides the descriptive, quantitative and dialectic treatment, the interpretive analyses, from the narratives of the subjects and social spaces, construct the symbolic meanings of their landscapes, indicating how they perceive (themselves) (in) the world.

Keywords: Landscape, Geographical space, Cidade Jardim, Complexity

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização da Área de Estudo – Cidade Jardim – no município de Porto Alegre – 2008.....	17
Figura 2: Jan Van Eyck. A Virgem do Chanceler Rolin (1433-34).....	25
Figura 3: Carta da Província de Perúgia (Itália, 1592-1596).....	27
Figura 4: Carta da Ilha de Malta, 1565.....	28
Figura 5: Vista de Genova retratada na pintura no ano de 1632. Apresenta como a cidade se integra com a topografia local e sua organização urbana.....	29
Figura 6: Claude Lorrain. A Paisagem com Pastores, 1645-46.....	30
Figura 7: Claude Lorrain. Paisagem com Aeneas em Delos, 1672.....	31
Figura 8: A Condição Humana – René Magritte (1933).....	48
Figura 9: La Clef des Champs – René Magritte.....	48
Figura 10: Fotografia – Ernst Haas, 1951.....	49
Figura 11: Le paysage isolé – René Magritte, 1928.....	49
Figura 12: Le Blanc-Seing (Carta Branca) - René Magritte, 1965.....	50
Figura 13: Representação Conceitual da Percepção da Paisagem.....	63
Figura 14: Cidade Jardim e seu Entorno Rural – Século XIX.....	80
Figura 15: Distrito e Centro da Cidade Jardim – Século XIX.....	81
Figura 16: Plano de Letchworth e Welwin.....	83
Figura 17: Plano de Letchworth – Inglaterra – 1949.....	84
Figura 18: Vista panorâmica de Letchworth.....	84
Figura 19: Letchworth – Imagem de uma rua residencial.....	85
Figura 20: Conjunto Residencial de Letchworth.....	86
Figura 21: Conjunto Residencial no Bairro Ipanema/Cidade Jardim: 2008.....	86
Figura 22: Cidade Jardim Laranjeiras – Rio de Janeiro.....	87
Figura 23: Cidade Jardim –Goiania, 1933.....	88
Figura 24: Jardim América – São Paulo.....	89
Figura 25: Distribuição das Macrozonas de Planejamento de Porto Alegre.....	96
Figura 26: Divisão Política dos bairros	99
Figura 27: Cidade Jardim: Organização Territorial e Estratégias de Planejamento.....	102
Figura 28: Diretrizes e Organização Territorial da Cidade Jardim.....	106
Figura 29: Divulgação imobiliária da paisagem em material publicitário.....	107
Figura 30: Cidade Jardim: Condição de Rendimentos dos Responsáveis pelos Domicílios.....	114
Figura 31: Cidade Jardim: Condição de Escolaridade dos Responsáveis pelos Domicílios.....	115
Figura 32: Contrastes Espaciais.....	116
Figura 33: Expressão Fenomênica do Espaço: Paisagens da Cidade Jardim.....	119
Figura 34: Vista Aérea do Morro do Osso.	121
Figura 35: Vista Aérea da Ponta dos Cachimbos.....	121
Figura 36: Vista aérea do Morro do Sabiá com remanescentes de mata nativa junto ao Lago Guaíba.	122
Figura 37: Vista Parcial da Vila Monte Cristo junto a avenida Cavalhada.....	124
Figura 38: Vista Parcial Bairro Serraria.....	124
Figura 39: Vista Aérea da Vila dos Sargentos.....	125
Figura 40: Vista Aérea do Conjunto Habitacional Loteamento Cavalhada.....	126

Figura 41: Vista Aérea do Conjunto Habitacional da Cavahada (COHAB).....	126
Figura 42: Vista Aérea do Bairro Ipanema.....	127
Figura 43: Vista parcial do bairro Guarujá.....	128
Figura 44: Vista Aérea das atividades rurais presentes no bairro Vila Nova.....	129
Figura 45: Vista parcial de uma propriedade rural da Vila Nova na Cidade Jardim.....	129
Figura 46: Vista, ao fundo, do bairro Vila Nova, observando-se a expansão residencial na paisagem multifuncional.....	130
Figura 47: Paisagem característica de arruamentos da Vila Conceição.....	131
Figura 48: Vista parcial do bairro Tristeza onde apresenta diversos conjuntos condominiais.....	132
Figura 49: Vista Aérea da Vila Assunção.....	133
Figura 50: Vista Aérea da Vila Conceição.....	133
Figura 51: Vista Parcial do Morro do Osso.....	134
Figura 52: Vista da Vila Assunção e da Orla do Guaíba.....	134
Figura 53: Calçada de Ipanema.....	136
Figura 54: Vista Aérea da Orla do Guaíba no bairro de Ipanema.....	136
Figura 55: Vista Aérea do Clube Jangadeiros.....	137
Figura 56: Condomínio fechado de Ipanema onde se verifica a privatização da orla do Lago Guaíba.....	137
Figura 57: Avenida Monte Cristo.....	138
Figura 58: Avenida Juca Batista.	139
Figura 59: Avenida Otto Niemeyer.....	139
Figura 60: Avenida Wenceslau Escobar.....	140
Figura 61: Representação da autopercepção e alterpercepção da paisagem na Cidade Jardim: do lugar ao além-lugar.....	147
Figura 62: Representação da autopercepção e alterpercepção da paisagem na Cidade Jardim: do além-lugar ao lugar.....	148
Figura 63: Vista de condomínio fechado com a utilização de arames farpados.....	150
Figura 64: Comemoração da abertura da Avenida Otto Niemeyer em 1911.....	151
Figura 65: Estação Ferroviária na Tristeza de 1900 a 1932.....	155
Figura 66: Antigo prédio da Brigada Militar onde abriga a Delegacia no bairro Tristeza.....	156
Figura 67: Vista Parcial da Avenida Wenceslau Escobar no bairro Tristeza.....	156
Figura 68: Vista da loja do Mac Donald´s junto a avenida Wenceslau Escobar.....	157
Figura 69: Vista parcial da praça da Tristeza junto à avenida Wenceslau Escobar.....	157
Figura 70: Vista frontal do shopping Jardim Verde junto a avenida Eduardo Prado.....	158
Figura 71: Vista frontal shopping Jardim do Sol junto a avenida Cavahada.....	159
Figura 72: Vista do bairro Cavahada a partir do bairro Vila Nova.	162
Figura 73: Travessa Escobar, localizada nas proximidades da avenida Otto Niemeyer.....	162
Figura 74: Marcos referenciais de Ipanema – Santuário de Nossa Senhora de Aparecida.....	164
Figura 75: Marcos referenciais de Ipanema – Praça Senador Alberto Pasqualini.....	164
Figura 76: Vista parcial do bairro Guarujá.....	166
Figura 77 : Composição de imagens que tratam de marcos históricos da Vila Nova....	171
Figura 78: Representação da paisagem do Loteamento Cavahada.....	173
Figura 79: Vista do Loteamento Cavahada a partir da Avenida Cavahada.....	175
Figura 80: Vista do Condomínio <i>Village Center Zona Sul</i> a partir da Avenida	

Cavallhada a partir da rua principal do Loteamento Cavallhada.	175
Figura 81: Vista aérea do bairro Cavallhada.....	175
Figura 82: Escola Municipal de Ensino Fundamental Monte Cristo.....	182
Figura 83: Vista parcial do lado oeste da Vila dos Sargentos.....	188
Figura 84: Vista da denominada “Pedra da Vovó”	188
Figura 85: Vista do Calçadão de Ipanema.	189
Figura 86: Campo Conceitual da Paisagem na Cidade Jardim.....	199

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: A arte dos jardins e da pintura na Idade Média.....	25
Quadro 2: Roteiro de entrevista aberta aplicada ao técnico da gestão pública municipal.....	65
Quadro 3: Roteiro de Entrevista Espontânea e Semi-Aberta.....	72
Quadro 4: Entrevista Estimulada.....	73
Quadro 5: Roteiro de entrevista aberta aplicada à lideranças comunitárias.....	73
Quadro 6: Apresentação da forma de organização dos dados coletados das entrevistas.....	75
Quadro 7: Representa a compilação qualitativa das falas dos entrevistados.....	76

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Composição etária da Cidade Jardim.....	112
Gráfico 2: Rendimentos por Gênero.....	113
Gráfico 3: Palavras que Identificam a Paisagem de Acumulação: Vila Assunção, Conceição, Pedra Redonda, Cavallhada.....	150
Gráfico 4: Palavras que identificam a paisagem multifuncional: Camaquã, Guarujá, Espírito Santo, Hípica, partes dos bairros Cavallhada, Tristeza, Ipanema, Serraria.....	167
Gráfico 5: Palavras que identificam a paisagem multifuncional: Vila Nova e Campo Novo.....	169
Gráfico 6: Palavras que identificam a paisagem da injustiça ambiental: Loteamento Cavallhada.....	178
Gráfico 7: Palavras que identificam a paisagem da injustiça ambiental - COHAB Cavallhada.....	181

Gráfico 8: Palavras que identificam a paisagem da injustiça ambiental - Vila Monte Cristo.....	183
Gráfico 9: Palavras que identificam a paisagem da injustiça ambiental – Vila Sargentos.....	184
Gráfico 10: Palavras que identificam a paisagem liminar – Orla do Guaíba.....	189

LISTA DE ANEXOS.....219

- Anexo 1:** Imagem do Satélite Quick Bird
- Anexo 2:** Domicílios particulares permanentes sem destino adequado ao lixo
- Anexo 3:** Domicílios particulares permanentes com coleta de lixo
- Anexo 4:** Domicílios particulares permanentes sem banheiro ou sanitário
- Anexo 5:** Domicílios particulares permanentes com banheiro ou sanitário

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	14
1. PAISAGEM, PAISAGENS E SUAS GEOGRAFIAS.....	23
1.1. Espaço geográfico e paisagem: <i>unitas multiplex</i>	37
1.2. Geografia e paisagem: uma hermenêutica do espaço.....	43
1.3. Entre o lugar e o além-lugar: a paisagem e suas representações.....	60
1.4. Decifrando o espaço através da paisagem: estratégias metodológicas.....	64
2. CIDADE JARDIM: DOS ESPAÇOS-TEMPOS LENTOS AOS ESPAÇOS-TEMPOS ACELERADOS.....	79
2.1. O nascimento de uma utopia.....	79
2.2. A Cidade Jardim de Porto Alegre como macrozona de planejamento urbano.....	91
3. A CIDADE JARDIM E SUAS DIFERENTES PAISAGENS: UMA LEITURA FENOMÊNICA.....	109
3.1. Expressão fenomênica da Cidade Jardim.....	117
3.1.1. Paisagem residual.....	120
3.1.2. Paisagem da injustiça ambiental.....	122
3.1.3. Paisagem multifuncional.....	127
3.1.4. Paisagem da acumulação.....	130
3.1.5. Paisagem liminar.....	135
3.1.6. Paisagem intersticial	138
4. ENTRE O LUGAR E O ALÉM-LUGAR: LEITURAS DA PAISAGEM DESVELANDO O ESPAÇO DA CIDADE JARDIM.....	141
4.1. Representações da paisagem na Cidade Jardim: autopercepção e alterpercepção.....	143
4.1.1. O lugar e o além-lugar na paisagem da acumulação.....	149
4.1.2. O lugar e o além-lugar na paisagem intersticial.....	155
4.1.3. O lugar e o além-lugar na paisagem multifuncional.....	159
4.1.4. O lugar e o além-lugar na paisagem da injustiça ambiental.....	172
4.1.5. O lugar e o além-lugar na paisagem liminar.....	188
5. O CAMINHO DA COMPLEXIDADE COMO POSSIBILIDADE DIALÓGICA PARA TECER UMA CIDADE MAIS SOLIDÁRIA.....	195
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	204
7. BIBLIOGRAFIA.....	211

Houve um tempo em que minha janela se abria sobre uma cidade que parecia ser feita de giz. Perto da janela havia um pequeno jardim quase seco. Era uma época de estiagem, de terra esfarelada, e o jardim parecia morto. (...)

Às vezes abro a janela e encontro o jasmineiro em flor. Outras vezes encontro nuvens espessas. Avisto crianças que vão para a escola. Pardais que pulam pelo muro. (...) Tudo está certo, no seu lugar, cumprindo o seu destino. E eu me sinto completamente feliz.

Mas, quando falo dessas pequenas felicidades certas, que estão diante de cada janela, uns dizem que essas coisas não existem, outros que só existem diante das minhas janelas, e outros, finalmente, que é preciso aprender a olhar, para poder vê-las assim.

Cecília Meireles

INTRODUÇÃO

Esta tese propõe uma análise geográfica da Macrozona de Planejamento Urbano denominada Cidade Jardim no município de Porto Alegre através da paisagem. Conforme o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (PDDUA), esta área reúne uma dinâmica espacial complexa que se revela pelas diferentes paisagens. Para os gestores da cidade, estas paisagens apresentam-se de forma organizada, possuindo espaços com determinadas predominâncias associadas a elementos naturais, sociais, culturais, caracterizando uma dimensão estética materializada pela apropriação espacial. Para a realização do estudo desta tese, levantaram-se dois questionamentos:

- 1) Qual a significação da paisagem e como ocorre essa significação?
- 2) Como o estudo da paisagem pode contribuir para a compreensão do espaço urbano?

Paisagem, genericamente, significa uma porção do espaço com determinada extensão abarcada pelo campo da visão do observador. Nos estudos geográficos, duas variáveis são importantes para o seu entendimento: espaço e tempo. Como seu registro depende da percepção do observador, contudo, suas definições, também, podem ser determinadas pela oralidade, pela escrita, pelo desenho ou pintura, tornando sua representação polissêmica. A ciência geográfica, ao se preocupar com aspectos formais e tradicionais do conhecimento positivo, fez acreditar numa paisagem com forte significado natural. Seu valor estético tornou-se paradigma e referência nos trabalhos da Geografia, das artes e de planejadores urbanos. Assim, elementos visíveis que pertencem à natureza integram as atividades socioculturais, dando forma, estrutura e funcionalidade que podem ser analisadas de maneira compartimentada. Quando qualifica-se qualquer espaço segundo seus padrões estéticos, estamos recortando a Terra, sendo que seus recortes passam a ser uma contradição, pois natureza e sociedade não são fragmentos de um todo e sim o próprio todo que possui certas singularidades. Os recortes, aprisionados pelo olhar, modelam a Terra, integrando um grupo de fenômenos e assim denominam a paisagem e reivindicam sua própria autonomia.

Refletindo sobre essa temática, percebe-se a necessidade de realizar uma leitura dos pressupostos epistemológicos que perpassam pela rede conceitual de paisagem e, em consequência, de espaço geográfico, que por sua vez remetem às dimensões

sociedade/natureza e espaço/tempo. Observa-se que alguns referenciais chamam a atenção no tratamento dessa relação complexa: natureza e paisagem remetem à noção de cenário. Estes, por sua vez, compartilham de mesmos significados. Às vezes, paisagem significa cenário e vice-versa; às vezes, natureza (em seu domínio semântico) é sinônimo de paisagem, que por sua vez significa cenário. Quando fala-se de paisagem, esta, automaticamente, significa cenário de um conjunto de elementos naturais, distanciando-se de dimensões sociais e culturais. Consta-se, ainda, que a paisagem agrega um valor urbano importante, tendo em vista sua importância visual (econômica) para preservação de espaços qualificados como "naturais". Verifica-se que planejadores, baseados nessa concepção, fazem uso da paisagem como característica única para implantar um empreendimento - conferida a partir de um valor subjetivo - que tem por objetivo reproduzir o capital imobiliário.

Nesse sentido, procura-se refletir sobre a apropriação conceitual de paisagem, bem como contribuir para o seu entendimento a partir de sua importância na compreensão do espaço geográfico enquanto materialização de ações constantes que ficam registradas no tempo. Os objetos e as ações ganham corporeidade através das paisagens que são configuradas, constantemente, por novas formas e consumidas, muitas vezes, pela aceleração contemporânea e pela reprodução de lugares universais que, por sua vez, são verticalizados, principalmente por ações econômicas, políticas, e culturais, legitimando-as de forma inquestionável.

Portanto, é imprescindível analisar questões metodológicas que possam encaminhar uma proposta de compreensão do espaço geográfico. O entendimento da paisagem enquanto unidade requer um estudo atento sobre sua base conceitual, bem como os processos transformadores atuantes, lembrando que os mesmos devem ser compreendidos a partir de diferentes escalas temporais e espaciais, incluindo a dinâmica local, regional e global, relacionando com paisagens de diferentes realidades sociais.

Essa leitura passa pela construção de um circuito interativo com as relações entre sociedade e natureza, materializadas por ações que reconstituem saberes e a diversidade de apropriações espaciais. Conforme Edgar Morin,

A complexidade se impõe primeiro como impossibilidade de simplificar: ela surge lá onde a unidade complexa produz suas emergências, lá onde se perdem as

distinções e clarezas nas identidades e causalidades, lá onde as desordens e as incertezas perturbam os fenômenos, lá onde o sujeito-observador surpreende seu próprio rosto no objeto de sua observação, lá onde as antinomias fazem divagar o curso das racionalizações. (MORIN, 2003:156)

A partir dessa perspectiva, não se pode analisar relações socioespaciais através de uma apreensão holística da realidade de forma superficial, ou seja, apreensão global das relações que se processam no espaço geográfico e que podem conduzir a uma generalização e simplificação da paisagem.

Segundo a trajetória da ciência geográfica, muitas questões teóricas e metodológicas surgiram na abordagem conceitual da paisagem e esta tornou-se importante para traçar os caminhos desta tese e em especial o estudo da paisagem na área de estudo denominada Cidade Jardim, que corresponde a Macrozona de Planejamento Urbano do município de Porto Alegre. (Figura 1)

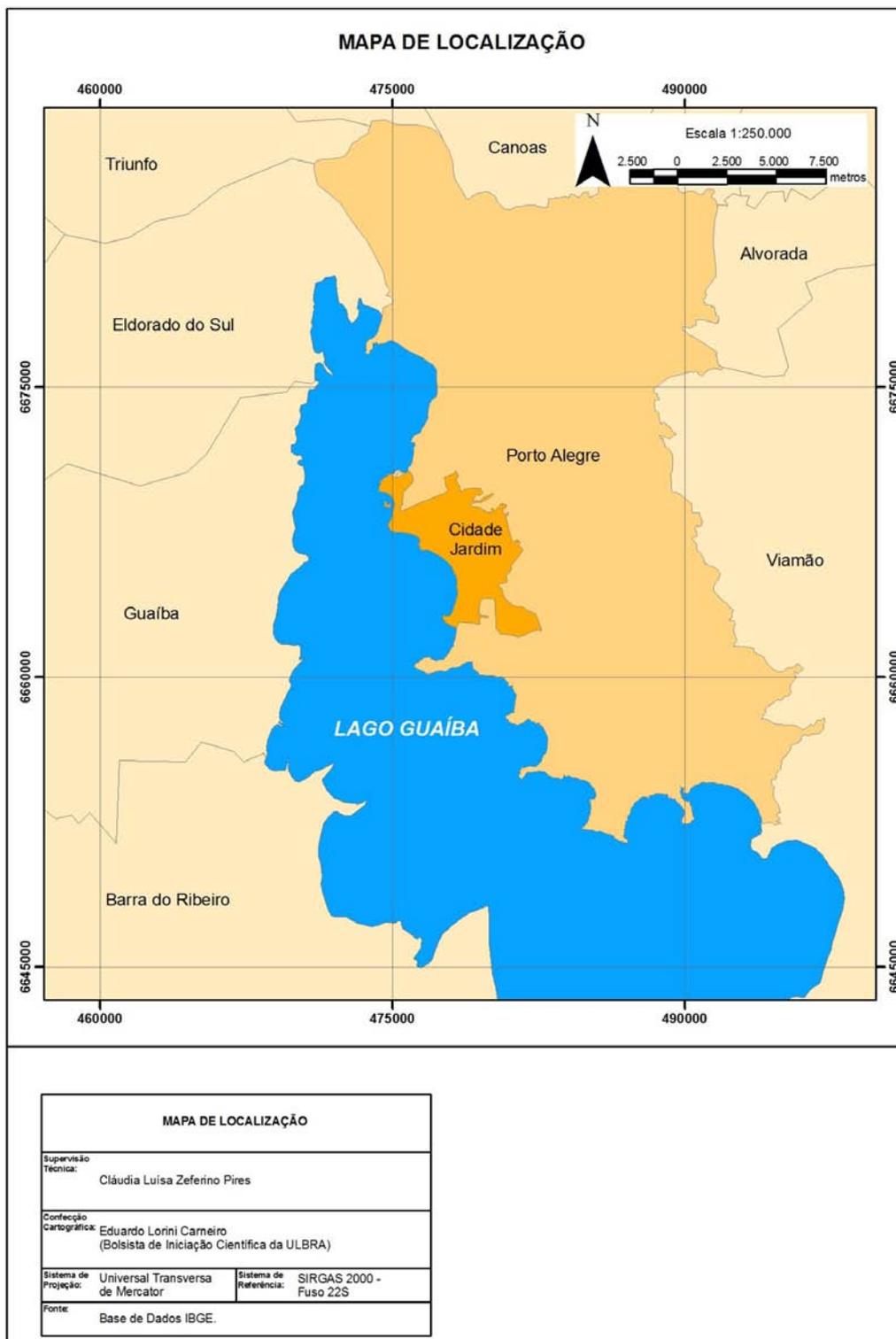


Figura 1 – Localização da Área de Estudo – Cidade Jardim – no município de Porto Alegre – 2008

Conforme o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre, percebe-se um todo complexo que reúne diferentes paisagens, nas quais natureza e sociedade sobrepõem-se. Num primeiro momento, as paisagens apresentam-se de forma organizada, possuindo espaços com predominâncias ora com elementos naturais, ora sociais, ora culturais, caracterizados por uma dimensão estética que se materializa através da apropriação territorial. A proposição desta tese é ler diferentes marcas territoriais da Cidade Jardim a partir da percepção da paisagem como indicadora dessas transformações e reveladora de dinâmicas espaciais. Para tanto, seguem os questionamentos na temática desta tese: é possível transcender a análise do espaço através de uma metodologia que se utilize do conceito de paisagem na sua dimensão objetiva (material) e subjetiva (simbólica), expressa individual ou coletivamente? A paisagem é uma representação restrita aos valores estéticos da percepção?

Considerando a Cidade Jardim de Porto Alegre, o recorte espacial para este estudo, a abordagem espacial a partir da paisagem tornou-se o centro de significações porque reúne fenômenos que podem ser percebidos como estruturantes na sua existência material e simbólica. Certamente, o tempo marca na construção da paisagem um universo de imagens que se revelam e misturam passado, presente e possibilidades de futuro. Através de imagens e identidades, a paisagem ganha uma existência aos que compartilham dela (morador x visitante). Neste processo, verifica-se que a paisagem apresenta uma morfologia: formas (conjunto de elementos que constroem um padrão espacial); condições relacionais (papeis socialmente construídos que auxiliam na construção da paisagem); e processo (dinâmica da paisagem).

Contudo, esta morfologia depende do seu observador e seus interesses estão intimamente ligados ao olhar e à subjetividade deste. Segundo Simon Schama (1996), a natureza não se designa a si mesma como tal, são os humanos o que o fazem. Daí vem a articulação necessária entre percepção/cultura e vivência/experiência. Funcionamento, forma, utilidade (econômica ou simbólica), são elementos que podem conferir um conhecimento da paisagem. Entretanto, a relação entre seus infinitos elementos pode estabelecer sua unidade (complexa) cuja delimitação será ambígua.

Para a compreender as dinâmicas espaciais de diferentes paisagens da Cidade Jardim, impõe-se como objetivo geral desta tese analisar seus espaços através da paisagem

como perspectiva teórico-metodológica segundo dimensões objetivas (materialização de formas) e subjetivas (relação do sujeito com o mundo). Para atingir o mesmo, serão necessários os seguintes objetivos específicos:

- ❖ Analisar a trajetória do conceito de paisagem na Geografia, associando as questões sociais e culturais na sua percepção a partir de referenciais teóricos e metodológicos;
- ❖ Compreender a dinâmica espacial da área de estudo associada aos diferentes processos de apropriações territoriais, bem como na introdução de padrões urbanísticos os quais, em muitos casos, originam imagens caracterizadas pela fragmentação espacial e excludente;
- ❖ Construir e avaliar procedimentos metodológicos para construção de indicadores que possam ser utilizados na identificação de arranjos espaciais e na representação da paisagem através da percepção objetiva e subjetiva;
- ❖ Referenciar o trabalho com possibilidades de utilização de seus resultados para práticas de inclusão social na valorização do espaço através da desconstrução de significados estereotipados sobre paisagens e, assim, propor uma dialogicidade entre elas numa perspectiva instauradora dos saberes técnicos (da academia e dos gestores públicos) e dos sujeitos moradores e frequentadores da paisagem.

A macrozona Cidade Jardim representa uma condição utópica de cidade, onde os projetos urbanísticos tendem a estabilizar e controlar os processos urbanos que devem ser mobilizados e conter as formas espaciais advindas destes processos. Contudo, as redes sociais que se estabelecem tomam as “rédeas” desses mecanismos de regulação do espaço e são estas contradições que devem ser melhor compreendidas. Por isso, o foco de análise passa a ser o processo de construção da paisagem a partir de sua apropriação pelos sujeitos.

Conforme Corrêa (2003), o urbano pode ser analisado sob diversas dimensões, e uma delas está apoiada nos estudos culturais, pois auxilia na compreensão de subjetividades que estão além de processos materiais estruturados pelos instrumentos políticos, econômicos e sociais. A cidade é uma expressão simbólica do espaço e a paisagem constitui-se numa categoria de interpretação importante para analisar seus processos de

transformações, pois, ao oferecer múltiplas leituras, permite contribuir a um diálogo entre os diferentes sujeitos que dela fazem parte. Cosgrove e Jackson (2003) consideram alguns argumentos importantes para tratar o conceito de paisagem e cultura. Segundo os autores, a paisagem, através da cultura, pode ser estudada por vários meios e superfícies, como, por exemplo, por intermédio da pintura sobre tela, da imagem, da escrita, da linguagem, etc. Tudo leva a uma interpretação dos significados atribuídos à paisagem e estes significados revelam-se na percepção das mudanças sociais, culturais, políticas, econômicas no tempo e no espaço.

Os estudos urbanos surgem como um grande desafio no campo da Geografia, pois o fluxo sociocultural da cidade torna-se uma rede complexa para os diferentes saberes que se apropriam deste espaço. Para Silva (2001), há dois tipos de espaços urbanos a serem reconhecidos: o oficial, projetado pelas instituições e feito antes que o cidadão o conceba e o diferencial, que consiste em marcas espaciais usadas e inventadas na medida em que o cidadão o nomeia ou inscreve. Neste sentido, o conceito de paisagem torna-se um instrumento importante para compreender os espaços produzidos nesta divisão proposta por Silva, pois através de suas formas concretas e simbólicas, é possível reconhecer seus limites e fronteiras. Cada sujeito (re)produz os significados dos objetos e as ações que compõem o espaço e, assim, cada paisagem será concebida conforme sua interpretação. Daí a necessidade de compreender e se compreender na paisagem através do processo de interpretação do espaço urbano, revendo as bases epistemológicas que sustentam nossa visão de mundo. Conforme Silva,

Compreender o urbano de uma cidade passa, por assim dizer, pelo entendimento de certos sentidos de urbanização. Vale a pena pois, dentro do nosso interesse de produzir uma visão global de onde invocar a cidade como construção simbólica, fazer especial referência a esse conjunto de eixos de sentido ou “isotopias”, como as denomina Greimas (1986) para estudos sobre narrações literárias, mas que podemos conceber para a cidade, como esboço de uma topologia cidadã. Por outro lado, continuo com as primeiras discussões apresentadas por E. Hall (1971) e P. Levy (1993:15) quando afirmavam que tudo o que homem faz está ligado a uma experiência de espaço: “Nosso sentimento de espaço resulta da síntese de diferentes espaços, de ordem visual, auditiva, sinestésica, olfativa e térmica. Se bem que, mesmo que cada sentido constitua um sistema complexo, todos estão, igualmente, modelados pela cultura”. (SILVA, 2001: 67)

Nessa perspectiva, o estudo desta tese torna-se relevante na análise da dinâmica espacial através do conceito de paisagem e como esta se manifesta semanticamente através de diversas relações culturais expressas no espaço. Igualmente importante, destaca-se o que

Jackson apud Corrêa (2003) manifesta sobre cultura ao dizer que ela não compreende somente um sistema de significados e valores que temos na mente, é, também, o modo pelo qual as relações sociais de um grupo são estruturadas e modeladas, de como suas formas são produzidas, experienciadas, entendidas e interpretadas.

Por isso, a compreensão que os sujeitos possuem em relação ao seu espaço torna-se condição necessária para entender a totalidade do movimento de uma cidade que se constrói cotidianamente. Compreender a dinâmica espacial na sua condição material, ou seja, através de suas relações sociais, culturais, econômicas, políticas e ambientais que lhe dão forma, não se sustentam sob apenas o olhar técnico/acadêmico. A abordagem cultural na Geografia atual abre possibilidades ao campo de pesquisa em diferentes aspectos, sendo que um deles foi focado a partir da leitura de diferentes narrativas para compreensão de relações complexas que constroem paisagens e os diferentes parâmetros que os sujeitos estabelecem para narrá-las a partir do seu centro de relações.

Assim, apresenta-se a proposta desta tese que está dividida em 6 partes. Na primeira parte da tese, serão tratadas as bases teórico-metodológicas na perspectiva da trajetória do conceito de paisagem e suas possibilidades de referenciar a área de estudo e os sujeitos que dela fazem parte. Neste capítulo, buscar-se-á traçar o caminho do método para compreensão da área de estudo a partir da paisagem, bem como apontar possibilidades para uma geografia instauradora (interpretativa) na gestão da cidade.

Na segunda parte, será tratada a concepção de Cidade Jardim como Garden City, surgida na Inglaterra no século XIX, além de suas repercussões conceituais no Brasil durante o século XX. A partir destas as concepções urbanísticas, a Macrozona de Planejamento Urbano Cidade Jardim será caracterizada e analisada, conforme as estratégias de organização territorial previstas pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre (PDDUA).

Na terceira parte da tese, a Cidade Jardim será tratada a partir de uma abordagem fenomênica do espaço em diferentes paisagens, onde serão discutidos os projetos de organização protagonizados pelo poder público e privado, pelos movimentos identitários referenciados pelos sujeitos envolvidos nestes projetos e seus diferentes conflitos territoriais.

Os diferentes significados da paisagem, tratados na quarta parte da tese, referenciados pelos sujeitos que vivem e participam dos projetos identitários da área de estudo, serão analisados a partir da perspectiva hermenêutica. Considerando as expressões dos sujeitos, ou seja, o mundo vivido a partir da sua linguagem, será construído o significado da paisagem numa relação de alteridade e de aproximação a fim de compreender sua dinâmica espacial dentro de seus complexos saberes (filosóficos, éticos, simbólicos, críticos, políticos, estéticos, emocionais, culturais, cognitivos, entre outros).

Na quinta parte da tese, será tratada a articulação de diferentes olhares objetivos e subjetivos. Esta relação tem como premissa analisar os jogos de olhares como espelhos, tratando-os como múltiplos e dinâmicos movimentos na paisagem que podem ser interpretados numa perspectiva dialógica. Esse caminho, no entanto, não nega os saberes tradicionais da Geografia na perspectiva da ciência moderna, mas potencializa outros olhares possíveis. Geógrafos, professores, técnicos em geral negam, muitas vezes, os saberes relativos ao mundo vivido e, ao projetar seus trabalhos, posicionam-se no mundo como únicos. Edgar Morin (2003), ao retomar necessidade de uma consciência científica, apresenta à sociedade a necessidade de cada um de nós (sujeitos e coletividades) posicionarmos no mundo, olhando em direção aos outros e a nós mesmos. Esse olhar pode ser visto através de um movimento espiral em relação aos centros-sujeitos, onde os pontos de partida e de chegada são aleatórios, imprevisíveis e incompletos e, por fim, a sexta e última parte compreende as considerações finais onde se dá o processo de reflexão desta caminhada.

1. PAISAGEM, PAISAGENS E SUAS GEOGRAFIAS

O referencial teórico-metodológico desta tese perpassa, inicialmente, pela compreensão da trajetória conceitual da paisagem, principalmente, na ciência geográfica. Sua compreensão, ao longo da história do pensamento geográfico, foi consolidada a partir das relações entre sociedade e natureza que, conforme o enquadramento epistemológico (clássico, pragmático, crítico, fenomenológico), define suas bases conceituais. Atualmente, muitos estudos e trabalhos em Geografia que envolve a dinâmica entre sociedade e natureza, são interpretados pela concepção ecológica do *oikos* terrestre, que emerge do paradigma da complexidade para minimizar a visão reducionista e possibilitar diferentes leituras na relação sujeito-objeto. Essa discussão passa a materializar-se nas relações entre realidade psicológica e física, onde a imagem gerada não é apenas forma (matéria), mas também consciência.

Dentro do paradigma cartesiano-newtoniano, onde o conhecimento era tratado de forma reducionista e simplista, as leis gerais universalizavam conceitos e, assim, a paisagem foi concebida segundo a observação da realidade, comportando estruturas/formas e funcionalidade. Segundo Aliata e Silvestri (1994), a trajetória do conceito de paisagem perpassa, inicialmente, por duas fases: a primeira denomina-se pré-renascentista (caracterizada nas pinturas da antiguidade como cenário para a figura humana) e a segunda compreende o período da Idade Média, onde a paisagem perde intimidade com o corpo, mas não se aproxima de sua totalidade. Este período destaca-se pelo contexto das ideias religiosas que direcionavam a visão do artista a uma ideia de paisagem enquanto cenário da natureza e menos antropocêntrico. É neste período que se desenvolve uma correlação entre paisagem e a arte dos jardins onde sua representação simbólica expressa o “Jardim do Éden”, lugar do qual o homem foi expulso.

No pensamento humanista, há uma analogia entre o jardim e o paraíso bíblico, pois há a evocação de uma relação perdida pela expulsão do Éden, que representava a ideia de um lugar perfeito. No final deste período, quando a vida urbana tornou-se mais intensa e a contradição campo-cidade acentuou-se a idealização bucólica e pastoril, a paisagem foi revivida a partir do mito de uma humanidade em harmonia com a natureza. Sendo assim, o

jardim representava uma outra possibilidade espacial: não era um espaço agrário convencional, cuja lógica de organização se submete às decisões que se tomam dentro da cidade, mas sim uma alternativa frente às consequências da vida urbana

Segundo Aliata e Silvestri (1994), o jardim representava a pátria perdida, ao mesmo tempo, no entanto, que se caracterizava por ser fechado, planejado, destoante do mundo externo. Já no final desse período, o jardim medieval passou a ser planejado para o prazer e não somente para fins contemplativos. Os jardins representariam o sonho materializado na tela do pintor, tornando-se instrumento de ordenação urbana. Assim, a paisagem passava pela percepção estética de refúgio, onde é possível se afastar dos “perigos do mundo”.

A harmonia entre o homem e a natureza se faz a partir da pintura da paisagem que continha elementos do período medieval, jardins onde apareciam flores com o desígnio de dar prazer aos sentidos da visão e do olfato, frutos para o paladar e a música misturada aos elementos sonoros da natureza. Estes elementos eram representados numa superfície plana e, no seu conjunto, a pintura expressava uma harmonia visual que se estendia para as relações entre o homem e a natureza, inspirada por um sonho de paraíso terrestre. Além dos muros, podiam-se observar montanhas e florestas. A paisagem, na pintura, significava a representação simbólica de um lugar idealizado através de elementos da natureza como prados, arroios, colinas, e de elementos arquitetônicos que não possuíam identidade com o local ou com a realidade presente. Os discursos encontrados nas pinturas revelam a essência de uma natureza domesticada, submissa à estética humana. A paisagem da Europa expressava a natureza enquanto cenário e o homem como seu espectador. A visão do artista era focada nas ideias religiosas e a natureza era o plano de fundo. Neste contexto, uma série de técnicas foram desenvolvidas para representar e construir a paisagem segundo o próprio olhar do artista. A pintura difunde a ordem e a ideologia através das imagens inscritas numa tela.

Para Aliata e Silvestri (1994), a paisagem passou a representar uma forma mais concreta e experimentalista (articulação entre técnica/ciência/arte). A proposta era inventariar, descortinar o cenário observado. O conhecimento advinha da observação – pela via empírica e experimental. Na pintura, o mundo era expresso para além dos limites do quadro, como uma janela. A arte era orientada a buscar o saber através do experimento. Nesse sentido, o olho era o instrumento da arte e da ciência, ambos guiados pelo objeto real

que sem o mesmo não pode ser apreendido. Não havia uma vontade explícita de mascarar significados (emblemas, alegorias, símbolos) e uma acentuada sensação de que o mundo representado se estendia por fora dos limites de um quadro, como se o enquadramento viesse posteriormente. Essa relação pode ser percebida na figura 2, onde o significado dessa concepção não é abstrair a natureza, mas sim representá-la para além da janela no enquadramento do olhar. Na sequência, o quadro 1 apresenta uma síntese da arte da pintura e dos jardins.



Figura 2: Jan Van Eyck. A Virgem do Chanceler Rolin (1433-34)

Fonte: www.ibiblio.org/wm/paint/auth/eyck, acessado em outubro de 2008.

Arte da Pintura	Arte dos Jardins
<p>Expressão da representação simbólica da paisagem de um lugar idealizado: prados, arroios, colinas, pastores, sem a dura condição campesina. Destaca-se a Pintura holandesa. Flandres – 1430 A paisagem apresenta um caráter mais concreto e experimentalista (técnica/ciência/arte). Proposta: “inventariar”; “descortinar” o cenário observado. Sofre influência de ideias empiristas: Bacon (o conhecimento pela observação – pela via empírica e experimental) O mundo representado se estende por fora dos limites do quadro, como uma janela. A arte é orientada a buscar o saber através do experimento. O olho se converte em instrumento da arte e da ciência, ambos guiados pelo objeto real que sem instrumento não pode ser apreendido. O propósito não é abstrair a natureza, mas analisá-la em suas partes.</p>	<p>Os sonhos materializados nas telas dos pintores tornam-se instrumento de ordenação urbana. A invenção da paisagem testemunha uma estetização. Refúgio do qual é possível se afastar dos perigos do mundo. É o retorno ao equilíbrio perdido. Trabalho sobre o território que legitima ações sobre o espaço</p>

Quadro 1 – A arte dos jardins e da pintura na Idade Média

Fonte: CLAVAL, Paul. A Paisagem dos Geógrafos. In: Paisagens, Textos e Identidade. Ed: UERJ: 2004.

A partir do século XVI, a paisagem ganha sentido à Geografia por meio do conceito de *landschaft* que traz para si um conjunto de elementos observados e sua relação com o espaço vivido. Besse (2006) destaca que a paisagem, antes de adquirir uma dimensão estética ligada à arte da pintura a partir do século XVI¹, estava associada à palavra *landschap* (*Landschaft, paese*), cuja significação é caracterizada pelo sentido territorial e jurídico-político, e a sua representação ligada à província, à pátria ou à região. Nesta perspectiva, a palavra paisagem ganha um sentido mais amplo, além da pintura, representando um sentido mais concreto e objetivo. Conforme o autor,

A *Landschaft* (*landschap, paese*) se define pelo seu *sitium*, ou seja, ao mesmo tempo por uma posição e por uma vizinhança características. Por esta definição, Albinus redescobre Ptolomeu, que designa como objeto do geógrafo a análise da *thesis* (posição) e da *phisis* (natureza) dos lugares, mas também os historiadores gregos e latinos, bem como os autores que celebram as cidades, pois tanto uns quantos outros, estruturam suas descrições dos territórios em diferentes escalas em função destes dois itens. A *landschaft* é de início um lugar que se define por vizinhanças, humanas ou naturais, que se pode designar como objetivas, e que podem assim ser cartografadas. (BESSE, 2006:21).

A difusão do conceito de paisagem a partir do século XVI, através da cartografia e da pintura, traz à tona uma perspectiva mais aberta, ou seja, passa a introduzir um padrão espacial ligado a visão e o imaginário promovendo à ciência geográfica um discurso legítimo: a descrição da Terra. Para Besse (2006), a Terra, no mapa e na pintura da paisagem representada, torna-se um objeto para um sujeito que a observa e, assim, capta a momentaneidade do tempo e do espaço. Essa relação se afirma a partir da paisagem. Conforme o autor, a paisagem representa a ordem da imagem, seja mental, verbal, inscrita numa tela ou realizada sobre um território (*in visu ou in sita*). Na pintura pré-renascentista, a paisagem representava o cenário ou o plano de fundo para as atividades humanas; na pintura cristã, a visão do artista centrava-se nas ideias religiosas e a natureza era

¹ Conforme Camporesi apud Besse: No século XVI, não se conhecia a paisagem no sentido moderno do termo, mas o 'país', algo equivalente ao que é para nós, hoje, *território* e, para os franceses, o *environnement*, lugar ou espaço considerado do ponto de vista de suas características físicas, à luz de suas formas de povoamento humano e de recursos econômicos. De uma materialidade quase tangível, ele não pertence à esfera estética se não de um modo muito secundário. A paisagem da Itália, conforme descrições desenhadas por Leandro Alberti, Teófilo Folengo, Francesco Guicciardini ou Scipione Mercuri, e comentadas por Camporesi, é uma paisagem do trabalho, uma paisagem do uso, uma paisagem da saúde e do bem viver. Os valores paisagísticos são menos pitorescos que práticos. Nesse contexto, a paisagem é apresentada como um espaço a ser apreendido em seus traços geográfico-econômicos essenciais e sob seus aspectos humanos, com algo da sensibilidade profissional do mercador ou do agrimensor, mais do que contemplado de modo desinteressado pelo inefável prazer do espírito, consumido em doces percursos sugestivos, em devaneios indevidos e injustificados ou, menos ainda, integrado em implicações ligadas à esfera do espírito e da meditação religiosa. Há uma nuance, no entanto, como veremos: esta compreensão da paisagem não se opõe à representação artística. Ela apenas lhe desloca os acentos. (CAMPORESI APUD BESSE, 2006: 20)

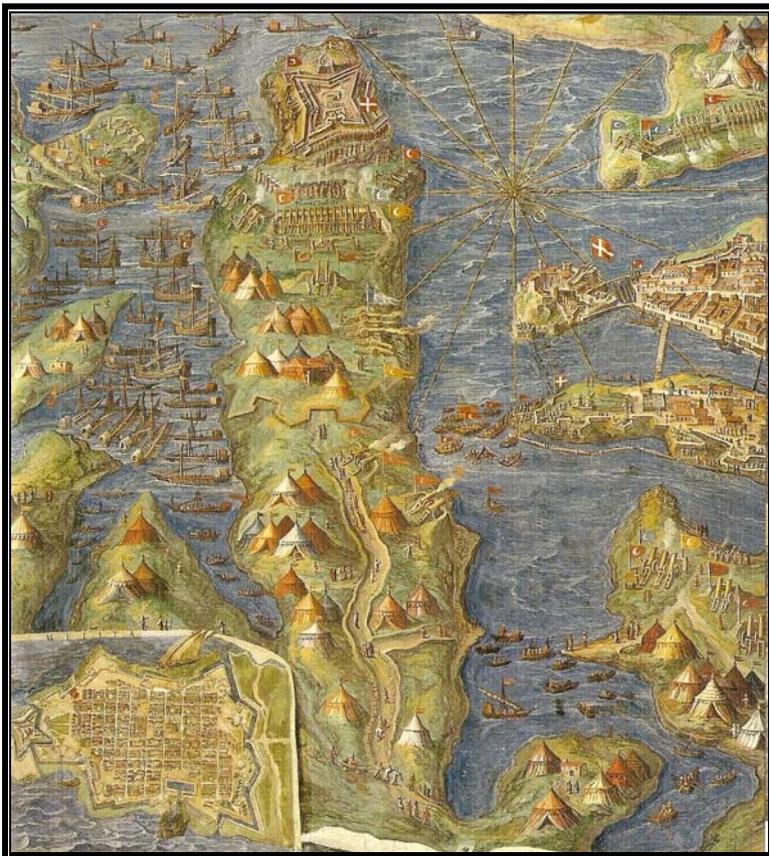
centralizadora dos cenários. A pintura difundia a ordem e a ideologia através das imagens inscritas numa tela. Os avanços técnicos contribuíram para a medição e a descrição do território e, juntamente com o reconhecimento de novas terras em viagens e expedições geográficas, vincularam a cartografia com a visão topográfica, incorporando-as em pinturas. As figuras 3 e 4 representam exemplos dessa relação.



Carta Corográfica do território da Província de Perúgia e Cidade de Castello (Itália). Trabalho de Danti, retocado por Pietro Oldrado entre 1592 e 1596.

Figura 3: Carta da Província de Perúgia (Itália, 1592-1596)

Fonte: MALAFARINA, Gianfranco. La Galerie des Cartes Géographiques du Vatican. Editore Franco Cosimo Panini, Vaticano, 2006: 35



Carta da Ilha de Malta, demonstrando o acesso a cidade de Valleta (representada pelas fortificações). No canto inferior esquerdo verifica-se, melhor sua malha urbana. Os acampamentos representam a frota turco-otomana. A figura representa a invasão turca que durou de 25 de maio até 07 de setembro de 1565. Não possui registros de autoria.

Figura 4: Carta da Ilha de Malta, 1565.

Fonte: MALAFARINA, Gianfranco. La Galerie des Cartes Géographiques du Vatican. Editore Franco Cosimo Panini, Vaticano, 2006:111.

Conforme Gomes (2000), a partir de Descartes, a crítica advinda da dúvida metódica, a razão natural, a ciência progressiva, a linguagem única (a matemática) são os princípios da racionalidade e da verdade evidente. Para a Geografia, esses princípios conduziram a noção de espaço a partir de sua dimensão, extensão, forma e movimento. É na perspectiva da paisagem que o discurso geográfico fundamenta seu saber científico e o conhecimento da realidade.

Esta concepção leva a uma espacialização da paisagem, considerando seus elementos pré-estabelecidos e estáticos. O mapa passou a representar esta ordem: o tempo espacializado passou a ser uma dimensão estática e quantitativa, refutando as subjetividades. A paisagem é o mundo que se faz visível e passa, através da cartografia, a reivindicar uma representação estética. O mapa não se constitui apenas pelo seu conteúdo, mas, acima de tudo, pela percepção e pelo conhecimento que se estruturam na relação sujeito/objeto.

A partir da segunda metade do século XVII, natureza passa a ser representada a partir de um sentimento estético e, assim, arte e ciência se aproximam para estabelecer uma contemplação da realidade. Em nível teórico, principalmente, para a Geografia, a paisagem estava associada ao seu horizonte “totalizador”, sendo representada num mapa ou numa pintura. A ordem estética estava apoiada em uma nova construção cultural, baseada na articulação entre técnica, ciência e arte.



Figura 5: Vista de Genova retratada na pintura no ano de 1632. Apresenta como a cidade se integra com a topografia local e sua organização urbana.

Fonte: MALAFARINA, G. Cosimo. La Galerie des Cartes Géographiques. Editore Franco Cosimo Panini, Vaticano, 2006: 107.

Na figura 5, o espaço é contemplado através de caminhos, percursos, elementos da natureza e da atividade humana. É pelo olhar do artista que a natureza se revela. O mundo é um horizonte aberto e é nesta perspectiva que a paisagem, em sua totalidade, representa a morada dos que a habitam. Sua essência estética amplia a nova visibilidade da Terra. Através da representação visual do espaço, a paisagem passa a ser uma nova experiência geográfica do mundo. Não se trata apenas de ver ou pensar o espaço, mas é preciso “andar”. Conforme Besse,

[...] a representação da paisagem `encarna´ graficamente o novo pensamento e a nova experiência da Terra como solo universal da existência humana, que têm lugar na geografia do século XVI na esteira das grandes navegações e da descoberta de novos mundos. Em outros termos, aquilo que a `paisagem do mundo´, sobre o plano da figuração sensível,[...] é um novo conceito, o da Terra como ecúmeno ampliado, como espaço universalmente habitável e aberto em todas as direções. (BESSE, 2006: 40)

Ainda no século XVII, destaca-se, também, a obra de Claude Lorrain, expressas nas figuras 6 e 7, respectivamente. Em suas pinturas, a natureza é visível através da paisagem, porém não em sua objetividade científica (natureza newtoniana), mas é vislumbrada numa imagem pacífica dos fenômenos naturais e dos sujeitos. Conforme Corrêa,

Os pintores do renascimento fazem nascer nos seus quadros, e segundo regras de perspectiva que eles acabam de descobrir, praças regulares, avenidas que fogem de maneira regular até a linha do horizonte. Uma geração ou duas mais tarde, os príncipes se esforçam por desenvolver novos bairros ou criar cidades conforme esses sonhos já materializados sobre a tela. (CORRÊA, 2004: 55)



A pintura descreve uma vila perto de Roma. Cria uma harmonia agradável misturando elementos da paisagem com ruínas antigas (arquitetura Clássica). Evoca uma paisagem mágica, ideal.

Figura 6: Claude Lorrain. A Paisagem com Pastores, 1645-46.
Fonte: www.wga.hu/htm/c/claude/, acessado em outubro de 2008



A intenção não é representar as atividades variadas, mas sim uma vista imaginária que cria a impressão de uma realidade sem problemas sociais, um mundo perfeito, harmonioso e equilibrado. A paisagem desta pintura remete a um mundo onde natureza e civilização estão em harmonia.

Figura 7: Claude Lorrain. Paisagem com Aeneas em Delos, 1672.

Fonte: www.wga.hu/htm/c/claude/, acessado em outubro de 2008

A arte do pintor precede o planejamento das cidades e suas ideologias legitimam toda uma estética que muitas vezes não se coaduna com as paisagens já construídas. Segundo Besse (2006), a paisagem, nesta perspectiva, nasce pela intencionalidade do olhar lançado sobre determinado lugar, destacando os elementos significativos que devem compor a cena, a imagem ou quadro. É pelo olhar do artista que a natureza revela-se harmonicamente numa imagem. Nas evocações pitorescas, principalmente, de Claude Lorrain, tudo se passa como se a natureza fosse percebida em sítios que representasse a verdade apreendida pelo olhar. A natureza torna-se visível na paisagem, como imagem, onde um sujeito pacificado reencontra a natureza, também pacificada. A visão romantizada da natureza nas telas dos pintores expressa a dualidade (natureza e cultura) na modernidade. Dessa relação, a ideia de natureza como paisagem fica aprisionada pelo olhar de maneira indissociável.

Conforme Aliata e Silvestri (1994), entre os séculos XVIII e XIX, na Inglaterra, a paisagem alcança referências que atualmente são utilizadas, atendendo tanto o aspecto de construção concreta do território como as bases estético-filosóficas de sua expressão. A questão da paisagem nesta relação espaço-tempo destaca os seguintes aspectos:

- 1) Visão romântica exagerada de oposição (exemplo: tecnologia/natureza, ciência/vida, campo/cidade) que marcam as ideias sobre território;

- 2) Tendência à indiferenciação entre natureza e paisagem, em relação a ascensão política da burguesia e sua vontade de naturalizar as relações sociais impostas à sociedade civil para ocupar o espaço da aristocracia;
- 3) Imprimir no conceito da paisagem valores morais liberais com ação progressista sobre o território.

Neste período, a organização do mundo se dava pela racionalidade científica, onde a ideia de natureza ordenada representava a hierarquia funcional de suas partes. Essa ideia é difundida pela cultura ocidental e as bases estéticas e perceptivas da paisagem são envolvidas por uma evocação mecanicista. Conforme Gomes,

A ciência racionalista confere a primazia fundamental do método lógico racional. Através dele se acredita atingir a objetividade na relação com a realidade e, ao mesmo tempo, se crê assim garantir as condições mais justas e mais corretas do julgamento científico. O método é, assim, considerado como o único meio de oferecer todas as garantias lógicas da relação entre pensamento e realidade. [...] Assim, o racionalismo privilegia a forma, pois a maneira de apresentar um problema e de justificá-lo constitui a base de sua aceitação. (GOMES, 2000:31)

O caminho da racionalidade, base do pensamento moderno, muda o conceito de natureza, pois passa a ser analisada enquanto máquina que se opera e se manipula desde que sejam conhecidas as regras de seu funcionamento, enquanto a paisagem idealizada passa a ser concreta. O conhecimento cartesiano, dividido em partes, ordenado segundo uma hierarquia, estabelece uma nova ruptura epistemológica: a natureza passa a ser um sistema de leis matemáticas estabelecidas por um Deus racional. (GOMES, 2000:71)

Aliata e Silvestri (1994) assinalam que dentro da perspectiva do ordenamento espacial, a arquitetura, e com ela todas as artes implicavam, na realização de uma ordem territorial. O princípio da ordem é fundamental frente ao meio natural e dessa relação, o conteúdo, a funcionalidade e a estrutura da natureza é aprisionada segundo sua forma. A base teórica é separar, organizar e hierarquizar a natureza. Como? Através da arte e representação da paisagem que legitimaram ações sobre o espaço. A expressão de representação da relação forma/funcionalidade estava presente na construção dos jardins que significam a apreensão concreta e subjetiva da ideia de natureza.

Segundo Vieira (2007), o jardim representava o espaço da produção arquitetônica como objeto de arte e lócus de sociabilidade, sob a ótica dos elementos conceituais e

pragmáticos da arquitetura. Assim, o jardim representava o espaço enquanto lócus social, funcional e estético de uma determinada sociedade em relação ao uso do espaço urbano. O autor destaca as seguintes funções do Jardim:

- ❖ O projeto jardim está condicionado à paisagem e ao meio ambiente onde está inserido, assim como ao perfil e ao repertório cultural;
- ❖ No conjunto da arquitetura e jardim, é possível encontrar no espaço do jardim características que também estão presentes na arquitetura;
- ❖ Um jardim, projetado em qualquer época, possibilita ao usuário usos alternativos, não oferecendo soluções rígidas que possam inibir práticas diversificadas.
- ❖ O jardim, mais que a arquitetura, absorve impactos do tempo e transformações com maior facilidade. (VIEIRA, 2007: 14).

Assim, a paisagem revelou-se como o elo harmônico entre a natureza e o jardim, representando a idealização de manifestações que mais se aproximam dela. O jardim era o recanto do qual era possível se afastar dos “perigos do mundo”. Era o espaço para buscar o equilíbrio perdido. Assim, jardim e paisagem se confundiam na mesma ideia.

Já no século XIX, surgiram dois conceitos de paisagem: a paisagem natureza, compreendida pela ciência positivista e instrumento do modo de produção capitalista, e a paisagem simbólica cujo enfoque era dado pela sensibilidade artística e estética. Entretanto, segundo, Paul Claval

[...] a pintura busca reproduzir objetivamente um fragmento da natureza, mas o ponto de observação, o ângulo e o enquadramento da vista resultam de uma escolha. Portanto, existe uma dimensão subjetiva na base de uma representação que se seja tão fiel quanto possível. (CLAVAL, 2004:15)

A Alemanha, neste período, impulsionada por ideias do romantismo, buscou resgatar a unidade perdida entre homem e natureza. O romantismo expressava o sentido estético como manifestação da sensibilidade artística cujas formas de apreensão da natureza passaram a ser aceitas e admitir que esta é dinâmica e mutante. A *naturphilosophie* visava à contemplação desta ideia onde a natureza foi levada à descoberta de harmonias tendo uma visão holística, integradora, não reconhecendo divisões. A paisagem era tida como totalidade, compreendida por uma análise mais global. Destacaram-se, nesta época, os trabalhos de Alexander Von Humboldt cujas ideias conciliavam ciência e estética na visão

totalizadora, surgindo à ciência da paisagem – *landschaftsfunde*. Humboldt trouxe para o centro da Geografia o conceito de fisionomia. Segundo Humboldt apud Besse,

Do mesmo modo que se reconhece nos indivíduos isolados uma fisionomia distinta, e que a botânica e a zoologia descritivas, tomadas na sua acepção mais estrita, se dedicam a separar em grupos animais e as plantas segundo a analogia de suas formas, também, existe uma fisionomia natural que pertence exclusivamente a cada uma das regiões da Terra. (HUMBOLDT APUD BESSE, 2006:72)²

Em Humboldt, conforme Besse (2006), o estudo das variáveis climáticas e morfológicas da paisagem tinham como objetivo último a demonstração que essa ordem natural existe e que somente a ciência pode, com grande esforço, descobrir como esse aparente caos se reconstitui em uma somatória de axiomas, leis e estruturas morfológicas que prova sua íntima harmonia. A partir destas ideias, fala-se em “natureza suíça” ou “céu da Itália”, ou seja, a paisagem, em termos de fisionomia, passa ter uma ontologia própria, uma espécie de “espírito do lugar”.

É a partir do século XIX que a Geografia centralizou as discussões sobre paisagem através dos conceitos de natureza (fundamentada pela ciência moderna e pelo pensamento científico positivista) e de estética (fundamentada pela sensibilidade artística). Impulsionada pelas ideias do romantismo, a paisagem passa a ser vista em sua totalidade, cuja análise centrava-se numa visão mais holística e globalizada. A estética da natureza era analisada, principalmente, pela escola alemã e suas concepções radicavam na filosofia iluminista e romântica, sendo que a natureza não era mais uma realidade primeira, uma vez que sofria a ação continuada de diversos fatores que contribuía para a sua alteração profunda, e interviam num processo, pelo menos parcial, de extinção de muitas das suas espécies e ritmos de funcionamento. A estética da *paisagem* pretendia, ao mesmo tempo, reservar especificidades da natureza e a dimensão concreta da experiência.

No início do século XX, teóricos da *Kulturlandschaft*, como Karl Troll, conceberam uma via metodológica – não dicotomizada – incluindo a dimensão tempo. As ideias de Troll anteciparam elementos chaves para compreensão do conceito sistêmico de paisagem, onde natureza e cultura não eram superpostas ou somadas, ao contrário, eram objetos geográficos que se integravam. Ainda neste período, em meados da década de 20, Carl Sauer, através da Geografia Cultural, incorporou nos estudos da paisagem a dimensão

² Citação A. Von Humboldt, *Tableaux de la nature*, Paris: Gide, 1868, p. 344.

cultural. Na perspectiva de Sauer, a análise morfológica da paisagem era privilegiada pela perspectiva cultural através de suas transformações. Entretanto, não eram considerados os aspectos subjetivos da paisagem, mas sim como a cultura intervém na morfologia física de um determinado meio. Sua preocupação estava focada no fenômeno e sua conexão. O conceito de paisagem significava uma área composta por uma associação distinta de formas, ao mesmo tempo físicas e culturais. Sua estrutura e função são determinadas por formas integrantes e dependentes. Conforme Sauer,

Não podemos formar uma ideia de paisagem a não ser em termos de suas relações associadas ao tempo, bem como suas relações vinculadas ao espaço. Ela está em um processo constante de desenvolvimento ou dissolução ou substituição. Assim no sentido corológico, a alteração da área modificada pelo homem e sua apropriação para o seu uso são de importância fundamental. A área anterior a atividade humana é representada por um conjunto de fatos morfológicos. As formas que o homem produziu são um outro conjunto. (SAUER, 1998:42)

A partir do momento em que a paisagem é considerada como interface entre elementos da natureza e da cultura, os resultados da análise são levados para um mapa. Para Claval (2004), a visão geográfica deixa de ser horizontal ou oblíqua para ser “verticalizada”, tornando-se cartografada. Essa percepção verticalizada permitiu verificar as estruturas e distribuições espaciais, bem como diferenciações regionais. A leitura, porém, parte do princípio da generalização, onde os elementos geográficos passam a serem analisados em escalas geográficas pequenas, representando de forma sintética as relações geográficas. Essa concepção consolidou os estudos regionais no início do século XX, caracterizados pela leitura da forma e função da realidade geográfica.

Na década de 60, George Bertrand propôs uma ciência da paisagem situada na integração da Geografia com a Ecologia. Para o referido autor, a paisagem não podia ser tratada como um ramo específico da ciência, mas sim pelas ciências por ele denominadas “diagonais” – que deviam superar a perspectiva vertical das disciplinas tradicionais, tratando o objeto de estudo de forma integrada e buscando descobrir as leis comuns aos fenômenos de distintos gêneros e que aparentemente não possuem relação.

Os estudos na França, a partir da década de 60, renovaram as bases conceituais sobre paisagem a partir de metodologias. Bertrand (2007) destaca o método proposto em Toulouse (1967), que possuía alguns princípios norteadores, tais como:

- ❖ É um método global porque a paisagem denominada *natural* é, ao mesmo tempo,

uma estrutura e um sistema que funciona no tempo e no espaço;

- ❖ É um método integrado pautado na análise sistêmica que estuda suas inter-relações. Sua preocupação estava na recusa de uma “supersíntese” enciclopédica da paisagem.

Na atualidade, Bertrand agrega referenciais importantes para o conceito de paisagem, onde a construção das análises geográficas pode basear-se em conceitos híbridos, devendo a paisagem ser “redescoberta”. Nesse sentido, Bertrand situa a paisagem no contexto da atualidade, questionando possibilidades de interpretação. Para o autor,

Le paysage n'existe pas en lui même. Quand un regard croise un territoire, c'est un processus entre quequ'un qui regard et surtout qui voit un paysage, qui met sa mémoire en marche et qui le traduit dans sa matérialité, en fait un paysage. La question est de savoir comment combiner cette subjectivité avec la matérialité d'un territoire. On sait reconnaître la matérialité d'un territoire qui sont fonctions des différents usages qu'en fait cet individu. Comment saisir la subjectivité? (BERTRAND, 2003:15)

Como apreender a subjetividade? Esta, sem dúvida, envolve uma questão metodológica, pois a paisagem pode representar um conjunto identitário cuja forma se realiza por ações que passam a constituir o referencial territorial para o exercício de relações de poder. O território, expressão das relações sociais, políticas, econômicas e culturais, localizadas num determinado tempo e espaço, assume importância nos estudos da paisagem, pois torna-se referência na verificação das contradições entre as formas de apropriação simbólica e concreta da natureza e da produção social do espaço. Conforme Bertrand (2007), apreender uma paisagem significa entender os obstáculos conceituais e metodológicos e atacar-se ao que parece ser um tecido de contradições. Seus postulados são:

1. A paisagem se impõe na sua trivial globalidade: é preciso partir do banal e do global desembaraçando-se (na medida do possível) de todo pressuposto disciplinar, metodológico e finalista;
2. A paisagem é um objeto socializado, uma imagem que só existe através do fenômeno fisiológico da percepção e de uma interpretação sócio-psicológica;
3. A paisagem nem por isso deixa de ser uma estrutura natural, concreta e objetiva, isto é, independente do observador;
4. A imagem social da paisagem é produto de uma prática econômica e cultural;
5. A especificidade da paisagem decorre menos de ser mais complexa e mais heterogênea do que os objetos científicos habituais do que da dificuldade de dominar as grandes categorias metafísicas: o natural e o cultural, o espaço e o social, o objetivo e o subjetivo. (BERTRAND, 2007: 221)

Essa preocupação de Bertrand é levantada porque os estudos da paisagem se limitaram, muitas vezes, a uma interpretação dualista centrada ora na paisagem como natureza-sujeito (definida como um fenômeno cultural), ora na paisagem natureza-objeto (definida como fenômeno natural independente de quem observa). Essas duas proposições são consideradas contraditórias e, por vezes, reducionistas na medida que uma nega a outra.

A individualidade da paisagem, mesmo retratando ações de desenvolvimento global que visam à generalização dos sistemas sociais, culturais econômicos e políticos, representa uma certa territorialidade. Esta, conforme Raffestin (1993) reflete a multidimensionalidade do "vívido" territorial pelos membros de uma coletividade, pelas sociedades em geral. Os homens "vivem", ao mesmo tempo, o processo territorial por intermédio de um sistema de relações existenciais e/ou produtivas.

A relação e o sentimento de pertença territorial indicam representações coletivas do espaço, dando sentido ao lugar e explicando os vínculos territoriais. Essa relação se processa em tensões identitárias entre subjetividades individuais e coletivas e/ou contextual e universal. Nestas condições, deve-se preocupar com a visão idealista da paisagem, ou seja, ela não representa unicamente um conjunto de percepções limitadas às análises de espaço "vívido" e espaço "percebido". Os estudos da percepção avançaram na epistemologia da Geografia, contribuindo com novos saberes e práticas na relação sujeito-objeto. Entretanto, muitos destes estudos ainda negligenciam a existência "objetiva" da paisagem, as relações socioculturais são tratadas de forma isolada em relação à dinâmica da natureza e as noções de espaço vivído e percebido representam um filtro cultural, uma projeção do olhar sobre a realidade.

1.1 Espaço geográfico e paisagem: unitas multiplex

O espaço geográfico está caracterizado pela chamada aceleração contemporânea. Nessa perspectiva, apresenta-se como uma totalidade e uma simultaneidade de fatos socioespaciais, possibilitados pelo chamado meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1999). Para o autor, a questão de totalidade e estrutura, de universal e particular devem ser unificadas pela ideia de conjunto, onde sociedade e natureza sejam reconhecidas

na dialogicidade. Ou seja, a sociedade deve ser reconhecida em seu diálogo com a natureza transformada, não apenas como agente transformador, mas também como um dos seus resultados. Para Milton Santos (1999), o espaço resulta da inseparabilidade entre sistemas de objetos e sistemas de ações representando, ao mesmo tempo, mistos ou híbridos.

Acrescento, ainda, a essa discussão as conexões que Suertegaray (2002) propõe ao retratar o espaço geográfico como uno e múltiplo, aberto a sua diversidade de conceitos: paisagem, território, região, lugar, redes, ambiente, possibilitando diferentes leituras e representando sua dinâmica. A partir dessa concepção, observa-se a unidade complexa entre espaço geográfico e paisagem. Conforme Suertegaray,

Paisagem é um conceito operacional, ou seja, um conceito que nos permite analisar o espaço geográfico sob a dimensão, qual seja o da conjunção de elementos naturais/tecnificados, socioeconômicos e culturais. Ao optarmos pela análise geográfica a partir do conceito de paisagem, poderemos concebê-la como forma (formação) e funcionalidade (organização). Não necessariamente entendendo forma-funcionalidade como uma relação causa-efeito, mas percebendo-a como um processo de constituição/reconstituição de formas na sua conjugação com a dinâmica social. Neste sentido, a paisagem pode ser analisada como a materialização das condições sociais de existência diacrônica e sincronicamente. Nela poderão persistir elementos naturais, embora já transfigurados (ou natureza artificializada). O conceito de paisagem privilegia a coexistência de objetos e ações sociais na sua face econômica e cultural manifesta. (SUERTEGARAY, 2002:22)

Na compreensão dessa dinâmica, o caminho a ser construído pode ser dado a partir de uma perspectiva interpretativa. Este fazer rompe, epistemologicamente, com o viés da visão naturalista e encaminha uma proposta sob a concepção de hermenêutica, compreendendo a paisagem numa relação complexa. A hermenêutica nos leva a um dos pontos de reflexão desta tese que são as indagações acerca da compreensão de espaço e paisagem. Merleu-Ponty destaca esta questão ao dizer

Que no espaço *ele mesmo* e sem a presença de um sujeito psicofísico não há nenhuma direção, nenhum dentro, nenhum fora. Um espaço está encerrado entre os lados de um cubo assim como estamos encerrados entre as paredes de nosso quarto. Para poder pensar o cubo, tomamos posição no espaço, ora em sua superfície, ora nele, ora fora dele, e desde então nós o vemos em perspectiva. O cubo com seis faces iguais é, não apenas invisível, mas ainda impensável; ele é o cubo tal como seria para si mesmo, já que ele é um objeto. (MERLEU-PONTY, 1992:275)

Assim, interrogar a paisagem significa retomar discursos e conceitos em relação ao espaço. Refletindo sobre as categorias propostas por Suertegaray (2002), verifica-se a importância de provocar o sentido que a ciência geográfica proporciona aos discursos e às

práticas em relação ao mundo. Nesse sentido, o estudo da paisagem pode ser considerado um exemplo, pois pode ficar aprisionado na singularidade de seus detalhes, ou simplesmente ser validado pelo olhar, pelo ponto de vista, pela imagem de um horizonte ou, ainda, apresentar-se como uma relação topológica a partir de imagens de satélites e/ou mapas. Não se pode negar a estrutura que a paisagem apresenta, pois ela vai refletir as descontinuidades qualitativas e quantitativas atravessadas por redes socioculturais que compõem o espaço e que se relaciona diretamente com o conceito de fisionomia. Contudo, deve-se provocar o sentido que ela representa.

Epistemologicamente, ao considerar a paisagem na relação de sua estrutura com sua fisionomia, passa-se a atribuir a estas características identitárias próprias que assumem uma autonomia, uma essência que independe de quem observa. Daí sua relação direta com o campo visual que nossos percussores científicos remetiam às características próprias do espaço e que Yves Lacoste, na década de 70, denominava de geografismos.

Metodologicamente, na perspectiva da Geografia Clássica, há um método de guiar o olhar do geógrafo na compreensão das paisagens. Primeiramente, o olhar deve distinguir diferentes elementos singulares, naturais e humanos que compõem a paisagem. Num segundo momento, este olhar converge para uma visão sintética do conjunto desta paisagem. Nesta correlação, a paisagem está aprisionada pelo olhar do sujeito e o campo da visão predomina enquanto saber em relação a outros campos de forças que atuam no espaço e que não pode ser apreendido somente pelo olhar. Contudo, a paisagem não se restringe aos elementos geográficos visíveis, conferindo suas delimitações ao plano da realidade. Compreende-se que identidades tomam formas que se configuram em padrões espaciais. As condições relacionais – entre natureza e sociedade – auxiliam na construção da paisagem em processo – dinâmica da paisagem. A paisagem depende do seu observador e seus interesses estão ligados ao olhar e às imagens, que são subjetivas. Segundo Simon Schama (1996), a natureza não se designa a si mesma como tal, são os humanos que a fazem e, por isso, esta designação torna-se complexa já que envolve a relação entre percepção ↔ cultura ↔ vivência ↔ experiência.

Paisagens são vivenciadas pelas pessoas que têm nela a construção de seu cotidiano. O sujeito que observa – um estranho ao lugar – insere-se por um determinado tempo e partilha desse cotidiano, bem como partilha suas experiências. A paisagem não pode ser

concebida apenas pelo universo teórico e existencial do observador, pois corre-se o risco de construir estereótipos. A paisagem é revelada a partir de uma vivência comum. Disso resulta a necessidade de compreender o significado da paisagem além da percepção visual dos objetos que se encontram nela.

Desse universo, pode-se buscar suas propriedades que evidenciarão interações e interdependências de escalas diversas, compreensão de processos, sua morfologia, sua apropriação simbólica, suas potencialidades. Estas características específicas permitem compreender as relações que se processam no lugar, estabelecendo o grau de intensidade de diferentes conflitos ou pelo menos, torná-los mais conhecidos. As alterações espaciais, espontâneas ou induzidas, são analisadas através de diferentes relações econômicas, políticas, sociais e culturais.

O paradoxo é compreender que o todo não é homogêneo e sim diverso, plural, pois a relação entre espaço geográfico e paisagem está na unidade do múltiplo, onde as partes se inter-relacionam para construir o todo, porém reservando sua individualidade. Conforme Morin,

A ideia de unidade complexa adquire densidade se pressentimos que não podemos reduzir nem o todo às partes, nem as partes ao todo, nem o um ao múltiplo, nem o múltiplo ao um, mas que precisamos tentar conceber em conjunto, de modo complementar e antagônico, as noções de todo e de partes, de um e de diversos. (MORIN, 2003: 135)

É preciso trabalhar com a complexidade do meio, ao mesmo tempo disjuncto e associativo, permitindo, assim, a compreensão da realidade sem reduzi-la a unidades ou a leis universais. *Unitas Multiplex* é reconhecer a pluralidade no um. É perceber o um e o diverso, não somente como relações antagônicas ou concorrentes, mas, acima de tudo, complementares. Para Morin,

É ainda mais difícil pensar o um e o diverso juntos: aquele que privilegia o uno (com princípio fundamental) desvaloriza o diverso (como aparência fenomenal); aquele que privilegia o diverso (como realidade diversa) desvaloriza o uno (como princípio abstrato). A ciência clássica se fundou no Uno reducionista e imperialista, que rejeita o diverso como epifenômeno ou escória. Ora, sem um princípio de inteligibilidade que perceba o uno na diversidade e a diversidade no uno somos incapazes de conceber a originalidade do sistema. O sistema é uma compleição (conjunto de partes diversas inter-relacionadas); a ideia de compleição nos conduz à complexidade quando se associa o um e o diverso. O sistema é uma unidade que vem da diversidade, que liga a diversidade, que traz em si a diversidade, que organiza a diversidade, que produz a diversidade. (MORIN, 2003:182)

Milton Santos (1999) contribui epistemologicamente para a compreensão da paisagem. A partir de Hägerstrand, segundo o qual “a ação é uma ação na paisagem, sendo a paisagem que dá forma a ação” (SANTOS, 1999: 75), Milton Santos discorda da posição do autor sueco, afirmando que onde este escreve paisagem teria escrito espaço. Para Milton Santos, paisagem e espaço não são sinônimos, sendo que a paisagem é um conjunto de formas que, num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza.

[...] A rigor, a paisagem é apenas a porção da configuração territorial que é possível abarcar com a visão. Assim, quando se fala de paisagem, há, também, referência à configuração territorial e, em muitos idiomas, o uso das duas expressões é indiferente. [...] A paisagem é transtemporal, juntando objetos do passado e do presente, uma construção transversal. O espaço é sempre Presente, uma construção horizontal, uma situação única. Cada paisagem se caracteriza por uma dada distribuição de forma-objetos, providas de um conteúdo técnico específico. Já o espaço resulta da intrusão da sociedade nessas formas-objetos, isto é, de significação, de valor sistêmico. A paisagem é, pois, um sistema material e, nessa condição, relativamente imutável; o espaço é um sistema de valores, que se transforma permanentemente. (SANTOS, 1999: 83)

Milton Santos nos oferece como exemplo desta distinção entre espaço geográfico e paisagem a bomba de nêutrons, um projeto do Pentágono Americano abortado por Kennedy durante a Guerra Fria. A bomba de nêutrons seria capaz de aniquilar toda a vida humana em uma dada área, mas manteria as construções. Se esta bomba fosse utilizada, teríamos antes o espaço e, após a explosão, somente a paisagem. Nas palavras de Milton Santos, a paisagem é história congelada, mas participa da história viva. São as suas formas que realizam, no espaço, as funções sociais. (SANTOS, 1999).

Paisagem nada tem de fixo e sim de imóvel. Considerada um ponto determinado do tempo, uma paisagem representa diferentes momentos do desenvolvimento de uma sociedade. Ela é resultado de uma acumulação de tempos, sendo que para cada porção do espaço, essa acumulação é diferente: os objetos não mudam no mesmo lapso de tempo, na mesma velocidade ou na mesma direção. Nesse sentido, a paisagem compreende dois elementos:

1. objetos naturais ou “coisas”, que não são obra do homem nem jamais foram tocados por ele.
2. objetos sociais, testemunhas do trabalho humano no passado, como no presente.

Percebe-se, nas palavras de Milton Santos, uma supervalorização do espaço geográfico em relação à paisagem. O questionamento que deriva é: a paisagem é imutável? É unicamente um sistema material? Essas dúvidas surgem, pois entende-se que a paisagem é uma apropriação concreta e também simbólica do espaço, incorporando à sua construção o mundo vivido que deriva de uma série de percepções, valores, imagens, atitudes, interpretações, formas de expressão fundamentadas em bases perceptivas do espaço.

Entre as diversas variáveis que podem ser utilizadas para a compreensão da dinâmica espacial da Cidade Jardim, uma delas é a compreensão de suas formas de espacialização, isto é, das diferentes construções de paisagens e de sua dimensão territorial. Nesse sentido, Milton Santos contribui a esta concepção a partir da ideia de *movimento da totalidade* no tempo e no espaço, onde fundamenta a noção de espaço produzido *no e pelo* movimento da totalidade social. O movimento da sociedade reflete-se espacialmente através de formas e funções. No espaço, os objetos e as ações tornam-se “geograficizados”, segundo os interesses socioculturais, econômicos e políticos. Dessas relações, produzimos paisagens.

A partir da fundamentação teórica de Milton Santos, compartilha-se a conjugação entre paisagem e espaço. O espaço insere-se em um sistema de pensamento complexo cujas interpretações revelam movimentos e transformações de determinadas partes da totalidade (una e múltipla). Isso significa que espaço não é um “objeto” de análise, mas uma totalidade híbrida que, segundo Milton Santos, se interpretado na ótica de sua produção, faz com que o espaço torne-se uma dimensão empírica da organização das ações que o produz e que as ações emergem, por sua vez, de uma estrutura normativa e reguladora. Este movimento é dado pelos processos de transformações resultantes das relações entre trabalho e capital, cujas formas espaciais produzidas contêm elementos das partes e do todo, como também elementos novos surgidos dessas relações.

A natureza mutante das relações sociais traz, por sua vez, mudanças na organização dos “sistemas de ações” e, portanto, na eficácia da funcionalidade das formas – nos “sistemas de objetos”. Nesse sentido, acredita-se que a análise da produção do espaço significa, também, uma análise da (des)construção do espaço produzido. Pode-se dizer, então, que a paisagem consiste numa geografia do movimento, traduzida e interpretada segundo suas formas, funções, estruturas e subjetividades que, ao se combinarem,

(re)produzem o espaço. Para Merleu-Ponty (1992), o espaço não é o meio (real ou lógico) onde se dispõem as coisas, mas o meio pelo qual a posição das coisas se torna possível. Nesta relação, é essencial a presença do homem como sujeito que percebe este mundo que implica o estar próximo e se relacionar com os objetos e o(s) outro(s) sujeitos. Como diz Straus apud Besse (2006:79), “o espaço do mundo da sensação está para aquele do mundo da percepção como a paisagem está para o espaço da geografia”.³

1.2 Geografia e paisagem: uma hermenêutica do espaço

A partir da concepção fenomenológica de Husserl, passa a existir um novo caminho metodológico, em especial, para as ciências humanas. Na concepção de Husserl, o fenômeno é compreendido através daquilo que ele denomina de *noese* (sobre o que se vivencia) e *noema* (sobre aquilo que é vivenciado). O fenômeno — ou o que aparece — está relacionado a uma consciência, a um determinado ponto de vista. Esta perspectiva passa a ser um contra-ponto para a influência do pensamento positivista na ciência geográfica, cujo paradigma está assentado em verdades únicas e universais. Conforme Husserl, (1989: 138) "a coisa espacial se reduz a uma unidade intencional que por princípio não pode ser dada senão como uma unidade que liga essas múltiplas maneiras de aparecer". Este princípio de unidade intencional é chamado de *noemática* que se relaciona com a *noese*, parte do sujeito que observa um determinado fenômeno e refere-se às vivências e aos sentidos da percepção. Esta perspectiva conceitual muda muito os caminhos epistemológicos da ciência e influencia, em especial, Merleau-Ponty.

Segundo Severino (1992), a fenomenologia, tendo como intuito de chegar às coisas mesmas, descreve os fenômenos tais quais eles são experienciados pela consciência e como sujeito e objeto se inter-relacionam neste processo. O conhecimento do mundo, mesmo em termos científicos, acontece a partir da própria experiência do sujeito. Todo o saber científico deriva do mundo vivido, ou seja, dos pensamentos, das percepções e das

³ Conforme Besse (2006), o livro de Erwin Straus, publicado em 1935, exerce uma evidente influência em Merleu-Ponty, na Fenomenologia da Percepção. Straus desenvolve uma concepção intelectualista da percepção e uma concepção fenomenológica do sentir, permitindo abrir novos campos de pesquisa, suscitando interesse no campo da percepção, da representação, da atitude diante do espaço.

vivências que estão presentes no ambiente. Por isso, Merleau-Ponty (1992) afirma que tudo aquilo que se sabe do mundo, mesmo por ciência, sabe-se a partir da própria visão ou de uma experiência do mundo, sem a qual os símbolos da ciência não poderiam dizer nada. O universo científico é construído sobre o mundo vivido e, se quiser pensar a própria ciência com rigor, bem como apreciar seu sentido e seu alcance, é necessário despertar essa experiência do mundo da qual ela é a expressão segunda. Nesta premissa, torna-se importante interpretar o mundo em que vivemos, desafiando as premissas do método positivista que impõem o reducionismo como síntese da análise e separa os sujeitos e seus objetos de pesquisa.

No caminho reflexivo, há a hermenêutica. Esta deriva do deus Hermes, mensageiro divino que tinha como tarefa traduzir a vontade dos deuses para a língua dos homens. A hermenêutica não é uma verdade de uma fala ou de um texto; ao contrário, estes necessitam ser expostos à interpretação e a um processo de configuração de um sentido possível, com pretensão de verdade própria. Conforme Flickinger,

Seu intuito é o de descobrir o processo mesmo de instauração de sentido, nascido na teia de nosso relacionamento com o mundo. Processo este, cujos caminhos embora sendo ordem também racional, não se reduzem aos critérios da racionalidade lógica. A experiência hermenêutica abarca algo que se encontra além do articulado explicitamente nas determinações conceituais da teoria, sem, entretanto, renunciar à pretensão de validade enquanto saber. (FLICKINGER, 2000: 29)

Não se afirma que a fenomenologia hermenêutica provém soluções epistemológicas nos estudos geográficos indicando estratégias de pesquisa, mas que, através deste caminho, oferece-se um campo mais aberto ao diálogo na compreensão da paisagem. Por isso, não se trata apenas de uma interpretação simbólica, visto que compreender é compreender-se e interpretar é interpretar-se. Isto significa restabelecer a estrutura interna do chamado *texto* e a sua projeção como *mundo outro* que habitamos enquanto nosso. Deste modo, entramos na noção de *mundo texto*, que caracterizará a hermenêutica de Paul Ricoeur (1994). O *texto* é o meio de comunicação na e pela distanciação e será reapropriado na leitura deste espaço, constituindo-se no processo de interpretação. O texto não possui início e fim, podendo ser qualquer discurso, tornando-o diferente para aqueles que o lêem. A leitura da paisagem se dará no e pelo espaço onde o sujeito pode compreender-se perante o mundo, pois este se traduz por “discursos” que têm a pretensão intencional de criar um mundo em direta relação

com a realidade, o mundo vivido. É importante destacar que o *mundo texto* é diferente do mundo real e entra em conflito direto com este. Conforme Almeida,

O primeiro desdobramento da tarefa hermenêutica consiste na elaboração de um projeto adequado à coisa que se quer compreender, o que implica uma abertura projetada para o desconhecido, embora este já esteja pré-configurado. O projeto inicial ainda não é a compreensão da *coisa mesma*⁴, mas já contém os juízos prévios que se tem sobre ela; juízos estes que precisam ser esclarecidos e convalidados no diálogo, através de mediações e testes. (ALMEIDA, 2000: 62)

Na abordagem hermenêutica, há várias perspectivas para apreender os fenômenos, pois há sempre várias possibilidades para interpretar um *texto*, pois este não é fechado em si próprio, ele carrega consigo múltiplos significados. Para a percepção da paisagem, é importante revelar o caráter construtivo da leitura ou de um olhar sobre o espaço e como este se assenta no processo hermenêutico e está articulado com o princípio da complexidade: o todo influencia as partes e estas o todo. Cada sujeito possui sua história e vivencia o mundo de forma diferente. Amparado por sua história e trocando experiências com outras pessoas, estas se tornam os outros para este sujeito, sendo que estes outros tornam-se imprescindíveis na compreensão da sua relação com a paisagem. Para Merleu-Ponty,

O problema é compreender essas relações singulares que se tecem entre as partes da paisagem ou entre a paisagem e mim enquanto sujeito encarnado, e pelas quais um objeto percebido pode concentrar em si toda uma cena, ou tornar-se o âmago de todo um segmento de vida. O sentir é esta comunicação vital com o mundo que o torna presente para nós como lugar familiar de nossa vida. (MERLEU-PONTY, 1992: 84)

A percepção da paisagem não começa no vazio, ou seja, já pertence a uma interpretação específica. Isso significa que quem interpreta insere seus conhecimentos na compreensão das relações, pois neste processo estão presentes suas vivências e suas perspectivas de mundo, herdadas de tradições socioculturais e históricas que contribuem para a leitura do texto. Ou seja, quem interpreta já possui uma prévia estrutura que condiciona qualquer compreensão possível. Na leitura de Carvalho (2009), há uma preocupação de Merleu-Ponty de se afastar de uma visão cognitiva dos processos

⁴ Segundo Almeida, a “coisa mesma” na visão de Gadamer é uma unidade de sentido e que, por isso, pode ser compreendida. Essa concepção vai ser ampliada pelos conceitos de pré-juízo (estrutura prévia da compreensão), autoridade (pessoa e tradição) e horizonte ou situação hermenêutica que se quer interpretar que é a tarefa primeira, constante e última na hermenêutica filosófica. (ALMEIDA, 2000: 61).

perceptivos, devendo realizar uma visão mais articuladora de “estar no mundo enquanto um habitar”, mediado pela corporeidade.⁵

Para Merleu-Ponty (2000), o corpo faz parte de uma construção universal, em que qualquer desenrolar perceptivo está previamente circunscrito. Cada experiência particular implica em uma atualização parcial do repertório de atitudes perceptivo-motoras, pelas quais o corpo se dirige ao mundo. Para o autor, a experiência imediata do corpo é fenomenal, isto é, não é como um fragmento de matéria inerte, mas como agente ativo na produção da experiência. A relação do corpo com o mundo instaura uma história, ou ainda, uma pré-história, no sentido de estabelecer a discriminação de dados sobre os quais se desenrolam os dramas pessoais. Por isso, o corpo é *corpo habitual* e não vive somente o presente, ele retém o passado e, assim, se insere no ambiente.

Contudo, há o campo de possibilidades, cujas atitudes indicam que o corpo não é somente habitual, mas também, *virtual*. Para Ferraz (2007), o corpo virtual antevê novas linhas de experiência, sendo possível lançar-se em situações abstratas e atuar de maneira independente das exigências cotidianas. Isso significa que o corpo, enquanto hábito, integra-se com as situações concretas e reitera modos de enfrentá-las. Como atitude virtual, volta-se para um ambiente que ele mesmo constroi. A capacidade de integração dos dois corpos (habitual e virtual) pode tornar-se um instrumento importante no processo de transformação e significação do espaço, uma vez que, uma paisagem integrada a um ambiente emotivo propício à sua construção, ainda que forjada artificialmente, poderá constituir novos padrões de conduta que levaria a uma nova relação com o espaço. A corporeidade envolve o passado, o presente e as possibilidades futuras, que, manifestas pela experiência, se manifesta ao mundo.

Nos estudos geográficos, Buttimer (1985) aponta para alguns caminhos nessa perspectiva. Conforme a autora, três aspectos são fundamentais para seguir as orientações com base nestes estudos da percepção: a ideia de corpo-sujeito (relação entre o corpo-humano e seu mundo); a intersubjetividade (diálogo entre a pessoa e meio ambiente,

⁵ Para Isabel Cristina Carvalho, o corpo surge como o “solo existencial da cultura”, onde se articula sujeito e objeto, conhecimento e autoconhecimento, subjetividade e alteridade. A corporeidade é síntese desta “encarnação” da cultura que constitui os seres humanos historicamente situados e o lócus privilegiado de articulação da dualidade sujeito e objeto e seus sucedâneos (Carvalho, 2009: 9)

conforme sua herança sociocultural) e os ritmos t moro-espaciais (compreensão da dinâmica da experiência do mundo vivido).

Desse modo, a compreensão do mundo, pelo viés da hermenêutica, buscada através da compreensão do *texto*, que   feita, como colocado por Gadamer (2000), sobre a base de expectativas de sentido que extraímos de nossa própria rela o precedente com o assunto. Na compreensão de Rego (2003), sobre a interpreta o de Gadamer, qualquer texto e um conjunto de símbolos são simultaneamente o ponto de chegada de uma história anterior e um ponto de partida de uma história a ser inventada. Assim, o texto, para a Geografia,   o mundo visto sob a perspectiva da contínuo constru o do espaço geográfico. O círculo hermenêutico   um retorno reflexivo e contínuo ao projeto prévio de compreensão, o que significa dizer que a paisagem, na condi o material e simbólica, revela-se no e pelo olhar que projeta a experiência imediata dos sujeitos que a objetivam.

A obra do artista René Magritte, surrealista do século XX,   um exemplo de interpreta o da paisagem a partir da hermenêutica. O autor representa justaposi o de paisagens e objetos e trata de questões objetivas e subjetivas do olhar, retratando o real e a representa o. Na pintura *A Condi o Humana* (figura 8), a natureza está enquadrada pela janela e pelo olhar de quem observa. Assim como em uma tela, a paisagem depende de quem a observa. Neste enquadramento de olhares, objetividade e subjetividade encontram-se. A objetividade   evidenciada a partir de um conjunto de significados culturais e simbólicos apreendidos coletivamente. A subjetividade está representada pela particularidade do olhar em rela o   natureza, observando critérios simbólicos e cognitivos individuais, pois   a forma como o sujeito relaciona-se com o mundo e com outras intersubjetividades. Paisagem e natureza não representam somente uma porão do espaço objetivo, mas também o que elas representam para quem observa. O contexto  , ao mesmo tempo, objetivo e subjetivo. Conforme Carolina Junqueira dos Santos,

Qual a nossa condi o para perceber de que real se fala? Todos os reais possíveis estão embaralhados, e entre eles também as representa es e as ilusões da imagem.   um jogo. Nessa versão de 1933, como nas outras, a pintura se propõe a refletir o que está por tr s da representa o, se há, ali, o mundo dito real, ou se   apenas um truque para nos fazer crer que as coisas, de fato, se repetem. O que está na pintura dentro da pintura, suspensa num cavalete, pode não representar o que há atrás dele. Poderia haver ali um buraco, uma quebra na paisagem. Acreditamos por um momento que estamos a ver com exatidão a continua o do que o cavalete nos impede de olhar. Mas tantas outras coisas podem estar a acontecer ali, atrás daquele quadro, atrás daquela janela. A própria representa o

é um jogo, é um mistério. Nunca se pode confiar numa imagem representada. Não se pode saber o que ela quer falar e quais os seus artifícios. (SANTOS, 2006: 43-44)

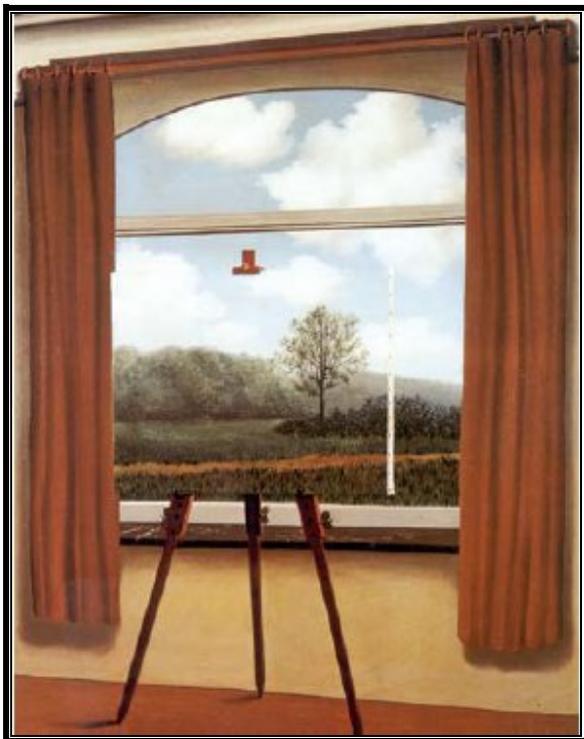


Figura 8: A Condição Humana – René Magritte (1933)
Fonte: SANTOS, Carolina. A Ordem Secreta das Coisas, 2006.

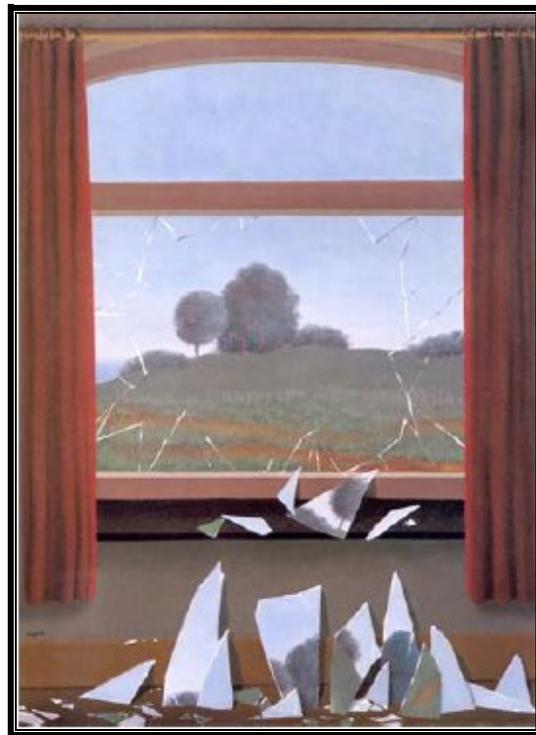


Figura 9: La Clef des Champs – René Magritte
Fonte: SANTOS, Carolina. A Ordem Secreta das Coisas, 2006

Já na figura 9, Magritte confunde nossa percepção, pois o real parece confundido com a janela, pois a imagem revela-se quando o espelho é quebrado. Ao se partir a janela, pedaços do que seria a realidade também se partem. Cada sociedade constrói os significados simbólicos de suas janelas, de seus olhares ou de suas vitrines. A paisagem fala para quem quer escutá-la e, os que a escutam, verbalizam, indicando a forma como percebem o mundo. Por um lado, ela é dimensionada por um olhar e, pelo outro, ela condiciona este olhar. Para esta relação, Nelson Rego (2005) coloca que a partir da maneira como os outros nos olham podemos compreender como nos projetamos. É um jogo de olhares, uns que mostram, outros que vêem, uns que olham como os vêem, outros que vêem sem saber que são vistos.



Figura 10: Fotografia – Ernst Haas, 1951.

Fonte: SANTOS, Carolina. A Ordem Secreta das Coisas, 2006.

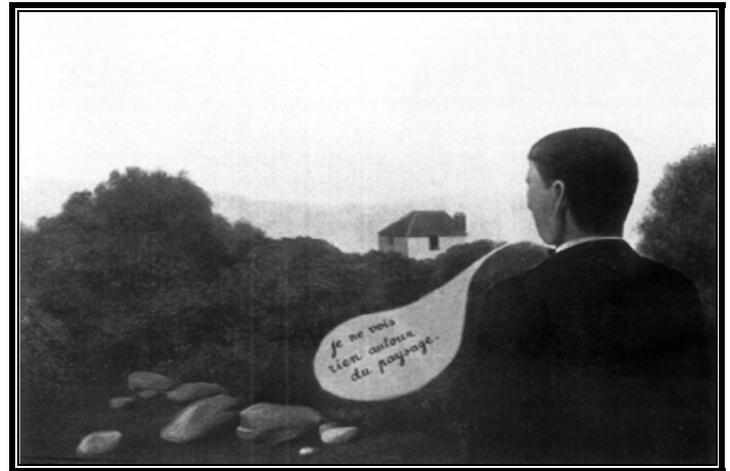


Figura 11: Le paysage isolé – René Magritte, 1928.

Fonte: SANTOS, Carolina. A Ordem Secreta das Coisas, 2006.

Essa relação introduz um interessante debate para o campo da ciência geográfica na medida em que discute o campo da interpretação e dos julgamentos científicos, podendo ser exemplificados através das figuras 10 e 11. Em uma fotografia de 1951, de autoria de Ernst Haas (figura 10), um homem tem uma paisagem diante dos olhos que é recortada em espelhos. Há lugares e movimentos diversos de pessoas que estão atrás desse homem. Quando ele se vira, as imagens fragmentadas e refletidas no espelho tornam-se real, pois ele enxerga todo aquele movimento e multidão. Bakhtin (2003), ao falar sobre o jogo de olhares, exemplifica esta ideia ao afirmar que no espelho não vemos a nós mesmos, mas tão somente o nosso reflexo sem autor. Isto significa dizer que, ao se dirigir para uma imagem que representaria a realidade, essa é mais pura do que o reflexo no espelho, contudo ela é percebida de forma aleatória, artificial, e não expressa o que Bakhtin denomina de diretriz volitivo-emocional que significa a subjetividade do sujeito em relação ao mundo. A crítica que o autor faz é que avaliamos a nós mesmos do ponto de vista dos outros, ou seja, através da impressão que ela ocasiona no outro. Vemos o reflexo de nossa imagem, não a nós mesmos.

René Magritte, em uma tela de 1928 (figura 11), representa um homem com uma paisagem diante dele. Diante deste recorte, o que ele observa sai de seus lábios: *je ne vois rien autour du paysage* (eu não vejo nada em torno da paisagem). Simplesmente, o homem nada vê em torno da paisagem, o que significa que também nada vê de nós, espectadores,

que procuramos alguma coisa que não se possa, também, ver. Não vemos o seu rosto e ele não sabe que estamos atrás; ele não sabe, que além da sua própria solidão, além da sua fala do que não é visto, além disso, existimos nós, assim como existe, também, a vontade do espectador de saber o que não é visto pelo homem. Santos (2006) traduz suas impressões, afirmando que:

Existem muitos olhares em torno da paisagem. E diante de qualquer uma delas, diante do olhar que lançamos à multidão ou a um certo nada que, por sua vez, pode ser somente uma palavra – através dos nossos olhos perdidos, das imagens encontradas, podemos construir qualquer paisagem. Ela se refaz a cada novo olhar, os ângulos de visão não se repetem, os reflexos, a paisagem vazia, a casa, os espelhos. Um homem se vira. O outro talvez tenha fechado os olhos. O que podemos saber de um homem quando não vemos o seu rosto? O que saber dos seus olhos, da expressão? Talvez, sim, estivesse de olhos fechados e então nada veria. Nem a paisagem, nem o próprio corpo. Talvez só existisse, ali, a linguagem, seu discurso sozinho, as palavras feito pedras, palavras soltas da sua boca muda, do seu olhar cego. O outro homem, diante dos espelhos e da multidão, usa óculos. Ele vê. Ele busca a imagem. Ele se vira, olha para frente, para trás, mantém seu corpo diante da imagem, também é imagem. Ele faz parte da multidão que olha. O outro, de olhos fechados, está em lugar nenhum. (SANTOS, 2006: 86)

Outro exemplo do artista pode ser observado na obra *Lê Blanc-Seing*, 1965, (figura 12). René Magritte trata do pensamento entre o visível e o invisível. A mulher que cavalga no bosque está numa paisagem em que a vemos e depois não, contudo sabe-se que ela está presente a todo instante. Merleu-Ponty nos pode falar bem dessa passagem quando fala da *visão indeterminada*, a *visão de não sei o quê*, quando passamos do limite, ou seja, aquilo que está atrás de nós não deixa de ter presença visual.



Figura 12: Le Blanc-Seing (Carta Branca) - René Magritte, 1965.
Fonte: http://confrariadaarte.blogspot.com/2007_09_01_archive.html

Assim, temos a *paisagem projetada* que se processa a partir de mediações entre o sujeito e a paisagem, inserindo nela as possibilidades de interpretação. A percepção e a interpretação da paisagem sob estas perspectivas, devem considerar as diferentes realidades socioculturais. Ao levar em consideração a perspectiva sociocultural, destacam-se as diferentes práticas e regras interiorizadas em cada grupo, o que indica seu modo de ser e de vida e assim, suas relações e leituras de mundo. Acima de tudo, deve-se reconhecer que a paisagem é criada pelo observador e ela depende do ponto de vista que ele escolheu e do enquadramento que ele lhe dá. Nossos olhos são a “*janela da alma*” para perceber este enquadramento. Segundo Lapparente apud Besse,

Fomos conduzidos à conclusão de que o meio mais seguro de obter o pleno gozo de uma paisagem não é o de sempre se deixar absorver numa contemplação beata e um tanto inconsciente. Pode mesmo haver algum proveito em virar as costas por um instante ao espetáculo que encanta os olhos, e se deter em quebrar algumas pedras, para escândalos das boas almas as quais qualquer tentativa de análise de uma impressão estética assusta como se fosse um sacrilégio. (LAPPARENTE APUD BESSE, 2006: 63)

Estas analogias apontam para a construção desta tese. A paisagem, percebida e compreendida, representa o olhar que cada sujeito vê o mundo (objetiva e subjetivamente). Certamente, não representa a sua totalidade, mas a sua complexidade de saberes e formas na sua conjugação com o espaço. As análises funcionais não conseguem alcançar a complexidade que envolve o estudo da paisagem, ou seja, a articulação complexa das geografias impressas e expressas produzidas ou/e reproduzidas na(s) paisagem(ns) da área de estudo. Além da materialização das condições sociais, econômicas, políticas e culturais de existência diacrônica e sincrônicas, é preciso tecer análises na interface com as intersubjetividades (relação do sujeito com outros sujeitos e o mundo), pois o mundo que o sujeito percebe jamais pode ser considerado objetivamente. A partir da articulação teórica com o método, busco a inspiração filosófica para as discussões que serão aqui tratadas. Esta articulação entre a geografia e outros saberes filosóficos evidenciam cada vez mais a necessidade do diálogo entre as ciências, a arte e a sociedade.

O discurso pretendido é transversalizar diferentes conhecimentos a fim de compreender o significado da paisagem para diferentes segmentos sócio-culturais e técnicos e seus projetos espaciais a partir do caminho da complexidade. Isto requer uma abertura ao diálogo, às contradições, à ambiguidade, à tensão, ao hibridismo de saberes. A interpretação da paisagem pode nos conduzir ao centro de uma arena intelectual

interdisciplinar onde intelectuais estão debatendo temas tão importantes como a natureza da objetificação, da representação, da consciência, da ideologia e da relação entre esses aspectos de um sistema cultural. São saberes híbridos produzidos pelo cruzamento de correntes do pensamento geográfico com outros saberes advindos da antropologia, da crítica literária e da arte, da psicologia e da ciência política. Todavia, essas questões são centrais para uma compreensão geográfica da produção e do uso da paisagem e de seu papel como componente constitutivo dos processos sociais.

A abordagem geográfica da paisagem está identificada a partir de um pensamento complexo. Este, conforme Morin (1982) associa o uno e o múltiplo, a parte e o todo, o local e o global numa visão transdisciplinar dos fenômenos abandonando o reducionismo, pautado na investigação científica tradicional, que dá lugar à criatividade e às incertezas. A compreensão desta ideia expressa uma dimensão conceitual e metodológica proposta por Suertegaray,

A interdisciplinaridade pressupõe trabalho coletivo, atitude dialógica, ou seja, busca de compreensão do problema em questão mediante o consenso na interpretação/compreensão. Agora, alcançar a interdisciplinaridade requer abertura e capacidade de compreender as múltiplas leituras que emanam das diferentes formas, de certo modo, já consolidadas, de entender um problema. A transdisciplinaridade é uma possibilidade de auxílio nesta tarefa. Podemos entendê-la como capacidade de trânsito, capacidade de dialogar com os diferentes saberes, entendê-los e incorporá-los ao nosso conhecimento. Essa abertura ao conhecimento do outro é um primeiro passo à construção interdisciplinar construída democraticamente, capaz de romper hierarquias e dominações de uns saberes (disciplinares) sobre outros. (SUERTEGARAY, 2004: 192)

Certamente, há nesta relação um processo *dialógico*, em que o intérprete põe em discussão seus pré-juízos sobre a paisagem antes de conhecê-la. O intérprete (um estranho ao lugar), se insere por um determinado tempo e espaço para compreender o cotidiano que o sujeito compartilha com a paisagem, por isso os trabalhos de análise de determinados espaços não podem ser concebidos apenas pelo universo teórico de quem observa, descreve, analisa e classifica. A paisagem revela-se, também, pelas vivências e, assim, seu significado vai além da percepção visual. Conforme Duncan,

As descrições não são reflexos espelhados; são necessariamente construídas dentro dos limites da linguagem e das estruturas intelectuais daqueles que descrevem. Tal linguagem não é uma série de palavras que tem correspondência exata com a realidade “exterior”. Ela se baseia em discursos que são significados partilhados constituídos socialmente, em ideologias, em séries de suposições do “senso comum”. As mesmas palavras podem ter diferentes significados em

diferentes discursos. As descrições podem ter significado somente em um sentido contextualizado. Dessa maneira, toda descrição, seja ela explicitamente teórica ou não, apóia-se na linguagem, em alguma forma de categorização que é inerente ao próprio ato de nomear. (DUNCAN, 2004: 96)

A hermenêutica aparece como uma das abordagens epistemológicas na Geografia na tentativa de superar muitas dicotomias. Como estratégia metodológica, propicia a compreensão do sujeito na relação tempo-espaço, pois passa a constituir um espaço de discussão na ciência geográfica, principalmente, na chamada *geografia cultural* que tem a interpretação e os significados como base para compreensão da geograficidade do mundo. A preocupação com o método é uma constante na ciência geográfica e, neste caso, podemos citar Dardel (1952), quando o autor coloca que a paisagem vai além do olhar e da linha do horizonte, mas representa um espaço da experiência estética.

O estudo da fisionomia da Terra a partir de partes de uma totalidade alcança seu ápice na modernidade, cujos detalhes que compreendiam a unidade de paisagem somavam-se a outras partes que, em conjunto, representam o todo. Daí resultam os conflitos (socioculturais, técnicos, éticos, estéticos, morais, etc) que perduram até atualidade na representação da paisagem. Inegavelmente, o conceito de paisagem está baseado na percepção e acolhe elementos que, de certa forma, ganham sentido e homogeneização pelo nosso olhar. Segundo Dardel (1952), o primeiro contato que temos com o espaço aprisionado pelo olhar é matéria e esquecemos que o espaço que a compõe é infinitamente diverso e mutável do que a impressão que temos sobre ela. A interpretação da paisagem é feita a partir dos fundamentos que modelam a nossa imagem de mundo. O nosso olhar reuni os elementos da paisagem e os agrupa segundo suas especificidades e varia, assim, seus limites. O sentido que apreendemos da paisagem depende de nossa relação com mundo, ou seja, da existência e da significação que damos a ela.

Tradicionalmente, a paisagem representava o encontro com a visão pelo viés positivista e garantiu o sentido da verdade para os discursos geográficos. Os métodos que davam conta desta postura científica eram o indutivo-idiográfico ou dedutivo-nomotético. David Lowenthal apud Besse (2006) abre para uma concepção mais aberta e flexível no que diz respeito à questão metodológica para a Geografia ao falar sobre o ofício do geógrafo:

Este não é um estudo da significação ou dos métodos da geografia, mas antes um ensaio de teoria do conhecimento geográfico. Os tratados metodológicos de Hartshorne analisam e desenvolvem os princípios lógicos da geografia como

ciência profissional, “uma forma de conhecimento diz ele, que é diferente das vias do instinto, da intuição, da dedução *a priori* ou da revelação”. Minha pesquisa epistemológica, ao contrário, tem a haver com todo o pensamento geográfico, científico ou não: “A natureza e a expressão das ideias geográficas no passado e no presente [...] as ideias geográficas, verdadeiras e falsas, de todos os tipos de pessoas – não somente geógrafos, mas também fazendeiros e pescadores, homens de negócios e poetas, romancistas e pintores, Beduínos e Hetentotes” (BESSE, 2006: 77-78)

As palavras de Besse suscitam outras possibilidades à ciência geográfica, abrindo ao interesse pela percepção, pela representação e pelas atitudes diante do espaço, desvelando que diferentes discursos podem ser portadores de saberes e significações geográficas. A Terra, nas palavras de Besse (2006), torna-se um grande livro a ser interpretado, no interior do qual todas as manifestações da vida num lugar da superfície terrestre estão reunidas. É neste sentido que se resgata a obra de Eric Dardel, onde o fato geográfico se apresenta como escritura.⁶

A superfície terrestre escrita é a paisagem. O significado da palavra geografia acompanha este sentido. Segundo Dardel, a Geografia é, segundo a etimologia, a descrição da Terra, mas o termo grego sugere que a Terra é uma escritura a decifrar, e o saber geográfico é fundamentalmente o de empreender a leitura e a decodificação destes signos da escrita que são os desenhos das costas, os contornos das montanhas, as sinuosidades dos rios e também as diferentes formas de estabelecimento humano sobre a Terra. Para Dardel,

[...] a geografia não é só um princípio, um conhecimento; a realidade geográfica não é apenas um “objeto”; o espaço geográfico não é um espaço em branco a preencher com cores. A ciência geográfica pressupõe que o mundo está compreendido geograficamente, que o homem se sente e se saiba ligado a Terra como ser chamado a se realizar na sua condição terrestre. As impressões subjetivas que se apresentam a nossa apreensão é uma configuração geográfica do mundo, revelada pelas substâncias das coisas, ou seja, da nossa própria existência no mundo. (DARDEL, 1952: 46)

O conhecimento geográfico tem como objetivo a interpretação destes signos que a Terra revela ao homem sobre sua condição humana e seu destino. Nesse sentido, a Geografia não pode construir seus discursos e conceitos exclusivamente pelos métodos nomotéticos e idiográficos (pautados no pensamento positivista e neopositivista) porque

⁶ Segundo Eric Dardel, la géographie est, selon l'étymologie, la “description” de la Terre, plus rigoureusement, le terme grec suggère que la Terre est une écriture à déchiffrer, que le dessin du rivage, les découpures de la montagne, les sinusites de fleuves forment les signes de cette écriture. La connaissance géographique a pour objet de mettre en Clair ces signes, ce que la Terre révèle à l'homme sur sa condition humaine et son destin. (DARDEL, 1952:2)

está assentado no próprio objeto da Geografia: a natureza do espaço geográfico. Conforme Dardel,

A fronteira do mundo material, onde se insere a atividade humana, e do mundo imaginário, trabalha seu simbólico para a liberdade de espírito, nos reencontramos até agora numa geografia interna, primitiva, onde a espacialidade original e mobilidade profunda do homem desenha direções, traçam caminhos verso um mundo outro. [...] A geografia não implica somente num reconhecimento da realidade terrestre em sua materialidade, ela se constrói tanto quanto técnica do imaginário quanto sobre a realidade dela mesma. (DARDEL, 1952:6-7, tradução nossa)

Para o autor, o espaço geográfico não é somente superfície, pois implica numa profundidade, numa densidade, numa plasticidade que não são determinadas por uma percepção, mas sim pela resposta à realidade geográfica encontrada na própria experiência. Assim, a abordagem hermenêutica contribui para dar mais complexidade às análises geográficas do espaço.

Na leitura de Dardel, observa-se que há necessidade, tanto na geografia quanto na compreensão da paisagem, de realizar uma leitura, uma interpretação da superfície terrestre. O desafio disso está na aprendizagem desta interpretação. A paisagem não pode ser compreendida e aprisionada simplesmente pelo olhar, é preciso decifrar a inserção do homem no mundo, lugar de combate pela vida, manifestação de seu destino com os outros, base de seu ser social. (Dardel, 1952). É necessário, portanto, revelar outros olhares e universos de significação da paisagem, além de outros conceitos e práticas, pois a estética científica, política, religiosa, etc, se anunciam a partir de determinada cultura onde está inserido o sujeito. A realidade representa a relação de visibilidade, enquanto a paisagem é um conjunto de signos que necessitam ser decifrados pela interpretação, ou seja, é preciso ler a paisagem. Conforme Dardel,

A paisagem se unifica em torno de uma tonalidade afetiva dominante, perfeitamente válida apesar de resistente a toda redução puramente científica. Ela se insere na totalidade do ser humano, nas suas relações existenciais com a Terra, onde é possível sua geograficidade original: a Terra como lugar, base e momento de sua realização. É presença atraente ou estranha, e, portanto, lúcida. A paisagem não é um círculo fechado, mas um desdobramento. Ela não é verdadeiramente geográfica para seu plano real ou imaginário que o espaço produz além do olhar. [...] A paisagem é efêmera versus toda a Terra, uma janela sobre as possibilidades ilimitadas: um horizonte. Não é uma linha fixa, mas um movimento, um impulso. (DARDEL, 1952: 42, tradução nossa)

Para a leitura da paisagem, é preciso verificar suas formas de organização espacial, suas estruturas, suas funções, seus fluxos, suas centralidades e suas periferias. Dessa forma,

o que é visível é relativo a um determinado ponto de vista. Julga-se que o desafio deste trabalho é o que se dá além da simples representação, é perceber na realidade visível, traços de coisas não visíveis. Não se descarta que a paisagem é um produto objetivo, da qual se capta apenas seu aspecto exteriorizado. Pode-se dizer que há uma interiorização, uma *substância interna* que só deixa ver seu exterior. Conforme Dardel (1952), a paisagem é a geografia compreendida em torno do ser humano, como ambiente terrestre. É uma justaposição de detalhes pitorescos, é um conjunto, uma convergência, um momento vivido, uma linha interna, uma impressão que pressupõe a presença humana, mesmo onde há ausência de forma. Ela fala de um mundo onde o homem realiza sua existência como presença contida e afetiva, que provoca uma relação epistemológica importante para a ciência geográfica quando trata da paisagem. As impressões das atividades humanas deixam suas marcas, uma espécie de inscrição no espaço que precisa ser apreendida, ou seja, interpretada. A espacialização geográfica da paisagem nas relações objetivas e subjetivas revela a existência humana no seu tempo e espaço e, assim, a geografia está inserida numa dimensão originária da existência humana.

A ciência geográfica não pode explicar a relação entre todos os fenômenos no espaço, entretanto pode-se compreender o mundo geograficamente. Essa construção depende de rupturas epistemológicas, principalmente, com discursos pautados na perspectiva do pensamento positivista. Segundo Jean-Marc Besse,

O espaço geográfico é como um prolongamento de uma série de devaneios da matéria, porque a materialidade terrestre não está fechada nela mesma, na indiferença simples de uma pura facticidade, porque ela é, fundamentalmente, fisionomia, por ela manifestar direções de sentido numa coexistência própria, em suma, porque ela excede sua pura facticidade e se apresenta irredutivelmente carregada de qualidade. (BESSE, 2006:89)

Tradicionalmente, na ciência geográfica, é muito complexo realizar uma leitura dos significados espaciais para além da sua dimensão visível. O conhecimento positivista e neopositivista preocupa-se com o empírico e as verdades universais, enquanto o conhecimento narrativo caminha pelos meios de verossimelhança e dos acontecimentos do mundo vivido, onde há a situação, a compreensão e a interpretação. Conforme Merleau-Ponty,

Buscar a essência do mundo não é buscar aquilo que ele é em ideia, uma vez que tenhamos reduzido o tema de discurso. É buscar aquilo que de fato ele é para nós antes de qualquer tematização. [...] O mundo não é aquilo que penso, mas aquilo

que eu vivo; eu estou aberto para o mundo, comunico-me indubitavelmente com ele, mas não o possuo, ele é inesgotável. Há um mundo, ou antes, há o mundo” (MERLEU-PONTY, 1992: 13-14)

Se o mundo é aquilo que percebo, pode-se dizer que a Geografia é uma ciência (também diria experiência) hermenêutica, pois na medida em que ela indaga sobre as diferentes escrituras e linguagens deste mundo, é possível um retorno reflexivo sobre o nosso papel no espaço, ou seja, nossa relação com o mundo. Por isso, a leitura e interpretação da paisagem, enquanto um conceito geográfico, é um desafio epistemológico, pois se ela é um saber geográfico, o método de representação e interpretação se conflituam com outros saberes. Segundo Cosgrove,

O texto de uma interpretação geográfica da paisagem é o meio através do qual transmitimos seu significado simbólico, através dos quais *re-presentamos* esses significados. Inevitavelmente, nossa compreensão é informada por nossos próprios valores, crenças, teorias, mas está apoiada na busca de evidência de acordo com as reconhecidas regras desinteressadas do mundo acadêmico. (COSGROVE, 1998: 110)

Para Cosgrove, as subjetividades humanas (morais, patrióticas, religiosas, sexuais, políticas, etc) contribuem para uma geografia da paisagem, pois influenciam nosso comportamento diário. Dentro do paradigma cientificista do positivismo, do neopositivismo ou mesmo do dialético, a Geografia ignorou muito o significado contido na paisagem humana, que tendia a reduzi-la a uma impressão impessoal de forças demográficas e econômicas. O autor propõe aplicar a interpretação das paisagens humanas às habilidades que empregamos ao analisar um romance, um poema, um filme ou um quadro. Assim, a trataríamos como expressão humana, composta de muitas camadas de significados, o que é bastante incomum. Desta forma, o autor trata a Geografia como uma humanidade e como uma ciência social.

Uma característica importante a ser ressaltada é que Cosgrove aborda estas questões relacionadas ao simbolismo e à cultura, o que encaixa seu trabalho em um determinado tipo de ciência, mas há também um forte conteúdo crítico. Observa-se como o estudo da cultura está intimamente ligado ao estudo do poder, revelando as relações de dominação e opressão.

Um grupo dominante procurará impor sua própria experiência de mundo, suas próprias suposições tomadas como verdadeiras, como a objetiva e válida cultura para todas as pessoas. O poder é expresso e mantido na reprodução da cultura. Isto é melhor concretizado quando menos visível, quando as suposições culturais

do grupo dominante aparecem simplesmente como senso comum. Isto é às vezes chamado de *hegemonia cultural*. Há, portanto, culturas dominantes e subdominantes ou alternativas, não apenas no sentido político, mas também em termos de sexo, idade e etnicidade. As culturas subdominantes podem ser divididas, historicamente, como residuais (que sobraram do passado), emergentes (que antecipam o futuro) e excluídas (que são ativa ou passivamente suprimidas) como as culturas do crime, drogas ou grupos religiosos marginais. Cada um destas subculturas encontra alguma expressão na paisagem, mesmo sendo apenas numa paisagem de fantasia. (COSGROVE, 1998: 104-105)

Muitos valores simbólicos da paisagem reproduzem normas culturais, estabelecendo os valores de grupos dominantes por toda uma sociedade. Gosgrove propõe trabalhar as paisagens ao mesmo tempo de forma crítica e original, pois incorpora a dimensão simbólica, contribuindo sobremaneira ao pensamento geográfico. As paisagens, tomadas pelo cotidiano, estão repletas de significados. O que há de mais instigante para a ciência geográfica é a sua decodificação, porque a geografia está em toda parte, reproduzida diariamente por cada um de nós, tornado-a efetivamente humana crítica e relevante, contribuindo para um melhor conhecimento e compreensão de nós mesmos, dos outros e do mundo que compartilhamos. (COSGROVE, 1998)

Como expressão espacial, a partir de estudos da fenomenologia, destacam-se os trabalhos de Augustin Berque. Ele observa a paisagem como expressão concreta da sociedade com relação ao espaço a partir de marcas e matrizes. Conforme o autor,

Como manifestação concreta está exposta a objetivação analítica, do tipo positivista. Mas ela existe, em primeiro lugar na sua relação com o sujeito coletivo. A paisagem é uma marca, pois expressa uma civilização, mas é também uma matriz porque participa dos esquemas de percepção, de concepção e de ação – ou seja, da cultura. Não é mais a realidade objetiva que nela reconhecemos que deve reter a atenção, mas a maneira como essa realidade fala aos sentidos daquele que a descobre. (BERQUE, 1998: 85)

Segundo as ideias de Berque, paisagem é marca e matriz e, sendo *marca* pode ser descrita e inventariada através de formas, funções e estruturas e suas articulações enquanto dado perceptível de fenômenos sociais e culturais do espaço. Como *matriz* é preciso apreender a paisagem segundo a percepção por outras consciências. Sendo assim, “a paisagem é plurimodal (passiva-ativa-potencial) como é plurimodal o sujeito para o qual a paisagem existe”. (BERQUE, 1998: 86).

Paisagem não pode ser mais uma apreensão objetiva da realidade visto que é carregada de sentido, investida de afetividade ou não por aqueles que vivem nela. O enfoque perceptivo consiste na compreensão da relação do ser humano com o lugar

vivenciado e como ele reage frente às condições e aos elementos do ambiente e como este processo reflete nas ações sobre o espaço. É, igualmente, importante destacar que para Berque, a percepção depende do corpo do indivíduo perceptor, sendo que este, constitui apenas um elemento nesta relação e a visão é incorporada juntamente com outros sentidos que interagem com o mundo. Não é uma relação única entre indivíduo e mundo, mas tudo aquilo pela qual a sociedade o condiciona e o supera, situando os indivíduos no seio de uma cultura, dando com isso um sentido à sua relação com o mundo - sentido que, naturalmente, nunca é exatamente o mesmo para cada indivíduo. (BERQUE, 1998).

Na interpretação de Berque, as sociedades organizam seus ambientes de acordo com a percepção que elas possuem deles e, reciprocamente, elas os percebem em função da organização que dão a estes ambientes. Os espaços, na medida em que se tornam invisíveis aos próprios olhos daqueles que habitam, traçam novas formas de convivência, novos trajetos, hábitos e costumes que transformam a paisagem. Conforme Melo,

Ao querer exemplificar a análise do significado da paisagem humana segundo seus pressupostos, Cosgrove define a paisagem da cultura dominante e as paisagens alternativas. A cultura dominante procura produzir paisagens de acordo com sua imagem de mundo e ter essa imagem aceita como realidade de todos, enquanto as paisagens seriam produzidas por grupos não-dominantes, portanto teriam menos visibilidade. (MELO, 2001:40)

O conceito de paisagem, segundo singularidades marcadas por identidades espaciais, expressa seus limites reconhecíveis através de relações simbólicas e materiais. Segundo Corrêa

[...] a retomada do conceito de paisagem, que se verificou após 1970, trouxe novas acepções fundadas em outras matrizes epistemológicas. Na realidade, a paisagem geográfica apresenta simultaneamente várias dimensões que cada matriz epistemológica privilegia. Ela tem uma dimensão morfológica, ou seja, é um conjunto de formas criadas pela natureza e pela ação humana, e dimensão funcional, isto é, apresenta relações entre as suas diversas partes. Produto da ação humana ao longo do tempo, a paisagem apresenta uma dimensão histórica. Na medida em que uma mesma paisagem ocorre em certa área da superfície terrestre, apresenta uma dimensão espacial. Mas a paisagem é portadora de significados, expressando valores, crenças, mitos e utopias: tem assim uma dimensão simbólica. (CORRÊA, 1998:8)

Tendo em vista as palavras de Corrêa, entende-se que a paisagem não é somente materialidade, mas representa um cenário de significados produzidos pelos elementos que a compõe. Portanto, não pode ser entendida como uma justaposição de elementos, mas como uma expressão do mundo vivido e das experiências produzidas pelo homem no seu espaço. Cada paisagem tem seu próprio conjunto e significados. Conforme RELPH (1979), qualquer

paisagem é diferente e, ao mesmo tempo, possui similaridades com outras paisagens porque estas são compostas por objetos e formas similares e nós as vemos, muitas vezes, através dos mesmos olhos e com os mesmos preconceitos. A paisagem, na qual o sujeito constrói sua vida, não emoldura a pintura, ela, simplesmente, entra na sua verdadeira existência e torna-se parte dela.

1.3 Entre o lugar e o além-lugar: a paisagem e suas representações

Na paisagem, nos deslocamos de um lugar para outro. É difícil se situar na própria paisagem, ou seja, posicionar-se em um conjunto. Conforme Tuan, “eu estou sempre **aqui**, e o que está aqui eu denomino **este**. Ao contrário do aqui onde eu estou, você está **lá** e ele está **acolá**. O que está lá ou acolá eu denomino de **aquela**”. (1983:53, grifo nosso). O que Tuan coloca em relação ao conceito de lugar é importante para a compreensão da paisagem. Os pronomes utilizados por ele indicam distâncias relativas a partir do eu. O reconhecimento e os valores espaciais possuem relação direta com a existência humana e o significado do corpo. A linguagem revela a conexão entre o sujeito, o espaço e o tempo, tornando-se um referencial importante na compreensão da paisagem, pois é necessário apreender sua *espaciosidade* para ter o poder de se situar nela. Para Tuan (1983), esta espaciosa está relacionada a uma sensação de estar livre e que, para obter esta liberdade, é necessário ter o direito de locomover-se, pois somente assim o espaço será experienciado. Conforme Tuan,

A habilidade espacial se transforma em conhecimento quando podem ser intuídos os movimentos e as mudanças de localização. Andar é uma habilidade, mas se eu puder me ver andando e se eu puder conservar esta imagem em minha mente que me permite analisar como me movo e que caminho estou seguindo, então eu também tenho conhecimento. Este conhecimento pode ser transferido para outra pessoa através de uma instrução explícita em palavras, em diagramas e em geral mostrando como o movimento complexo consiste em partes que podem ser analisadas ou imitadas. (TUAN, 1983: 77)

A habilidade espacial difere de conhecimento espacial. Ter o conhecimento espacial significa que, ao me locomover por um determinado espaço, também consigo me orientar nele, assim como repassar esta informação para outra pessoa. Este referencial torna-se

importante para que se possa apreender a *consciência geográfica da paisagem*⁷ ao realizar um determinado percurso ou ao desconhecer outros espaços. É nesta perspectiva, de compreensão do espaço, que o trabalho de Kozel traz contribuições metodológicas. Kozel (2007) referencia que o espaço não pode ser compreendido somente através dos sentidos, mas de suas relações com a experiência. Segundo a autora, os sujeitos – como seres sociais – têm dos elementos do espaço o diferencial para sua representação, na qual se faz através dos signos. Conforme Kozel,

A consciência é um fato socioideológico, funcionando como um sistema sógnico, não se concebendo que a consciência possa ser considerada como algo subjetivo ou supra-humano, sobretudo porque o semiótico do indivíduo se forma no contexto em que interage num diálogo social constante. Na medida em que as coisas vão adquirindo significados no mundo exterior passam a compor a estrutura perceptível de nossa consciência, o substrato semiótico. (KOZEL, 2007:124)

As pessoas de determinados lugares conhecem bem a sua dimensão espacial relativa ao mundo das experiências, porém, além de seu centro relativo (lugar), talvez desconheçam este espaço. Este prolongamento espacial é impreciso, muitas vezes, mas é povoado por um imaginário (uma visão de realidade carregada de símbolos). Os fenômenos geográficos exigem contexto e significado para sua apreensão, o que torna difícil estabelecer o reconhecimento do *eu* na paisagem.

Quando olhamos para um espaço qualquer, organizamos seus elementos visuais numa determinada estrutura. Em qualquer cenário agrupamos e arranjamos seus elementos, seguindo uma linha no horizonte. Conforme Tuan,

Toda pintura ou fotografia de paisagem em perspectiva nos ensina a ver o tempo fluindo através do espaço. A cena distante não necessita provocar a ideia de tempo futuro; a cena pode ser um olhar retrospectivo e o caminho evanescente a trilha que percorremos. Tanto o passado como o futuro podem ser evocados pela cena distante (TUAN, 1983:138).

O espaço carrega um conjunto de elementos densamente entrelaçados e a interpretação geográfica abre-se para especificações complexas. Assim, a paisagem não pode ser compreendida como um círculo fechado. A espacialidade da paisagem abre o olhar numa perspectiva do *além-lugar*, portanto não se encerra nele. O *aqui* (o lugar) é o centro de significações imediatas que coexistem com um espaço mais aberto, além do campo

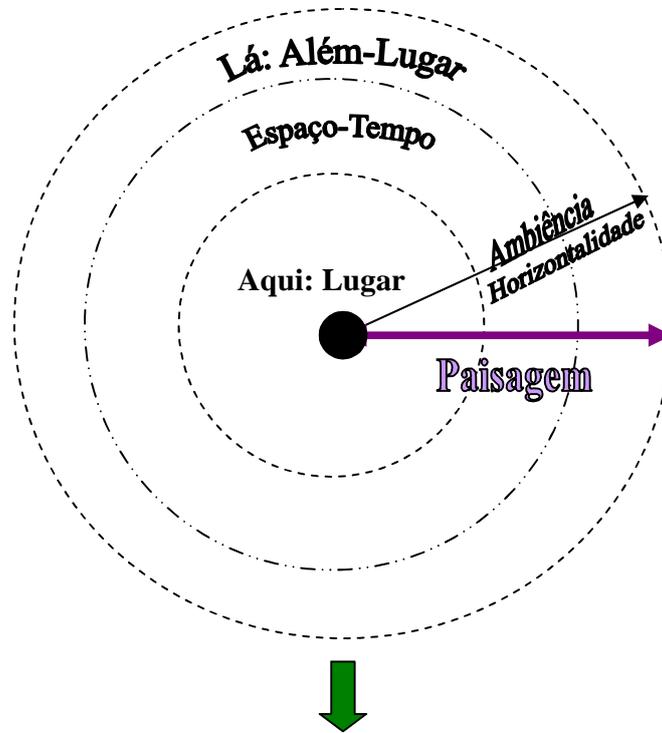
⁷ O termo consciência geográfica é uma expressão de Dardel e representa qualidades, intensidades, polaridades que constituem espacialidades elementares.

visual, mas intimamente ligado a um conjunto de experiências que podem ser chamadas de um prolongamento da *ambiência*. Na concepção Rego (2000), ambiência pode ser entendida como a situação onde se localizam os sujeitos e que a partir de um centro relativo há uma comunicação com o mundo em forma de redes, onde o espaço condiciona e é condicionado pelos sujeitos. Esse prolongamento referencia percepções e representações da paisagem. Contudo, essa relação só ganha sentido porque é dotada de significações pautadas no mundo vivido – *o aqui* (o lugar) e o *além-lugar* que configura, nesta tese, a expressão espaço-tempo da paisagem. A paisagem na/da cidade não é um palimpsesto de estruturas concretas, mas representa, acima de tudo, sobreposições singulares e complexas e, por isso, suas perspectivas culturais não podem ser relegadas a um quadro objetivo e funcional. A paisagem, compreendida como expressão do lugar e além-lugar, não é um conceito fechado em si, pois é um movimento espacial entre o *aqui* e o *lá*. É a partir deste em que o *eu* se situa em suas relações socioculturais e políticas com o passado, o presente e o futuro e que reúne fenômenos percebíveis e aspectos subjetivos cuja significação são variáveis e inseparáveis do observador.

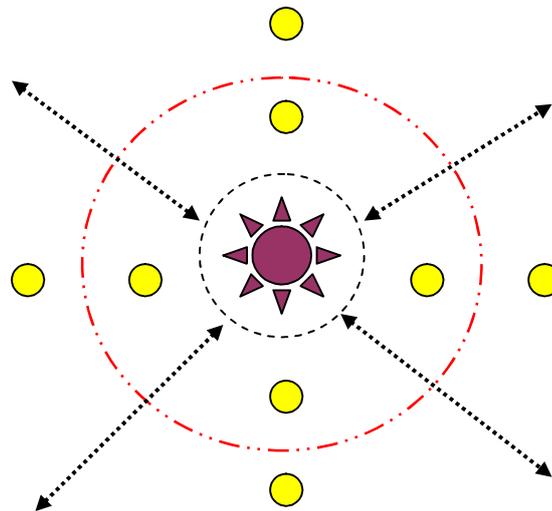
A figura 13 demonstra essa relação conceitual esquemática onde o conceito de paisagem está associado a um prolongamento espacial onde é possível situar-se nela visualmente, porém não em um círculo fechado, mas numa relação de horizontalidade e ambiência (espaço de vida condicionante e condicionado) aberta porque desloca-se de um lugar para outro dentro dele. Na escala do sujeito, a paisagem é percebida através do princípio de reflexividade – convergência e divergência dos elementos visíveis e invisíveis do espaço.

Paisagem – Percepção a partir de Centros-Referências

Erro!



Paisagem: Horizonte de Convergência e Divergência do Sujeito



LEGENDA



Paisagem Experienciada:
Relação vivenciada com o mundo-vivido



Outras Paisagens

Paisagem Projetada:
Mescla elementos conhecidos com não-conhecidos, podendo ultrapassar os limites visuais



Princípio da Reflexidade: Horizonte de convergência e divergência de elementos visíveis e invisíveis da paisagem

Figura 13 – Representação Conceitual da Percepção da Paisagem

1.4 Decifrando o espaço através da paisagem: estratégias metodológicas

As estratégias metodológicas utilizadas visaram a atender os objetivos desta tese, que compreendem em uma análise espacial da Macrozona Cidade Jardim através da interpretação das paisagens. A interpretação da paisagem remete à compreensão do lugar a partir da identificação de marcas territoriais, verificando como diferentes saberes e práticas colaboram para a configuração do espaço. Ao identificarmos diferentes códigos e símbolos da Cidade Jardim, projetados pelos entrevistados, identificam-se referências na constituição da paisagem no caminho da compreensão das configurações materiais e as conotações simbólicas atribuídas ao espaço. Os símbolos foram instrumentos para analisar a integração social, enquanto conhecimento e comunicação tornam possível o *consensus* acerca do sentido do mundo vivido.

As paisagens tornam-se passíveis de seu reconhecimento, pois legitimam-se por um reconhecimento de um ou de vários sentidos ligados aos objetos e às ações em um determinado espaço. O reconhecimento das expressões subjetivas da paisagem remete a um conjunto de intencionalidades, de práticas constituídas e situadas em um contexto espacial em um processo muito imbricado. Sobretudo porque duas dimensões se interpenetram: uma material e outra subjetiva, porém igualmente válidas para compreender suas dinâmicas.

Neste estudo, ao perceber que várias marcas constituídas na paisagem apresentam características híbridas desse processo de reconhecimento, de apreensão simbólica, compreende-se que suas variantes devem ser consideradas e identificadas nas paisagens da Cidade Jardim. Nesse sentido, o caminho metodológico compreendeu as seguintes etapas:

Etapa 1 – A Cidade Jardim e o nascimento de uma utopia

A Cidade Jardim, concebida como Garden-City na Inglaterra no século XIX, repercutiu nos projetos urbanísticos no Brasil durante os séculos XX e XXI. Esta influência será analisada nesta tese, bem como a ideia de Cidade Jardim perpassa no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA) de Porto Alegre, além da organização das funcionalidades espaciais urbanas e rurais vigentes e em processo de

revisão na lei 434/99 que instituiu o novo plano diretor. Sabe-se que o PDDUA contribui para uma visão economicista da natureza (otimização de recursos), não trabalhando com a condição desigual de apropriação social da mesma. Nesta perspectiva, o atual Plano Diretor de Porto Alegre, bem como sua reformulação, em linhas gerais, reconhece a necessidade de preservar os elementos da natureza em condições “naturais” ou em suas derivações para que certas porções territoriais mantenham ou não sua funcionalidade. Observa-se que as discussões e reformulações do plano ainda estão voltadas para a conservação de “funcionalidades” que privilegiam questões políticas e econômicas e menos com questões culturais ou ecológicas. Tendo em vista que Porto Alegre possui unidades territoriais com “vocações” ou “tendências” ambientais que podem ser reconhecidas a partir de seus usos (áreas de preservação e/ou conservação), a organização territorial acaba gerando conflitos políticos, econômicos, culturais, ecológicos, privilegiando o sentido da natureza através de seu uso como recurso para a sociedade, segundo um valor de exploração. Tendo em vista o processo de discussão do PDDUA, é necessário conhecer o olhar de um técnico da Prefeitura Municipal sobre a Cidade Jardim. O resultado da fala da entrevista, aplicado ao técnico da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, foi transcrito e interpretado no contexto da tese no capítulo 5. Assim, o quadro 2 representa o roteiro de entrevista que foi aplicada:

Roteiro de Entrevista para o técnico da Prefeitura Municipal de Porto Alegre

Nome
Profissão
Local de Trabalho/Setor
Qual foi sua participação na discussão do plano diretor de Porto Alegre?
Qual sua opinião sobre o PDDUA?
Sobre as macrozonas de planejamento, você concorda com os critérios atribuídos a cada uma? Que aspectos você destacaria?
Você concorda com a denominação de Cidade Jardim e os critérios para classificação e delimitação dessa macrozona de planejamento? Por quê?
Que aspectos (paisagísticos) você destaca na Cidade Jardim?
Como você conceituaria paisagem?
Qual a importância da paisagem para o entendimento da Cidade Jardim?
Que imagens marcam a paisagem da Cidade Jardim?
Que lugares se destacam na Cidade Jardim?
Em termos de planejamento e uso do solo urbano, quais tendências são verificadas para a Cidade Jardim?

Quadro 2 – Roteiro de entrevista aberta aplicada ao técnico da gestão pública municipal

Etapa 2 - Expressão Fenomênica da Paisagem da Cidade Jardim

Levando em conta as premissas previstas pelo PDDUA, a percepção fenomênica da paisagem parte das seguintes análises: da transformação do espaço através de diferentes apropriações e das políticas públicas implementadas para a organização territorial da Cidade Jardim. Sendo assim, a partir de informações cartográficas e da coleta de dados, foi analisada a geografia da Cidade Jardim através paisagem.

Na análise das informações e caracterização ambiental (relação sociedade e natureza) da área de estudo, selecionou-se, em princípio, variáveis que poderiam permitir a verificação de comportamentos e funcionalidades da paisagem. A análise abrange relações sociais, culturais, econômicas, políticas e físicas distintas. A leitura da paisagem identifica e caracteriza a natureza e os conflitos socioespaciais. Para a caracterização desses processos, foram utilizados aspectos dinâmicos relacionados ao ambiente, levando em consideração diferentes formas de apropriação do espaço.

O conceito de paisagem é resgatado para compreender a dinâmica espacial em suas inter-relações e contradições socioespaciais. É importante ressaltar que o conceito de paisagem nesta tese não é entendido como adição de elementos geográficos visíveis que conferem suas delimitações ao plano da realidade. Ao contrário, o conceito possui uma identidade que dá estrutura, forma e funcionamento entre seus elementos de maneira a integrá-la, assim como está imbricado com as subjetividades espaciais. A pretensão de identificar as fontes de cultura imaterial e material nesta tese justifica-se por reconhecer o papel destas referências na construção das paisagens e por configurarem elos que permitem o reconhecimento de identidades de uma comunidade.

Estas características específicas permitem compreender as relações que se processam no lugar, estabelecendo o grau de intensidade dos conflitos ambientais ou, pelo menos, torná-los mais conhecidos. As alterações ambientais - espontâneas ou induzidas - da área estudada serão analisadas através das relações econômicas, sociais e culturais. São intervenções que modelam e remodelam o ambiente a todo o instante, gerando a auto-organização entre os elementos que o constitui.

Entretanto, em função da escala e das peculiaridades da área de estudo e dos objetivos dessa tese, os critérios para análise da expressão fenomênica da paisagem foram:

- ❖ Densidade: Vazios – Baixa – Média – Alta
- ❖ Morfologia arquitetônica e condições de habitabilidade, considerando o conforto, a comodidade espacial (ocupação do solo no mesmo terreno ou não), o isolamento, a acessibilidade, a infra-estrutura urbana e a estética (planos e cores, volumes, organização espacial)
- ❖ Funcionalidade exercida: residencial, rural, comercial, cultural, industrial ou de circulação.
- ❖ Qualidade ambiental: compreende alteração das condições ambientais a partir da relação sociedade/natureza. Esta avaliação foi realizada a partir de alguns indicadores:
 - Uso do solo e sua conformidade ou não com a legislação federal e municipal de parcelamento do solo;
 - Conflitos ambientais decorrentes da urbanização vistos através da condição de saneamento e grau de vulnerabilidade à ocupação.

A partir do conjunto desses dados associados às fontes bibliográficas, à interpretação de imagens de satélites, aos trabalhos de campo foi possível delimitar e analisar diversos elementos da paisagem, bem como identificar suas diferentes características e formas. Esse procedimento auxiliou na delimitação de diferentes paisagens, permitindo verificar sua integração a partir de diferentes variáveis. As imagens auxiliaram na constituição de uma cartografia fenomênica da Cidade Jardim. Desta interpretação, construiu-se o mapa da expressão fenomênica das paisagens. A denominação das paisagens residuais e da injustiça ambiental foi composta por adaptações conceituais utilizadas por Dennis Cosgrove e Henri Acselrad, respectivamente. As demais denominações foram compostas conforme a leitura e a interpretação sobre o espaço. A Cidade Jardim foi caracterizada e analisada conforme as seguintes paisagens:

1) Paisagem Residual

Para Cosgrove (1998), a paisagem pode ser dividida em dominantes e alternativas. A paisagem alternativa é classificada em residual, emergente ou excluída. Para o referido autor, as paisagens residuais são aquelas que, através de objetos específicos, fizeram parte da construção do espaço e seu significado cultural mudou, em parte, seu sentido. Na área de estudo, adaptou-se o conceito de Cosgrove e classificou-se como residual a paisagem onde predomina atividades ligadas à natureza, assim como remanescentes de áreas de preservação e conservação ambiental e/ou onde há áreas restritas a uma dinâmica da natureza e que pouco reteve na memória dos sujeitos seus significados originais.

2) Paisagem da Injustiça Ambiental

O conceito de injustiça ambiental está atrelado ao movimento de justiça ambiental que conforme Acselrad (2008), constituía em lutas de caráter social, territorial, ambiental e de direitos civis nos Estados Unidos. No Brasil, em 2001 foi criada a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA), que tem por objetivo combater a injustiça ambiental no país. A RBJA é uma articulação de combate às situações de conflitos ambientais em espaços cujas populações pobres tornam-se vulneráveis no processo de desenvolvimento e na produção socioespacial. Adaptando as discussões de Acselrad, caracteriza-se como paisagem da injustiça ambiental aquela onde os conflitos estão ligados à ocupação do solo, à destruição de ecossistemas, à alocação espacial de processos poluentes, penalizando a população excluída dos projetos de desenvolvimento social. Representa o espaço ocupado por uma população que está marginalizada da cidade e do processo de cidadania e que vivencia cotidianamente os problemas derivados da coleta de lixo inadequada, da falta de saneamento básico, da falta de condições materiais e simbólicas para sua sobrevivência. Residem, sobretudo em áreas irregulares e clandestinas, e em áreas de risco ambiental.

3) Paisagem Multifuncional

Representa a cidade em transformação, a diversidade territorial da Cidade Jardim. O encontro da transição entre o urbano e rural, do movimento, do comércio, das áreas residenciais, das funcionalidades, enfim da diversidade urbana. A multifuncionalidade está presente nas funções reguladoras e legitimadoras do espaço e confundem-se com as resistências locais. Sua identidade representa a transição, o hibridismo estético, social e

cultural que ao se combinarem geram novas estruturas, um espaço heterogêneo e com diferentes sobreposições de poder.

4) Paisagem da Acumulação

O poder assimétrico confere um sentido visual para os espaços onde se projeta uma paisagem concreta e simbólica, definindo, muitas vezes, sua historicidade espacial. É o lócus da concentração do capital, onde há um alto valor econômico do solo urbano em relação às demais. Densidade média a alta, altas condições de habitabilidade, baixo grau de vulnerabilidade ambiental, condições legais do espaço urbano. Há um controle da terra, ligado ao poder hegemônico que determina a alocação do excedente social. Produzem uma imagem de mundo como reflexo de sua experiência que é ideologicamente reproduzido.

5) Paisagem Liminar

A liminaridade é um dos limites e, também, a “porta” de entrada da Cidade Jardim, trazendo consigo uma marca espacial importante, que é orla do Guaíba. A paisagem liminar situa e estende os limites da Cidade Jardim para além de sua configuração espacial, incluindo o Guaíba na perspectiva do olhar. Esta paisagem constitui especialmente um espaço cujas funções históricas e residuais estão ligadas ao Guaíba.

6) Paisagem Intersticial

Espaço de diversidades urbanas, caracterizado pelo uso privado e público, pelo movimento, pelo deslocamento, pelo comércio, pela localização de escritórios e pela conexão com outras paisagens. É um espaço onde se confunde a casa com o espaço de trabalho, onde há focos de sociabilidade e de interesse econômico junto aos centros comerciais e *shoppings*. Esta paisagem singular representa, também, o desgaste de diferenciação local, pois está associada à dinâmica econômica da cidade e ao trânsito de fluxos de transporte e de capitais.

Etapa 3 - Expressão Subjetiva da Paisagem da Cidade Jardim

Captada através de um roteiro de entrevista, a expressão subjetiva é mais um critério para trabalhar as diferentes paisagens. O “subjetivo - invisível” não é o oposto ao que é material, mas é, além disso, uma forma de compreendê-lo como um saber acerca de uma determinada coisa. Os objetos, a linguagem, de maneira geral, são os níveis intermediários entre o espectador e o invisível. O subjetivo - invisível estaria projetado no que é visível, representado no próprio interior deste por categorias específicas dos objetos, como os sistemas naturais, diversidades culturais e sociais, assim como tudo aquilo que surge numa relação de significados.

Para compreender a relação de mundo vivido do sujeito, precisa-se verificar o que é “invisível”, ou seja, ler a partir dos textos e subtextos. É claro que os significados deles mudam com o tempo e o espaço, assim como a mudança de perspectiva do intérprete. Williams apud Duncan (2004) relata que a cultura é um sistema de criação de signos na que transmite uma ordem social de forma reproduzida, experimentada e explorada. Este sistema de signos está presente em vários sistemas sociais e assume, na teoria e na prática, um “lado econômico”, “um lado político”, um “lado privado”, um “lado espiritual”, um “lado de lazer”, e assim por diante. Essa ideia remete à qualidade processual e dinâmica e não estática da paisagem. A possibilidade de realizar uma interpretação de intersubjetividades está pautada no reconhecimento de signos. Kozel (2007), coloca que os signos existem onde os sujeitos estão socialmente organizados. Para autora, é necessário que exista a materialidade social para que haja a exteriorização do signo, tornando-o objeto de estudo. O signo materializa os significados dentro de um contexto social carregado de valores ideológicos, valendo-se dizer o quanto é dinâmico, relativo e contraditório. Conforme Salete Kozel,

[...] os enunciados se caracterizam por seu conteúdo e sentido, correspondendo a linguagem abstrata decodificada pelo ouvinte, enquanto o sentido exige uma compreensão mais complexa ativa, na qual o ouvinte, além de decodificar, relaciona com uma hipótese construída a partir de seus significados e prepara a resposta ao enunciado. Compreensão neste caso, não se restringe ao ato de decodificar, mas supõe uma relação de reciprocidade entre os sujeitos: o falante e o ouvinte. (KOZEL, 2007: 130)

Os enunciados foram construídos através de um roteiro de entrevista que levou em consideração alguns critérios que qualificaram a paisagem em termos de:

- ❖ Singularidade: associada à identidade, à predominância de determinado elemento associado à intensidade ou ao interesse resultante na leitura do todo como uma característica principal associada a um conjunto e ao reconhecimento do seu próprio limite;
- ❖ Localização espacial: como os sujeitos e os objetos estão localizados espacialmente na paisagem e diante dela;
- ❖ Conexão: visibilidade da relação entre sujeitos e objetos com o espaço;
- ❖ Alcance visual: qualificação da paisagem conforme o âmbito da visão, tanto concreta quanto simbolicamente. Inclui vistas e panoramas, objetos de articulação (marcos, ruas, avenidas) que caracterizam visualmente o espaço; distanciamento e proximidade visual de objetos mais distantes do campo visual; indicadores que tratam de elementos invisíveis, como a observação de uma atividade econômica, cultural ou política no espaço.
- ❖ Movimento: percepção da paisagem e sua diferenciação espacial através dos sentidos visuais e cinestésicos no deslocamento na paisagem e entre paisagens.
- ❖ Nomes e significados: identificação de sujeitos e objetos através de características concretas e simbólicas percebidas no espaço e que se revelam na forma de identidade.

Estes critérios serviram como estratégia para compreender a paisagem na perspectiva de quem observa, no sentido de provocar uma dialogicidade com o mundo vivido e, ao mesmo tempo, compreender a dinâmica espacial a partir da relação entre o sujeito, o lugar e o além-lugar e seus espaços de interligação. O roteiro de entrevista buscou interpretar as diferentes geografias presentes na paisagem e mostrar/discutir de que forma elas contribuem para reforçar determinado tipo de imagem, de força ou de fragilidade que ela possui, assim como suas conexões ou desconexões. São avaliações subjetivas com base na aparência imediata de elementos perceptíveis. Nesta etapa, a dimensão subjetiva da paisagem foi identificada a partir de um roteiro prévio aplicado a dois segmentos de entrevistados: moradores/frequentadores e lideranças comunitárias. Os quadros 3, 4 e 5 demonstram os roteiros das entrevistas e seus critérios investigativos :

Roteiro de entrevista aplicado aos moradores e frequentadores – 1ª Parte
Percepção espontânea e semi-aberta

Idade	
Profissão	
Local de Moradia (Rua/Bairro)	
Local de Trabalho	
Há quanto tempo mora no seu bairro?	
No deslocamento de casa para o trabalho que sequência de imagens chamam sua atenção:	
Sons ou odores que identifica?	
Que cores você percebe?	
Como você definiria a paisagem de seu bairro em uma palavra?	
Em que lugar você se sente inseguro?	
Em que lugar você se sente seguro?	
Como é a relação com a vizinhança?	
O que você mais gosta de seu bairro?	
E o que menos gosta?	
Em que situações você precisa sair de seu bairro?	
Que lugar você indicaria para um visitante? Como você o descreveria?	
Como você imagina que será o bairro no futuro?	
Você se percebe como morador de uma Cidade Jardim?	
O que significa paisagem para você?	
Você conhece estes lugares?	
Vila Nova () sim () não	Impressão Visual
Ipanema () sim () não	Impressão Visual
Serraria () sim () não	Impressão Visual
Cavanhada () sim () não	Impressão Visual
Assunção () sim () não	Impressão Visual
Hípica () sim () não	Impressão Visual
Loteamento Cavanhada () sim () não	Impressão Visual
COHAB () sim () não	Impressão Visual
Vila Monte Cristo () sim () não	Impressão Visual
Morro do Osso () sim () não	Impressão Visual
Guariba () sim () não	Impressão Visual
Guarujá () sim () não	Impressão Visual
Que indicadores/marcos você daria para reconhecer as seguintes avenidas:	
Av. Cavanhada	
Av. Nonoai	
Av. Ottoniemayer	
Av. Coronel Marcos	
Av. Wenceslau Escobar	

Av. Guaíba	
Av. Juca Batista	
Av. Pereira Passos	
Av. Eduardo Prado	
Av. Monte Cristo	

Quadro 3 – Roteiro de Entrevista Espontânea e Semi-Aberta

Roteiro de entrevista aplicado aos moradores e frequentadores – 2ª Parte Percepção estimulada

Este procedimento foi concebido para o estudo desta tese para analisar as referências que marcam a paisagem dentro de um circuito de ideias fechadas. Foram entregues aos entrevistados um quadro contendo doze palavras que envolviam algum tipo de significado relacionado à paisagem. Estas palavras foram escolhidas para verificar as possíveis contradições espaciais evocadas pelos entrevistados e reconhecer, de forma intencional, as possibilidades de conforto e desconforto com algumas categorias. O quadro 4 está relacionado ao roteiro do quadro 3, sendo que os mesmos entrevistados selecionaram palavras que correspondiam à singularidade da paisagem onde moram. Cada entrevistado escolheu 6 palavras que melhor identificaria a paisagem ao qual pertence. As palavras foram as seguintes:

Segurança	Feio
Bonito	Integrado
Poluído	Probreza
Medo	Tranquilidade
Riqueza	Isolado
Insegurança	Arborizado

Quadro 4 – Entrevista Estimulada

Roteiro de entrevista aplicado às lideranças e/ou agentes comunitários Percepção espontânea

Este roteiro de entrevista foi proposto para referenciar as percepções de lideranças e/ou agentes comunitários, pois expressam a opinião da comunidade com a qual identificam-se. Também relatam suas relações com a Prefeitura Municipal através de ações realizadas em seus lugares de moradia e, como liderança comunitária, revelam seu papel na reivindicação de melhorias para suas comunidades. Nesse sentido, é importante constar,

nesta tese, os olhares e percepções desses sujeitos que expressam as subjetividades de seus lugares.

Nome
Idade
Profissão
Como você descreve a paisagem/ou lugar onde mora?
Como você descreve a paisagem do entorno? Ou lugar do entorno?
O que as pessoas pensam do lugar que você mora? Você concorda? Por quê?
Que paisagens, de onde você mora, indicaria para levar um visitante?
Você se percebe como morador de uma Cidade Jardim? Por quê?
Que melhorias são necessárias para onde você mora? Por quê?
Existe algum diálogo com a Prefeitura para tratar as questões do bairro/vila/lugar onde mora? De que forma isso acontece?
Você participa das discussões sobre o plano diretor da cidade? Por quê?
O que você gostaria de destacar?

Quadro 5 – Roteiro de entrevista aberta aplicada à lideranças comunitárias

Através dos roteiros de entrevistas foi verificado como a paisagem é percebida, ou seja, “frente ao qual se está”, que significados foram atribuídos aos seus ícones, sistemas naturais e culturais, centros de referências, etc. As respostas das entrevistas dos moradores e frequentadores, bem como das lideranças comunitárias, foram analisadas com base na frequência das menções a pontos de referências e suas conexões, assim como a sequência de determinados fatos ou elementos expressivos, sendo referenciadas no capítulo 5. Assim, temos um conjunto de imagens públicas da área de estudo com seus conflitos e qualidades visuais, bem como as suas inter-relações. Os quadros 6 e 7 exemplificam, de forma sintética, como os enunciados foram organizados na planilha *excel*.

	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R			
3		COHAB CAVALHADA					ASSUNÇÃO					IPANEMA					MONTE CRISTO				
4	VILA NOVA	Parece uma fazenda					Muito transitado e desorganizada					Campo, Agrícola					É bonito, em partes				
5		Ar de campo										Bonita					Rural				
6		Lugar bom, mas precisa de mais verde										Parado no tempo					Tranquilidade				
7		Campo															Campo				
8																	Tranquilidade, campo				
9																	Bem arborizado, bonito				
10	IPANEMA	Litoral					Em algumas partes há falta de cuidados					Guaíba									
11		Ponto Turístico					Lindo, calmo, um lugar turístico					Bonita					A praia				
12		Bom para morar e muito bonito										Bonito					Um lugar para se morar				
13		Praia										Muito verde					Calçada				
14		Bonito										Lugar lindo					Calçada				
15																					
16	SERRARIA	Pobre					Muito desorganizada pelas casas amontoadas					Um lugar que precisa melhorar					Não gosto da visão				
17		Bairro Residencial										Bonita					Desorganização				
18		Quase o mesmo que o Loteamento Cavalhada										Bonito					Desordem				
19		Vila Sargentos na ponta do Guaíba										Não tão verde									
20												Chão batido									
21																					
22	CAVALHADA	Mini centro					Conheço pouco, mas do pouco eu não acho um bom bairro					Comércio					Estável				
23		Bairro Comercial										Desorganizada					Movimento				
24		Bonito										Antigo					Comércio				
25		Bem arborizado										Desorganizado					Comércio				
26		Comércio										Muitos carros e propaganda									
27		Movimento																			
28	ASSUNÇÃO	Bem rica					Ótimo, é calmo e bonito					Lugar residencial tranquilo					Verde e tranquilo				
29		Nobre					Muito bonito e tranquilo, perto de quase tudo					Insegura									
30												Bonito									
31												Em decadência									
32																					
33																					
34																					
35																					
36																					
37																					
38																					
39	CONCEIÇÃO	Classe social boa					Muito feia					Lugar residencial tranquilo					Verde e tranquilo				
40												Insegura									
41												Bonito									
42												Inseguro e bonito									
43																					
44																					

Quadro 6 – Apresentação da forma de organização dos dados coletados das entrevistas.

A linha 3 do quadro 6, onde estão referenciados os lugares como COHAB Cavalhada, Assunção, Ipanema, Monte Cristo, demonstra que cada um desses lugares pensa dos lugares representados na 1ª coluna (Vila Nova, Ipanema, Serraria, Cavalhada, Assunção). Os lugares representados na linha coincidem com os da coluna e quando os mesmos encontram-se, há a expressão da autopercepção. O quadro 6 representa, portanto, a planilha construída no programa *excel* e relaciona o olhar de um determinado lugar sobre os lugares circunvizinhos que podem ser compreendidos como além-lugares em relação ao ponto de vista de cada entrevistado. As colunas correspondem aos lugares e as linhas expressam palavras ou frases significativas sobre os além-lugares e sobre si próprios.

PERCEÇÃO DA PAISAGEM: COMPILAÇÃO QUALITATIVA DAS FALAS OBTIDAS PELAS ENTREVISTAS								
	Lembrança mais antiga	Sons/Odores	Cores	Identifica o bairro com	Marcos importantes	Marcos Menos importantes	Ao deslocar-se	
CAVALHADA								
	O areão na frente do colégio	Do mato	Verde e azul	Muito tiroelto	A escola	O galpão de reciclagem	O mato	
	Do recreio	Sem resposta	Azul, amarelo preto	Árvores	A praçinha da Padre Réus	Sem resposta	Sem resposta	
	Meus primeiros amigos	Cheiro de Carniça	Diferentes tons de verde	Um bairro com muita pobreza	A escola e o Morro do Osso	As pixações e as brigas	A paisagem do M	
	Meu 1o dia na escola	Som de crianças	Verde e branco e na primavera flores	Como um bairro pobre	Escola Neusa Brizola	A ignorância das pessoas	O Morro do Osso	
	A lembrança mais antiga é de muitos carros	Sons de Carros	Verde	Palmeiras	Delegacia	Sem resposta	As árvores	
	Sem asfalto e sem calçadas	Fábrica de Reciclagem	Roxo, azul e rosa	CVD - Bom	Zaffari	Sem resposta	Sem resposta	
	Sem resposta	Sem resposta	Verde forte e preto	Precariedade	As associações existentes	Muitas árvores	Muitos cachorros	Apenas cães e ci
	A terceira perimetral	Cheiro de pão	Verde	Natureza	Árvores e comércio	Sem resposta	Árvores e lojas	
	Avenida Cavalhada	Cachorros e motos	Neutras e cinzas	Pobreza	Zaffari	A distribuição das quadras	Calçadas	
	Avipal	Carros	Verde e Cinza	Tranquilidade	Acessibilidade	Vilas	Verde, Igreja, Mer	
CAMPO NOVO								
	Que quando eu vim morar aqui achei tudo muito bonito	Cheiro de ar puro	Amarela, Marron, cinza, verde e preto	Beleza	Jogar fliperama	As brigas	Ônibus, casas, p	
	A primeira vez que entrei na minha rua bem vazia de casas, hoje é a + movim	Sons de carros	Bastante cinza	Pobreza	Sem resposta	Sem resposta	A quantidade de e	
	A praça de Esportes	Odores de poluição	Cores escuras	Tranquilidade	Sem resposta	Sem resposta	Castelo - Mini Vila	
	Sinaleira na entrada da rua	Trânsito	Verde	Poluição	A Beira Rio	Sem resposta	A falta de calçad	
ESPIRITO SANTO								
	É tudo igual	Não	Verde e Azul	Beleza	Praça Vinicius de Moraes	Vizinhos velhos, sem barulho	Praça arborizada	
LOTEAMENTO CAVALHADA								
	A construção das casinhas	Barulho dos Carros	Verde e Cinza	Tiroelto	Escola	A pixação	Sem resposta	

Quadro 7 – Representa a compilação qualitativa das falas dos entrevistados

O quadro 7 representa a planilha construída no programa *excel* e relaciona o olhar sobre os lugares que estão representados na primeira coluna. Nas demais colunas, estão apresentadas as ideias chaves do roteiro de entrevista investigativo. As linhas expressam a composição subjetiva que marca a paisagem e suas transformações.

Etapa 4 - Sistematização das análises

Visando à sistematização da complexidade espacial da paisagem da Cidade Jardim, quatro tipos de abordagens foram utilizadas para a compreensão espacial. A primeira corresponde a uma análise do espaço através das diretrizes e estratégias territoriais previstas pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre. A segunda, corresponde à caracterização e análise da Cidade Jardim conforme a expressão fenomênica das paisagens obtidas através dos conflitos do uso do solo caracterizados pelas fontes de

pesquisa (trabalhos de campo, imagens de satélite, dados censitários e fontes bibliográficas). A terceira, corresponde à interpretação dos resultados das entrevistas. A quarta trata da análise conjunta das abordagens anteriores e suas possibilidades de articulação e diálogo para a construção de uma cidade mais solidária.

Este conjunto de estratégias permite compreender o contexto da paisagem através da dimensão objetiva e subjetiva, evidenciando diferentes representações do espaço em que vivemos. Esta forma de sistematização objetiva entender os diferentes significados da paisagem através de situações espontâneas ou pré-definidas. Reconhecendo a complexidade espacial, pode-se compreender a intensidade de suas transformações. A paisagem, assim como um texto, estrutura-se em um sistema de signos na qual outros sistemas (político, econômico, social e cultural) é transmitido, reproduzido, experimentado e explorado. Para compreender melhor essa dinâmica, as análises dos 4 tipos de abordagens foram realizadas a partir da proposta metodológica de Duncan (2004), que foi adaptada para esta tese. Assim, segue a proposição de análise:

1 – Discurso do *outsider* (em inglês, aquele que não vive ou não mora em lugar específico). Nesta análise, verificou-se qual a significação da paisagem para quem a pesquisa, bem como o *outsider* a interpreta. Este discurso é importante, porque a partir do distanciamento verifica-se uma outra perspectiva que não é naturalizada pelos moradores locais, pois as paisagens produzidas apresentam-se de forma inevitável para aqueles que habitam nela.

2 – Discurso do *insider* (em inglês, aquele que é ou faz parte de um grupo; integrante de um lugar). Representa os relatos das pessoas locais sobre a natureza da paisagem e como ela lhes parece. Este discurso apresenta a importância dos significados atribuídos pelos moradores locais e de que maneira suas leituras acerca da paisagem contribuem para a uma política de interpretação, que naturaliza as relações sociais em uma sociedade ou as transforma. O discurso do *insider* é analisado a partir da perspectiva da autopercepção e alterpercepção do sujeito em relação ao lugar e ao além-lugar na paisagem.

3 – O cruzamento das leituras *outsider* e *insider* auxilia na desfamiliarização da relação entre paisagens, ideologias dominantes e práticas políticas ou sociais. Essa interpretação, como *outsider*, deve cuidar para apontar a maneira como a paisagem reproduz códigos de

significação, ou seja, como os ícones representam as ideologias hegemônicas. Analisa a paisagem segundo sua objetificação e a análise visual.

A abordagem hermenêutica na Geografia demonstra a interpretação de quem pesquisa sobre o que a paisagem significa para aqueles que produzem, reproduzem e a transformam e como os seus relatos constituem-se dentro de um sistema de signos. Conforme Duncan,

[...] a problemática hermenêutica reconhece as molduras de referências históricas, culturais e intelectuais que os acadêmicos apresentam para sustentar suas interpretações e o papel que elas devem necessariamente desempenhar na investigação histórica. A problemática hermenêutica também assume seriamente as crenças, os valores e as explicações do “senso comum”. (DUNCAN, 2004: 107.)

O olhar técnico, muitas vezes distante do sujeito, não consegue gerir o espaço porque não compreende a forma pela qual seus atores sociais projetam suas ações. Por isso, o estudo do espaço através da paisagem torna-se um importante referencial, tendo em vista que a percepção de fenômenos produzidos revela seus significados e até mesmo a eficácia ou não de políticas públicas implementadas. O reconhecimento territorial do mundo-vivido (re)produz práticas, estéticas e sujeitos sociais, desvelando o sentido de pertencimento e de alteridade, traçando as linhas de fraturas socioespaciais. Por isso, é necessária uma articulação metodológica que possa abarcar os diferentes olhares sobre o espaço e, assim, constituir relações socioculturais mais integradoras.

2. CIDADE JARDIM: DOS ESPAÇOS-TEMPOS LENTOS AOS ESPAÇOS-TEMPOS ACELERADOS

2.1 O nascimento de uma utopia

A paisagem é um reflexo da visão sociocultural de determinados sistemas produtivos, cujas apropriações transformam-se na medida em que novos paradigmas e/ou necessidades que a criaram não existem mais. Isto significa que a paisagem é uma criação de nossos conhecimentos e experiências. Ela não existe por si mesma. Revela-se para nós a partir de um conjunto de variáveis que podemos observar ou não, baseada em um conjunto de ideias ligadas à visão de mundo individual e coletiva de uma determinada cultura. No contexto da paisagem é que a Cidade Jardim está sendo analisada.

Para Souza (1999), a concepção de Cidade Jardim surgiu com Theodor Fritsch, em 1896, onde esta área correspondia a um conjunto de habitações denominadas *kolonie*. Estas habitações eram projetadas sobre terrenos financeiramente acessíveis de propriedade de certos da sociedade (Estado, Comunidade, Sindicato, etc) de modo que não havia especulação imobiliária e atendia a classes sociais populares. Foi lançado, em 1896, em Leipzig, a “Cidade do Futuro”, cujo projeto propunha soluções para uma nova cidade, onde o uso do solo seria administrado pela comunidade e a saúde e o conforto dos cidadãos seriam prioritários.

Ainda no século XIX, na Inglaterra, surge o modelo urbanístico de Cidade Jardim baseado nas ideias de Ebenezer Howard como possibilidade de planejar o futuro de grandes cidades, em especial, Londres. Neste período, o modo de vida urbano de Londres passava por uma grande desorganização socioespacial. Nessa época, sua população era de aproximadamente de 2,3 milhões de habitantes. A classe operária possuía precárias condições de trabalho, baixos salários e prolongadas jornadas de trabalho. As habitações populares situavam-se em ruas estreitas, mal ventiladas e iluminadas. Possuíam alta densidade populacional e um sistema de higiene precário, sendo que eram inexistentes as áreas de lazer.

Nesta época, o empresário Robert Owen instala em New Lamark, na Inglaterra, uma fábrica de fiação com modernos maquinários e providencia melhorias salariais, diminuindo a jornada de trabalho e complementa as atividades da indústria com o lazer. Surge, então, a Cidade Jardim. Segundo Howard,

A cidade Jardim forma um agrupamento humano equilibrado, usufruindo das vantagens do campo e da cidade, evitando as diferenças entre ambos. Esta procura do campo como lugar privilegiado para a instalação das cidades equilibradas, já evidenciaria a utopia de Thomas More (1478-1535). (HOWARD, 1996:39)

Na segunda metade do século XIX, empresários instalaram fábricas com moradias em New Lamark, formando comunidades junto aos campos. O espaço da Cidade Jardim foi projetado para 30.000 habitantes em uma área de aproximadamente 400 hectares e para 2.000 habitantes em terrenos agrícolas circundantes, que ocupavam 2.020 hectares. Abaixo, as figuras 14 e 15 demonstram a planta da Cidade Jardim.

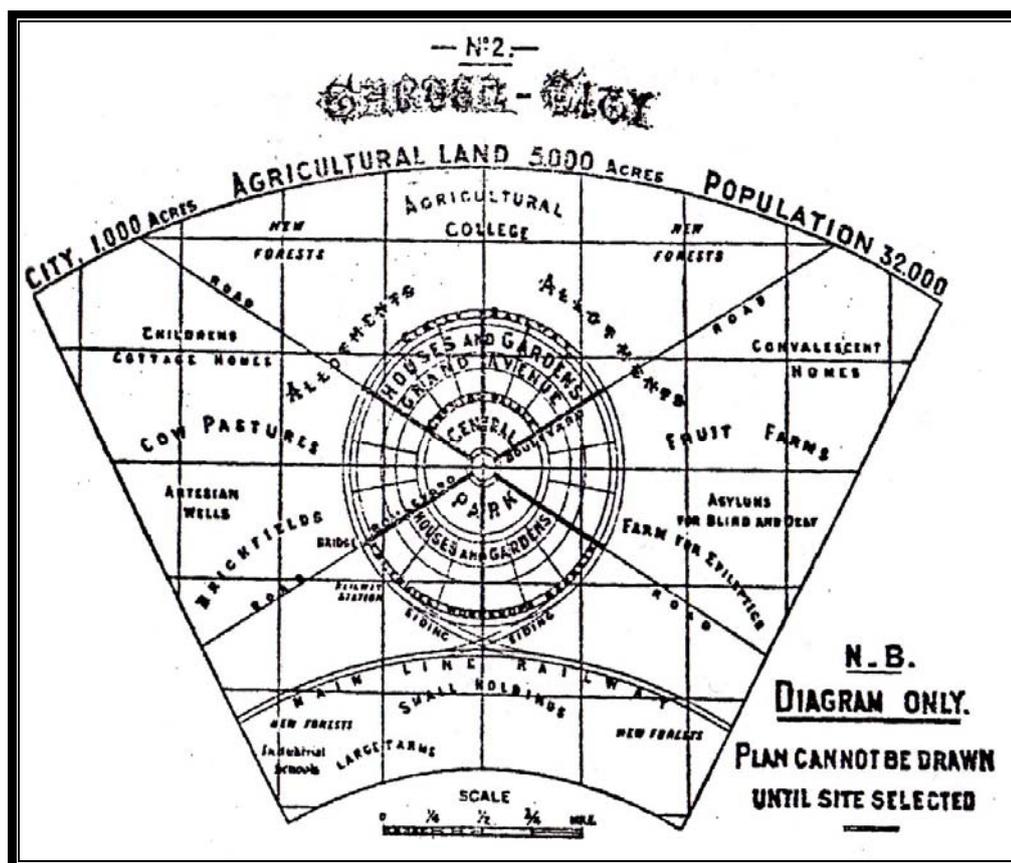


Figura 14 – A Cidade Jardim e seu Entorno Rural – Século XIX
Fonte: HOWARD, Ebenezer. Cidades Jardins do Amanhã, 1996:113.

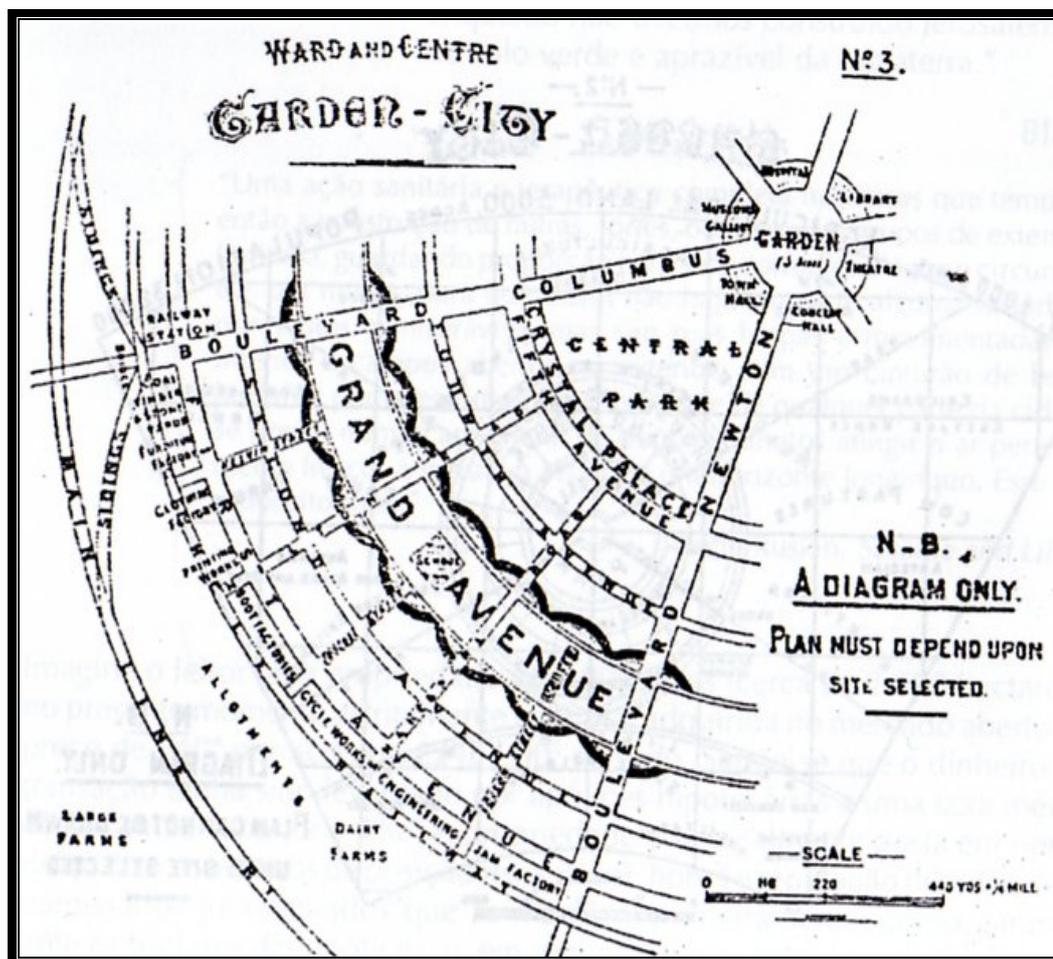


Figura 15 – Distrito e Centro da Cidade Jardim – Século XIX
 Fonte: HOWARD, Ebenezer. Cidades Jardins do Amanhã , 1996:114.

Para Ebenezer (1996), as figuras 14 e 15 representam a organização espacial da Cidade Jardim na Inglaterra.

Os diagramas mostram uma cidade circular dividida em 6 setores. Estes são delimitados por 6 bulevares arborizados com 36 metros de largura, que se irradiam no parque central e se estendem até o perímetro externo, circundado pela ferrovia que, após envolver a cidade, transforma-se em estrada de penetração no ambiente rural. Completam a estrutura viária da Cidade Jardim, cinco avenidas, também arborizadas, concêntricas ao parque central. A terceira delas, a Grande avenida, possui largura de 128 metros por 4,8 Km de extensão e é proposta como um grande parque, lembrando a Avenue Foch de Paris com seus 120 metros de largura. (HOWARD, 1996:41)

É importante destacar que as ideias de Howard (1996) para a Cidade Jardim compartilham de uma socialização do solo urbano, não se constituindo em propriedade do

governo e não havendo gerência do mesmo. Ebenezer postulava ser necessário reduzir o Estado a Municipalidade⁸, pois ele não acreditava na atuação do Estado Inglês derivado do pensamento liberal, como, também, não acreditava na atuação do Estado Socialista, controlando todas as atividades. Conforme Howard,

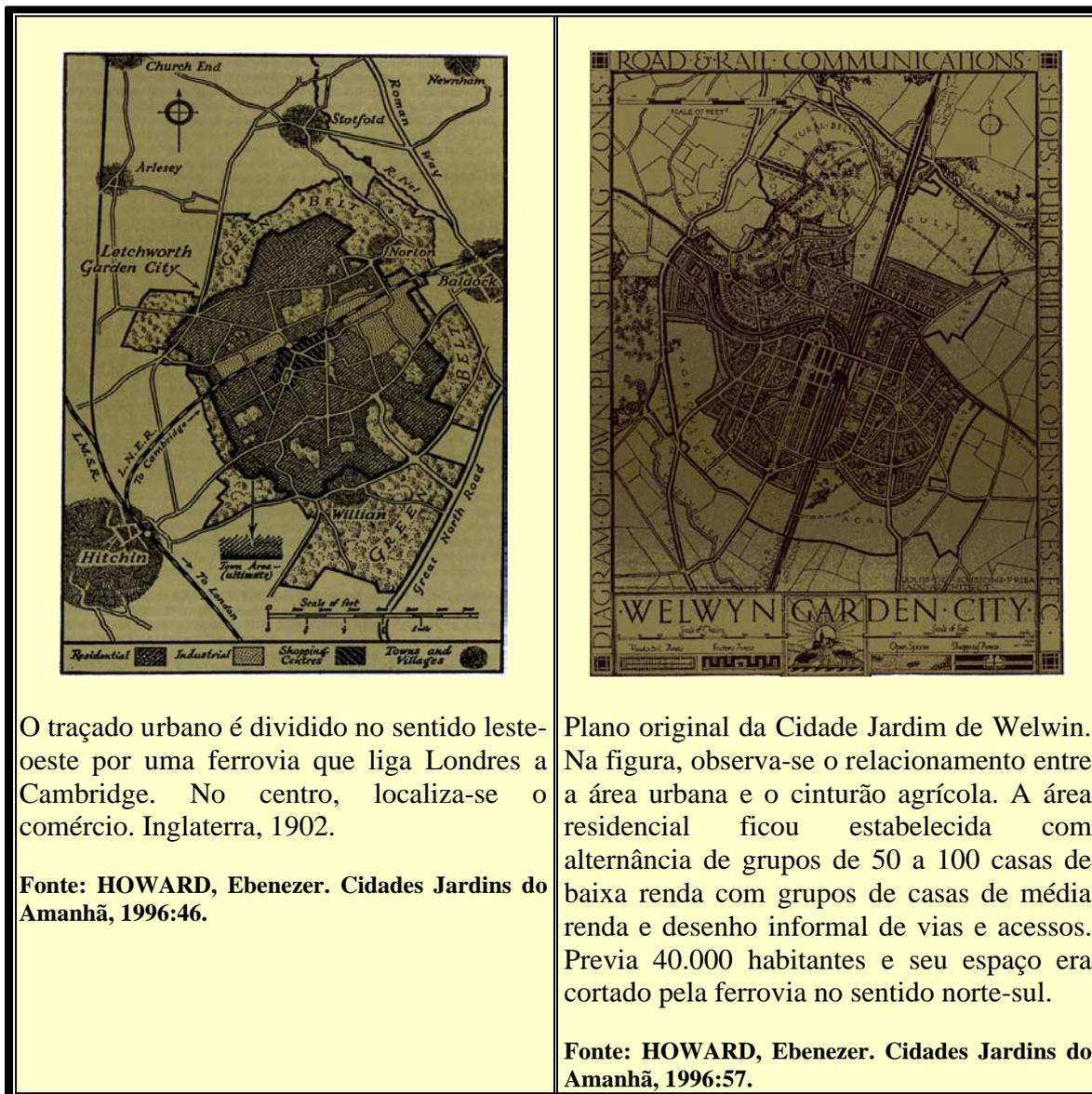
A municipalidade, por sua vez, é controlada de perto pelos habitantes. Seu grau de empreendimento e dimensão dependerá exclusivamente da vontade dos municípios em pagar maiores ou menores cotas de participação e crescerá à razão direta da eficácia e honestidade com que é levada a cabo atuação municipal. (HOWARD, 1996: 42)

Este projeto contribuiu para o fortalecimento e necessidade do planejamento das grandes cidades. No exemplo da Cidade Jardim, é reconhecida preocupação de Ebenezer Howard com a utopia de uma cidade harmoniosa. A primeira Cidade Jardim é de 1902, conhecida como The Garden City Pioneer Company Ltd em Letchworth, a 56 Km de Londres - figura 16. Sua área compreendia 505 hectares de área urbana e 1040 hectares de área rural, sendo que, após 1949, a área urbana aumentou para 1.138 hectares, abrigando 33.000 habitantes.

⁸ Conforme Ebenezer Howard, essa condição de “Estado” impulsionaria a ideia:

- a) De que era viável a construção de cidades novas com indústrias independentemente de paternalismos esclarecidos ou do Estado, conservando o incremento do valor terra para a comunidade em vez de subúrbios-jardins.
- b) De que cada família poderia possuir uma casa em meio ao verde, com fácil acesso ao trabalho, ao centro da cidade e ao campo.
- c) De que poderia obter muito boa qualidade ambiental, não só nas partes centrais da cidade, mas em todo seu conjunto mediante cuidados paisagísticos, atravessando toda a cidade e comunicando-se com um cinturão verde definido, evitando-se colocar a área agrícola circundante como uma terra ainda não construída, mas sim como um cinturão verde permanente e integrado à cidade.
- d) De que era possível a construção, a baixo custo, de casa de boa qualidade, externa e internamente, que o rigor na escolha dos materiais e no respeito às normas estabelecidas evitava a diferenciação frente e fundos e na arquitetura, formando um todo homogêneo e contínuo para a cidade.

Fonte: HOWARD, Ebenezer. Cidades Jardins do Amanhã, 1996: 66.



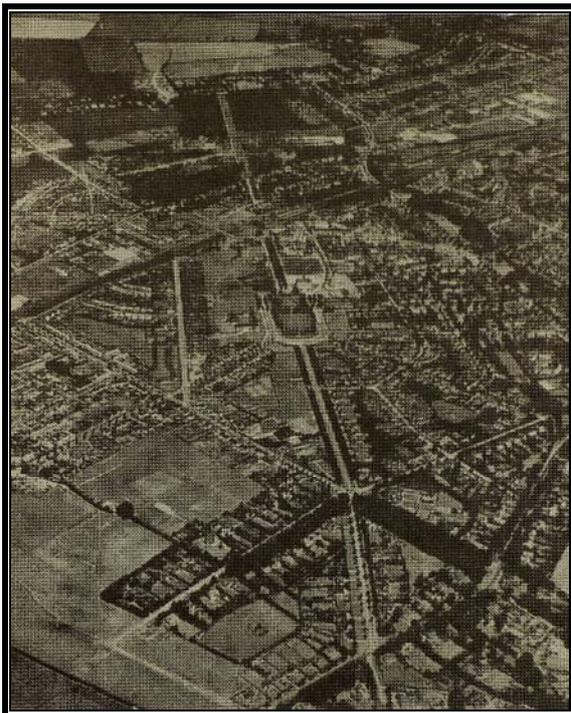
O traçado urbano é dividido no sentido leste-oeste por uma ferrovia que liga Londres a Cambridge. No centro, localiza-se o comércio. Inglaterra, 1902.

Fonte: HOWARD, Ebenezer. *Cidades Jardins do Amanhã*, 1996:46.

Plano original da Cidade Jardim de Welwin. Na figura, observa-se o relacionamento entre a área urbana e o cinturão agrícola. A área residencial ficou estabelecida com alternância de grupos de 50 a 100 casas de baixa renda com grupos de casas de média renda e desenho informal de vias e acessos. Previa 40.000 habitantes e seu espaço era cortado pela ferrovia no sentido norte-sul.

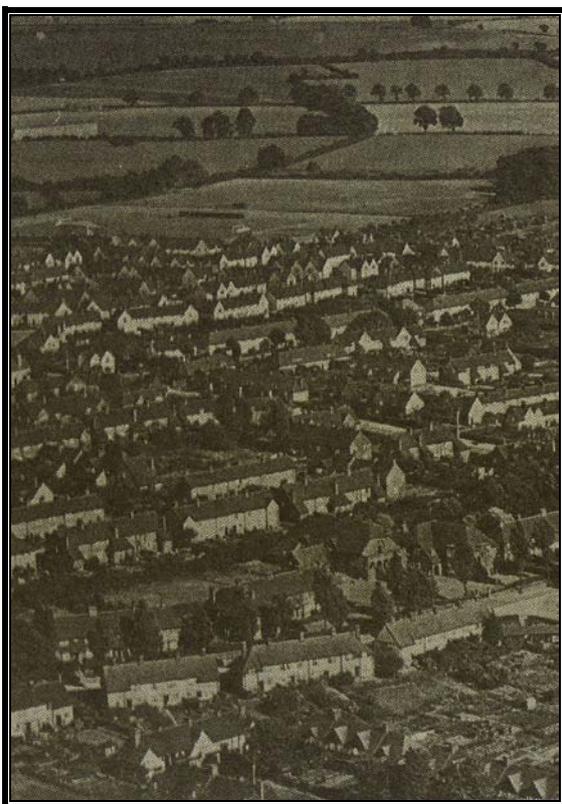
Fonte: HOWARD, Ebenezer. *Cidades Jardins do Amanhã*, 1996:57.

Figura 16 – Plano de Letchworth e Welwin



Esta figura demonstra o plano de expansão de Letchworth em 1949. Este modelo passou a ter unidades de vizinhanças com 5.000 habitantes, dotados de infra-estrutura de atendimento dotado com lojas, correios, salas comunitárias, escolas, etc. Isto, de certa forma, foi uma idéia percussora das superquadras projetadas, posteriormente, em Brasília, por exemplo.

Figura 17 – Plano de Letchworth – Inglaterra – 1949
Fonte: Howard, Ebenezer. Cidades Jardins do Amanhã , 1996:47



O projeto de Cidade Jardim para Inglaterra indica peculiaridades geográficas associadas com a construção de determinada paisagem. As atividades comerciais, culturais, de lazer possibilitariam o cotidiano individual e coletivo de seus habitantes, onde a cidade seria envolvida por um cinturão verde, evitando a formação de cidade, denominada, por Ebenezer, de “Mancha de Óleo” contínua.

Figura 18 - Vista panorâmica de Letchworth
Fonte: HOWARD, Ebenezer. Cidades Jardins do Amanhã, 1996:52.

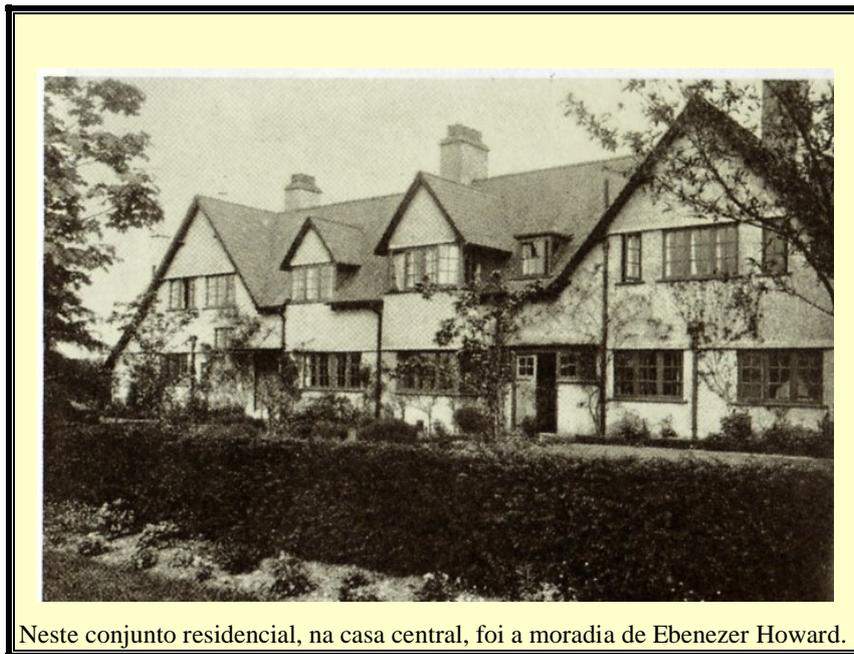
Observa-se o quanto a paisagem passa a constituir uma ideia de transformação do modelo de cidade existente no século XIX para tornar-se mais aberta, não desprezando o ambiente urbano e rural, intercalando elementos da natureza como se observa nas figuras 17 e 18. Conforme Howard,

A cidade-jardim recupera o sistema de planejamento urbano orgânico, em oposição a cidade industrial. O racionalismo utilitário vinha formando uma nova neurose: a *agorafobia*, medo de atravessar vastos espaços urbanos. As pessoas se sentiam diminuídas pelo espaço, impotentes diante de veículo. Também, perdiam a noção de relacionamento com os edifícios e monumentos. [...] Em Letchworth os arquitetos têm com objetivo o desenho informal das ruas, as casas formando blocos isolados entre si recuadas do alinhamento do terreno, com jardins fronteiros, os passeios com gramas, arbustos e árvores, assim como o sistema de ruas secundárias de acesso em “cul de sac”. Este conjunto de normas rigorosas irá acentuar a ideia de convívio com a natureza, propiciando um ambiente agradável e acolhedor. (HOWARD, 1996:50)

O conjunto de figuras que se apresentam na sequência, 19, 20 e 21, demonstram as ideias de Ebenezer na Inglaterra. Na Cidade Jardim de Porto Alegre percebe sua influência no conjunto arquitetônico situado no bairro Ipanema.



Figura 19: Letchworth – Imagem de uma rua residencial
Fonte: WOLFF, Sílvia F. Santos. São Paulo: Edusp, 2001: 28



Neste conjunto residencial, na casa central, foi a moradia de Ebenezer Howard.

Figura 20 - Conjunto Residencial de Letchworth.

Fonte: HOWARD, Ebenezer. Cidades Jardins do Amanhã . (1996:50)



Vista do conjunto arquitetônico de residências da Cidade Jardim//Porto Alegre

Figura 21- Conjunto Residencial no Bairro Ipanema/Cidade Jardim: 2008

Foto: Cláudia Pires

É importante destacar que as cidades-jardins, em outros países ganham outras formas e funcionalidades. Conforme Souza (1999), no Estados Unidos, estas passaram a ser

chamadas de *Green-Belt Cities*. Estes modelos urbanos possuíam características semelhantes ao modelo inglês, porém a escola e os serviços básicos eram o centro da comunidade, atendendo os habitantes dessa área como no projeto de Radburn, onde foi introduzido o conceito de Unidade de Vizinhança. Conforme a autora, o conceito de Unidade de Vizinhança passou a ser introduzido nas New-Towns inglesas pós II Guerra, inseridas nos programas de Cidade-Jardim, evidenciando discursos ideológicos, como o social-higienista-reformista (preocupado com habitações populares, com as condições sociais de habitação em meio a parques e jardins) e o da modernidade americana, preocupada com a tranquilidade da classe média.

No Brasil, o pensamento de Ebenezer Howard influenciou mais nas melhorias dos ambientes residenciais em vez da organização espacial idealizada. Em 1930, no Rio de Janeiro, o Plano Agache propôs 2 Cidades-Jardins para as Ilhas do Governador e Paquetá que não permitia estabelecimentos comerciais, somente residências. A figura 22 exemplifica um desses modelos. Já a figura 23, apresenta o modelo aplicado na região centro-oeste do Brasil.



A Cidade Jardim Laranjeiras, Rio de Janeiro (1939) era destinada a clientela de alto padrão econômico, não permitindo estabelecimentos comerciais e industriais.

Figura 22 – Cidade Jardim Laranjeiras – Rio de Janeiro
 Fonte: HOWARD, Ebenezer. Cidades Jardins do Amanhã, 1996:68.



Figura 23 – Cidade Jardim –Goiânia, 1933.

Fonte: HOWARD, Ebenezer. Cidades Jardins do Amanhã , 1996:69.

Plano de Goiânia, de Atílio Correia Lima, 1933. Na parte superior da figura, zona sul da cidade, o bairro residencial, entrosando certa irregularidade na disposição das ruas e “cul-de-sacs”, com o desenho regional do restante da cidade.

A denominação Cidade Jardim possibilitava “status” para vários empreendimentos imobiliários na época. No caso de Goiânia, há uma forte semelhança com as Cidades Jardins da Inglaterra. O exemplo mais consolidado no Brasil ocorre, entretanto, em São Paulo com a criação do Jardim América, em 1913 (figura 24). Entretanto, o Jardim América não possuía as mesmas características de auto-suficiência da Cidade-Jardim proposta por Howard. O Jardim América tornou-se um bairro residencial cujas moradias não podiam exceder a área de projeção de 1/5 do terreno, sendo que os jardins permeiam todo o bairro.

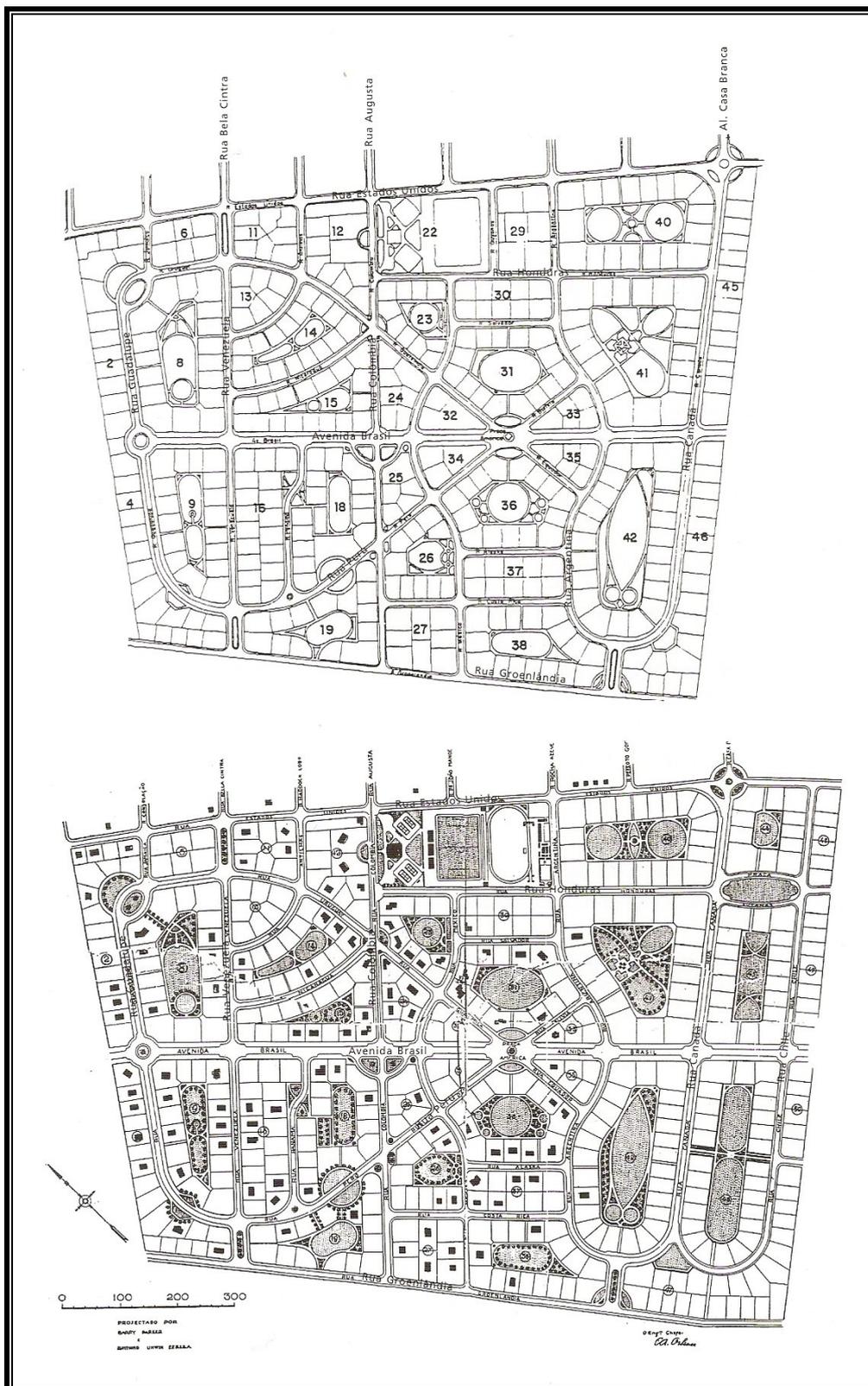


Figura 24 – Jardim América – São Paulo.

Fonte: WOLFF, Sílvia F. Santos. Jardim América. São Paulo: Edusp, 2001: 131.

O exemplo mais conhecido e extenso no Brasil é o Jardim América. O plano de Barry Parker e Raymond Unwin, de 1919. Seu plano é de um loteamento - jardim, diferente da idéia de auto-suficiência que Howard propunha para a Inglaterra. Este aproxima-se mais à ideia de subúrbio dotado de infraestrutura semelhante a "Hampstead Garden Suburb", de 1907, implantada em Londres pelos mesmos arquitetos. Entretanto, apresenta um projeto que se adapta às ruas sinuosas, possuindo um grande número de praças e jardins internos junto às quadras. Mais tarde, em 1941, os jardins internos deixam de compor este espaço.

O Jardim América foi projetado por Raymond Unwin e Barry Parker, sendo que, conforme Wolff (2001), o projeto previa criar eixos monumentais, um espaço central de uso público e quarteirões com jardins internos. Esses jardins, semipúblicos, conferiam uma marca do Jardim América porque criavam áreas verdes compartilhadas pelos moradores. O loteamento do Jardim América, iniciado em 1919 com 396 lotes disponíveis para serem vendidos, devido às ampliações ou subdivisões internas de sua área, encerrou a comercialização com 672 terrenos. Wolff destaca que o conceito de cidade-jardim, na perspectiva de Howard, refere-se a um núcleo urbano com autonomia e independência de outras cidades e sugere um planejamento com finalidades sociais. Os subúrbios-jardins caracterizam-se mais como extensões da própria cidade, conectada ao tecido urbano e com suas funções dependentes. Conforme a autora, no Jardim América, o projeto arquitetônico – como parte do contexto urbano – permitiu uma boa integração com os bairros vizinhos, sem transições bruscas no contexto da paisagem urbana.

O modelo de bairro-jardim qualificava-se pela exclusividade residencial, com o apoio de pequenos comércios e com o traçado de ruas irregulares atrelado com nichos de vegetação, distanciou-se das ideias utópicas e sociais de Ebenezer Howard, influenciando a construção de vários subúrbios-jardins no Brasil. Mesmo na Inglaterra, o projeto de Ebenezer não obteve tanto sucesso porque muitos habitantes trabalhavam em Londres, o que dificultava a autonomia requerida. A ideia de planejamento de cidades era mais focada na remodelação sanitária. Mesmo assim, os modelos de Cidades Jardins de Letchworth e Welwyn passaram a ser exemplos para construção de novas cidades que, além da melhoria do espaço urbano, previa a ampliação da indústria e comércio.

2. 2 A Cidade Jardim de Porto Alegre como macrozona de planejamento urbano

A acumulação capitalista, principalmente industrial, tornaram as cidades polos atrativos de mão de obra, caracterizando-as cada vez mais por manterem os centros dinâmicos de produção e serem símbolos de desenvolvimento. A cidade é o lugar onde se reúnem as melhores condições para o desenvolvimento do capitalismo, tornando assim o seu crescimento como resultado deste processo. No Brasil, o grande surto industrial surgiu com a crise de 1929 e com a Segunda Guerra Mundial. Entre 1930 e 1945 ocorreu a hegemonia do setor industrial em relação ao agrário, motivando, desta maneira, a mudança da composição de classes sociais. Juntamente com estas transformações, a cidade – espaço de representação do poder – necessitava de grandes modificações, associadas à estética e à higiene, semelhantes a que foram realizadas em Paris quando Haussmann a transformou em um símbolo do novo modelo urbanista e de modernidade. A valorização dos eixos, das simetrias e da perspectiva influenciou os urbanistas brasileiros, principalmente, nas primeiras décadas do século XX.

Em Porto Alegre, esta influência é significativa quando foi posto em prática o Plano Geral de Melhoramentos de João Moreira Maciel (1914) e outras estratégias futuras: Linhas Gerais do Plano Diretor – Contribuição ao Estudo de Porto Alegre de Edvaldo Paiva e Luiz Ubatuba de Farias (1935) com modificações específicas em 1938 propostas por Arnaldo Gladosh. Conforme Souza,

Nas décadas de 30/40, quando Porto Alegre se vê na contingência de promover seu crescimento físico espacial, surge na cidade uma série de bairros jardins, como a Vila Balneária Nova Belém (data de aprovação na prefeitura: 1927), Vila Cristo Redentor (1930), Balneário de Ipanema (1931), Vila Conceição (1940), Vila Chácara das Pedras (1931), Vila Assunção (1938), Vila Jardim (1931/42), Vila Floresta (1938), Avenida Bastian (1937) e a Vila do IAPI (1944), com exceção da última, as demais são fruto da iniciativa privada, cujas ruas arborizadas, como é o caso do Loteamento da Avenida Bastian, com terrenos com 20 metros de largura. Um outro caso bastante significativo foi do Eng. Leiria, autor do projeto “Vila Assunção”, feito para a burguesia ascendente. Ao ser entrevistado, não se referiu nenhuma vez ao movimento de Cidade Jardim, mas disse que recebeu influência direta do urbanismo dos Estados Unidos, com o qual mantinha contato através de colegas. Fez questão de implantar calçadas com passeios entre gramas, que era o que havia de “mais moderno” por lá, na época. Interessante que ele implantou os princípios conceituais de Unidade de Vizinhança, mas a isso também não se referiu, assim como não falou das passagens pelo meio das quadras. (SOUZA, 1999: 13-14)

Em 1952 foi realizado o primeiro zoneamento urbano de Porto Alegre onde a cidade era classificada em quatro funções básicas: habitação, trabalho, lazer e circulação, tornando-se a lei 2046, aprovada em 30 de dezembro de 1959, que regulamentaria o uso do solo.

Em decorrência do processo de industrialização e mecanização do campo, a partir de 1970, aumentou consideravelmente o ritmo da urbanização das cidades brasileiras. Em virtude disso, a configuração territorial das cidades, em especial de Porto Alegre, ganham usos diferenciados que se superpõem e permitem fazer uma leitura de suas descontinuidades espaciais. Porto Alegre não acolheu igualmente as modernizações, nem seus atores sociais, tendo em vista sua apropriação espacial. Nela visualiza-se uma zona norte urbano-industrial e uma zona sul intercalada com áreas residenciais (loteamento novos e condomínios residenciais), comerciais, agrícolas, parques e reservas, aguardando novas racionalidades. O uso territorial configura-se na apropriação dos sistemas técnicos, que segundo Milton Santos (1999), são objetos e formas de fazer que permitem explicar como, onde, por quem, por que e para que esse território é usado. Em 1979, a lei complementar 73/79 institui o 1º Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano para Porto Alegre. A cidade estava dividida em zona urbana e zona rural para fins administrativos, fiscais e de regime urbanístico. Para fins de planejamento, foram criadas as Unidades Territoriais Seccionais (UTS) divididas em Unidades Territoriais de Planejamento (UTP). As Unidades Territoriais de Planejamento foram definidas segundo critérios de densidade de população, uso do solo, equipamentos urbanos e relacionamento com a natureza, a fim de intervir no espaço geográfico do município.

A área urbana compreendia em:

- ❖ Área Urbana de Ocupação Intensiva para fins de urbanização;
- ❖ Área Urbana de Ocupação Extensiva de urbanização rarefeita, priorizando a conservação do patrimônio ambiental.

As transformações para o novo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA) que a partir do I Congresso da Cidade, propuseram nove diretrizes, serviram de base para a reorganização do plano diretor. São elas:

1. Cidade com gestão democrática;

2. Cidade descentralizada;
3. Cidade que combate as desigualdades e a exclusão social;
4. Cidade que promove a qualidade de vida e do ambiente;
5. Cidade culturalmente rica e diversificada;
6. Cidade atrativa e competitiva;
7. Cidade que articula a parceria pública/privada;
8. Cidade com estratégia para se financiar;
9. Cidade articulada à Região Metropolitana.

Com as diretrizes definidas com suas articulações e organizações, o Plano Diretor é estruturado para respeitar as exigências dos acordos internacionais da Agenda 21 das Nações Unidas. Seguindo esta linha de trabalho, em 1995, começa a serem organizadas e desenvolvidas reuniões com a sociedade, sendo que foram apontados aspectos a serem analisados. Desta maneira, foram criados quatro grupos temáticos de trabalho.

- ❖ Planos Regionais;
- ❖ Gestão e Sistema de Planejamento;
- ❖ Estrutura Urbana;
- ❖ Subsídio para Política Habitacional.

Os objetivos do novo plano diretor compreendem: conter o crescimento urbano desordenado, descentralizar as funções urbanas do centro de Porto Alegre para os bairros, através de corredores de descentralização, criar macrozonas de planejamento. Considerando estratégias e elementos de estruturação urbana como mobilidade urbana, malha viária, uso do solo privado, qualificação ambiental, promoção econômica, promoção da cidade e sistema de planejamento, passa-se a reconhecer as diferentes peculiaridades espaciais que foram definidas através de:

Áreas de Ocupação Intensiva

- ❖ Áreas predominantemente residenciais;
- ❖ Corredor de centralidade;

Área de Ocupação Rarefeita

- ❖ Área de proteção do ambiente natural;
- ❖ Área de produção primária;

- ❖ Áreas de desenvolvimento diversificado;

Áreas Especiais

- ❖ Áreas especiais de interesse cultural;
- ❖ Áreas especiais de interesse urbano;
- ❖ Áreas especiais de interesse institucional;
- ❖ Áreas de proteção do ambiente natural
- ❖ Parque Natural.

Mobilidade Urbana

- ❖ Eixos de transporte coletivos;
- ❖ Terminal de integração.

As macrozonas de planejamento territorial, conforme PDDUA, são conjuntos de Unidades de Estruturação Urbana com características peculiares quanto aos aspectos sociais, econômicos, paisagísticos e ambientais. Porto Alegre possui 9 macrozonas, conforme figura 25. Conforme Capítulo II, Artigo 29 do PDDUA, estas são conceituadas da seguinte forma:

I - Macrozona 1 - Cidade Radiocêntrica: engloba o território compreendido pelo Centro Histórico e sua extensão até a III Perimetral, constituindo a área mais estruturada do Município, com incentivo à miscigenação e proteção ao patrimônio cultural;

II - Macrozona 2 - Corredor de Desenvolvimento: constitui a área entre a BR-290, a Av. Sertório e a Av. Assis Brasil, sendo estratégica para empreendimentos auto-sustentáveis de polarização metropolitana, com integração de equipamentos como o Aeroporto e as Centrais de Abastecimento do Rio Grande do Sul - CEASA S.A.;

III - Macrozona 3 - Cidade Xadrez: compreendida entre a Av. Sertório e Cidade da Transição no sentido norte-sul e entre a III Perimetral e o limite do Município no sentido oeste-leste. Constitui a cidade a ser ocupada através do fortalecimento da trama macroestruturadora xadrez, do estímulo ao preenchimento dos vazios urbanos e da potencialização de articulações metropolitanas e novas centralidades. São marcos estruturadores os três Corredores de Centralidade: Sertório/Assis Brasil, Anita Garibaldi/Nilo Peçanha e Ipiranga/Bento Gonçalves;

IV - Macrozona 4 - Cidade da Transição: compreendida entre a Cidade Radiocêntrica e a Cidade Jardim, devendo manter suas características residenciais, com densificação controlada e valorização da paisagem. Constitui marco estruturador desta Macrozona o Corredor de Centralidade Cavahada/Tristeza, que faz conexão entre bairros, sendo limitado longitudinalmente pelas ruas Dr. Barcellos e Pereira Neto.

V - Macrozona 5 - Cidade Jardim: caracteriza-se pela baixa densidade, pelo uso residencial predominantemente unifamiliar e elementos naturais integrados às edificações, com especial interesse na orla do Guaíba;

VI - Macrozona 6 - Eixo Lomba-Restinga: estrutura-se ao longo das Estradas João de Oliveira Remião e João Antônio da Silveira, com potencial para ocupação residencial miscigenada, em especial para projetos de habitação de caráter social, apresentando áreas com potencial de ocupação intensiva, situadas na Área de Ocupação Rarefeita;

VII - Macrozona 7 - Restinga: bairro residencial da Zona Sul cuja sustentabilidade tem base na implantação do Parque Industrial da Restinga. Liga-se com a Região Metropolitana através do Corredor de Produção;

VIII - Macrozona 8 - Cidade Rururbana: área caracterizada pela predominância de patrimônio natural, propiciando atividades de lazer e turismo, uso residencial e setor primário, compreendendo os núcleos intensivos de Belém Velho, Belém Novo e Lami, bem como as demais áreas a partir da linha dos morros da Companhia, da Polícia, Teresópolis, Tapera, das Abertas e Ponta Grossa;

IX - Macrozona 9 - Parque Estadual Delta do Jacuí: área de preservação do patrimônio natural, que constitui elemento fundamental para o processo de desenvolvimento sustentado e inclui o Núcleo de Ocupação Intensiva da Ilha da Pintada, devendo ser valorizada através da utilização do solo compatível com a sua função no equilíbrio ambiental da cidade. (PORTO ALEGRE: PDDUA, CAPÍTULO II, ARTIGO 29, 1999)

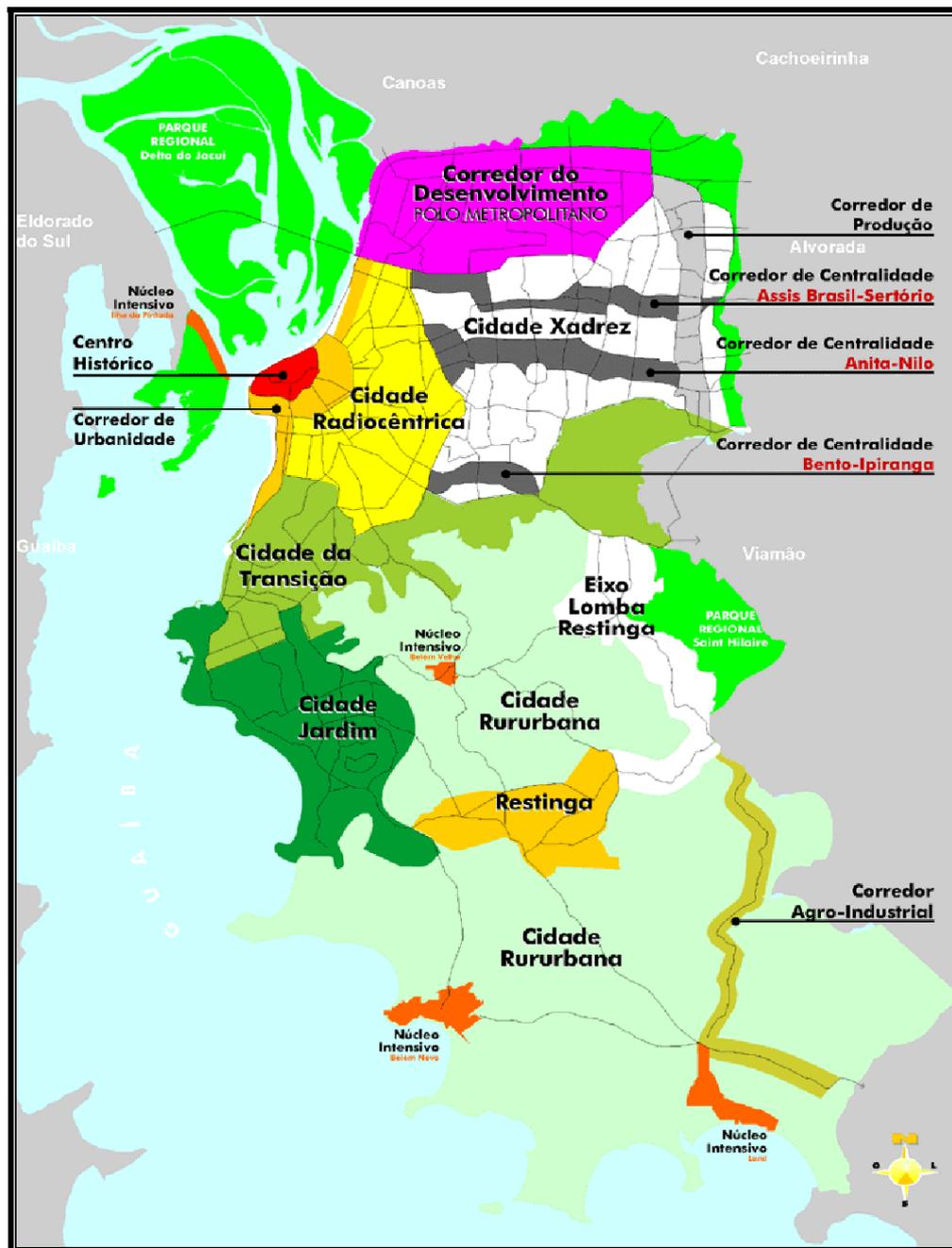


Figura 25 – Distribuição das Macrozonas de Planejamento de Porto Alegre.
Fonte: PDDUA, 1999. Figura 10 dos Anexos.

A Cidade Jardim, como macrozona de planejamento urbano, possui diversas características, sendo assim conceituada pelo PDDUA (1999):

A denominada Cidade Jardim é uma parcela residencial da cidade, que se estruturou com baixas densidades populacionais integrada aos elementos naturais típicos da paisagem local. Tem como principais referenciais do patrimônio natural o Morro do Osso e o Guaíba. Enquanto o Guaíba representa o contorno que configura a moldura da paisagem costeira, propiciando uma interação entre a

água e a cidade construída, o Morro do Osso marca a entrada da Cidade Jardim, caracterizando um verdadeiro monumento verde e de importância para toda a cidade. Através da luta de um grande número de interessados na sua preservação, transformou-se em Parque Municipal previsto pela lei orgânica. Há muitos anos funcionando como ponto de encontro, o bairro Ipanema é o local mais representativo da Cidade Jardim. Reúne, principalmente, nos fins de semana, milhares de pessoas da cidade toda, que se agrupam em volta de seus diversos pontos de interesse. Entre estes, o “calçadão” do bairro junto à orla do Guaíba, concluído como projeto de resgate urbanístico, que pode ser reconhecido pela resposta dada pela população à utilização cada vez mais intensa do local.

A Cidade Jardim, assim como a Cidade Transição, também apresenta bairros residenciais mais próximos à orla do Guaíba e outros mais afastados. Na primeira situação, além de Ipanema, estão os bairros Vila Assunção, Vila Conceição, Pedra Redonda, Espírito Santo, Guarujá e Serraria, enquanto que na segunda, estão parte dos bairros Cavallhada e Camaquã e ainda as áreas habitacionais, que tem na avenida Cavallhada um importante eixo estruturador de deslocamentos para o sul. Esta avenida tem passado nos últimos anos por um processo de transformação através da densificação da ocupação e da diversificação de atividades ao longo de seu percurso. Constituem referenciais de identidade nesta avenida a sede do Instituto Santa Luzia e a área habitacional denominada Cidade de Deus, junto ao qual se reassentou a Vila Cai Cai. A Vila Nova, interface significativa entre a cidade ocupada mais intensivamente e a cidade de ocupação mais rarefeita, é um núcleo urbano com ares de cidade de interior. Conhecida pela sua produção de pêssegos e ameixas, recebe anualmente inúmeros visitantes na época da comercialização destas frutas, marcada pela Festa do Pêssego e da Ameixa, comemoração que faz parte do calendário oficial de eventos da cidade. (Fonte: PDDUA, www.portoalegre.rs.gov.br, acessado em outubro de 2007)

Segundo a arquiteta Maria Tereza F. A, que atua na supervisão do desenvolvimento urbano da Secretaria de Planejamento Urbano da Prefeitura de Porto Alegre, a paisagem foi determinante para a denominação da macrozona Cidade Jardim, pois a baixa densificação habitacional e construtiva, as habitações unifamiliares e a presença de muito verde em áreas vazias e, mesmo em cada lote da cidade já parcelada, são aspectos predominantes neste espaço. Para a referida arquiteta,

[...] o nome é fácil de registrar e surgiu da discussão no grupo de coordenadores do processo de elaboração do plano. Entretanto, na discussão ampliada, com consultores e demais entidades, a universidade criticou a adoção deste termo, pois Cidade Jardim representa uma concepção de traçado urbanístico, uma proposta de desenho urbano, a partir de um conjunto de idéias, não passíveis de reconhecimento na macrozona como um todo. (Relato da entrevista fornecida por Maria Tereza F.A, supervisora do desenvolvimento urbano da Secretaria de Planejamento Urbano da Prefeitura de Porto Alegre, Porto Alegre, fevereiro de 2010)

É interessante destacar, que para o arquiteto Jorge Lúcio D., que atua na assessoria para aquisições especiais de imóveis da Secretaria Municipal da Fazenda, a denominação Cidade Jardim, formulada pelos socialistas utópicos que tinham a intenção de integrar espaço natural e o espaço construído, não representa a tônica do que é projetado nos

empreendimentos de Porto Alegre, pois os investidores imobiliários não respeitam o ambiente. Para o referido arquiteto “construir mais, significa mais dinheiro no bolso, não importando que quem adquiriu o imóvel terá espaço para lazer, insolação suficiente, ventilação adequada, permeabilidade do solo ou área verde necessária” (Relato obtida em entrevista, fevereiro de 2010). Ambos arquitetos afirmaram que as transformações urbanas na zona sul da cidade refletem a pressão do setor imobiliário para maior densificação habitacional, atingindo, principalmente, a sustentabilidade ambiental da Cidade Jardim.

Destaca-se que muitas unidades administrativas dos bairros inseridos na macrozona Cidade Jardim não coincidem com os limites da mesma, assim como, também, com os limites das áreas dos setores censitários, que é uma importante base de dados para a construção de uma gestão territorial. Compreende-se que, em termos de planejamento urbano, é importante no tratamento de indicadores sociais, econômicos, políticos e culturais, o reconhecimento dos limites de uma área de planejamento como a macrozona Cidade Jardim e que esta corresponde aos limites dos bairros e/ou setores censitários do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A figura 26 apresenta o mapa da área de estudo e os bairros que a integram.

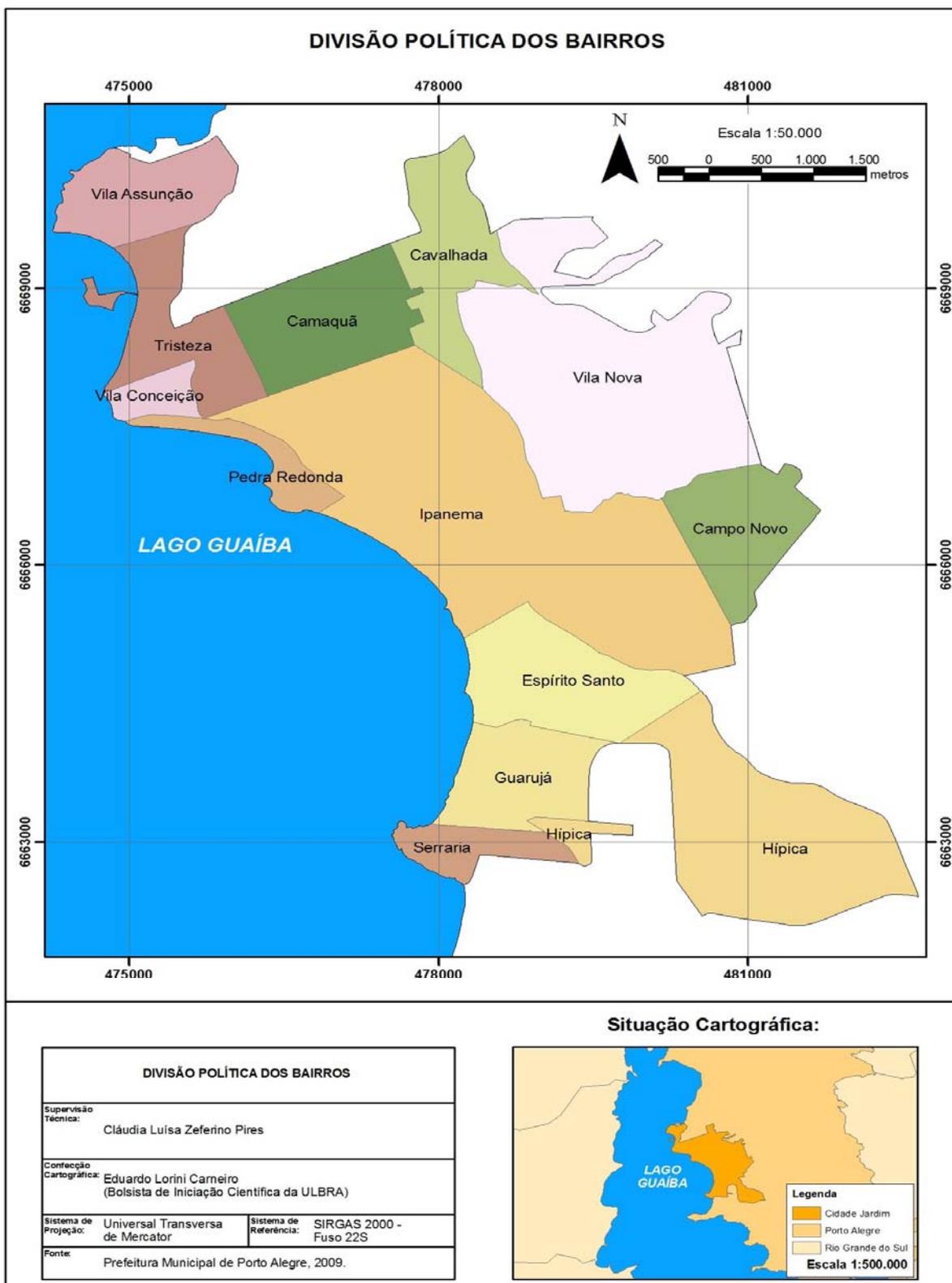


Figura 26 – Divisão Política dos bairros

A Lei 434/99 (PDDUA), destaca como instrumento de regularização fundiária de Porto Alegre, as AEIS (Áreas Especiais de Interesse Social), AUOPs (Área Urbana de Ocupação Prioritária – áreas definidas para aproveitamento prioritário em função da localização) e instauração de reservas, prevendo um planejamento macro e local. O PDDUA de Porto Alegre prevê, como estratégia de produção da cidade, a promoção de um conjunto de políticas de gerenciamento do solo urbano. Faz parte dessa estratégia o Programa de Habitação de Interesse Social que propõe a implementação de projetos, ações e procedimentos no processo de ocupação informal, viabilizando as classes sociais de baixa renda a sua inserção no espaço urbano. Conforme a figura 27, que representa o mapa das estratégias de planejamento definidas pelo PDDUA para a Cidade Jardim, é previsto os seguintes aspectos, em relação ao Programa de Habitação de Interesse Social:

- ❖ Na área intensiva, a redução da segregação socioespacial da cidade socialmente miscigenada, assim como identificação de áreas para ampliação de habitação de interesse social através das AEIS, AUOPS, Projetos Especiais;
- ❖ Na área rarefeita, o reconhecimento da existência de núcleos urbanos e apropriação de tecnologias apropriadas para infra-estrutura, além de reserva de área com potencial de urbanização/regulação da produção informal – loteador social;
- ❖ Na área de interesse ambiental, é prevista a qualidade de vida para os assentamentos e qualidade ambiental para o entorno.

As estratégias de qualificação ambiental, objetivam, conforme o PDDUA, qualificar o município através da valorização do patrimônio ambiental, que é compreendido pelos patrimônios culturais e naturais. Conforme o artigo 14 do PDDUA, o patrimônio cultural é um conjunto de bens imóveis de valor significativo – edificações isoladas ou não, ambiências, parques urbanos e naturais, praças, sítios e áreas remanescentes de quilombos – e paisagens, bem como manifestações culturais – tradições, práticas e referências, denominados de bens intangíveis, que conferem identidade a estes espaços. Já o artigo 15 considera que o patrimônio natural compreende os elementos naturais ar, água, solo e subsolo, fauna, flora, assim como as amostras significativas dos ecossistemas originais do

sítio de Porto Alegre. Essas características são consideradas indispensáveis à manutenção da biodiversidade ou à proteção das espécies ameaçadas de extinção, as manifestações fisionômicas que representam marcos referenciais da paisagem, pois são de interesse protecionista e conservacionista, devendo assegurar as condições de equilíbrio urbano, essenciais à qualidade de vida. (PDDUA, 1999:8).

Na Cidade Jardim, conforme a figura 27, é prevista a valorização do patrimônio cultural através dos bairros Vila Assunção, Vila Conceição, Tristeza e Ipanema. Destaca-se, também, a Orla do Guaíba, onde integra a valorização de espaços com vistas às práticas sociais, além da Hípica e Vila Nova, assim como a manutenção de percursos paisagísticos junto às avenidas Wenceslau Escobar e Juca Batista.

Em áreas onde há intensa urbanização irregular e/ou clandestina é proposta a recuperação do solo em pontos específicos junto ao Morro do Osso, da Ponta da Serraria, Morro da Tapera, além de partes dos bairros Vila Nova e Serraria; a recuperação dos arroios Capivara e Cavalhada; a recuperação paisagística da orla do Guaíba no bairro Vila Assunção e na Hípica. Além disso, é prevista a proteção do ambiente natural junto aos morros do Osso, Sabiá, das Abertas, Agudo e Ponta da Serraria.

O modelo espacial representa um conjunto de diretrizes para o desenvolvimento urbano, estimulando a ocupação do solo em acordo com a diversidade de suas territorialidades, de forma a integrar as “cidades” de ocupação mais intensiva e rarefeita. Conforme o PDDUA, constituem princípios básicos do modelo espacial os seguintes aspectos:

I - a descentralização de atividades, através de uma política de policentralidade que considere a atividade econômica, a provisão de serviços e aspectos socioculturais;

II - a miscigenação da ocupação do solo com vistas à diminuição de deslocamentos de pessoas e veículos e à qualificação do sistema urbano;

III - a densificação controlada, associada à perspectiva de otimização e racionalização dos custos de produção da cidade;

IV - o reconhecimento da cidade informal, através de uma política que envolva o interesse social;

V - a estruturação e a qualificação ambiental, através da valorização do patrimônio e do estímulo à produção primária. (PORTO ALEGRE: PDDUA, 1999:15)

Na área de estudo, quase toda sua totalidade espacial é considerada predominantemente residencial. Estas áreas são espaços onde se devem estimular a vida de bairro, com atividades complementares à habitação e demais atividades não-residenciais controladas quanto ao incômodo e ao impacto, sendo que ao sul da Cidade Jardim está prevista a expansão da ocupação intensiva. Junto à avenida Otto Niemeyer, estão presentes

os corredores de centralidade, cujas vias estruturadoras podem tornar mais eficiente o sistema de transporte urbano, estimulando diversidades de usos do espaço de forma estratégica e estruturando polos comerciais multifuncionais, formando centros de bairro que procuram atender às necessidades da população local. Na porção nordeste da área de estudo, há um programa de incentivo à habitação, atingindo a população de baixa e média renda. O modelo espacial da Cidade Jardim é indicado como área de interesse cultural a orla do Guaíba, as áreas de proteção do ambiente natural: Morro do Osso, Morro Sabiá, Morro Agudo, Morro da Tapera e Morro das Abertas. Com relação a mobilidade urbana, no sentido norte-sul, é previsto o sistema urbano de transporte coletivo que deverá operar com média e baixa capacidade de passageiros com terminal de integração que constitui centro de intercâmbio urbano, com comércio, serviços e estacionamentos dissuasórios. Por fim, a estratégia de promoção econômica objetiva o estabelecimento de políticas que qualifiquem os setores produtivos, junto às avenidas Otto Niemeyer, Nonoai, Cavahada e Eduardo Prado, além do Morro do Osso. A figura 28 representa as Diretrizes Territoriais e apresenta, de forma sintética, a organização territorial da Cidade Jardim e seus usos previstos que compreendem, conforme o PDDUA:

- ❖ Área predominantemente residencial: lugares onde devem ser estimulados a vida de bairro, com atividades complementares à habitação;
- ❖ Áreas Miscigenadas – caracterizam-se por diferentes atividades. Sua ocupação é estimulada igualmente tanto para atividades residenciais como para comércio, serviços e indústrias, distribuindo-se, com relação ao uso, em diferentes categorias que representam graus de restrição que são:
 - a) Mista 1 e Mista 2 - zonas de maior diversidade urbana em relação às áreas predominantemente residenciais, onde se estimule, principalmente, o comércio varejista, a prestação de serviços e demais atividades compatíveis, que representem apoio à atividade habitacional e ao fortalecimento de centralidades. Estão localizadas nas proximidades das avenidas Wenceslau Escobar, Coronel Marcos de Andrade, Juca Batista, Estrada da Serraria, Mario Totta, e da porção nordeste da área de estudo no bairro Vila Nova;

b) Mista 3 - zonas com estímulo à atividade produtiva e à geração de postos de trabalho associados à atividade habitacional, onde a diversidade proposta apresenta níveis mais significativos de interferência ambiental, representando, também, maiores potencialidades de impacto. Estão localizadas nas proximidades das avenidas Cavahada e trechos da Wenceslau Escobar e Nonoi.

❖ **Áreas Especiais:** As áreas especiais compõem os instrumentos de regulação para intervenção no solo urbano. Conforme o artigo 73 do PDDUA (1999), são aquelas que exigem regime urbanístico específico, condicionado a suas peculiaridades no que se refere a características locacionais, forma de ocupação do solo e valores ambientais, classificando-se em:

I - **Áreas Especiais de Interesse Institucional:** são áreas públicas ou privadas de grande porte, destinadas a fins comunitários e administrativos onde estão implantados equipamentos urbanos ou que são objeto de projetos governamentais.

II – **Áreas Especiais de Interesse Cultural:** zonas que apresentam ocorrência de patrimônio cultural representativo da história da cidade, com características físicas ou não, que lhes conferem um caráter excepcional;

III – **Áreas Especiais de Interesse Urbano** – são classificadas em **Áreas Especiais de Interesse Social (AEIS)**, **Áreas Urbanas de Ocupação Prioritárias (AUOP)**, **Áreas de Contenção ao Crescimento Urbano (ACCRU)** e **Áreas De Revitalização**.

III – **Áreas de Proteção do Ambiente Natural** – zonas previstas para atividades que conciliam a proteção da flora, da fauna e dos demais elementos naturais, objetivando a perpetuação e a sustentabilidade do patrimônio natural;

IV – **Parque Natural** – área em que se pretendem resguardar atributos excepcionais da natureza, conciliando a proteção integral da fauna e das belezas naturais, com a utilização para objetivos educacionais, de lazer e de recreação.

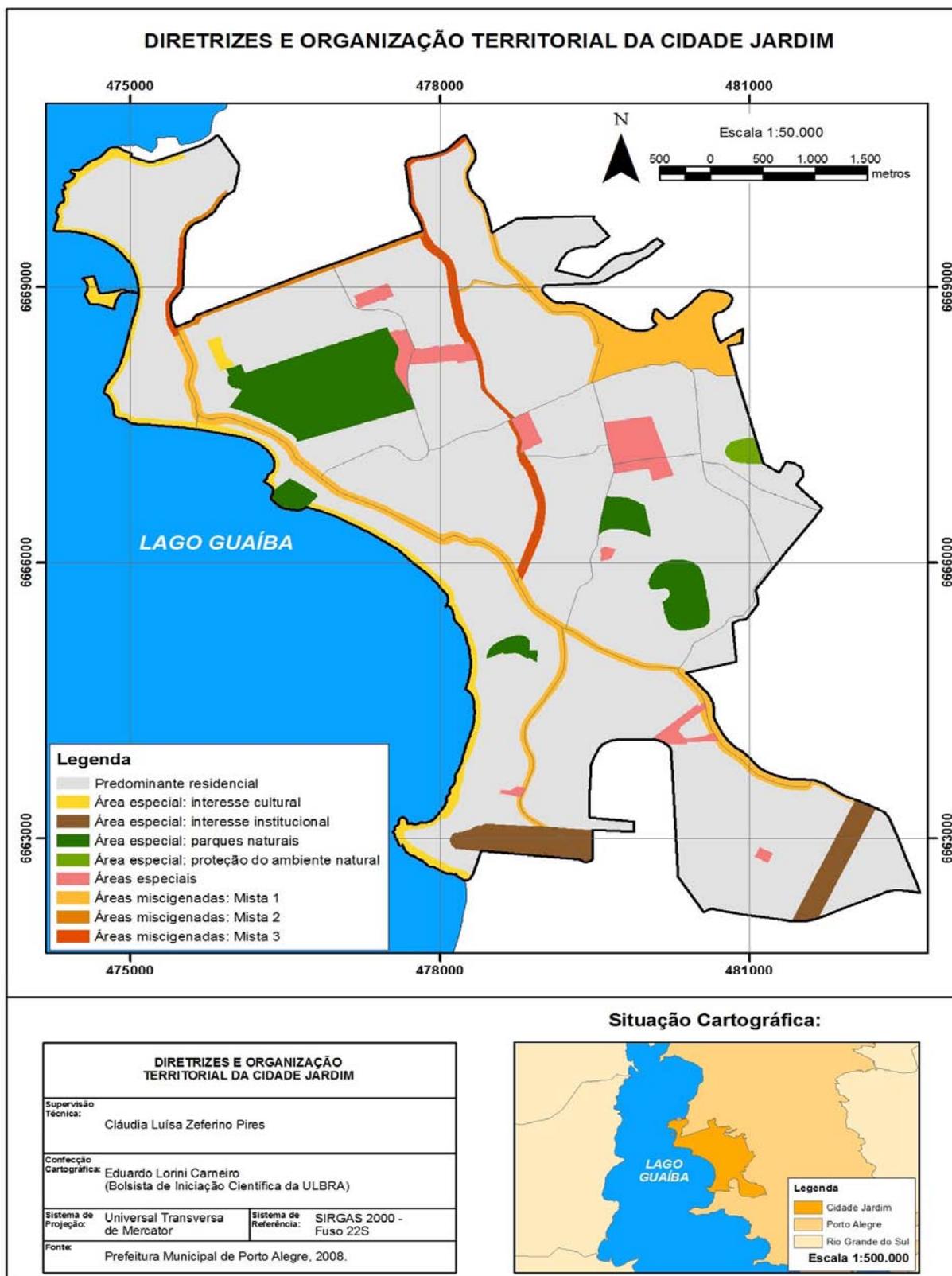


Figura 28 – Diretrizes e Organização Territorial da Cidade Jardim

Salienta-se que, para os técnicos, arquitetos urbanistas entrevistados, o plano diretor deverá avançar nas suas propostas de gestão e que o mesmo carece de atualizações, após 20 de vigência. Além disso, a população deve ser mais esclarecida sobre a importância das diretrizes urbanísticas previstas para a cidade.

Portanto, a partir da concepção teórico-política prevista pelo PDDUA para a Cidade Jardim, a paisagem emerge na linguagem do cotidiano de qualquer forma, evocando diferentes semânticas. Na zona sul de Porto Alegre, e em especial a área de estudo, a paisagem torna-se uma palavra-chave no discurso político-tecnocrático. Multiplicam-se as referências a uma paisagem proteiforme e indeterminável. Os lotes residenciais tornam-se garantia imobiliária através da paisagem que é contemplada no material publicitário como casa de campo, espaços verdes, bairro novo, vista panorâmica, etc. A figura 29 demonstra essas idéias.



Loteamento junto à Hípica

Condomínio Fechado junto a Juca Batista

Figura 29 – Divulgação imobiliária da paisagem em material publicitário.
Fonte: Jornal Zero Hora, ZH Classificados – Imóveis Compra e Venda, 2006.

Esse conteúdo publicitário sustenta a ideologia de uma política pública de gestão territorial para a Cidade Jardim: a paisagem representa a natureza, a tranquilidade de uma vida segura. Este é o desafio: a análise da paisagem se coloca tanto em termos de saber quanto de poder em três esferas: a gestão pública, as lideranças comunitárias e os habitantes de seus espaços. Os projetos políticos desenvolvidos para a cidade enfatizam uma abordagem separatista, ou seja, não conjugam a significação cultural do espaço urbano com o planejamento tecnicista.

Essa visão tem como base uma nova forma de planejamento urbano, conhecido por “planejamento estratégico” que, entre outras medidas, prevê parcerias entre o poder público e o setor privado com vistas a projetos de renovação urbana. Uma das propostas mais difundidas dessa visão tem como foco áreas centrais buscando a revitalização de espaços degradados e a recuperação, com novos usos, de edificações e equipamentos “históricos” ou “vernaculares” de forma a atrair novos moradores, usuários e frequentadores. Esse processo, conhecido como *gentrification* (enobrecimento, requalificação), propõe uma nova dinâmica, principalmente, para os centros das cidades, pois, além de adequá-los como lugares de consumo, inaugura uma nova modalidade de consumo cultural, isto é, o “consumo da paisagem”. (ZUKIN, 2000). Portanto, no planejamento da cidade, a paisagem torna-se conceito-chave para definições de espaços e estratégias de organização territorial.

3. A CIDADE JARDIM E SUAS DIFERENTES PAISAGENS: UMA LEITURA FENOMÊNICA

A macrozona Cidade Jardim de Porto Alegre passou a ser assim denominada porque, de certa forma, se assemelha com as ideias que foram propagadas por Ebenezer Howard. Seu desenho viário acompanha o relevo, as residências são marcadas pela presença de muitos jardins. Junto às vias de passeio intercalam-se gramíneas, arbustos e árvores de grande porte. Contudo, sua gênese diferencia-se das propostas de Ebenezer Howard porque a macrozona Cidade Jardim foi crescendo organicamente e a interpretação das ideias do referido autor foi implementada sem o conteúdo social idealizado, visto que seu projeto inicial previa uma vida comunitária. Observa-se que na área de estudo há uma heterogeneidade espacial, onde a paisagem revela-se por marcas territoriais distintas e fragmentadas pela condição socioeconômica e cultural.

A condição territorial de Porto Alegre, em suas múltiplas categorias e desigualdades, revela sua dinâmica. O urbano expressa um movimento constante, interagindo em relação à apropriação da própria natureza, explicando inclusive a maneira como o espaço geográfico é organizado e segregado, reproduzindo as hierarquias funcionais e sociais que uma cidade por si só cria. Estas hierarquias são, ainda, manipuladas simbolicamente. Os homens, vivendo em sociedade, estabelecem relações sociais objetivas entre si como, também, imaginárias a exemplo do bairro onde moram, do tipo de moradia, fazendo parte de uma classificação a partir da qual se identificam num jogo de “quem é quem” (MACEDO, 1991). No reverso dessa discussão, está a própria questão crucial do morador da cidade. Para existir e ser reconhecido no espaço urbano, ele precisa integrar a cidade, principalmente, neste mundo, hoje chamado de “*Pós-Moderno*”, cuja âncora está estabelecendo-se no próprio elemento de referência, onde a moradia representa, em parte, o indivíduo e o lugar onde mora (PIRES, 2000).

Além das questões funcionais, o urbano reflete diversos movimentos oriundos da relação entre natureza e sociedade. São nessas condições que podem ser observadas as diferentes apropriações simbólicas do espaço. A natureza é urbanizada e compõe o civilizado, porque a cidade já não possui mais limites ou “muros”, uma vez que se estende

pelas relações técnicas, informacionais e/ou culturais a partir do modo de vida urbano. A integração cidade/natureza decorre de uma ideia reducionista e simplista: o todo é urbano, perdendo sua diversidade. As pessoas interpretam e utilizam a natureza a partir de sua inserção no espaço urbano, sendo este interpretado e utilizado de acordo com as normas e ações implícitas em seu processo de produção. Estas normas e ações são organizadas de acordo, principalmente, com os planos diretores de cada cidade.

No caso específico de Porto Alegre, a lei 434/99 que institui o PDDUA traz algumas modificações quanto à organização espacial do município. Um exemplo que pode ser mencionado é a extinção da setorização de áreas rurais do município, mesmo havendo apropriações rurais no mesmo. Esta mudança é motivada, em muito, pela produção agrícola desenvolvida dentro da área urbana de uso extensivo, principalmente na Vila Nova, Campo Novo e Belém Novo.

Na realidade, os elementos naturais e sociais de suas paisagens estão servindo para avaliar e reavaliar novas práticas urbanísticas, além de selecionar e implantar concepções de organização urbana, reproduzindo modelos de planejamento e funções urbanas que entram em conflito, muitas vezes, com as identidades locais. A natureza é vista e pensada como parte do urbano integrando-se ao construído e, não revelando, assim, suas contradições. A problemática dessa questão está no valor que é atribuído ao dito natural e ao dito urbano. As árvores e os arroios, por exemplo, são apenas aquilo que são. Não lhes são atribuídas outras funções mesmo que integrem uma estrutura urbana, onde a natureza possui uma representação mitificada e simbólica.

A lógica urbanística é de uma cidade multiplicável por sua construção linear. Os espaços definem-se por sua forma e funcionalidade. O processo de transformação do espaço geográfico neste período histórico implica trabalhar a relação espaço/tempo materializada pela cidade e complexificada pela ciência, pela técnica e pela informação. Olhando para o espaço da Cidade Jardim (unidade de planejamento urbano) percebe-se um todo complexo que reúne diferentes paisagens nas quais natureza e sociedade sobrepõem-se no mesmo plano.

Observa-se que alguns referenciais chamam a atenção: natureza e paisagem remetem à noção de cenário e compartilham dos mesmos significados. Às vezes, paisagem

significa cenário e vice-versa; às vezes, natureza (em seu domínio semântico) é sinônimo de paisagem, que por sua vez significa cenário. Quando fala-se de paisagem, esta, automaticamente, significa cenário de um conjunto de elementos naturais, distanciando-se de dimensões sociais e culturais. Consta-se, ainda, que a paisagem agrega um valor urbano importante, tendo em vista sua importância visual (econômica) para preservação de espaços qualificados como "naturais". Verifica-se que planejadores, baseados nessa concepção, fazem uso da paisagem como característica única para implantar um empreendimento - conferida a partir de um valor subjetivo - que tem por objetivo reproduzir o capital imobiliário.

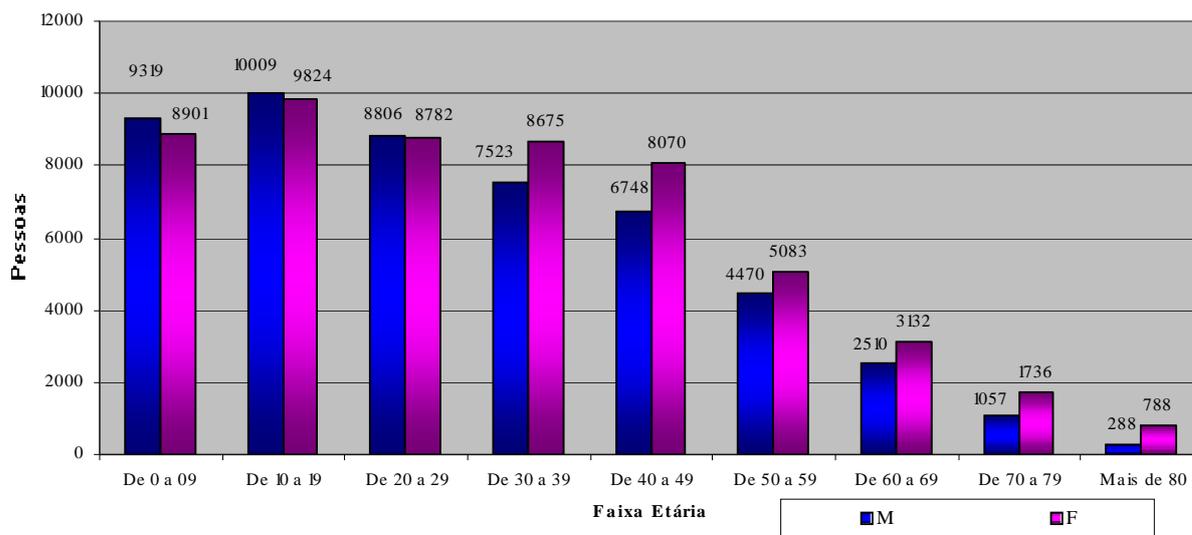
A apropriação conceitual de paisagem, bem como seu entendimento a partir da materialização de ações constantes, ficam registradas no tempo. Os objetos e as ações ganham corporeidade através das paisagens que são configuradas, constantemente, por novas formas e consumidas, muitas vezes, pela aceleração contemporânea e pela reprodução de lugares universais que, por sua vez, são verticalizados, principalmente por ações econômicas, políticas, e culturais, legitimando-as de forma inquestionável (SANTOS, 1999). Esses lugares, na medida em que se tornam invisíveis aos próprios olhos daqueles que habitam os mesmos, traçam novas formas de convivência, novos trajetos, hábitos e costumes que transformam a paisagem.

A Geografia, reveladora de tempos e espaços, evidencia o processo de produção dos objetos geográficos através dos discursos e suas diferentes formas de apropriação espacial na paisagem. Segundo George Benko (1996), o espaço observado é uma fração de tempo, especificamente, uma projeção de tempo sobre uma fração de espaço. Para esta reflexão, elementos na sua relação complexa são necessários para compreender a cidade contemporânea, tais como objetos e ações que marcam heterogeneidades, temporalidades e singularidades espaciais na paisagem. Esses são alguns dos desafios para a análise da dinâmica socioespacial da Cidade Jardim.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) 2000, a área que compreende a Cidade Jardim possui, aproximadamente, 105.721 pessoas, sendo que 48% correspondem ao sexo masculino e 52%, ao feminino. Em torno de 9,5% da população possui idade acima de 60 anos e 36%, com idade de 0 a 19 anos. O gráfico 1

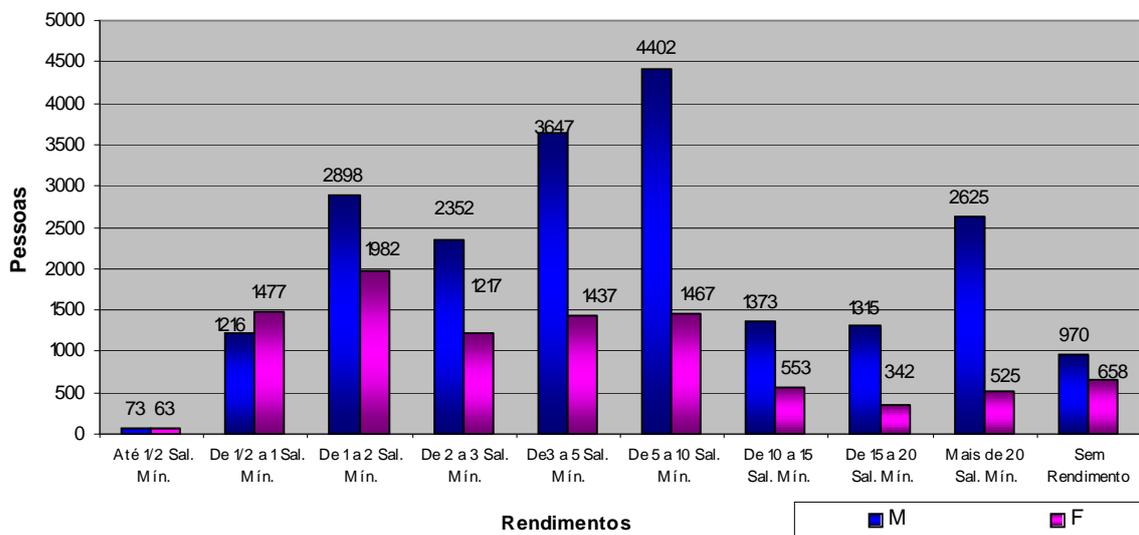
apresenta a composição etária da área de estudo. Esses dados são importantes, principalmente, nas ações do planejamento urbano e na realização de políticas públicas para atender às necessidades básicas de seus habitantes. Esta realidade torna-se mais complexa em espaços onde localizam-se habitantes com escolaridade e rendimentos mínimos.

Gráfico 1 - Composição Etária da Cidade Jardim



Na perspectiva da análise econômica e social, verificam-se diferentes categorias que configuram as paisagens da Cidade Jardim. No gráfico 2, observa-se que, aproximadamente, 36% dos habitantes da Cidade Jardim possuem rendimentos médios na faixa de 3 a 10 salários mínimos, sendo que se destaca, neste universo, o sexo masculino com o dobro dos rendimentos em relação ao sexo feminino. Outro aspecto significativo é que 16% dos habitantes possuem renda acima de 15 salários mínimos, sendo que 82% dos rendimentos estão concentrados no sexo masculino. Em contrapartida, aproximadamente, 15% dos habitantes ocupam a faixa dos sem rendimentos com até 1 salário mínimo. Destes, 50% dos rendimentos são do sexo feminino. Este aspecto é importante ressaltar, porque nas famílias que possuem baixa renda, o papel da mulher como responsável pelo domicílio é relevante no papel social da comunidade. Estudos apontam que, nas principais cidades brasileiras, crianças e jovens cujas mães sustentam a unidade familiar estão sujeitas à vulnerabilidade social.

Gráfico 2 - Rendimento Por Gênero



A condição de rendimento e de escolaridade, também, pode ser visualizada espacialmente nas figuras 30 e 31, que correspondem aos mapas Cidade Jardim: Condição de Rendimentos dos Responsáveis pelos Domicílios e Cidade Jardim: Condição de Escolaridade dos Responsáveis pelos Domicílios, respectivamente.

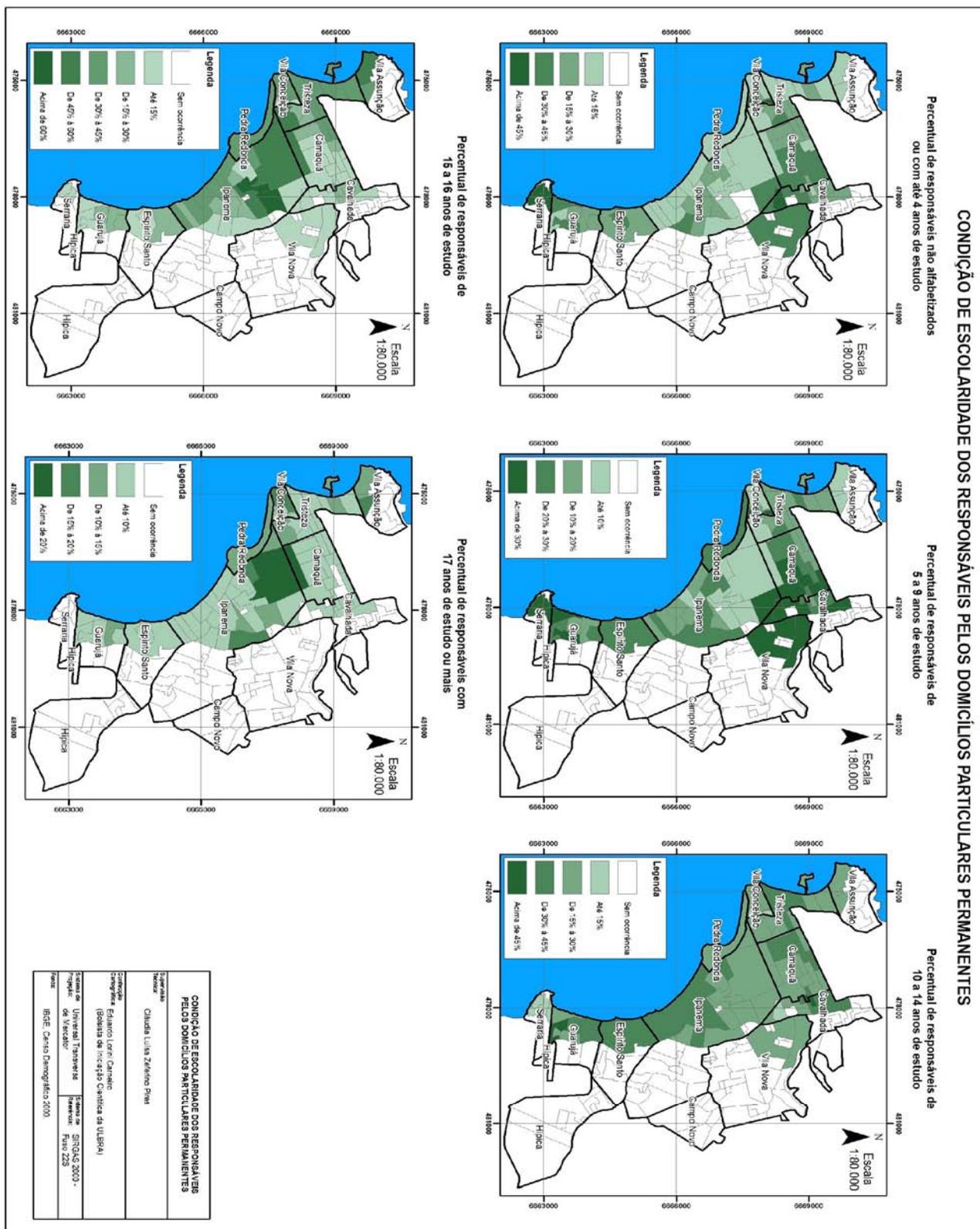


Figura 31 – Cidade Jardim: Condição de Escolaridade dos Responsáveis pelos Domicílios

Os contrastes que se instauram no espaço da Cidade Jardim e que emergem de uma rede de relações complexas são analisadas segundo suas formas, padrões de organização espacial, funcionalidades exercidas (residencial, comercial, culturais, industrial, circulação), condições sociais e econômicas e densidade ocupacional. Essa complexidade espacial é bem evidenciada na figura 32 que corresponde a um recorte espacial obtido no *site google earth*. Ao analisar a figura, é possível identificar muitos contrastes na imagem: usos do solo, densidade ocupacional, conforto espacial (ocupação do solo no mesmo terreno ou não), isolamento, acessibilidade, infra-estrutura urbana, estética (planos e cores, volumes, organização espacial).



Figura 32 – Contrastes Espaciais
Fonte: Google Earth, maio de 2009.

	Condomínio Horizontal Jardim do Sol
	COHAB Cavalhada
	Atividades Rurais na Vila Nova
	Vila Monte Cristo

3.1 Expressão Fenomênica da Cidade Jardim

A expressão fenomênica compreende a percepção da dinâmica das ações e das projeções sobre o espaço, evidenciada pelas formas, estruturas e funcionalidades estabelecidas nas e pelas relações sociais, culturais, políticas e econômicas. O estudo da paisagem foi o caminho para compreensão dessas dinâmicas nos seus aspectos empíricos e conceituais para realização de um projeto de gestão territorial e de educação. Sem ser reduzida ao “paisagismo” do planejamento urbano, ela reivindica um outro olhar: refletir sobre as relações entre natureza e cultura no encontro de diferentes combinações sociais. Nesse sentido, a configuração espacial ganha corporeidade através das paisagens que são transformadas constantemente. Apesar da constante transformação da paisagem, há uma certa identidade e reconhecimento espacial por parte de quem a habita ou simplesmente a observa. Ela, no entanto, passa a corresponder a algum tipo de imagem que, através das formas que a representa, permite sua identificação. Assim, compreender a transformação do espaço se faz de forma permanente, pois se existe uma política de “escritura” da cidade, deverá existir uma política de leitura da cidade

Portanto, é imprescindível retomar algumas questões metodológicas que encaminhe uma proposta de compreensão da geograficidade da paisagem na Cidade Jardim. Este entendimento requer um estudo sobre sua base conceitual, bem como os processos transformadores atuantes, buscando compreendê-los na relação entre os critérios de densidade (baixa, média, alta e vazios urbanos); de morfologia arquitetônica e de condições de habitabilidade que levou em consideração o conforto, a comodidade espacial (ocupação do solo no mesmo terreno ou não), o isolamento, a acessibilidade, a infra-estrutura urbana, a estética (planos e cores, volumes, organização espacial) e de funcionalidade (residencial, comercial, rural, cultural, industrial ou de circulação). Com relação à qualidade ambiental, esta compreendeu as alterações espaciais advindas da relação sociedade/natureza. Os conflitos ambientais, decorrentes da urbanização, foram percebidos através das condições de saneamento e do grau de vulnerabilidade à ocupação. Esse conjunto de informações foi obtido na imagem de satélite do quick bird (anexo 1), juntamente com os trabalhos de campo.

Para tanto, os mapas que representam as seguintes temáticas: domicílios particulares permanentes sem destino adequado ao lixo (anexo 2), domicílios particulares permanentes com coleta de lixo (anexo 3), domicílios particulares permanentes sem banheiro ou sanitário (anexo 4) e domicílios particulares permanentes com banheiro ou sanitário (anexo 4), assim como os mapas das figuras 30 (Cidade Jardim: Condição de Rendimentos dos Responsáveis pelos Domicílios) e 31 (Cidade Jardim: Condição de Escolaridade dos Responsáveis pelos Domicílios), forneceram dados para análise de contrastes socioespaciais da área de estudo. Estas informações subsidiaram a composição do mapa Expressão Fenomênica do Espaço: Paisagens da Cidade Jardim (figura 33) que compreende a leitura da diversidade espacial através de 6 configurações: paisagem residual, paisagem da injustiça ambiental, paisagem multifuncional, paisagem da acumulação, paisagem liminar e paisagem intersticial. O mapeamento da diversidade socioespacial polarizou contrastes e levou a algumas considerações no plano da cultura urbana: as condições de renda, de escolaridade e de saneamento têm um papel importante nos estudos da paisagem, pois a deterioração dos espaços e equipamentos públicos com a consequente privatização da vida coletiva, segregação, confinamento em ambientes e redes sociais restritas, situações de violência, falta de infra-estrutura básica etc. contribuem para a configuração das paisagens.

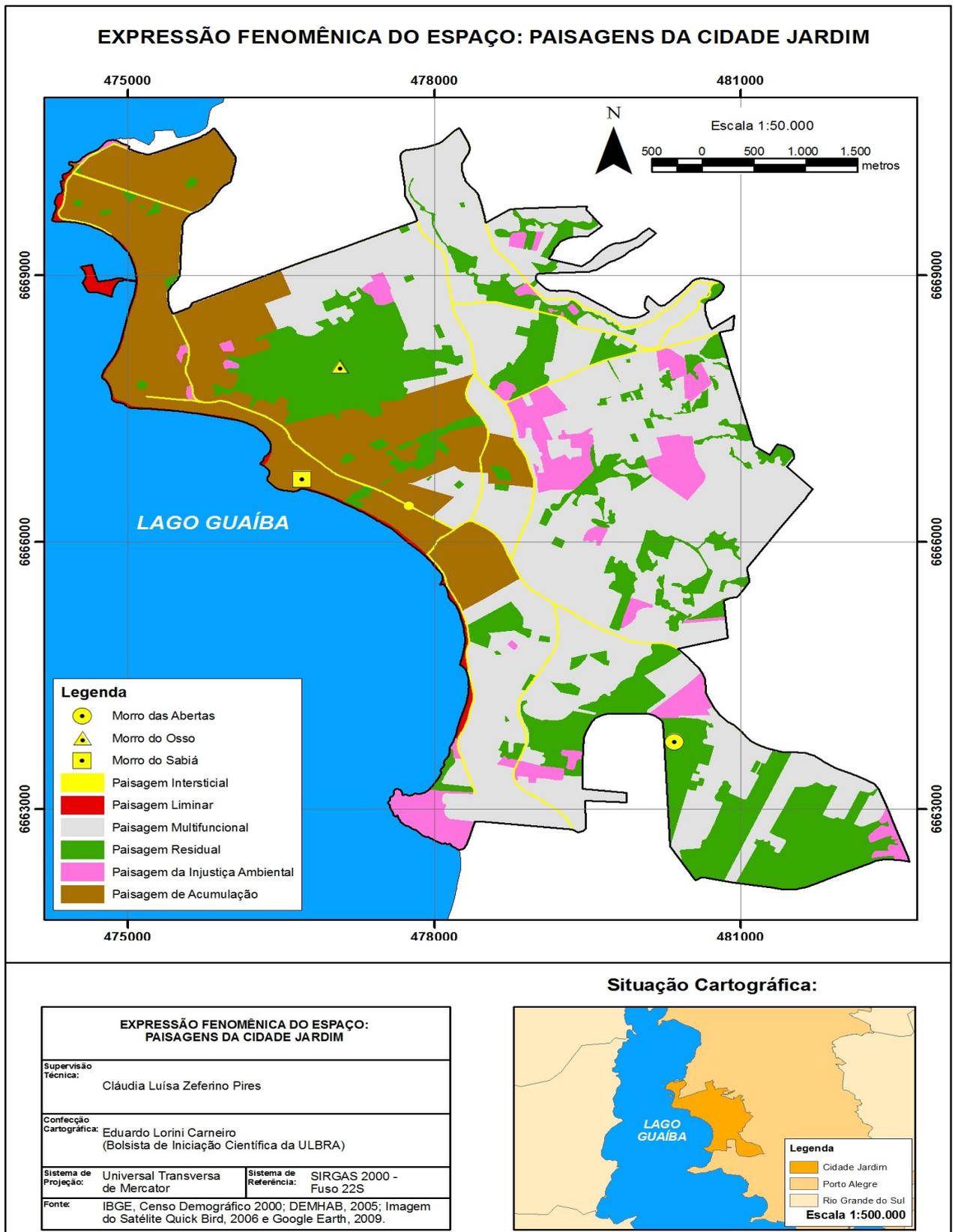


Figura 33 – Expressão Fenomênica do Espaço: Paisagens da Cidade Jardim

3.1.1 Paisagem residual

O conceito residual deriva de Cosgrove (1998), sendo que a paisagem pode ser dividida em dominantes e alternativas. As paisagens alternativas são classificadas em residuais, emergentes ou excluídas. Para o referido autor, as paisagens residuais são aquelas em que persistem objetos específicos que fizeram parte da construção do espaço e seu significado cultural mudou, em parte, seu sentido. Na Cidade Jardim, estes objetos encontram-se dispersos em locais específicos, pois são na sua maioria, residências e ocupações patrimoniadas culturalmente pelo poder público ou privado. Contudo, adaptou-se para esta tese, o conceito de Cosgrove e classificou-se como residual a paisagem onde, apesar de toda transformação produzida pela ocupação urbana, há predominância de elementos naturais que se destacam na paisagem. Correspondem aos trechos remanescentes de matas considerados áreas de interesse para preservação ambiental, parques ou reservas e áreas restritas à dinâmica da natureza.

No mapa da expressão fenomênica da Cidade Jardim (figura 33), a paisagem residual compreende o espaço do Morro do Osso, do Morro das Abertas, do Morro do Sabiá e de parte do Morro da Tapera, áreas de conservação ambiental junto à Ponta do Dionísio, dos Cachimbos, da Pedra Redonda e da Serraria, assim como remanescentes de vegetação nativa e/ou secundária presentes em campos, matas ciliares e encostas de morros. Nas encostas dos morros, a mata é mais densa e suas espécies são provenientes da Mata Atlântica e do Alto Uruguai. As matas ciliares, denominadas pelo Atlas Ambiental (1998) de mata aluvial, compreendem a vegetação ao longo das margens dos cursos d'água. Os principais arroios da área de estudo são: Capivara, Cavalhada, Teresópolis, do Osso, Espírito Santo e Guarujá. Na porção sul da Cidade Jardim há presença de campos com butiás e cactáceas e banhados que ocupam depósitos fluviais. Conforme o Atlas Ambiental (1998), os campos secos e campos com butiás são relictos de vegetação predominante de épocas passadas. As figuras 34, 35 e 36 constituem exemplos da paisagem residual.

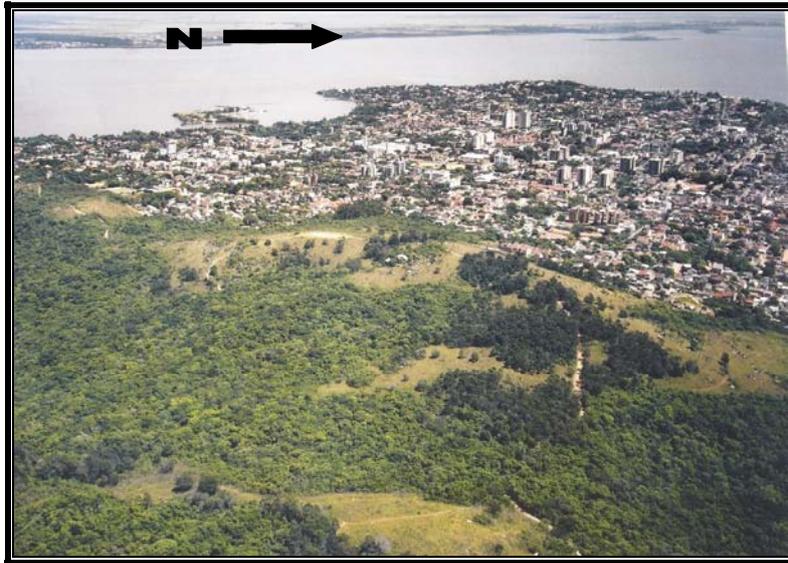


Figura 34 - Vista Aérea do Morro do Osso. Ao fundo observa-se a densa ocupação residencial junto à Orla do Guaíba.

Fonte: AMARAL, Henrique - Porto Alegre Vista do Céu, 2004.



Figura 35 - Vista Aérea da Ponta dos Cachimbos. Apresenta forte arborização ao longo das ruas e avenidas.

Fonte Atlas Ambiental de Porto Alegre – 1998

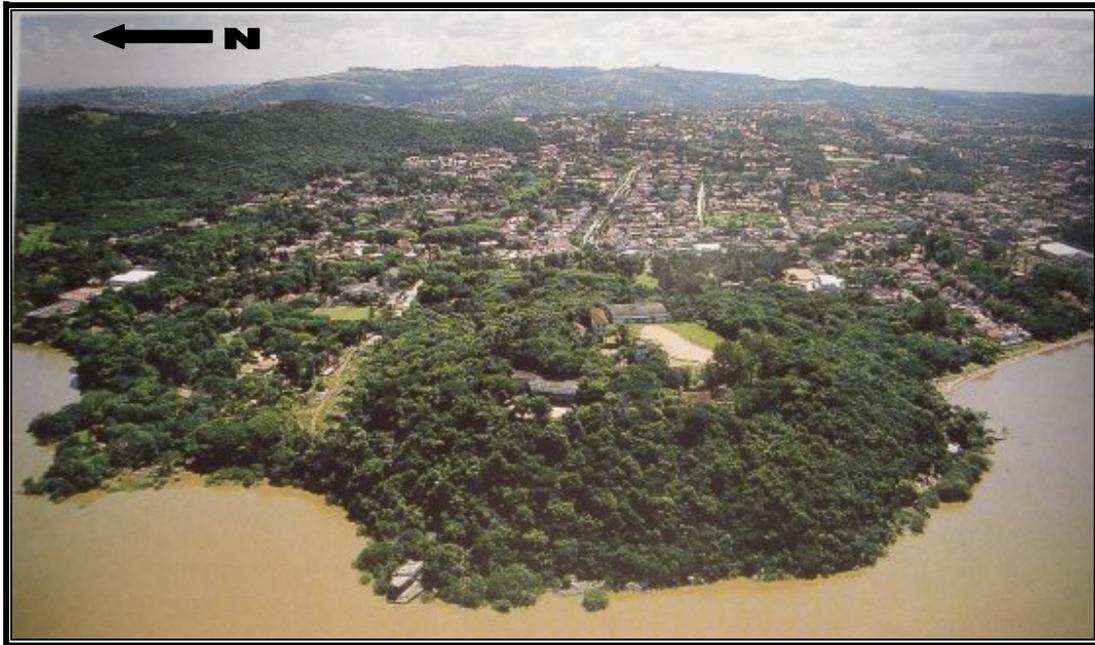


Figura 36 - Vista aérea do Morro do Sabiá com remanescentes de mata nativa junto ao Lago Guaíba. À esquerda e ao fundo, Morro do Osso.

Fonte: Atlas Ambiental de Porto Alegre, 1998.

3.1.2 Paisagem da injustiça ambiental

O conceito de Justiça Ambiental surgiu nos Estados Unidos da América, articulado ao processo de luta dos grupos étnicos afetados pelo chamado racismo ambiental que denunciava as ligações entre degradação ambiental e discriminação racial. Conforme Acselrad,

O Movimento de Justiça Ambiental constituiu-se nos EUA a partir de uma articulação criativa entre lutas de caráter social, territorial, ambiental e de direitos civis. Já a partir do final dos anos 60, redefiniu-se em termos “ambientais” um conjunto de embates contra as condições inadequadas de saneamento, de contaminação química de locais de moradia e trabalho e disposição indevida de lixo tóxico e perigoso. Foi então acionada a noção de equidade geográfica, como “referente à configuração espacial e locacional de comunidades em sua proximidade a fontes de contaminação ambiental, instalações perigosas, usos do solo localmente indesejáveis como depósitos de lixo tóxico, incineradores, estações de tratamento de esgoto, refinarias etc.” (ACSELRAD, 2008:6)

Os estudos utilizavam dados estatísticos para demonstrar que a localização de lixeiras com resíduos tóxicos coincidia com as comunidades de negros, hispânicos e asiáticos nos Estados Unidos. As discussões travadas tornaram-se marcos referenciais para os movimentos de justiça ambiental nos EUA que estabeleciam relações entre a luta anti-racista com as questões ambientais. No Brasil, o conceito de Justiça Ambiental teve uma conotação mais ampla e a questão ambiental foi dimensionada pelas dinâmicas sociopolíticas, tradicionalmente, envolvidas com a construção da justiça em sentido amplo.

Em 2001 foi criada a Rede Brasileira de Justiça Ambiental (RBJA) que tem como objetivo combater a injustiça ambiental no país. É uma articulação formada por representantes de movimentos sociais, ONGs, sindicatos e pesquisadores. Para a RBJA, a injustiça ambiental está associada à vulnerabilidade social e ambiental, sendo que os grupos sociais de menor renda, em geral, são os que têm menor acesso à qualidade ambiental.

O conceito de injustiça ambiental está articulado com situações de conflitos ambientais em espaços onde vivem populações pobres, tornando-as vulneráveis no processo de desenvolvimento e na produção socioespacial. Na figura 33, a paisagem da injustiça ambiental compreende os espaços vivenciados pelos conflitos ligados à ocupação do solo, à destruição de ecossistemas, à alocação espacial de processos poluentes, penalizando as condições de saúde da população excluída dos projetos de desenvolvimento social. Representa, também, uma parcela da população que está marginalizada da cidade e do processo de cidadania, vivenciando cotidianamente com problemas derivados da coleta de lixo inadequada, da falta de saneamento básico, da falta de condições materiais e simbólicas para sua sobrevivência. Residem, sobretudo em áreas irregulares e clandestinas, em áreas de risco ambiental e/ou afastadas dos serviços urbanos. Morfologicamente, os espaços são caracterizados pela alta densidade ocupacional dos lotes residenciais, pela baixa ou nenhuma arborização e por ruas não-pavimentadas. Além disso, conforme as figuras 30 e 31 e os anexos 2, 3, 4 e 5, os moradores apresentam baixa concentração de renda, baixo nível de escolaridade e precariedade nas condições de saneamento. Nesse sentido, podemos exemplificar a situação dos seguintes espaços que compreendem as características da paisagem da injustiça ambiental: Vila Monte Cristo (figura 37) e Vila dos Sargentos, no Bairro Serraria (figuras 38 e 39).

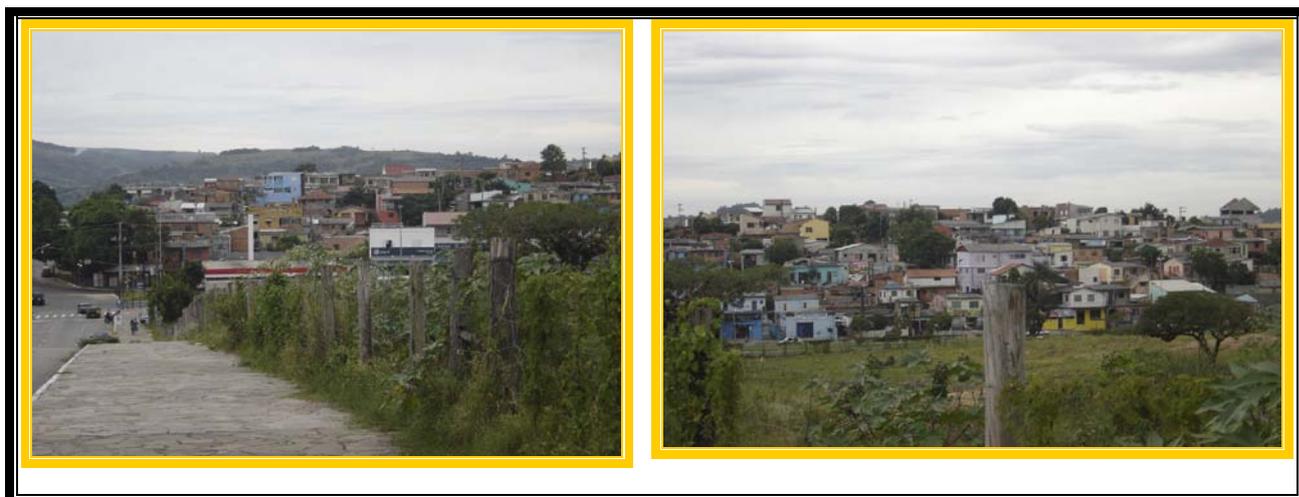


Figura 37 – Vista Parcial da Vila Monte Cristo junto a avenida Cavahada. Fevereiro de 2010
Foto: Cláudia Pires



Figura 38 – Vista Parcial Bairro Serraria
Fonte: AMARAL, Henrique - Porto Alegre Vista do Céu, 2004

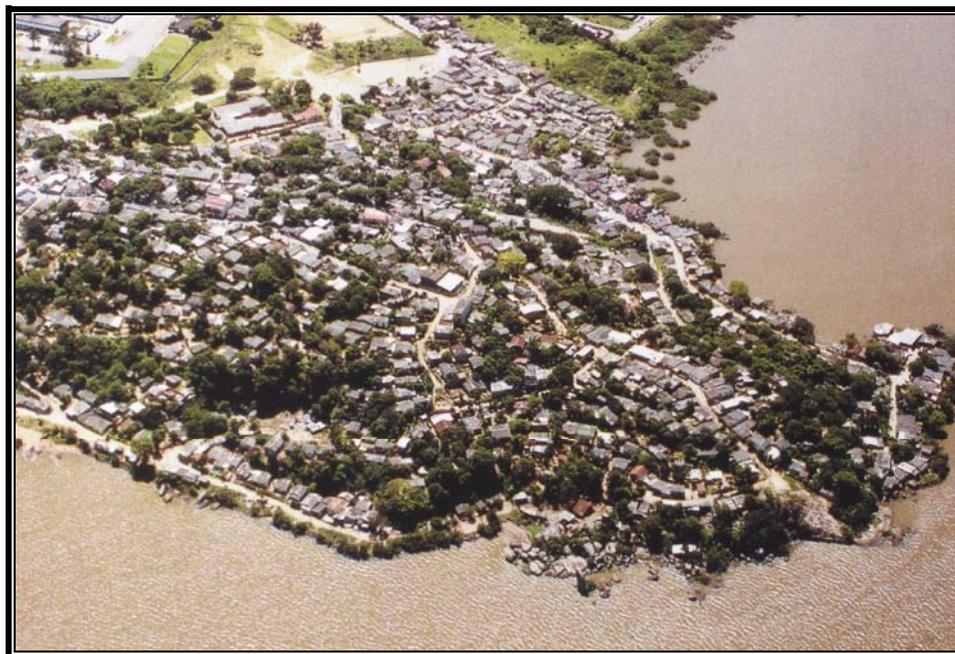
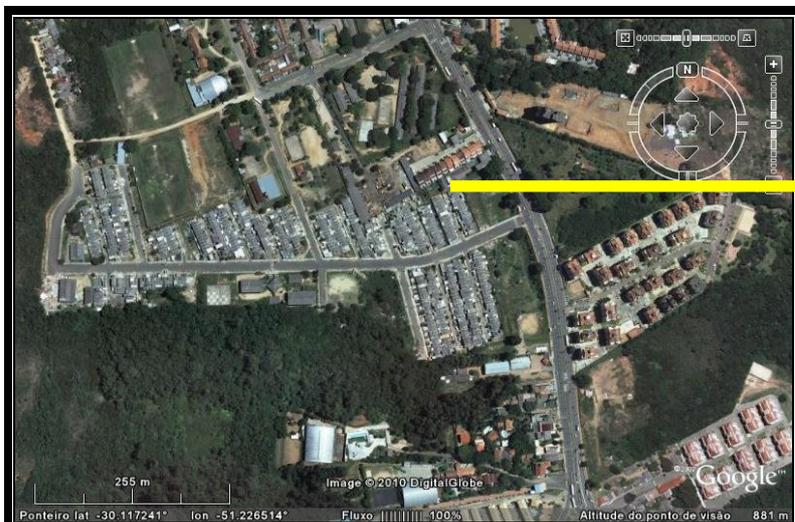


Figura 39 – Vista Aérea da Vila dos Sargentos
Fonte: AMARAL, Henrique - Porto Alegre Vista do Céu, 2004

Para a Prefeitura Municipal de Porto Alegre (2009), as necessidades habitacionais das vilas irregulares estão associadas ao déficit habitacional e, dentro dessa perspectiva, há um conjunto de moradias inadequadas que possuem deficiências de infra-estrutura básica como energia elétrica, esgotamento sanitário, abastecimento de água, coleta de lixo e ocupação excessivamente densa. Conforme o anexo 1, percebe-se que estes problemas se agravam muito quando as vilas estão assentadas em áreas consideradas de risco ambiental por estarem localizadas nas margens de arroios, planícies aluviais e encostas de morros. Segundo o Departamento Municipal de Habitação/DEMHAB (2009), há, aproximadamente, na área que corresponde à Cidade Jardim, 6.219 domicílios em condições de irregularidade urbana.

No contexto desta paisagem consideram-se, também, alguns conjuntos habitacionais constituídos, na maioria, por moradores reassentados de vilas irregulares e clandestinas de Porto Alegre. Pode-se citar como exemplo o Loteamento Cavanhada e o Conjunto Habitacional Parque do Salso, conhecido, popularmente, como COHAB-Cavanhada, representados nas figuras 40 e 41, respectivamente. Estes conjuntos habitacionais são caracterizados pela baixa condição de renda e pelo baixo grau de escolaridade de grande

parte de seus moradores, o que dificulta o acesso a muitos bens urbanos e tornam muitas famílias vulneráveis socialmente.



Vista horizontal do Loteamento Cavalhada. Ao fundo, observam-se as encostas do Morro do Osso. Fevereiro de 2010.

Foto: Cláudia Pires

Figura 40 – Vista Aérea do Conjunto Habitacional Loteamento Cavalhada
Fonte: Google Earth, maio de 2009.



Fonte: www.panorâmio.com.br
acessado em setembro de 2009



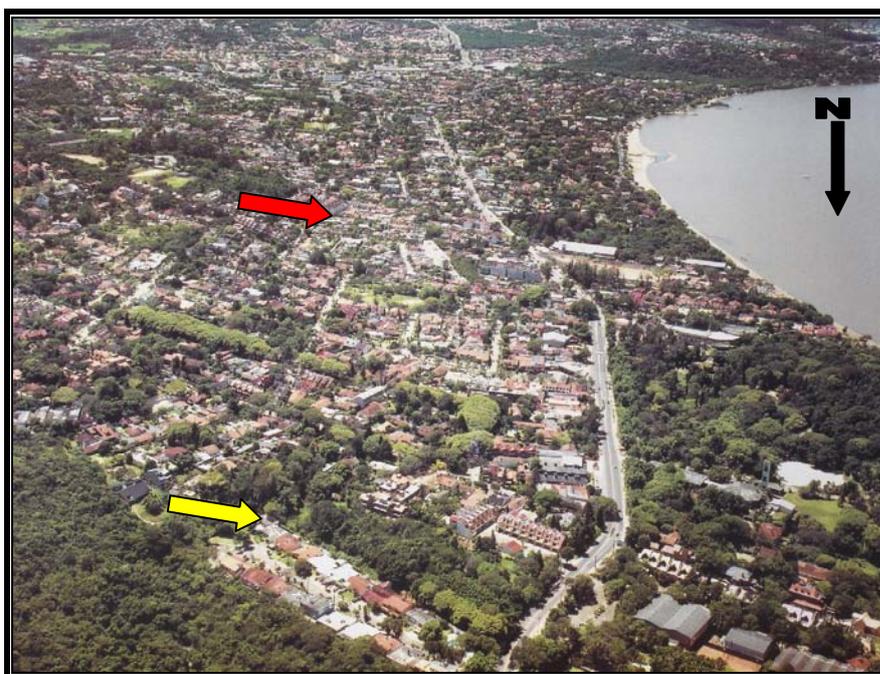
Vista da entrada do conjunto habitacional – COHAB Cavalhada

Foto: Cláudia Pires, fevereiro de 2010

Figura 41 – Vista Aérea do Conjunto Habitacional da Cavalhada (COHAB)
Fonte: Google Earth, maio de 2009.

3.1.3 Paisagem multifuncional

Representa a cidade em transformação, a diversidade territorial da Cidade Jardim. O encontro do movimento, do comércio com as áreas residenciais, abarcando a heterogeneidade de usos e funções espaciais. A multifuncionalidade está presente nas funções reguladoras e legitimadoras do espaço e confundem-se com as resistências locais de mudanças. Sua identidade representa a transição, a mudança, o hibridismo estético, social e cultural que, ao se combinarem, geram novas estruturas, um espaço heterogêneo e com diferentes sobreposições de poder. Corresponde a áreas mais densas, contendo em alguns espaços mais valorizados, significativas áreas arborizadas. Há forte presença, junto aos loteamentos residenciais, de praças e áreas de especulação imobiliária para futuros empreendimentos condominiais. Caracteriza-se, também, pela densificação predial vertical para famílias de baixa a média renda. Os bairros que integram a paisagem multifuncional correspondem ao Guarujá, Espírito Santo, Hípica, Serraria, Vila Nova, Campo Novo e partes do bairro Ipanema, Cavalhada e Camaquã. As figuras 42 e 43 exemplificam estas características.



→ Espaço que corresponde à paisagem multifuncional. Observa-se maior densidade habitacional e arborização menos intensa em relação paisagem da acumulação.

→ Espaço que corresponde à paisagem da acumulação. Observa-se a presença de condomínios residenciais fechados e arborização intensa.

Figura 42 - Vista Aérea do Bairro Ipanema

Fonte: AMARAL, Henrique - Porto Alegre Vista do Céu, 2004



Figura 43 – Vista parcial do bairro Guarujá. Fevereiro de 2010.

Foto: Cláudia Pires

Outras características que diversificam a dinâmica espacial da paisagem multifuncional correspondem às atividades rurais presentes nos bairros Vila Nova e Campo Novo. A apropriação rural de alguns espaços dentro da Cidade Jardim torna a marca desta macrozona, pois o conceito de origem inglesa de garden-city deve associar e integrar a vida urbana com a vida rural. Até meados da década de 50, a principal atividade econômica exercida nesta porção espacial da cidade era voltada para a economia rural. Atualmente, estas áreas estão integradas com diversas atividades urbanas e a produção rural restringe-se, principalmente, ao bairro Vila Nova onde se destaca a produção pêssegos, uva e ameixa. A Prefeitura Municipal de Porto Alegre vem dinamizando este espaço através da divulgação turística, onde se destacam os passeios pelos chamados “Caminhos Rurais” e pelas festas do pêssego, da uva e da ameixa. Cabe destacar, também, a transformação espacial destas áreas através da implementação de condomínios rurais e da criação de novos conjuntos habitacionais. As figuras 44, 45 e 46 representam as características espaciais das atividades rurais integradas com a vida urbana, expressando a diversidade da paisagem multifuncional.



Figura 44 - Vista Aérea das atividades rurais presentes no bairro Vila Nova.
Fonte: AMARAL, Henrique - Porto Alegre Vista do Céu, 2004



Figura 45 – Vista parcial de uma propriedade rural da Vila Nova na Cidade Jardim. Setembro de 2009

Foto: Cláudia Pires



Figura 46 – Vista, ao fundo, do bairro Vila Nova, observando-se a expansão residencial na paisagem multifuncional. Março de 2010.

Foto: Cláudia Pires

3.1.4 Paisagem da acumulação

O poder assimétrico confere um sentido visual para os espaços onde se projeta uma paisagem concreta e simbólica, muitas vezes definindo sua historicidade espacial. É lócus da concentração do capital, onde se verifica uma alta valorização econômica do solo urbano em relação ao entorno.

No mapa apresentado na figura 33, a paisagem da acumulação apresenta residências, em sua maioria, com uma arquitetura que ostenta o poder aquisitivo e com ótimas condições de habitabilidade (lotes grandes o suficiente para pátios internos e privativos, amiúde com jardins externos e áreas de lazer privativas, residências com espaços amplos e arejados), proporcionando um certo isolamento não desejado do entorno e integrando com outros através de uso comum de espaços vigiados, muitas vezes com muros elevados que obstruem a visibilidade do exterior visando à segurança interna para os que ali residem. A figura 47 ilustra bem estas características.

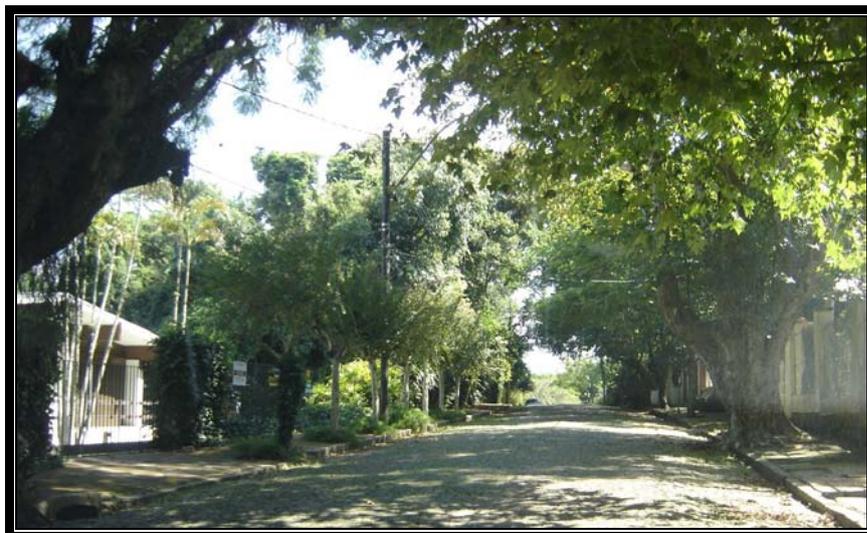


Figura 47 – Paisagem característica de arruamentos da Vila Conceição. Março de 2010
Foto: Cláudia Pires

Os condomínios de classe média e alta são os que melhor caracterizam o padrão dominante desta unidade de paisagem. Conforme Ueda (2006), os condomínios horizontais presentes na Cidade Jardim são caracterizados por um tipo de padrão denominado de *lifestyle* (estilo de vida, em inglês) onde vincula a paisagem a uma vida saudável e com presença de muitas áreas verdes. A autora chama a atenção à publicidade veiculada pelos empreendedores imobiliários que vinculam as imagens da zona sul a um tipo de “ruralismo idílico”. A figura 48 ilustra o padrão residencial adotado em muitos condomínios fechados na paisagem da acumulação.

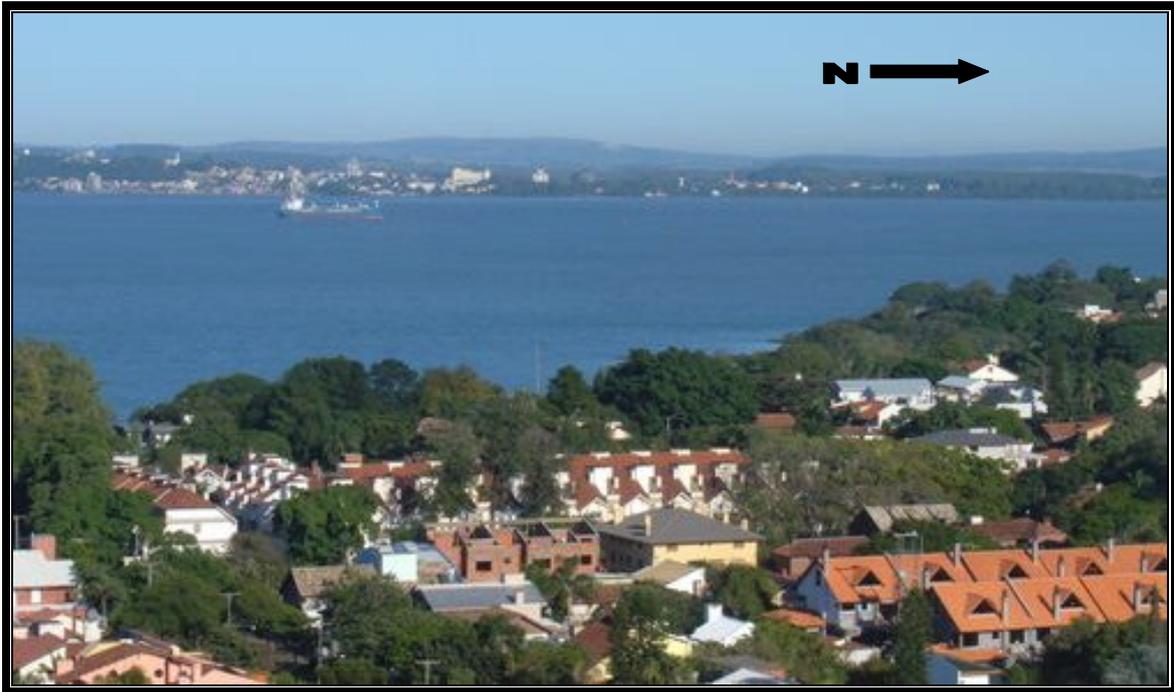


Figura 48 - Vista parcial do bairro Tristeza onde apresenta diversos conjuntos condominiais

Fonte: www.panorâmio.com.br acessado em janeiro de 2010

A paisagem da acumulação, com densidade ocupacional média e baixa, agrupa residências de alto padrão arquitetônico edificadas com materiais de alta qualidade, preservando a privacidade de cada unidade residencial, ao mesmo tempo criando espaços comuns de convivência e lazer e espaços fechados em entorno, estabelecendo a segregação espacial através do acesso restrito. O grau de vulnerabilidade ambiental é bastante reduzido, visto que os ambientes climatizados artificialmente e os espaços internos têm como objetivo reproduzir as condições ideais de habitabilidade. Além disso, apresenta os maiores rendimentos salariais, os melhores índices de escolaridade e de saneamento (figuras 30 e 31 e anexos 1, 2, 3, 4 e 5)

Há um controle da terra ligado ao poder hegemônico que determina a alocação do excedente social. Produzem uma imagem de mundo como reflexo de sua experiência que é ideologicamente reproduzido. A circulação interna fica restrita e até mesmo o acesso aos espaços públicos são restritos, não havendo circulação de transportes coletivos em muitos arruamentos e com muita arborização, na tentativa de dificultar a visibilidade de quem está fora e ter pouca circulação de pedestres. Sua geometria espacial confere ideologicamente

com o plano diretor como Cidade Jardim. As figuras 49, 50, 51 e 52 ilustram estas características.



Figura 49 – Vista Aérea da Vila Assunção

Fonte: AMARAL, Henrique - Porto Alegre Vista do Céu, 2004

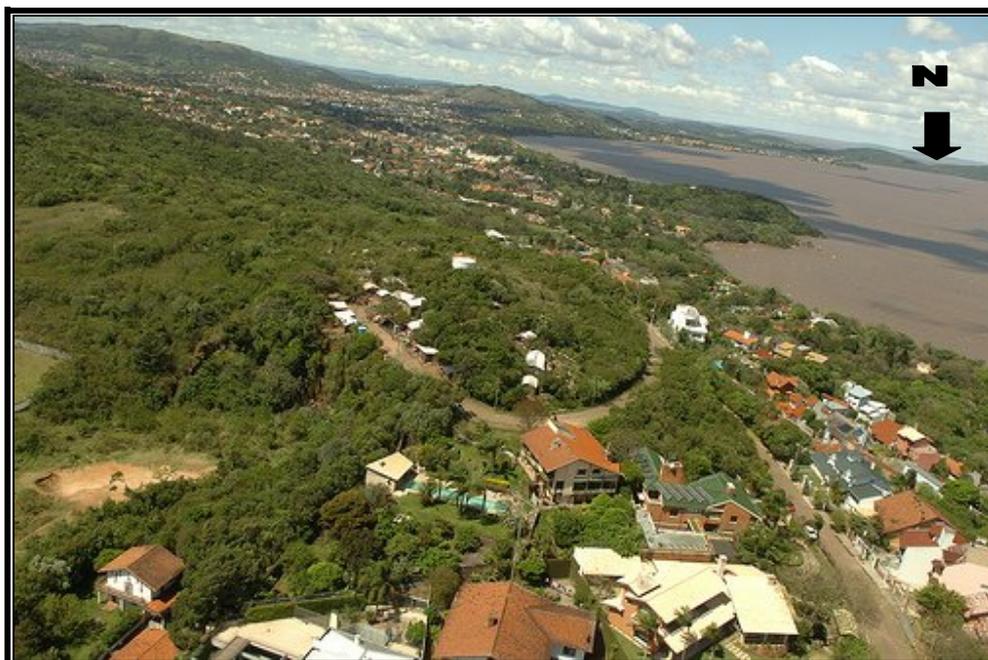


Figura 50 – Vista Aérea da Vila Conceição

Fonte: Arivaldo Chaves, Jornal Zero Hora de 25/09/2007.

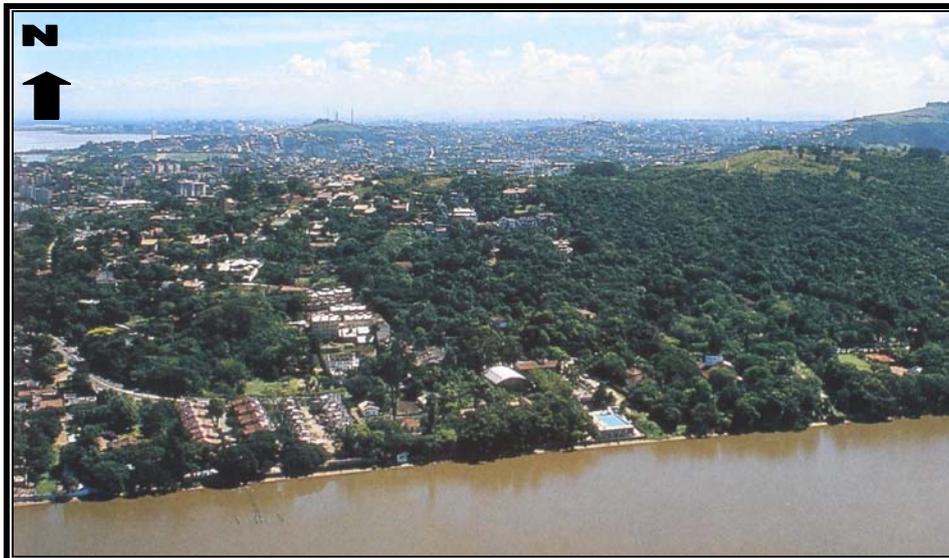


Figura 51 - Vista Parcial do Morro do Osso
Fonte: Atlas Ambiental de Porto Alegre, 1998.



Figura 52: Vista da Vila Assunção e da Orla do Guaíba – Dezembro de 2009.
Foto: Cláudia Pires

3.1.5 Paisagem liminar

Espaço de sociabilidade, de consumo cultural e ambiental que estimula um tipo de exploração econômica (como restaurantes, bares, valorização e imobiliária) caracteriza a configuração da paisagem liminar. A liminaridade é um dos limites da Cidade Jardim e representa uma das “portas” de entrada da cidade, trazendo consigo uma marca espacial importante, a orla do Guaíba. A paisagem liminar situa-se e estende os limites da Cidade Jardim para além de sua configuração espacial, incluindo o Lago Guaíba na perspectiva do olhar. Esta paisagem constitui, especialmente, um espaço cujas funções históricas e residuais estão ligadas ao Lago Guaíba. No PDDUA, a orla do Lago Guaíba é considerada de interesse cultural e consiste num processo de intervenção urbana de melhorias econômicas e culturais.

Zukin (2000) denomina de *gentrification* os processos desencadeados através de parcerias entre setores públicos e privados, ou seja, a convergência da cultura e do capital para as áreas centrais das grandes cidades. Isto está contextualizado, pela autora, dentro de uma lógica mercadológica, perpassada pelas políticas de renovação do espaço urbano e de *image-making* que procura reinventar a cidade, dotando-a de nova identidade a ser explorada pelo *city marketing*.

Correlacionando as ideias de Zukin (2000) sobre o enobrecimento das áreas centrais, pode-se fazer um paralelo com as apropriações da paisagem liminar da Cidade Jardim. Esta correlação acontece na medida em que este espaço está sendo reinventado e “estrategicamente embelezado”, levando em conta os aspectos históricos junto à orla do Guaíba que estão sendo transformados para atender determinados segmentos de mercado, como a apropriação cultural desses espaços que se dá através de fluxo de capitais em torno do comércio, dos restaurantes, bares, etc. Além disso, toda a vida urbana da zona sul é explorada pela imagem do Guaíba e sua orla, tornando-a garantia de qualidade de vida. No mapa representado pela figura 33, a paisagem liminar compreende grande parte da orla do Guaíba. É um espaço muito utilizado, de um modo geral, para lazer e aproveitamento cênico. Uma das porções espaciais mais frequentadas corresponde ao calçadão de Ipanema

(figuras 53 e 54), lugar que parte da população frequenta, principalmente, nos finais de semana.



Figura 53 – Calçadão de Ipanema. Março de 2010.

Foto: Cláudia Pires



Figura 54 – Vista Aérea da Orla do Guaíba no bairro de Ipanema

Fonte: www.panorâmio.com.br acessado em janeiro 2010.

Destaca-se, contudo, o aproveitamento privado da Orla do Guaíba, cujos espaços são frequentados por uma população com maior poder aquisitivo. Estes espaços estão tomados, principalmente, por clubes e associações recreativas diversas e, além disso, parte da orla está restrita às áreas residenciais de condomínios fechados. figuras 55 e 56 exemplificam esta questão.



Figura 55 - Vista Aérea do Clube Jangadeiros

Fonte: AMARAL, Henrique - Porto Alegre Vista do Céu, 2004

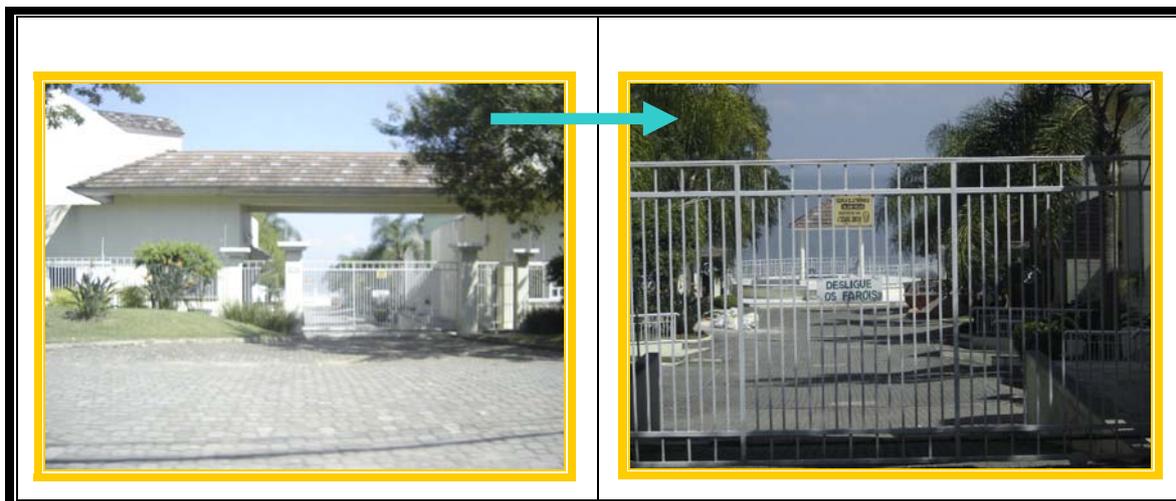


Figura 56 - Condomínio fechado de Ipanema onde se verifica a privatização da orla do Lago Guaíba – Fevereiro de 2010

Foto: Cláudia Pires

3.1.6 Paisagem intersticial

Espaço de diversidades e funções urbanas, caracterizado pelo uso privado e público, pelo movimento, pelo deslocamento, pelo comércio, pela localização de escritórios e pela conexão com outras paisagens. É também um espaço onde se confunde a casa com o espaço de trabalho, pois há focos de sociabilidade e de interesse econômico junto aos centros comerciais e *shoppings*. A paisagem intersticial, representada no mapa da expressão fenomênica da Cidade Jardim (figura 33), indica, também, o desgaste de diferenciação local, pois está associada à dinâmica econômica da cidade e ao fluxo de transportes e de capitais. Há forte presença de escritórios de profissionais liberais, espaços privados de acesso controlado, voltado ao consumo e aos negócios da cultura. Nesse sentido, esta paisagem compõe o interstício para e entre outras paisagens, sendo representadas pelas principais avenidas da Cidade Jardim: Cavallhada, Eduardo Prado, Juca Batista, Monte Cristo, Vicente Monteggia, Wenceslau Escobar, Coronel Marcos de Andrade, Pereira Passos, Ottoniemeyer, Guaíba, Copacabana, Diário de Notícias, Nonoai, João Salomoni e Estrada da Serraria. Por compreender um espaço de circulação, esta paisagem torna-se privilegiada no sentido da observação e da leitura da cidade, reivindicando intervenções urbanas mais qualificadas. As figuras 57, 58, 59 e 60 exemplificam as características desta paisagem. As demais avenidas e ruas não foram consideradas como paisagem intersticial porque estão integradas junto às demais paisagens.



Figura 57 – Avenida Monte Cristo. Março de 2010.
Foto: Cláudia Pires



Figura 58 – Avenida Juca Batista. Março de 2010.
Foto: Cláudia Pires



Figura 59 – Avenida Otto Niemeyer. Março de 2010
Foto: Cláudia Pires



Figura 60 – Avenida Wenceslau Escobar. Março de 2010.

Foto: Cláudia Pires

Constata-se, assim, a necessidade de compreender a dinâmica espacial da Cidade Jardim, aliada, sobretudo ao desenvolvimento de novos métodos, capazes não só de mapear, mas também de analisar arranjos espaciais gerados por essas mudanças, para assim demonstrar a importância estratégica da Geografia na leitura da paisagem e na compreensão das condições concretas e/ou simbólicas presentes na relação sociedade/natureza, como também identificar e analisar os conflitos que se concretizam em diferentes escalas. A paisagem desvela os signos e sua interpretação sobre a sociedade que a construiu, além das relações complexas entre sujeitos (individual e coletivamente) que a transformam cotidianamente. O enfoque principal deve ser dado pela heterogeneidade espacial para compreender a dinâmica que regula a organização da paisagem. É inerente a este estudo a escolha de referenciais subjetivos que, em determinado contexto, aglutinam-se ou não, explicando a constituição de singularidades que caracterizam a paisagem. Esta é a proposição do capítulo seguinte, onde as leituras destes referenciais podem conduzir a interpretações variadas, desdobrando em novas possibilidades para o convívio espacial.

4. ENTRE O LUGAR E O ALÉM-LUGAR: LEITURAS DA PAISAGEM DESVELANDO O ESPAÇO DA CIDADE JARDIM

O conceito de paisagem está associado a diversas realidades que assumem dimensões relacionais. Nesse sentido, estudos descritivos e quantitativos que procuram estabelecer classificações não são suficientes para reconhecer o funcionamento, a morfologia e as representações subjetivas da paisagem. A dimensão relacional está pautada acima de tudo na experiencição. As experiências compartilhadas na paisagem desvelam sua inscrição cultural que necessita ser decifrada e interpretada. O espaço que projetamos é a paisagem e esta dependerá dos estímulos recebidos e percebidos.

Como a cidade representa uma teia complexa, as redes de isolamento, individualidades, coletividades, integração, permitem imagens e elos de comunicação com a paisagem. Na Cidade Jardim, a topografia e as feições geomorfológicas reforçam a presença e a valorização visual: o lago Guaíba, a orla de Ipanema, o Morro do Osso configuram expressões significativas e são símbolos para este espaço em especial. As análises das entrevistas apontaram para uma variação do modo como diferentes pessoas se organizam na cidade, de quais elementos elas mais dependem ou quais formas as qualidades são mais compatíveis com seu modo de vida. As diferentes observações acerca do espaço estão relacionadas à percepção e aos modos específicos de ver o mundo. A paisagem desempenha, ainda, um grande papel social. O espaço ganha uma certa familiaridade e individualidade que nos permite ver diferentes tipos de expressões e comunicações. A familiaridade une o sujeito ao espaço, fazendo constituir uma ligação e por isso, a paisagem e sua representação simbólica auxilia nesta relação, antes de tudo afetiva, e que pode estabelecer uma relação emocionalmente segura entre o sujeito e seu espaço.

O lugar trata das singularidades presentes no cotidiano, das memórias, do movimento. O além-lugar trata de relações espaciais mais distantes, mas que possuem alcance visual (envolve qualidades que aumentam o âmbito da penetração da visão, tanto concreta quanto simbólica através da percepção), do predomínio de determinadas

percepções em decorrência do tamanho, da intensidade ou do interesse resultante na leitura do todo como uma característica principal. No conjunto dessas categorias, considera-se a localização por bairro, a junção de lugares, nomes e significados na avaliação subjetiva dos entrevistados acerca da paisagem. Durante as entrevistas, as questões objetivaram captar a cotidianidade dos sujeitos, onde diversas associações corresponderam a diferentes visões de mundo que em seu conjunto permitiram cruzar e/ou intercalar elementos que indicaram o mapa perceptivo das paisagens da Cidade Jardim.

Foram realizadas 120 entrevistas dentro da Cidade Jardim, sendo que 68 foram mulheres e 52 homens. Responderam ao roteiro: empresários, estudantes (universitários e alunos do ensino médio e fundamental), professores, jornalistas, domésticas, comerciantes, técnicos da saúde, auxiliares de serviços gerais, juiz e líderes comunitários. Além disso, foram utilizados relatos sobre a área de estudo publicados em jornais e revistas.

Na entrevista, o termo bairro foi sugerido para percepção de referenciais mais conhecidos pelos sujeitos e que vão para além do localmente vivido, permitindo verificar a extensão dos fenômenos percebidos que estão entre o lugar e o além-lugar no contexto da paisagem. O objetivo foi captar referenciais intermediários e esparsos localizados espacialmente e, por isso, tentou-se verificar a apreensão da paisagem pelos sujeitos em relação aos seus percursos ou movimentos espaciais. Ao realizar-se, por exemplo, um percurso rotineiro, conhece-se mais ou menos a direção a ser tomada. Este saber se faz com os referenciais que vão aparecendo no caminho. Assim, cada aspecto especial da paisagem – que nem sempre é fácil de identificar – desencadeia o próximo conjunto de movimentos. Nesse sentido, entende-se que o bairro se torna lugar quando é experienciado. A leitura de Tuan (1983) possibilitou essa compressão, pois o autor coloca que a rua onde se mora é parte da experiência íntima de cada um e que a unidade maior, o bairro, é um conceito. O sentimento que se tem pela rua onde se mora não se expande automaticamente para o bairro. A apropriação do bairro depende da experiência, porém não é consequência inevitável da mesma. Contudo, o conceito de bairro pode ser deduzido e esclarecido por meio de perguntas dirigidas, primeiro para o concreto e depois para o mais abstrato.

A análise das repostas obtidas pelas entrevistas configurou na articulação entre a percepção que se tem do seu lugar e do além-lugar e do movimento contrário, do além-

lugar para o lugar. Procurou-se realizar uma representação da paisagem através destes movimentos, onde a sua contemplação envolve um jogo de olhares e reflexos de espelhos. A paisagem não é somente o espaço objetificado, mas representa, também, o sujeito contemplado e contemplador. Quando contempla-se no todo o espaço situado fora e diante, os horizontes vivenciáveis não coincidem, necessariamente, mas se revelam a partir do que denomina-se de *autopercepção* e *alterpercepção*.

4.1 Representações da paisagem na Cidade Jardim: autopercepção e alterpercepção

A aplicação das entrevistas junto aos diferentes sujeitos que habitam e/ou usufruem a Cidade Jardim permitiu que se construísse uma cartografia subjetiva da paisagem que está pautada naquilo que denomino de *autopercepção e alterpercepção* da paisagem expressas a partir do lugar e do além-lugar. A autopercepção compreende como o sujeito se vê e se percebe no espaço e suas representações da paisagem numa relação mais cotidiana e proximal. A alterpercepção compreende como o sujeito percebe os outros espaços. Nesta, a paisagem, em qualquer situação ou relação de proximidade em que outro espaço e sujeito são contemplados, será vista e percebida na sua posição fora e diante, o que significa dizer, que a corporeidade do sujeito é inacessível ao seu próprio olhar e o mundo no seu entorno, com uma série de objetos e ações que são acessíveis, porém inacessíveis ao outro. É importante destacar que na autopercepção, o olhar e a percepção deparam-se com dois mundos que se refletem no campo da imagem: uma externa e outra interna.

Esta ideia, pautada na concepção de Bakhtin (2003), significa dizer que a imagem externa é expressa a partir do olhar do outro sob diferentes planos e campos perceptivos. É uma vista contemplada, porém vivenciada e vivida pelo outro, e nós nunca vemos a nossa

imagem externa do jeito que o outro vê. A imagem que se vê é como no espelho⁹, ou seja, simbolizada pelos olhos dos outros, onde se imagina como os outros nos vêem e não como somos para nós mesmos, tanto em nossa *imagem externa* quanto *interna*. Para Bakhtin, a imagem interna é vivenciada por nós mesmos, porém não de forma completa, porque nossa alma, nossa essência e tudo que se pode ser contemplado necessita da existência do outro que, apesar de se encontrar em um outro espaço e horizonte - ao nos contemplar -, confere valores e significados axiológicos. A imagem de uma cidade é um grande desafio na percepção de seus movimentos. A visibilidade de determinados conjuntos, formas, estruturas e funções requerem uma certa familiaridade, uma experiência cotidiana com esta paisagem.

É transitando pela cidade que marcos referenciais, cuja presença repetida nas entrevistas, demonstram o sinal de pertencimento, de reconhecimento espacial, de confirmação de identidades. Esses marcos revelam o papel simbólico de determinados elementos no conjunto da paisagem. Através do roteiro de entrevista, as informações obtidas através das impressões, das conexões, dos significados e dos marcos de localização e de reconhecimento de elementos identitários da paisagem foram utilizadas como referenciais para o mapeamento da percepção do lugar e do além-lugar da paisagem na Cidade Jardim. É importante destacar que a percepção é representada através da indicação dessas impressões no mapa de forma “pontual”, pois seus limites evocam pontos imprecisos de corte, elementos metafóricos do espaço que expressam coletivamente algumas subjetividades sociais.

Para a composição dessas imagens, as impressões qualitativas, obtidas pelas entrevistas, foram definidas em categorias perceptivas da paisagem que se revelaram

⁹ Para Bakhtin (2003:30), contemplar a mim mesmo no espelho é um caso inteiramente específico de visão da minha imagem externa. Tudo indica que neste caso vemos a nós mesmos de forma imediata. Mas não é assim; permanecemos dentro de nós mesmos e vemos apenas o nosso reflexo, que não pode tornar-se elemento imediato da nossa visão e vivenciamento do mundo: vemos o reflexo da nossa imagem externa mas não a nós mesmos em nossa imagem externa; a imagem externa não nos envolve ao todo, estamos diante e não dentro do espelho; o espelho só pode fornecer o material para auto-objetivação, e ademais um material não genuíno. De fato, nossa situação diante do espelho sempre é meio falsa; como não dispomos de um enfoque de nós mesmos de fora, também, nesse caso nos compenetramos de um outro possível e indefinido, com cuja ajuda tentamos encontrar uma posição axiológica em relação a nós mesmos; também aqui tentamos vivificar e enformar a nós mesmos a partir do outro; daí a expressão original e antinatural de nosso rosto no espelho e que não temos vida.

através de palavras que foram enunciadas com maior frequência na sua identificação. Estas categorias perceptivas foram consideradas a partir da:

- 1) Identificação das impressões que mais se constituíram e apareceram com frequência em relação ao seu lugar e além-lugar, ou seja, que estão além do mundo-vivido, mas que de alguma forma estão pautadas numa relação de experiência entre sujeito e paisagem;
- 2) Contextualização das impressões e dos elementos simbólicos do lugar e do além-lugar na relação da paisagem;

Nas entrevistas, verificou-se que as “falas” expressaram um conjunto de determinadas imagens. Estas imagens parecem dar um sentido a uma projeção de paisagem. Algumas são estáticas (quando citam determinados objetos) e outras são movimento (quando citam a dinamicidade econômica, social e cultural de determinado espaço). As impressões singularizaram categorias perceptivas dentro do conjunto da paisagem, indicando o predomínio de alguns elementos em relação a outros e como essas representações individuais e coletivas dão sentidos a um mundo-vivido social. Não se trata apenas de descrever ou quantificar os significados que dão sentidos a uma paisagem, mas é uma tentativa de interpretar como os sujeitos se autopercebem e alterpercebem na paisagem. Nesse sentido, a amostra dos entrevistados permitiu uma análise das representações da paisagem e estas foram organizadas e interpretadas a partir da autopercepção e alterpercepção que os sujeitos possuem em relação ao lugar e além-lugar. As análises das entrevistas foram agrupadas dentro do conjunto de paisagens que expressam a percepção fenomênica do espaço. Nesse sentido, as representações da paisagem residual não constam neste estudo na parte correspondente a autopercepção, pois tratam de espaços com difícil acesso e em sua grande maioria não possuem moradores. Contudo, as representações, através da alterpercepção da paisagem residual, estão presentes nos olhares dos entrevistados acerca do além-lugar.

Assim, a representação da paisagem é múltipla e entrecortada por redes de sociabilidade. Por isso, o conjunto de impressões acerca da paisagem não caberia ser representada por coordenadas cartesianas. Em vez de focar a análise na paisagem e registrá-

la no mapa, registra-se a paisagem indicada pelo mapa, tornando o espaço polifônico, que se comunica com vozes diversas onde os sujeitos (des)encontrados estabelecem as possibilidades de sociabilidade e integração vivenciadas a partir de um patamar de proximidade espacial e cotidiana. Esta representação está expressa nas figuras 61 e 62.

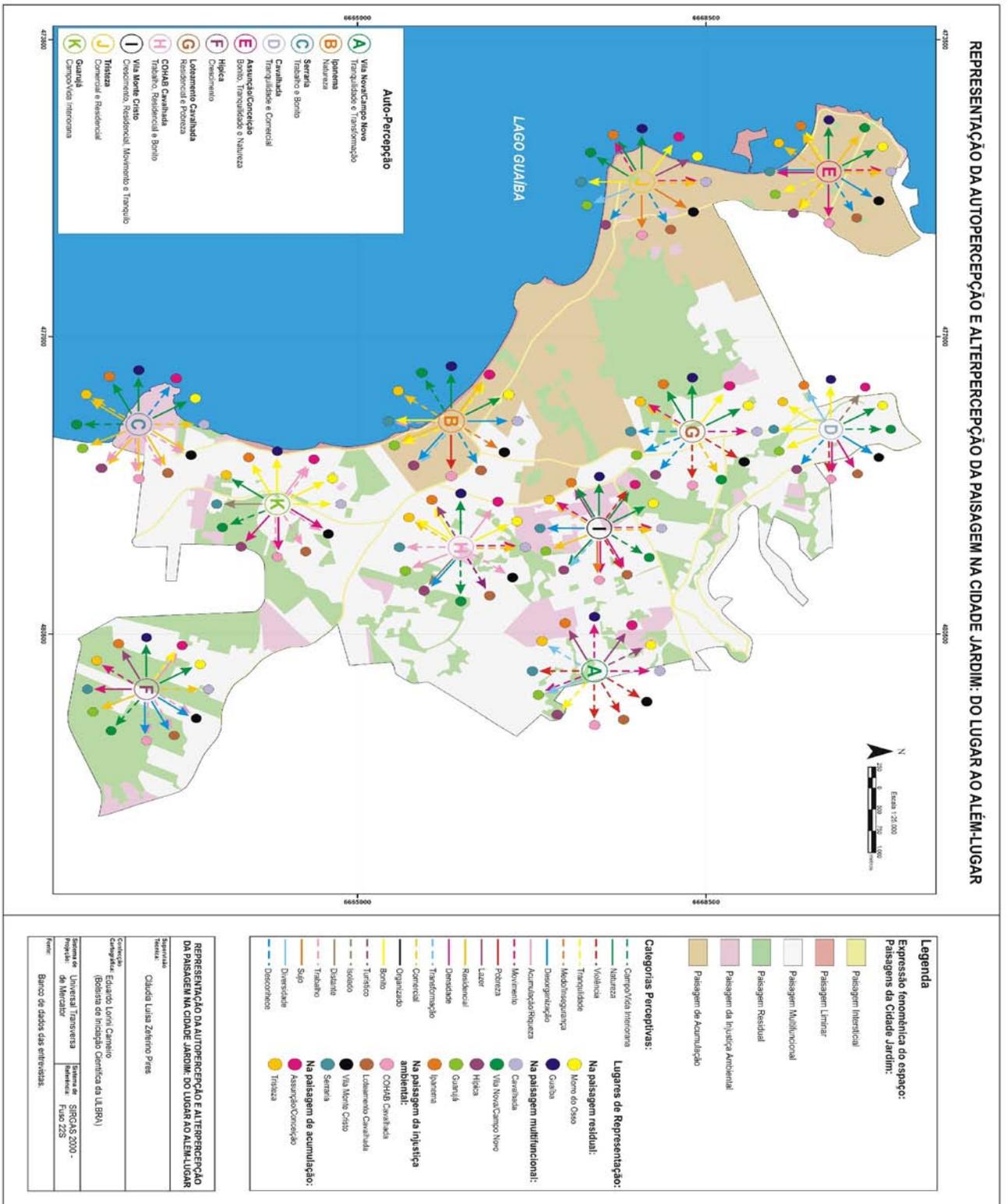


Figura 61 – Representação da autopercepção e alterpercepção da paisagem na Cidade Jardim: do lugar ao além-lugar

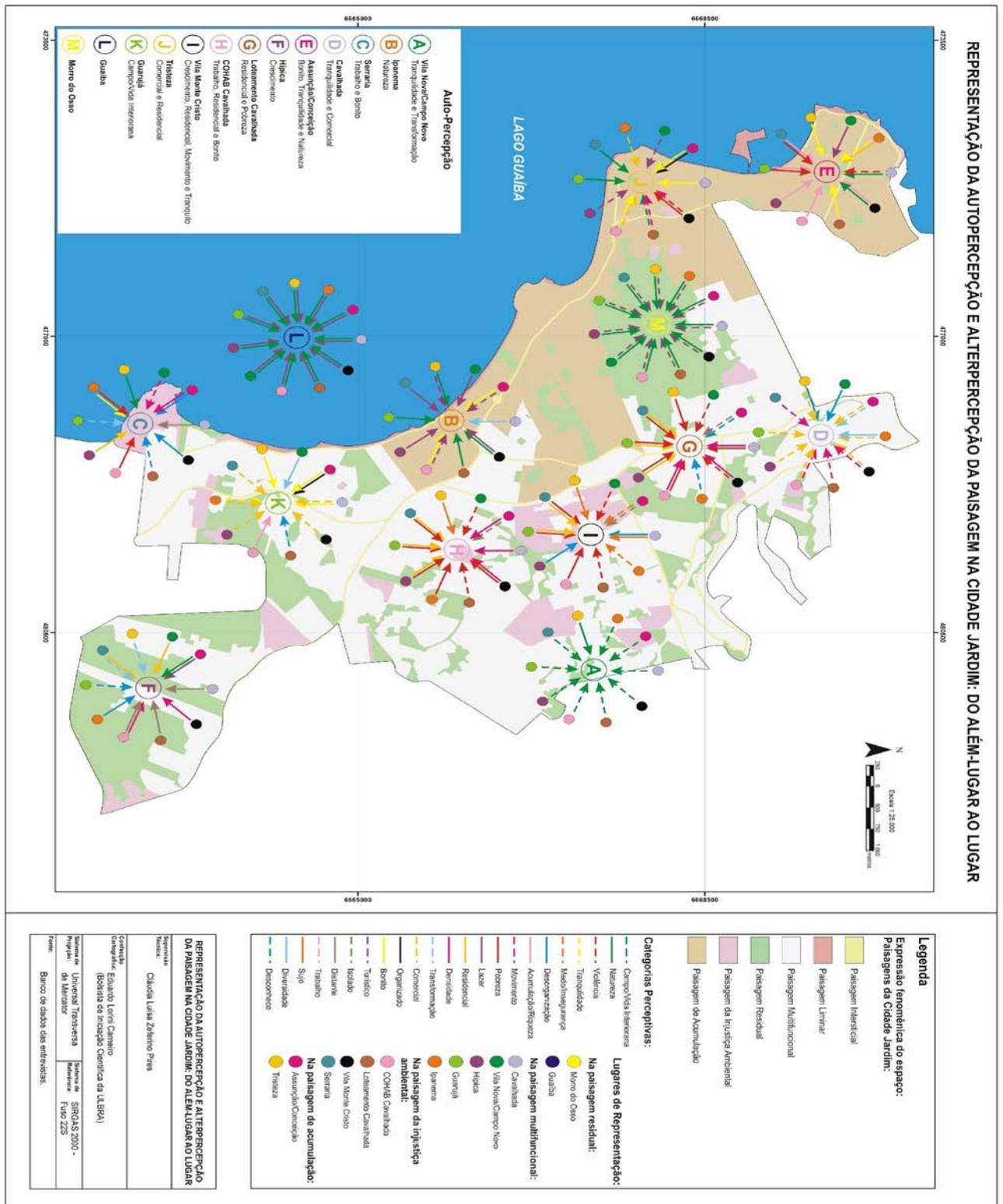


Figura 62 – Representação da autopercepção e alterpercepção da paisagem na Cidade Jardim: do além-lugar ao lugar

4.1.1 O lugar e o além-lugar na paisagem da acumulação

Os entrevistados que fazem parte da paisagem de acumulação e que integram bairros como Vila Assunção, Conceição, Pedra Redonda, parte do bairro Cavallhada (num total de 10 moradores), afirmaram que há um sentimento de pertença relacionado à Cidade Jardim porque predomina na paisagem o verde, os jardins das ruas sinuosas, a tranquilidade e a segurança do lugar. Na figura 61, podemos notar que a autopercepção está voltada para a tranquilidade, natureza e beleza da paisagem onde estão inseridos. Conforme a figura 62, a alterpercepção revela que os olhares dos outros entrevistados de outros lugares sobre a paisagem da acumulação está caracterizada, principalmente, por ser bonita e por representar a acumulação e a riqueza, além da presença da natureza.

Alguns entrevistados consideram a rua como um lugar seguro e que isto é uma singularidade da paisagem. Quando perguntado a uma moradora, qual o lugar que ela se sentia insegura, a resposta foi: “*fora do meu bairro*”. Há, certamente, um paradoxo em relação à percepção de segurança e de insegurança apontada no contexto da paisagem. Uma característica marcante nesta paisagem é relativa a segurança privada do espaço público. Observa-se ao longo das ruas, guaritas e sistema de vigilância que definem uma nova estética urbana na cidade. É comum, nas áreas residenciais, arames farpados feitos de aço galvanizado e enrolados em espiral. Correspondem a instalações chamadas de ouriço ou concertina. Conforme um anunciante de segurança, estes equipamentos são “para uso comercial ou residencial. São indicados para inibir invasões, evasões, pichadores, roubos, etc. [...] É um produto consagrado no mundo, testado e aprovado por grandes empresas, instalações militares e na guerra” (<http://zerohora.clicrbs/acesado> de setembro de 2006). Guerra contra quem? Quem é este outro do qual tenho medo? Este aparato de guerra faz com que muitos sujeitos sintam-se seguro dentro de casa, sendo que esta autopercepção de segurança estende-se para todo o bairro, mesmo precisando lançar mão de segurança privada e cercas eletrificadas. Os entrevistados indicam as palavras: “bonito”, “arborizado”, “tranquilidade”, “riqueza” para caracterizar lugar de moradia. É interessante destacar que a palavra “medo” não foi mencionada, porém a estética urbana revela-se pela falta de segurança. A figura 63 demonstra esta percepção.

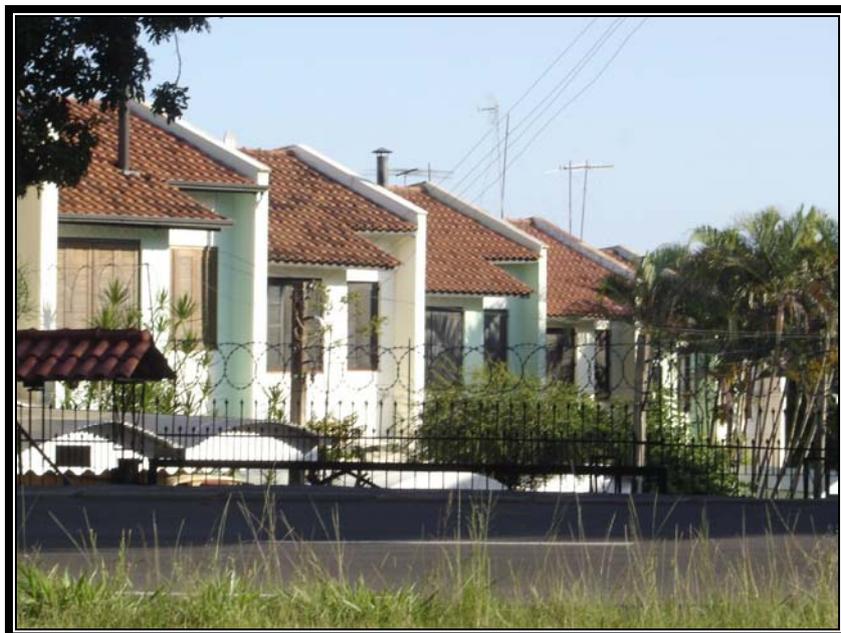
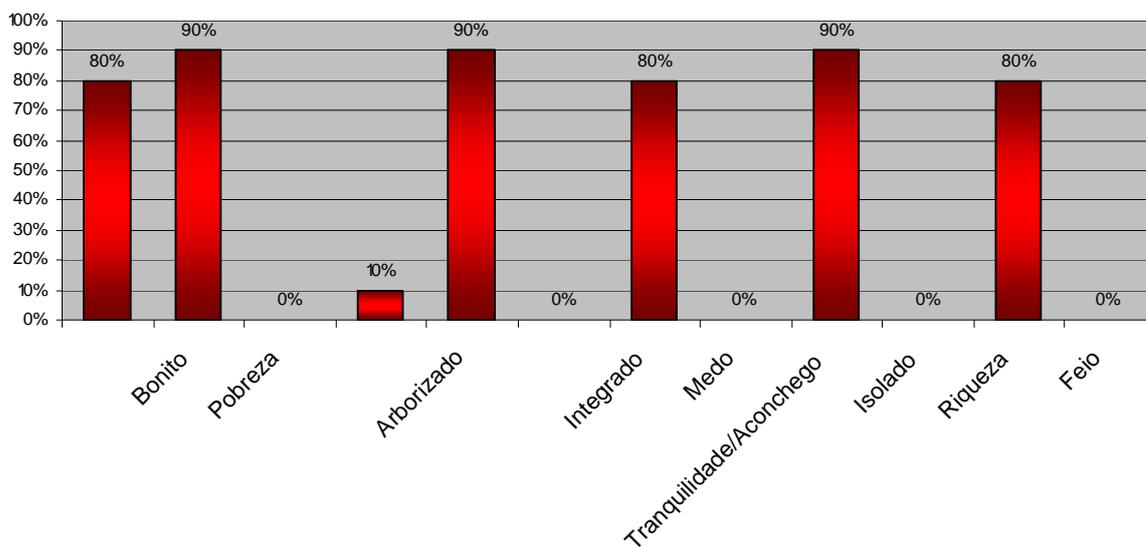


Figura 63 - Vista de condomínio fechado com a utilização de arames farpados. Fevereiro de 2010.
Foto: Cláudia Pires

Gráfico 3 – Palavras que Identificam a Paisagem de Acumulação: Vila Assunção, Conceição, Pedra Redonda, Cavalhada



Como pode-se observar no gráfico 3, as palavras que mais identificam a paisagem seguem uma linha de reconhecimento que coincide com a evocação do plano diretor no que diz respeito a estas áreas da Cidade Jardim. Esse conjunto de palavras potencializam as impressões sobre paisagem na área de estudo, pois considerando esses pontos de vistas como componentes culturais, pode-se incluir possibilidades de intervenção no modo de vida desses sujeitos, que de certa forma, refletem a negação do mundo associada a ideia de medo, violência, isolamento.

Os entrevistados destacaram a presença da natureza como um elemento marcante no contexto da paisagem de acumulação. Sua presença foi retratada através de marcos referenciais: o Guaíba, o Veleiros do Sul e o Morro do Osso, conferindo a estes moradores a relação entre natureza com a qualidade de vida.

As percepções da paisagem estão permeadas, também, por lembranças. Segundo um dos relatos de uma moradora antiga, a “Tristeza era só mato e campo. As poucas casas existentes ficavam uma no Cristal, uma na Cavahada, uma na Ponta do Caximbo e outra na Ponta do Dionísio” (Relato de entrevista fornecido por moradora anônima. Porto Alegre, outubro de 2008). De fato, a maior parte das terras, onde atualmente é o bairro Tristeza, pertencia a Otto Niemeyer e a Wenceslau Escobar. Em 1911, deu-se a inauguração da rua Otto Niemeyer, aberta por este proprietário, pois dividia suas propriedades, segundo consta no Jornal Agenda Gaúcha, dezembro de 2008. A figura 64 referencia a inauguração da Av. Otto Niemeyer.



Figura 64 - Comemoração da abertura da Avenida Otto Niemeyer em 1911.
Fonte: ZH Zona Sul, 2009.

Os aspectos culturais, ambientais e sociais levantados nas entrevistas demonstram a apreciação estética de seus moradores em relação à paisagem na Cidade Jardim. O julgamento estético coincide com o padrão oficializado pelo poder público da cidade, incluindo os desdobramentos econômicos e políticos projetados para este espaço urbano. Um aspecto importante na constituição da paisagem está relacionado com a memória de muitos moradores e frequentadores do espaço. Um exemplo foi explicitado no relato de Isolan,

[...] na década de 70, quando nos casamos e eu vim morar aqui, chorei durante um ano inteiro. Achava um pouco mais longe do que o fim do mundo. A rua Coroados era quase uma floresta. Só tinha nossa casa e mais duas. Todos os outros terrenos eram tomados por mato. Quando um dos nossos filhos ficava doente, tínhamos que ir até o centro para achar uma farmácia. Mas em que lugar iríamos criar as crianças com essa liberdade, cercados de verde, com uma infinidade de animais que não se vê nas grandes cidades. Na verdade chegamos antes de tudo. Só o que tinha era a loja Athenas, na Tristeza, e o Zaffarinho, que nos tiraram. (CONGUALY REVISTA. Estilo de viver na zona sul. Porto Alegre, set-out 2006:10).

As memórias espaciais compõem uma imagem idílica sobre a paisagem compreendida pela Vila Assunção que traduz as aspirações de seus moradores. Essa perspectiva é analisada, segundo a historiadora Renata Ferreira, como um dos objetivos que deram origem ao bairro: um lugar simpático, cheio de vivendas e bangalôs, na sua maioria, rodeados de verdejantes jardins e sombrias árvores, um sítio de descanso às portas da Capital. Abaixo, segue seu relato na íntegra sobre as origens da Vila Assunção:

Considerada a primeira praia balneária da cidade, aos idos anos 40, era muito procurada pelos cidadãos como área de veraneio. Ao mesmo tempo que era fora do alcance do tumulto do centro urbano, não exigia uma longa viagem, o que permitia se aproveitar, desde um dia de sol e águas, até um belo fim de semana. Sua mais importante avenida é a Pereira Passos; esta radial não passava de um estreito caminho de acesso ao interior da chácara de José Joaquim Assunção. Primeiro proprietário das terras daquelas bandas, cedeu seu nome, em princípio, à chácara e, postumamente, ao bairro. Esta chácara compreendia quase toda Ponta do Dionísio, sendo de múltiplas funções. Desde o começo, se dedicava à charqueada; depois, seu Assunção, montou lá uma olaria, inicialmente puxada a burros, mas que mais tarde foi a primeira da cidade a ser movida a vapor; tinha um pouco de plantação e outro tanto de criação; e algumas pedreiras. Destas pedreiras saíram as pedras que constituíram o cais do porto de Porto Alegre. A ligação da chácara com a urbe dava-se pelo vapor, que transportava os produtos lá cultivados, para serem vendidos no mercado, próximo ao Mercado Público. Também servia de condução da família e amigos, pois o acesso por terra era mais demorado, feito por carroças, e difícil, pois as estradas que ligavam aquela região às demais, eram precárias e até inacabadas. Mas as pedreiras foram que fizeram história daquelas terras de lá. Inicialmente, por elas fornecerem as

pedras da construção do cais do porto, o município destinou àquelas bandas, um trem, que tinha como objetivo principal "de transportar mercadorias e pedras...", mas com esconder das vistas dos moradores da Capital, aquelas paisagens; "... sempre arrastava um vagão para passageiros". De forma não muito feliz, o proprietário tentou instalar em suas terras uma destilaria de álcool, mas que nunca chegou a finalizar a construção de suas instalações. Isto porque José Assunção tinha um desentendimento com as autoridades, que devia-se pelas insistentes investidas dos governantes em suas terras. O projeto do governo era de transformar a pedreira da Ponta do Dionísio, onde hoje temos o Club Veleiros, em propriedade do Estado e, pior que isso, consideravam o local excelente para ser transformado em asseio público, local de despejos de dejetos. Em 1918, o inquieto José Assunção falece, diminuindo um pouco a guarda de suas terras aos tantos que a desejavam. Mas só em 1937, a viúva, dona Felisbina, faz um acordo com uma empresa, a Di Primo Beck, que urbanizaria a região, calçando, canalizando a água e puxando a luz, e lhe reservaria uma fatia deste loteamento, para seu uso, além de parte dos lucros. Nasce o bairro Assunção. Com melhor infraestrutura, aberturas de vias de acesso e implantação do transporte público, o desenvolvimento do bairro vai de vento em popa. "Lugar simpático, cheio de vivendas e bangalôs, na sua maioria, rodeados de verdejantes jardins e sombrias árvores, é a Vila Assunção um sítio de descanso às portas da Capital.". Suas ruas são referências aos primeiros moradores dessas terras, os tupi-guarani, além de homenagear ilustres personagens da nossa história. Hoje ainda, ele é um bairro pitoresco, de ares suaves e paisagens bucólicas. Talvez por não ser encostado ao centro comercial de Porto Alegre, desenvolveu sua própria vida, tendo no comércio uma área bastante promissora. (RIOS, Renata Ferreira. ZERO HORA: Caderno Zona Sul, Porto Alegre: 01 de março de 2009)

Para os entrevistados, conforme a figura 61, as impressões que expressam o além-lugar estão revestidas, principalmente, pelo desconhecimento de outros lugares na Cidade Jardim. Esse desconhecimento deve-se à falta de deslocamento para estes espaços, sendo que uma entrevistada chegou a mencionar que em direção à zona sul, só conhece o condomínio Terra Ville, porque o visita com frequência uma amiga assim como os lugares circunvizinhos mais próximos como Ipanema e Cavalhada representam a tranquilidade e o movimento, respectivamente.

O espaço revela-se no paradoxo: os entrevistados consideram-se integrados à cidade, porém vivem enclausurados pelos seus jardins. As palavras identificadas indicam o sentido que o lugar e o cotidiano produz na paisagem. É como Fischer (2001) explicita: a realidade está imersa em relações de poder e saber que nossas práticas sociais e cotidianas estão presas a muitos discursos, representando elementos significantes para a compreensão do espaço. As "falas" não correspondem somente a linguagem expressa nos relatos dos entrevistados, tendo em vista que muitos mencionaram sobre a segurança e a tranquilidade

da paisagem, mas o enclausuramento, os muros altos, a segurança privada não corresponde, de fato, a esta impressão.

A cidade apresenta-se em cada situação como uma composição espacial do poder, do trabalho, do espaço público e do espaço privado, do princípio do uso e da encenação. Esta estética urbana revela os valores e os sentimentos dos sujeitos inseridos nestas paisagens. A paisagem produzida fala por si mesma. Como diz Le Corbusier, *as cidades, oferecem hoje a imagem do caos, portanto convém colocá-las em ordem*. Assim, ao urbanismo moderno, compete a proposição de uma ordem e de um uso racional.

Para tanto, o plano diretor da cidade inscreve no espaço urbano, através de políticas públicas, as novas aspirações de classes sociais altas: os condomínios fechados que representam um novo ordenamento espacial, criando novas paisagens no espaço urbano. É interessante destacar o que estas paisagens significam na leitura de Y-Fu-Tuan (2005). Para o autor, a cidade representa uma complexa sociedade de pessoas heterogêneas vivendo perto uma das outras. Idealmente, pessoas de diferentes procedências habitam em harmonia e usam seus diferentes dons para criar um mundo comum. Quando isso acontece, a cidade torna-se uma soberba realização humana. Porém, a heterogeneidade é uma condição que incentiva o conflito. Durante sua história, a cidade tem sido oprimida pela violência e pela ameaça constante do caos, onde se destacam especialmente os conflitos sociais de onde derivam a criação de paisagens fortificadas pelo medo; o perigo e ansiedade em relação as pessoas que habitam o meio urbano; medo de anarquia e revolução, ou seja, a queda de uma ordem estabelecida por massas inassimiláveis e incontroláveis e com aversão e medo dos pobres.

4.1.2 O lugar e o além-lugar na paisagem intersticial

Foram realizadas 10 entrevistas com pessoas que trabalham em atividades ligadas ao comércio nas avenidas Cavahada, Eduardo Prado, Juca Batista e Wenceslau Escobar. Buscou-se verificar a percepção que estes possuem em relação à paisagem na Cidade Jardim. Para o comerciante Sr. Marcelo, a Tristeza corresponde a uma paisagem impregnada pelo comércio e pelo movimento. Conforme seu relato, há “muitas lojas, pessoas de todo nível social vem comprar por aqui. Pessoas e carros circulam a todo momento. É um lugar bonito que ainda preserva monumentos do passado, como o prédio da delegacia. É um lugar onde tem tudo, um lugar que não precisa se deslocar para fazer compras, pagar contas, etc” (Relato de entrevista fornecido por Marcelo. Porto Alegre, outubro de 2009) . Percebe-se neste relato, o quanto a paisagem está associada ao movimento e que ele vivencia este espaço através de práticas comerciais.

É importante destacar que a avenida Wenceslau Escobar é a principal avenida do bairro Tristeza. Alguns entrevistados mencionaram o passado do bairro quando este era um balneário importante de Porto Alegre e tinha muita acessibilidade devido à linha do trem. O desenvolvimento dessa área deu-se, principalmente, com a construção da Estrada de Ferro do Riacho (1894). O famoso trenzinho da Tristeza realizava o transporte dos moradores do centro para veranejar na Zona Sul. As viagens do trem iniciaram em 1894, chegando até a Vila Assunção e de 1900 a 1932, partia do Largo dos Açorianos, percorria a Tristeza e seu final de linha era na Pedra Redonda. A figura 65 representa a estação ferroviária na Tristeza.

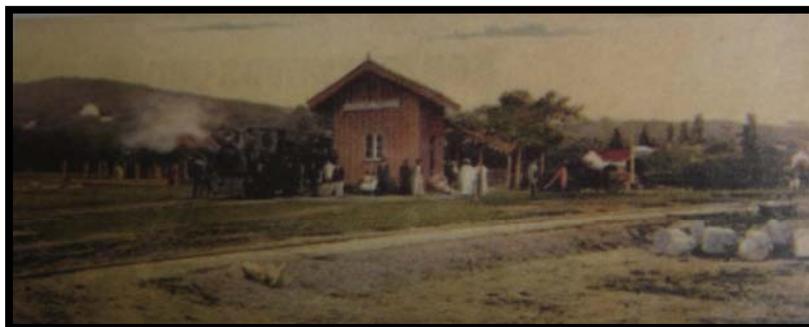


Figura 65 - Estação Ferroviária na Tristeza de 1900 a 1932.

Fonte: ZH Zona Sul, 2009.

A figura 66 referencia um dos marcos históricos da Tristeza e a figura 67 expressa o movimento e a amplitude comercial presente na paisagem intersticial configurada espacialmente, neste trecho, pela avenida Wenceslau Escobar.

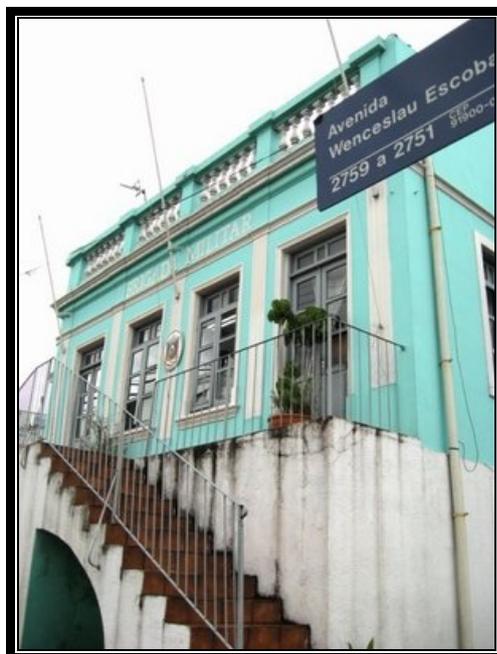


Figura 66 - Antigo prédio da Brigada Militar onde abriga a Delegacia no bairro Tristeza
Foto: Cláudia Pires - maio de 2008.



Figura 67 - Vista Parcial da Avenida Wenceslau Escobar no bairro Tristeza
Foto: Cláudia Pires - maio de 2008.

Além disso, a concentração de bancos, restaurantes, lojas, unidades médicas, etc., localizados, principalmente, na avenida Wenceslau Escobar permite aos moradores maior acessibilidade a estes serviços sem precisar grandes deslocamentos na cidade. Para a maioria dos entrevistados, os indicadores de reconhecimento da paisagem foram a loja do Mac Donald's, os bancos e a praça da Tristeza. As figuras 68 e 69 ilustram bem estes marcos.

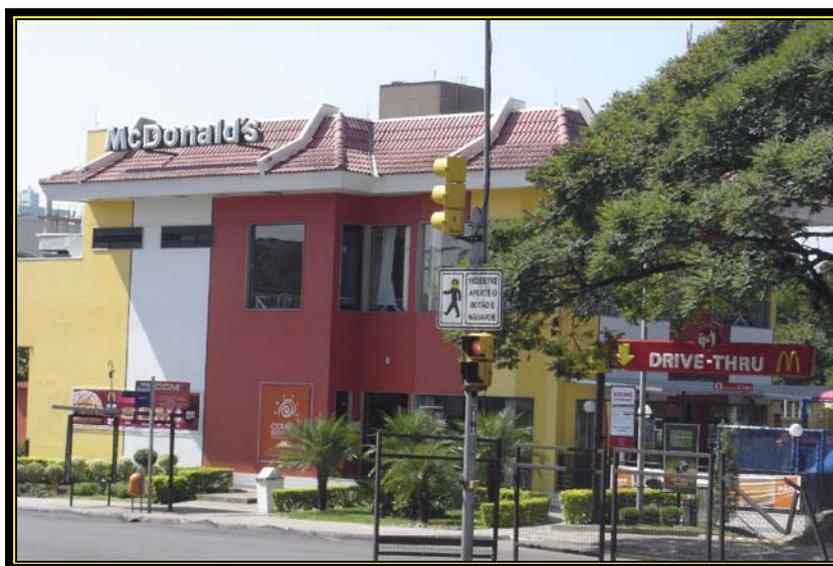


Figura 68 – Vista da loja do Mac Donald's junto a avenida Wenceslau Escobar
Foto: Cláudia Pires – janeiro de 2009.



Figura 69 – Vista parcial da praça da Tristeza junto à avenida Wenceslau Escobar
Foto: Cláudia Pires – janeiro de 2009.

Nas avenidas Cavahada, Juca Batista e Eduardo Prado o destaque foi, também, para o comércio e o movimento, principalmente, na esquina com a avenida Otto Niemeyer. Os entrevistados consideram que estas avenidas estão em expansão devido à construção da 3ª Perimetral, que facilitou muito o fluxo de transporte para a zona sul de Porto Alegre. Os entrevistados acreditam, também, que a valorização de “áreas verdes” é importante para a qualidade vida e a diminuição da poluição. Muitos entrevistados, moradores de áreas residenciais na Cidade Jardim, verificaram que há uma identificação comercial com a macrozona e pensam que esta já corresponde a uma identidade para toda esta área devido à nomenclatura utilizada em muitos prédios e centros comerciais como por exemplo os *shoppings* Jardim Verde (avenida Eduardo Prado – figura 70) e Jardim do Sol (avenida Cavahada – figura 71). O comerciante entrevistado da avenida Cavahada destacou a insegurança e percebe a necessidade de investimento na segurança privada.



Figura 70 – Vista frontal do shopping Jardim Verde junto a avenida Eduardo Prado
Foto: Cláudia Pires – janeiro de 2009.



Figura 71 – Vista frontal shopping Jardim do Sol junto a avenida Cavallhada
Foto: Cláudia Pires – janeiro de 2009.

Para os entrevistados, o além-lugar representa, significamente, mais tranquilidade e corresponde a um “morar no interior”. Estas falas são mencionadas para indicar a Vila Nova, Ipanema, Guarujá e Hípica. Os entrevistados reconhecem que há uma dimensão social que deveria ser melhor observado pelo poder público, pois, na visão da grande maioria, o crescimento populacional do entorno, através da implementação de novos conjuntos habitacionais, tem aumentado a violência nas proximidades. Na entrevista, a percepção estimulada feita aos comerciantes ficou restrita ao espaço de moradia, compondo, assim, a percepção das outras paisagens.

4.1.3 O lugar e o além-lugar na paisagem multifuncional

Foram realizadas 40 entrevistas no contexto da paisagem multifuncional, que é integrada pelos bairros Camaquã, Guarujá, Espírito Santo, Hípica, partes dos bairros Cavallhada, Tristeza, Ipanema, Serraria, Vila Nova, Campo Novo e demais espaços diferenciados. Conforme a figura 61, os entrevistados identificaram-se com singularidades que caracterizam, num primeiro momento, a heterogeneidade desta paisagem, tais como: transformação, movimento, tranquilidade, crescimento e vida interiorana. Conforme a

figura 62, a alterpercepção revela que os olhares dos entrevistados de outros lugares sobre a paisagem multifuncional está caracterizada, principalmente, pela diferenciação espacial que não coincide, muitas vezes, com autopercepção. Essas diferenciações espaciais serão detalhadas a seguir, conforme os relatos obtidos pelas entrevistas e pelos mapas representados nas figuras 61 e 62. Para iniciar, um relato interessante narrado ao Caderno Zona Sul do Jornal Zero Hora é do ator Oscar Smich, morador da Cavalhada:

Como você definiria o bairro Cavalhada, em uma palavra? Em transição.

A rua mais charmosa: Gosto muito de subir a colina da Cavalhada até a esplanada do shopping Jardim do Sol e descer a Rua Dea Coufal em direção à Ipanema... É frondoso, arejado e tem um vista esplêndida!

Lugar preferido para passear: Há um lugar único e extraordinário de encontro com a natureza, na divisa entre a Cavalhada e Ipanema. É o Morro do Osso. Reserva ecológica dentro do perímetro urbano, é perfeito para praticar trilhas leves, observar a vegetação e animais silvestres e encantar-se definitivamente com uma vista panorâmica do Guaíba e de quase toda a cidade.

A lembrança mais remota da região desde que mora aqui? Vivendo há pouco tempo aqui, não tenho lembranças remotas. Sei que no tempo em que o bairro era um subúrbio distante e a Avenida Cavalhada era um estradão, aconteciam as lendárias corridas de carreteras.

Relação com a vizinhança: Em um condomínio, convive-se com a heterogeneidade. Um saudável exercício de tolerância. Na média, há um clima de cordialidade e camaradagem. Dentro de um condomínio, é preciso respeitar convenções ou estatutos. Isso facilita tudo. A partir daí, se cria afinidades, gestos de solidariedade e até verdadeiras amizades, embora resguardando o direito à privacidade.

O que você mais gosta no bairro? Gosto dos espaços abertos, da (ainda) baixa densidade de massificação, dos recantos verdes e da proximidade com a orla.

E do que menos gosta? Tem poucas opções de lazer, de restaurantes e de comércio mais sofisticado.

Em que situações você precisa sair da Cavalhada? Em todas as situações profissionais e quando preciso de shopping ou lazer noturno. Fora isso, o bairro conta com razoável estrutura de comércio e serviços, principalmente no cruzamento da Cavalhada com a Otto Niemeyer.

Como você imagina que será o bairro no futuro? Tem potencial grande como zona residencial alternativa, pelas qualidades de espaço, clareza e intermediação que faz com toda a zona sul de Porto Alegre. Vocação que já se confirma após a conclusão da Terceira Perimetral. Ao mesmo tempo, creio que se verá crescer o comércio no eixo que leva aos bairros Camaquã, Tristeza e Vila Assunção. (ZERO HORA: Caderno Zona Sul, acessado em <http://zerohora.clicrbs/zhzonasul> em maio de 2007)

Este relato trata de uma característica marcante na paisagem multifuncional: a transição, ou seja, o encontro entre um passado interiorano com um presente, marcado pelo movimento e pelo crescimento econômico e com o futuro, cuja tendência se apóia no desenvolvimento urbano e regional proposto pelo plano diretor de Porto Alegre. No relato, verifica-se que o lugar tem um papel importante na compreensão do espaço e de relações cotidianas projetadas na paisagem. Esta fala remete a um conjunto de características do

espaço urbano da Cidade Jardim: a visão aberta do espaço, a presença da natureza (Guaíba e Morro do Osso) integrada aos conjuntos residenciais, o convívio heterogêneo e privado dos condomínios e, também, a falta de determinados recursos como lazer e postos de trabalho. É evidente que este relato transpõe a realidade cotidiana, pois há um obliquamento do olhar sobre o espaço, onde a paisagem oferece imagens de uma cidade que se transforma.

Neste depoimento, a paisagem multifuncional na Cidade Jardim reflete a busca pelo Jardim do Éden, através de uma convivência em condomínios fechados, residências isoladas e afastadas do centro de Porto Alegre. A paisagem urbana compõe uma imagem concreta e simbólica daqueles que a habitam. Determinados espaços possuem mais “familiarização” do que outros, o que torna reconhecível o limite de outras paisagens.

As principais evidências que marcam a paisagem, segundo os moradores entrevistados dos bairros Cavahada, Camaquã e Ipanema estão relacionadas a “um lugar tranquilo dentro do contexto da cidade”, “urbanizado”, “movimentado e com grande comércio”, “quando não tinha os assentamentos, era muito melhor”. A maior parte dos entrevistados dos bairros Cavahadas e Camaquã, revela que na autopercepção, conforme figura 61, a paisagem está associada à tranquilidade e ao comércio. Destacam, também, o “movimento” como referência singular da paisagem onde estão inseridos. Seus principais marcos de identificação citados foram: o supermercado Zaffari, a Igreja na avenida Cavahada e o colégio Adventista no bairro Camaquã. A figura 72 destaca um importante marco na paisagem multifuncional.



O esquilo é o símbolo de identificação do supermercado Zaffari e foi mencionado como marco referencial da avenida cavalhada em todas as entrevistas.

Figura 72 – Vista do bairro Cavalhada a partir do bairro Vila Nova. A figura do esquilo é uma referência na paisagem e está localizado junto à avenida cavalhada. Março de 2010.

Foto: Cláudia Pires – janeiro de 2010

- > Indicação do esquilo na paisagem.
- > Indicação da localização da avenida cavalhada na paisagem

Para os entrevistados do bairro Camaquã, o principal símbolo enfatizado na paisagem foi o de tranquilidade, porque consideram o bairro como sendo residencial e arborizado. O comércio é muito citado quando trata-se da avenida Cavalhada. Um dos entrevistados indica a Travessa Escobar (figura 73) como um dos símbolos do bairro pela sua estética.

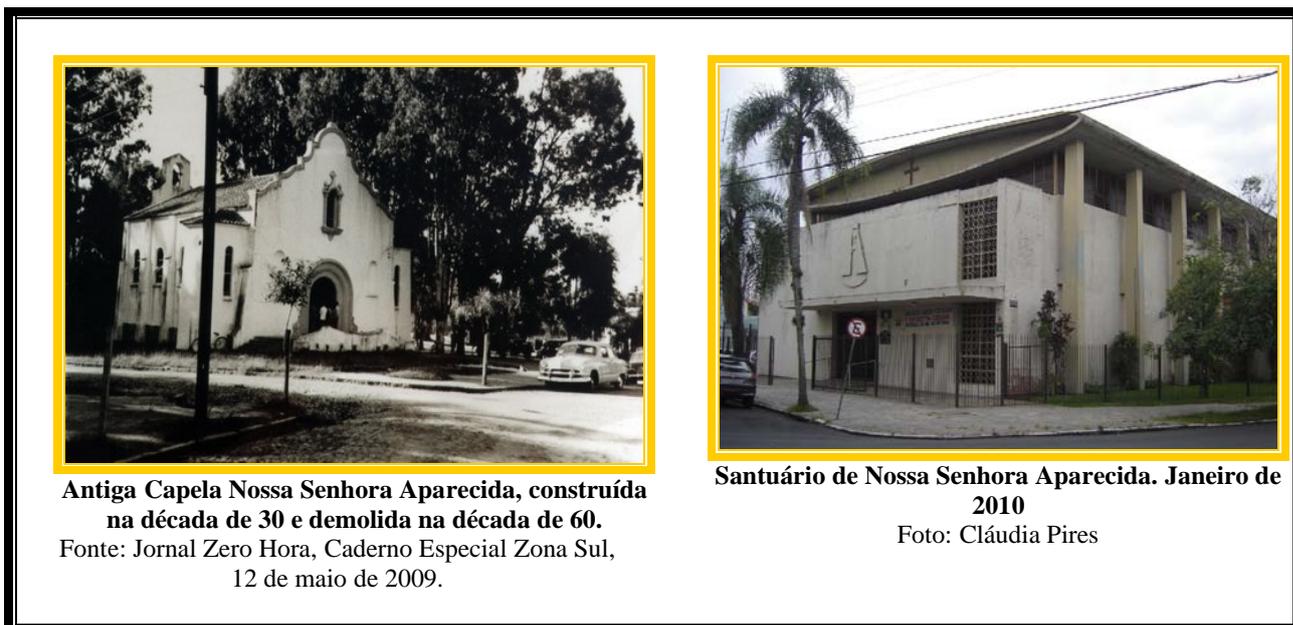


Figura 73 – Travessa Escobar, localizada nas proximidades da avenida Otto Niemeyer. Janeiro de 2010

Foto: Cláudia Pires

Os lugares de moradia do bairro Camaquã são considerados seguros, de um modo geral, sendo a “casa” apontada como o “refúgio da segurança”. A insegurança é muito associada a outras paisagens, como exemplificado nas entrevistas: Loteamento Cavalhada, a COHAB e a Vila Monte Cristo. Ou seja, os entrevistados revelam, na autopercepção, que sentem-se seguros, enquanto associam outras paisagens, na alterpercepção, à insegurança.

Os entrevistados de Ipanema destacaram, na paisagem, a presença da natureza, através da arborização das ruas, das praças e dos jardins. Muitos relataram alguns aspectos da memória da paisagem de Ipanema. Foram lembrados os “casarios antigos”, “a praia do [sic] rio Guaíba, a “enchente de 1983”. Uma das falas mais significativas foi de uma senhora de 82 anos sobre sua lembrança mais antiga: “Lembro de muita coisa que hoje não existe mais. Quando era jovem havia um lugar que era ponto de encontro: a praça da caixa d’água. Hoje não existe mais. Esta praia era um lindo balneário. Se tivesse que dar um símbolo para Ipanema, daria o de tranquilidade”. (Relato de entrevista fornecido por morador anônimo. Porto Alegre, outubro de 2008). Um dos entrevistados fez menção a Capela Nossa Senhora Aparecida que teve que ser demolida na década de 60 por problemas estruturais. Alguns destes marcos referenciais, citados nas entrevistas, possuem registro fotográfico e, embora estes objetos não existam mais, permanecem vivos na memória de alguns moradores mais antigos. As figuras 74 e 75 e ilustram e identificam estes marcos no contexto da paisagem multifuncional.



Antiga Capela Nossa Senhora Aparecida, construída na década de 30 e demolida na década de 60.

Fonte: Jornal Zero Hora, Caderno Especial Zona Sul, 12 de maio de 2009.

Santuário de Nossa Senhora Aparecida. Janeiro de 2010

Foto: Cláudia Pires

Figura 74 – Marcos referenciais de Ipanema – Santuário de Nossa Senhora de Aparecida



Praça Senador Alberto Pasqualini – Conhecida como Praça da Caixa D'água, 1958

Fonte: Jornal Zero Hora, Caderno Especial Zona Sul, 12 de maio de 2009.

Praça Senador Alberto Pasqualini. Março de 2010.

Foto: Cláudia Pires

Figura 75 – Marcos referenciais de Ipanema – Praça Senador Alberto Pasqualini

É interessante destacar que estes objetos, citados nas entrevistas, fundamentam o imaginário urbano, tornando a paisagem multifuncional e, também, singular, emaranhada pelos sentimentos descritos, pela memória, pelas informações que condizem aos códigos estabelecidos espacialmente. Esses objetos (fragmentos da própria paisagem) produzem discursos e interagem com a paisagem de forma dinâmica e complexa. Muitas falas

relatam: “naquele tempo, o rio era limpo”, “antes, a orla era segura. Hoje, não é mais”. “Havia mais verde”. Estas falas, sobretudo visuais e iconográficas, revelam como estes sujeitos interagem com a cidade, através da percepção que se tem dela. É dessa forma que qualificamos e identificamos suas marcas, as rugosidades - como diz Milton Santos (1999) - inscritas no espaço. Para o referido autor, de um ponto de vista propriamente geográfico, a questão coloca-se de forma bem diferente: os sistemas técnicos correspondem a uma situação e a uma existência num determinado lugar para tratar de entender como, a partir desses substratos, as ações humanas se realizam. A maneira como se combinam os sistemas técnicos de diferentes idades vai ter uma consequência sobre as formas de vida possíveis naquele espaço, tornando primordial a verificação de como essas formas do passado tornam-se um obstáculo à difusão do novo ou juntas encontram a maneira de permitir ações simultâneas.

Estes relatos emitem, através da memória e da linguagem, o quanto estes discursos tornam-se arquétipos culturais. O espaço é um misto, um híbrido multifuncional, uma forma imagética que interage na relação complexa. Os discursos selecionam objetos, de diferentes épocas, para representar a percepção referente ao momento atualmente vivido. Estes objetos, denominados de rugosidades, referem-se ao que Milton Santos denomina de “inércia dinâmica” de formas herdadas na paisagem e que não podem ser encaradas simplesmente como uma herança do passado, pois ainda permanece territorialmente no espaço, mas, também, como um valor simbólico e concreto constituído espacialmente, porque estes objetos expressam-se através da realidade social e espacial em que se instaurou.

Nos bairros Guarujá, na Serraria, no Espírito Santo e na Hípica há características marcantes e semelhantes aos outros lugares que compõem a paisagem multifuncional. Segundo a maior parte dos entrevistados destes bairros, há uma identificação e um sentimento de pertença destes com a Cidade Jardim devido à presença das “paisagens naturais” e pela “tranquilidade” do espaço. As lembranças referentes a paisagem destes bairros são bastante recentes. Com exceção da Hípica, enunciados como “balneário”, as estradas “de chão batido”, “as plantações”, a “inauguração da igreja Santa Rita de Cássia” foram mencionados e retomam, em parte, a memória destes bairros e que, também, foram

lembradas com certa nostalgia. Os entrevistados consideram a paisagem tipicamente residencial, tranquila e percebem-se dentro de um novo contexto urbano: a expansão condominial da zona sul. Contudo, associam este crescimento com aumento da qualidade de vida devido à presença “das paisagens naturais” (mencionada em mais de 70% das entrevistas) e das praças. Muitos problemas, também, foram mencionados, principalmente ligados às questões ambientais (poluição do Guaíba e o “valão” – citados pelos entrevistados do Guarujá quando referem-se ao lago Guaíba e ao arroio Guarujá, respectivamente), além da preocupação com o crescimento de ocupações irregulares, clandestinas e a falta de transporte. Nos deslocamentos, as singularidades que marcam a paisagem são os morros – chamados de colinas pelos entrevistados. A figura 76 representa dois marcos importantes do Guarujá.

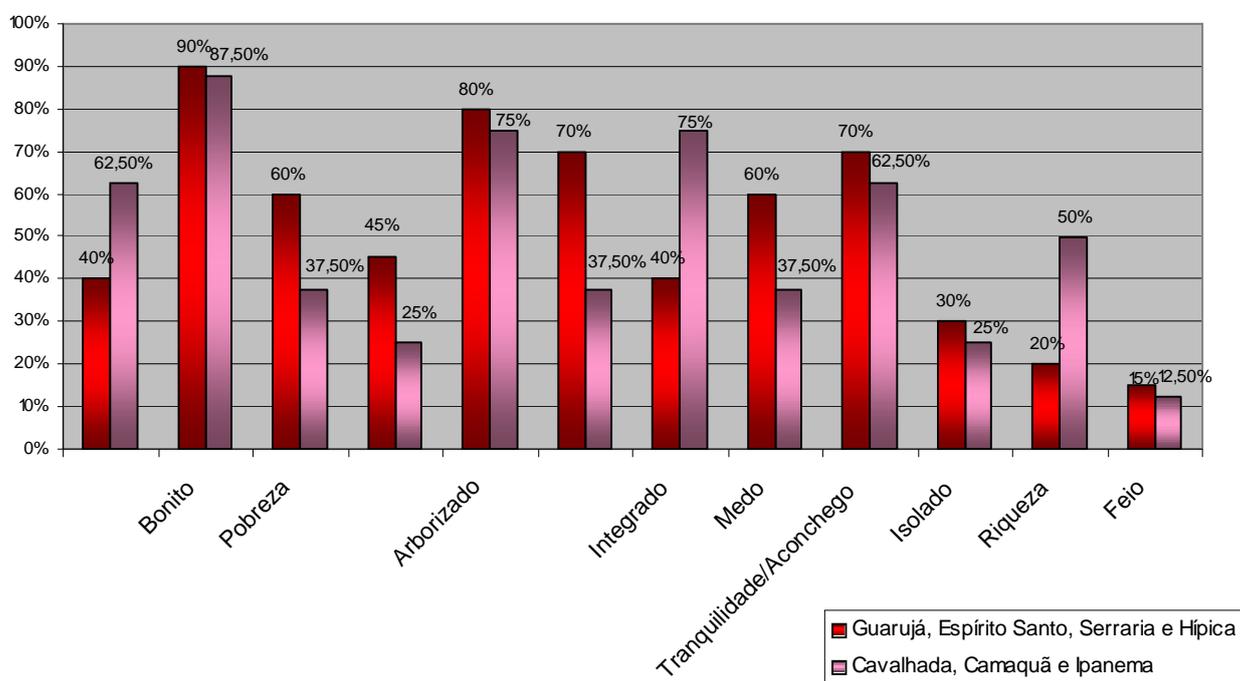


Figura 76 – Vista parcial do bairro Guarujá. Destaca-se no primeiro plano a retificação do arroio guarujá, denominado pelos entrevistados de “valão” e, ao fundo, a Igreja Nova Santa Rita.

Foto: Cláudia Pires – janeiro de 2010

Na percepção estimulada, conforme o gráfico 4, as palavras mais destacadas possuem relação com as impressões obtidas na entrevista mais aberta. As palavras que projetaram o conjunto de subjetividades da paisagem revelaram, em grande parte, associações em torno da presença da natureza, da estética, da integração e da tranquilidade. A diferença está marcada por situações distintas que marcam a paisagem no bairro Serraria, onde a Vila dos Sargentos é mencionada com frequência pelos moradores dos bairros Guarujá, Espírito Santo e Hípica, salientando que há uma certa insegurança e medo devido aos problemas relacionados à violência urbana. A integração mencionada deve-se, em muito, à conexão destes lugares com demais espaços da cidade através das vias de acesso (como por exemplo da 3ª Perimetral) e do fluxo de transportes. Na totalidade expressa, estas palavras identificam conceitualmente o projeto político da Cidade Jardim, pois indicam suas características marcantes.

Gráfico 4 - Palavras que identificam a paisagem multifuncional: Camaquã, Guarujá, Espírito Santo, Hípica, partes dos bairros Cavahada, Tristeza, Ipanema, Serraria



A partir da análise do gráfico 4 e dos relatos dos entrevistados, verifica-se o quanto às políticas de gestão para a cidade não devem se apoiar exclusivamente em dados

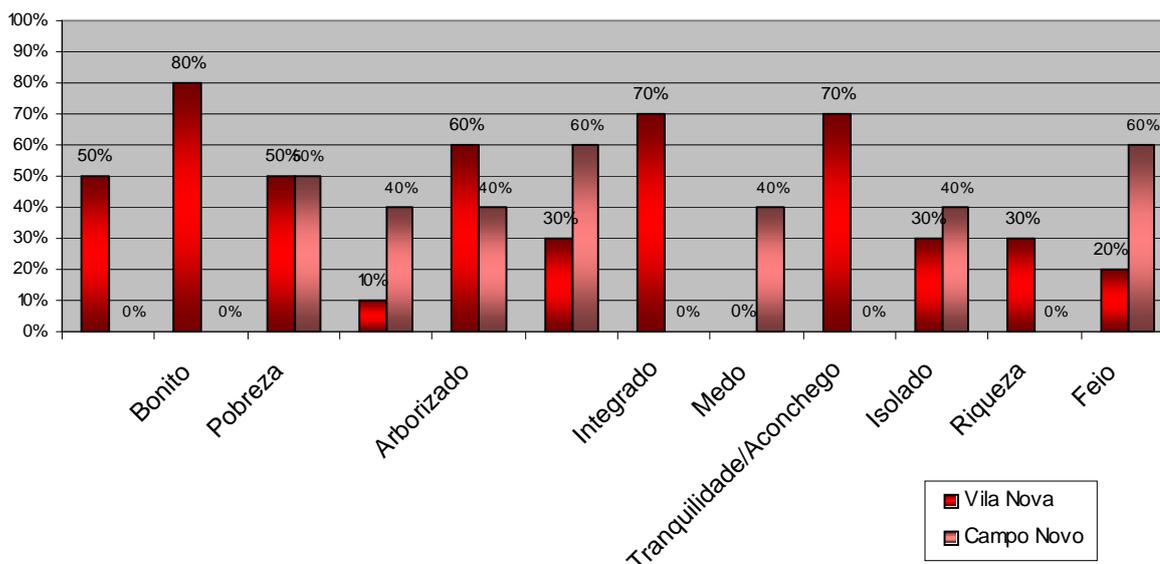
denominados “concretos/objetivos” pautados num pensamento racionalista. A condição de subjetividade também retrata os inúmeros movimentos espaciais e suas formas de articulação revelando, assim, multiplicidade de situações, de subjetividades e de olhares. O projeto político de uma cidade não pode ser unificado espacial e temporalmente, pois existe uma grande dificuldade de integração dos planos diretores e de suas formas de organização do espaço. A complexidade do todo é tratada sob um olhar, não respeitando a coexistência do singular e do particular que implica na pluralidade dos mundos-vividos que os sujeitos qualificam na produção de seu espaço. Os atributos da paisagem impostos pelo modelo urbanista assumem uma configuração territorial importante que conduz a uma certa identidade urbana, segundo valores estéticos. Esta conduta é tão significativa que um dos Loteamentos denominado Jardim Isabel reivindica status de bairro desde de 2009.

Nas entrevistas, os moradores destacaram como imagem do além-lugar da paisagem na Cidade Jardim: o contraste. A impressão visual da Vila Assunção mencionada foi: “uma parte compreende barraquinhos e outras com casas imensas e chiques”. Quando perguntado aos entrevistados a respeito de seu lugar de moradia (Vila Assunção) não houve menção a estes contrastes visuais que caracterizam a paisagem, principalmente, ao longo da avenida Guaíba com a presença da Vila Guaíba. Contudo, os entrevistados que não vivem na Vila Assunção, mencionam o contraste. As paisagens que configuram territorialmente a Vila Conceição confundem-se com a Vila Assunção e a Tristeza. O grupo de entrevistados destes lugares, consideram, na alterpercepção, que o Loteamento Cavahada e suas proximidades, é “perigoso, principalmente à noite”, é uma “favela do Rio em miniatura”, um “conjunto residencial de poucos recursos”. Com relação ao COHAB Cavahada, as principais referências foram: “planeta dos macacos”, “residencial de casas humildes”, “lugar perigoso”, “pombal”. A Hípica teve como impressão visual “um monte de gente amontoada”, “residencial com muitos moradores”, “crescimento acelerado”. Monte Cristo: “casas humildes”, “amontoamento”, “sacanagem da prefeitura”. Já a Tristeza, as menções foram: “É o centro da Zona Sul, tem tudo”, “um lugar bom para se viver”, “um bairro modelo”. O Morro do Osso e o Guaíba estavam associados à natureza.

Na Vila Nova e Campo Novo foram realizadas 10 entrevistas. As principais imagens, relacionadas a esta paisagem estão associadas, conforme o relato de um

entrevistado, ao “rural, presença forte da natureza, do silêncio, do céu estrelado à noite, da transformação, um pouco de cidade do interior” (Relato de entrevista obtido em outubro de 2008) . As principais transformações percebidas estão associadas à construção de novos conjuntos habitacionais. Um dos entrevistados, relata: “a Vila Nova está se transformando, porque estão chegando pessoas que moram em [sic] vilas¹ e a tranquilidade que existia está se perdendo. Há muita violência, principalmente perto do Campos do Cristal”. (Relato de entrevista obtido em outubro de 2008). No conjunto das entrevistas é importante destacar a percepção estimulada no contexto da paisagem multifuncional. O gráfico 5 apresenta a percepção estimulada correspondente aos entrevistados da Vila Nova e Campo Novo.

Gráfico 5 - Palavras que identificam a paisagem multifuncional: Vila Nova e Campo Novo



As palavras que se destacam na percepção estimulada do gráfico 5 demonstram o quanto os entrevistados da Vila Nova sentem-se seguros e integrados à cidade e consideram o lugar onde moram bonito e arborizado. Contudo, os entrevistados do Campo Novo se sentem ameaçados pela insegurança, pelo medo e pelo isolamento, sendo que, no conjunto, estas palavras revelam o quanto estas percepções estão associadas e qualificadas pela vida

¹ É comum no relato dos entrevistados associar o nome vila para tratar de ocupações irregulares e clandestinas cuja população residente possui baixas condições de rendimentos.

urbana expressa pelas transformações espaciais recentes como, por exemplo, a implementação de conjuntos habitacionais populares.

A paisagem multifuncional na Cidade Jardim revela-se, em muito, pela transição entre cidade e campo, mesmo com a instantaneidade urbana atingindo todos espaços da cidade. As áreas rurais de Porto Alegre ocupam, atualmente, 30% do território do município. Conforme a Lei 434/99, as antigas unidades territoriais rurais passaram a denominadas de área de ocupação rarefeita, considerada urbana. Assim, as áreas rurais passam a ser classificadas pela finalidade, e não mais pela região em que estão localizadas. São consideradas áreas de desenvolvimento rural aquelas que possuem exploração para a produção agropecuária, extrativa vegetal ou agroindustrial, independente de onde estiverem situadas.

Esta mudança na lei vem acarretando transformações na paisagem através do surgimento de loteamentos residenciais nos bairros Vila Nova e Campo Novo. Essa mudança está reduzindo distâncias na cidade, porque o espaço rural poderá deixar de existir, tornando-se espaço técnico, científico e informacional caracterizado pela fluidez do urbano. A lógica urbanística é de uma cidade multiplicável por sua construção linear. Os lugares deixarão de ter espaços verdes integrados às suas moradias. Os parques, praças e jardins da cidade, segundo tão somente padrões estéticos, reforçam a dicotomia homem/natureza e a não-integração ambiental.

Na perspectiva da autopercepção, conforme a figura 61, a Vila Nova é muito associada à tranquilidade e à transformação. Na figura 62, a alterpercepção sobre a Vila Nova está associada à uma vida “interiorana” ou rural e à presença de natureza. Contudo, há apenas alguns espaços que preservam esta funcionalidade. A Vila Nova está, atualmente, integrada às funções do espaço urbano, mas, ainda, as percepções dos sujeitos entrevistados estão representadas pela reconstrução simbólica do passado deste espaço. Muitos ícones se fazem presente de forma isolada e revelam, no seu conjunto, sua historicidade. Pode ter mudado sua função, mas constitui um símbolo de um outro tempo. A figura 77 representa o quanto sua historicidade está presente na paisagem.



Casa de Vicente Monteggia, cuja construção iniciou em 1898.
 Fonte: www.portoalegre.rs.gov.br/ acessado janeiro de 2010



Vila Nova (1900-1909).
 Fonte: Foto do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

No final do século XIX, Vicente Monteggia, membro de uma das primeiras famílias que ocuparam este espaço, fundou a Colônia Vila Nova D'Itália. No início do século XX, continuou a receber imigrantes italianos os quais se dedicaram, principalmente, à produção da uva e do vinho e ao cultivo de árvores frutíferas. Atualmente, o bairro Vila Nova conta com 33 propriedades agrícolas registradas, conforme Prefeitura Municipal de Porto Alegre (2008), está integrado com a cidade, mas permanece vivo na memória e na paisagem suas tradições interioranas, dos tempos lentos de uma vida cotidiana e de uma paisagem rural.

Fonte: Secretaria Municipal de Indústria e Comércio.
www.portoalegre.rs.gov.br/
 acessado janeiro de 2010

Figura 77 - Composição de imagens que tratam de marcos históricos da Vila Nova

O além-lugar, para os entrevistados da Vila Nova e Campo Novo, está apoiado pelas seguintes impressões e significados: Ipanema (bem-estar, pôr-do-sol), Cavallhada (movimento) Assunção, Conceição e Tristeza (lugares nobres), Morro do Osso (paisagem), Monte Cristo, Serraria, COHAB Cavallhada, Loteamento Cavallhada e Serraria (perigoso, violentos, miséria, precariedade).

4.1.4 O lugar e o além-lugar na paisagem da injustiça ambiental

No contexto da paisagem da Cidade Jardim, considerada arborizada, integrada, bonita, movimentada e desenvolvida, há paisagens singulares denominadas nesta tese de injustiça ambiental. Os sujeitos, moradores destas paisagens, têm muito a considerar sobre a sua dinâmica espacial. Um exemplo sobre a percepção dos sujeitos neste espaço é evidenciado pelo relato da Sra. Priscila Correa, moradora da Vila Santa Bárbara, nas proximidades da Vila Assunção e Conceição. A entrevistada considera a paisagem onde mora “muito bonita, com pessoas trabalhadoras, um local privilegiado rodeado com muitas árvores e casas elegantes” (Relato de entrevista fornecido por Priscila Correa, outubro de 2008). O grande problema da Vila, citado pela entrevistada, é a presença do narcotráfico que, devido a sua localização, é considerado pelas pessoas que consomem droga, o melhor ponto de venda da Zona Sul. Ela desconhece as discussões sobre o plano diretor da cidade, mas conhece as pessoas que participam e procura reivindicar melhores condições de habitabilidade para o local onde mora.

Outro exemplo é caso do Loteamento Cavahada, que abrigou moradores de áreas em situação de risco socioambiental de Porto Alegre, especialmente das Vilas Cai Cai, Tripinha e Sanga da Morte. Conforme Aigner,

O Loteamento Cavahada é um conjunto habitacional feito pelo Departamento Municipal de Habitação da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (DEM HAB/PMPA), numa área baixa, situada entre a Avenida Cavahada e o Parque Municipal do Morro do Osso, composto de casas populares geminadas, com pequenos pátios. Contando inicialmente com 257 casas, recebeu, ainda com a infraestrutura incompleta, famílias que decidiram mudar para o local, participando das decisões do Orçamento Participativo, em assembleia geral realizada no dia 15 de setembro de 1995. (AIGNER, 2002: 33)

Aigner (2002) realizou uma análise sobre a percepção do lugar em um projeto realizado na Escola Municipal de Ensino Fundamental Neuza Brizola denominado Conviver. Nesta análise, o autor apresenta uma situação especial em que um aluno da referida escola, filho de um comerciante local, aponta para uma dimensão estética da paisagem do loteamento no início da década de 2000:

[...] “a vila é muito feia e sem asfalto [...] tem aquela mesma cara de vila (favela)”. De uma forma poética, descreve a violência no loteamento: “e os tiros que cortam as noites claras com aquele arzinho de que sempre tem algo para acontecer”. O Roger apresentou, ainda, junto com a redação um desenho [...], onde se destaca, em perspectiva, as casas padronizadas e geminadas do loteamento (comenta ao fazer o desenho: “as casinhas são todas iguais”), em frente à escola, o mato ao lado das casas (terreno baldio que era utilizado por alguns moradores para depositar lixo), e os brinquedos e equipamentos no pátio da escola. (AIGNER, 2002: 125)

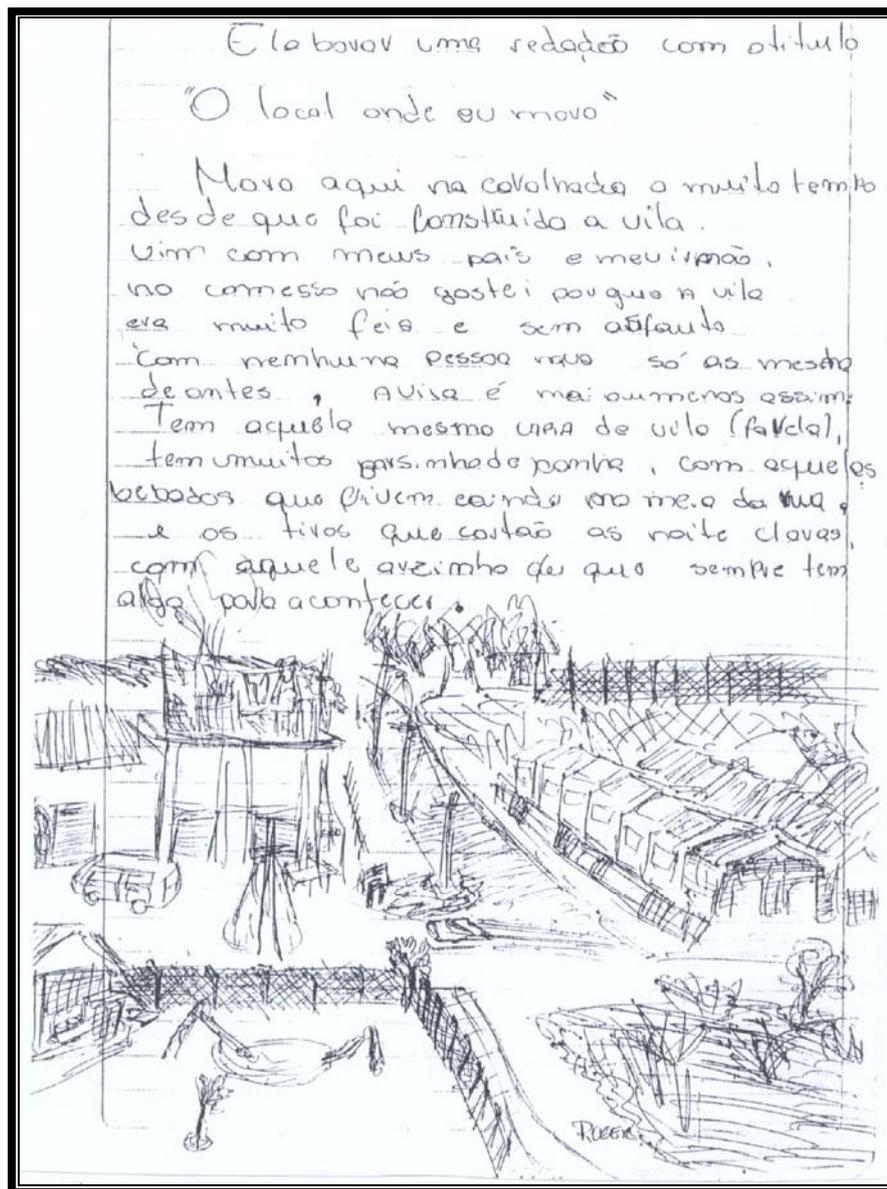


Figura 78: Representação da paisagem do Loteamento Cavalhada.

Fonte: Aigner, Carlos. Alfabetização em Geografia e Educação Ambiental: Construindo a Cidadania em Escolas Voltadas a Educação Popular, 2002: 126.

Além do depoimento mencionado pelo aluno no trabalho realizado, suas impressões acerca do Loteamento Cavahada são reveladas pelo desenho da paisagem. Representa o início, quando da chegada dos primeiros moradores. A pesquisa de Aigner é retomada, nesta tese, para subsidiar o processo de percepção da paisagem.

Na realização da pesquisa desta tese, foram realizadas 15 entrevistas (14 com jovens moradores do Loteamento e 1 com uma líder comunitária). O roteiro de entrevista foi aplicado aos estudantes da Escola Municipal de Ensino Fundamental Neuza Brizola em Porto Alegre e seus depoimentos podem ser utilizados em paralelo com os estudos de Aigner sobre a paisagem do Loteamento Cavahada. Os entrevistados consideram a paisagem do Loteamento predominantemente residencial, com forte presença de áreas verdes, representadas pelo Morro do Osso. Muitos entrevistados lembraram quando moravam nas margens do Guaíba e da remoção para a Cavahada. Consideram o lugar onde moram “inseguro” e apontam como “muito violento”, principalmente à noite. Um referencial destacado nas entrevistas foi a Escola Neuza Brizola, considerada um “lugar seguro”, “um lugar ótimo”, revelando a estreita relação entre escola e Loteamento. Na realidade, a escola é uma forte referência para a comunidade, pois oferece um grande aporte socioeducativo, tendo em vista muitos problemas oriundos da remoção das Vilas para o bairro Cavahada. Conforme Aigner,

A relação dos moradores do local com o bairro é bastante problemática. Não possuem identidade com o bairro, que, por suas características (predominantemente residencial e de classe média), faz os moradores do Loteamento Cavahada sentirem-se isolados e discriminados pelos moradores do bairro (o conjunto habitacional é visto como uma vila dentro do bairro e seus moradores, muitas vezes, são rotulados de vileiros, assaltantes e ladrões). (AIGNER, 2002: 127)

Nas entrevistas, a estética do Loteamento está associada a uma imagem de favela, de desorganização e de violência. É o reflexo de um paradoxo do planejamento urbano. O poder público, ao implantar um modelo habitacional para atender às populações marginalizadas social e espacialmente, cumpre com seu papel regulador da cidade e cria no espaço muros que se tornam intransponíveis pela sua dimensão concreta e simbólica. Considerando as falas dos entrevistados sobre o lugar na paisagem, verifica-se o quanto há um sentimento de aprisionamento socioespacial devido à inserção do Loteamento no contexto de outras paisagens. No seu entorno, os condomínios residenciais fechados

representam o enclausuramento que torna a cidade quase impenetrável. Essa ideia é reforçada pela inserção desta comunidade na macrozona Cidade Jardim. Isso pode ser verificado nas figuras 79, 80 e 81.



Figura 79 - Vista do Loteamento Cavalhada a partir da Avenida Cavalhada.

→ Escola Municipal Neuza Brizola
Foto: Cláudia Pires – junho de 2008



Figura 80 - Vista do Condomínio Village Center Zona Sul a partir da Avenida Cavalhada a partir da rua principal do Loteamento Cavalhada.

Foto: Cláudia Pires – junho de 2008



Figura 81 – Vista aérea do bairro Cavalhada.

→ Condomínio Village Center Zona Sul.
→ Loteamento Cavalhada

Fonte: www.forestpark.com.br acessado em março de 2010

A imagem da paisagem do Loteamento Cavahada evocada pelo do aluno Roger na pesquisa de Aigner (2002) ainda se faz presente na atualidade, conforme os entrevistados da Escola Neuza Brizola. Nas entrevistas, os marcos de identificação com o Loteamento estão associados ao medo, à pobreza, à insegurança e ao isolamento.

É interessante destacar que, tanto no relato do aluno Roger da pesquisa de Aigner (2002), como nos demais entrevistados, a paisagem do Loteamento Cavahada possui *sonoridade*. A sonoridade se dá através de brigas, de tiroteio (principalmente à noite) e pela quantidade de crianças brincando na rua durante o dia. É uma paisagem com intenso movimento e verifica-se o quanto este aspecto é percebido pelos moradores que a vivenciam. A sonoridade mencionada representa, para os entrevistados, um certo tipo de caos e desordem urbana refletindo, de certa forma, na percepção da imagem visual do Loteamento e, dessa forma passa-se a ter mais intolerância com este espaço pelo caos estabelecido neste espaço.

Esta percepção está associada à forma pela qual moradores e não moradores identificam o Loteamento Cavahada na Cidade Jardim. Muitos entrevistados referem-se a sua não-inserção no bairro Cavahada de forma geral. Isto se revela na fala de uma liderança comunitária que trabalha na Escola Neuza Brizola. Em seu depoimento, revela que há muitas formas de preconceito, mas destaca que os moradores são excluídos, justamente, porque moram no Loteamento Cavahada. Suas palavras foram: “acham porque é um loteamento, as pessoas aqui inseridas não são qualificadas para trabalhos pedidos. Uma vizinha não pegou emprego porque mora aqui. A imagem de nossa comunidade está muito relacionada com o tráfico e os assaltos que ocorrem ao redor” (Relato de entrevista fornecido por morador anônimo. Porto Alegre, outubro de 2008). A paisagem como apreensão concreta e simbólica do espaço se revela pelas ações do cotidiano, contribuindo para conhecer melhor o espaço em que se vive e as dinâmicas que produzem formas diversas. A paisagem indica concepções de vida com o espaço e suas relações estabelecidas com o mesmo.

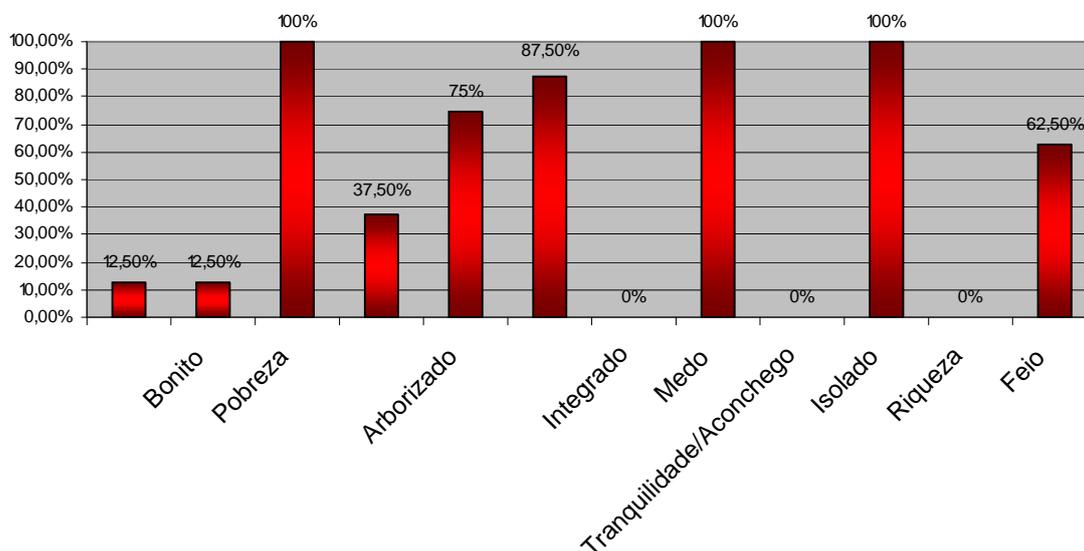
Conforme os entrevistados, a imagem que se tem do Loteamento confunde-se com a imagem anunciada pela mídia que relaciona o lugar com a violência. A complexidade das falas dos entrevistados reside na relação direta entre sujeito e paisagem. Assim como a

paisagem transforma-se cotidianamente, esta também transforma e molda os sujeitos de acordo com a organização estabelecida no espaço. Percebe-se, portanto, que a leitura de significados que os sujeitos dão às suas paisagens de convívio é importante para compreender os fenômenos sociais e culturais que se projetam, muitas vezes de forma transitória, no espaço.

A localização do Loteamento Cavahada junto ao Morro do Osso e da Avenida Cavahada atribui a este espaço, através da percepção dos sujeitos, a sua desagregação no tecido urbano no conjunto da paisagem da Cidade Jardim. Estes moradores percebem que não se integram à cidade, nem à vida urbana porque sua organização funcional e morfológica, do ponto de vista do planejamento, os isola.

Na paisagem do Loteamento Cavahada, o grande destaque foi dado à Escola Municipal Neuza Brizola, considerada pelos 15 entrevistados como o lugar a ser conhecido por um visitante, além do Morro do Osso. A escola é um referencial da comunidade, pois foi considerada “bonita, organizada e segura” conforme a maioria dos entrevistados. É o símbolo do Loteamento. Os entrevistados, destacam, porém, na percepção estimulada as palavras que mais representam o Loteamento Cavahada: isolamento, medo, insegurança, pobreza, feio e arborizado. Conforme o gráfico 6, estas palavras expressam, no conjunto, a imagem representativa da paisagem onde moram e estão associados aos problemas vivenciados cotidianamente.

**Gráfico 6 - Palavras que identificam a paisagem da injustiça ambiental:
Loteamento Cavahada**



A relação entre sujeito e sua paisagem atesta uma identidade de condição ligada ao mundo-vivido. Daí a grande importância do diálogo entre a comunidade e o poder público. As “falas” das comunidades indicam suas preocupações, suas formas organizacionais que refletem na construção de suas paisagens. Os propósitos de ouvir essas narrativas agregam suas trajetórias às práticas mais diversas com seu espaço de vida. Cada sujeito carrega com si, um passado, uma cultura, os desafios simbólicos internos ou externos.

Muitos argumentos utilizados na falas dos entrevistados desaprovaram a forma como se deu a inserção dos moradores removidos de áreas de risco de Porto Alegre para o projeto habitacional do Loteamento Cavahada. Muitas dessas resistências são originadas pelos novos conflitos gerados por disputas territoriais por pontos de venda de drogas, assim como pela estética, de uma forma geral. A percepção técnica, ou seja, a criação de novas moradias mais organizadas e melhoradas através do saneamento ambiental, não correspondeu às expectativas e à percepção de seus moradores, tendo em vista que o projeto habitacional do Loteamento reforçou ainda mais a baixa auto-estima dos sujeitos em relação à arquitetura e à estética da Cidade Jardim, paisagem na qual estão inseridos.

O Conjunto Habitacional Cavahada (COHAB Cavahada) apresenta características socioculturais semelhantes ao Loteamento Cavahada, porém com alguns aspectos

perceptivos diferenciados. Foram realizadas 5 entrevistas com moradores locais. Os cinco entrevistados identificaram o COHAB pela estética dos prédios. Para eles, o COHAB representa uma ruptura na paisagem da Cidade Jardim. Um dos entrevistados destaca essa ruptura da seguinte forma: “há uma mudança da paisagem, quando sai da avenida Cavallhada e entra na avenida Eduardo Prado”. (Relato de entrevista fornecido por morador anônimo. Porto Alegre, outubro de 2009). Esta percepção está associada ao deslocamento diário que o entrevistado realiza para o centro da cidade, onde trabalha como comerciante informal.

Foi destacado que, dentro do COHAB Cavallhada, as praças e a quadra de esportes (chamada de cancha) representam lugares bons para a integração social. O uso social de determinados lugares na paisagem torna esse espaço mais “familiar”. O espaço familiar se revela, nesta tese, como instância importante nas relações sociais, tendo em vista que praticamente todos os entrevistados da paisagem da injustiça ambiental, não somente do COHAB, consideram a casa e a família como únicas instâncias de segurança. A insegurança está presente “na rua”. As redes de segurança e de confiabilidade estão presentes nas relações familiares e isso cria, no interior da paisagem, determinados códigos de condutas, regras socioespaciais, valores morais, educacionais e outras relações culturais que orientam a existência de cada sujeito no mundo. O entendimento dessas redes tornam-se importantes para a implementação de políticas públicas, pois vão ao encontro aos modos de organização da vida sociocultural de comunidades periféricas. Atualmente, estas comunidades têm sido alvo de pesquisas sociológicas que se utilizam do conceito de capital social para verificar a capacidade de associação e de confiabilidade entre diversos atores sociais e organizações governamentais ou não que existem na comunidade. Para Fukuyama (1996), o capital social depende do grau em que as comunidades compartilham normas, valores e redes de vizinhança e como mostram-se dispostas a subordinar seus atores dinâmico em relação a outros grupos.

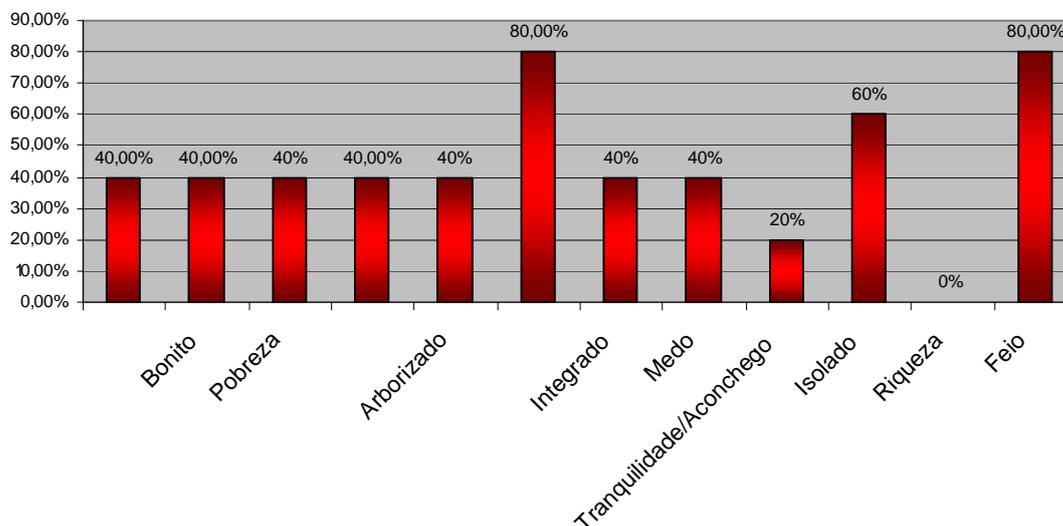
Estas falas demonstram o quanto a paisagem é construída pelas representações dos sujeitos. Essa interpretação subjetiva torna-se materializada pela percepção da realidade, ou seja, pelo olhar do observador que leva em consideração a contextualização identitária que possui com o espaço do mundo vivido. Os sujeitos projetam sua existência e suas

realizações subjetivas e, como estas são processuais, a realidade espacial jamais será plena ou totalizada. A paisagem como categoria espacial é processual, relacional, situacional e contextual de práticas sociais construídas pelos sujeitos que se apropriam deste espaço. A paisagem está em curso, onde os projetos de vida estão presentes num horizonte.

Outro relato importante é da senhora Diamantina Silva, moradora do COHAB e coordenadora de uma creche comunitária. Para ela, a paisagem do COHAB Cavallhada é “triste, pelo fato de muitas pessoas não cuidarem do lugar onde vivem. O seu entorno é poluído, com muito movimento de grandes carros e casas e com pessoas muito ricas”. (Relato de entrevista fornecido por Diamantina Silva. Porto Alegre, outubro de 2009). Esse ponto de vista reflete a visão oposta que se tem a partir do COHAB Cavallhada que é o condomínio fechado Jardim do Sol. A avenida Eduardo Prado é o interstício entre duas paisagens distintas que foram denominadas, nesta tese, de injustiça ambiental e de acumulação. A senhora Diamantina descreve a paisagem onde mora a partir da relação com a outra, ou seja, dos contrastes percebidos. A entrevistada relata que há um olhar preconceituoso de quem não é morador local. Ela diz: “Para os outros, este é um lugar que não têm moradores decentes, só traficantes. Não concordo com este pensamento: temos pessoas qualificadas morando aqui. Aqui é chamado de *Cidade dos Macacos*: um fato inaceitável! É assim chamado porque a grande maioria de moradores é de população negra”. (Relato de entrevista fornecido por Diamantina Silva. Porto Alegre, outubro de 2009)

Esta fala é importante para verificar como os sujeitos se inscrevem no espaço e se interpretam pela visão dos outros. Durante as entrevistas, foi interessante observar a construção desta resposta. O pensamento sobre a paisagem e o entorno reflete um “pensar de si”, a partir de um olhar externo. Sem dúvida isto foi retratado na fala da Sra. Dimantina ao referir a COHAB por “cidade dos macacos” que se revela por uma identidade, por um pertencimento étnico.

Gráfico 7 - Palavras que identificam a paisagem da injustiça ambiental - COHAB Cavalhada



Com relação às palavras que representam a paisagem, as que mais predominaram nas falas foram: o COHAB é “feio”, “isolado” e “inseguro”. Observa-se o quanto a fragmentação espacial se revela na e pela paisagem. As palavras mencionadas simbolizam os limites socioespaciais estipulados pela estética, pela localização, pela insegurança, pela condição socioeconômica. Este sentimento é tratado por Silva (2001), ao afirmar que nossas impressões estão ligadas às experiências de espaço, resultado da síntese de diferentes espaços de ordem visual, auditiva, sinestésica, olfativa e térmica. Mas que todos, na relação complexa, estão igualmente modelados pela cultura. A partir da análise do gráfico 7, ou seja, da percepção estimulada dos entrevistados, as palavras que mais representam o Conjunto Habitacional (COHAB-Cavalhada) são “insegurança” e “feio”, sendo que riqueza não teve nenhuma ocorrência.

Outro grupo de entrevistados corresponde a 5 moradores da Vila Monte Cristo. Estes contribuíram, significativamente, para a compreensão da paisagem e de suas transformações recentes. A maior parte dos entrevistados considera a Escola Municipal Monte Cristo como o marco referencial mais importante do lugar onde moram, assim como o hipermercado BIG Cristal. Um dos entrevistados, morador há 8 anos e que trabalha na área central da cidade, depõe sobre a paisagem onde mora: “Quando cheguei, para morar

com a minha família, foi uma grande mudança, pois estávamos acostumados a morar perto do centro. O elemento mais importante da Vila é a Escola Monte Cristo, onde estuda meus filhos que gostam muito. O cemitério é ponto de referência daqui e o símbolo que dou é o da transformação”. (Relato de entrevista fornecido por morador anônimo. Porto Alegre, novembro de 2009). Dois grandes aspectos se destacam nesta fala: transformação e a escola.

A transformação refere-se às mudanças recentes, principalmente, nas proximidades da avenida Monte Cristo onde estão ocorrendo novos conjuntos habitacionais para atender à população de baixa renda que ocupa áreas de risco ou que estão ocupando lotes em condições irregulares e/ou clandestinas na cidade.

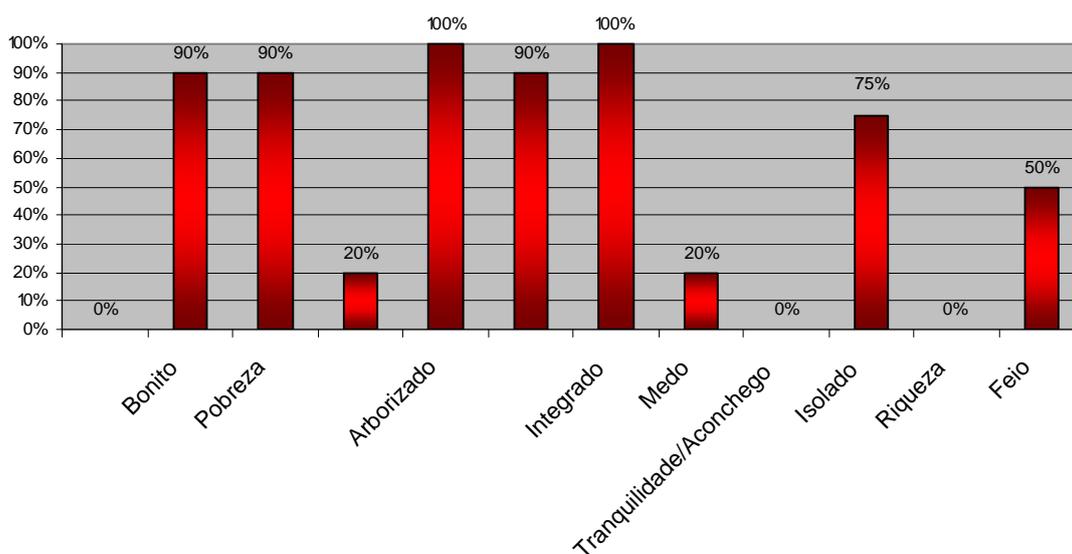
A Escola Municipal de Ensino Fundamental Monte Cristo (figura 82) é citada pela maior parte dos entrevistados como referencial mais importante da paisagem de sua paisagem. Observa-se que, em paisagens onde há sujeitos em situação de vulnerabilidade socioambiental, a escola tem um importante papel na (re)construção de novas redes de segurança, sociabilidade, identidade, solidariedade e até mesmo conforto ambiental. Ela proporciona um espaço de convivência e de práticas culturais, trabalhando com os imaginários da comunidade e, assim, proporcionando novos olhares sobre o mundo.



Figura 82 - Escola Municipal de Ensino Fundamental Monte Cristo.
Fonte: www.websmed.portoalegre.rs.gov.br/escolas, acessado em maio de 2009

Para um dos entrevistados, o significado da paisagem é descrito da seguinte forma: “depende, tem paisagens que não gosto e que dão medo. Aqui perto têm algumas que são assim. Outras transmitem tranquilidade, como por exemplo, o pôr-do-sol”. O sentimento de insegurança, citado pelo entrevistado, refere-se ao domínio territorial dos traficantes que controlam vários “pontos” e ruas nas proximidades de sua moradia. Ele salienta a insegurança que sua família está exposta, principalmente, seus filhos. Outros entrevistados, também, fazem referência à violência gerada pela disputa pelos pontos de venda de drogas. Na maior parte das falas, percebe-se o quanto referenciais subjetivos, como insegurança e medo, estão presentes como marcas na paisagem da Vila Monte Cristo. Apesar dessa relação, outras características destacam-se, conforme o gráfico 8.

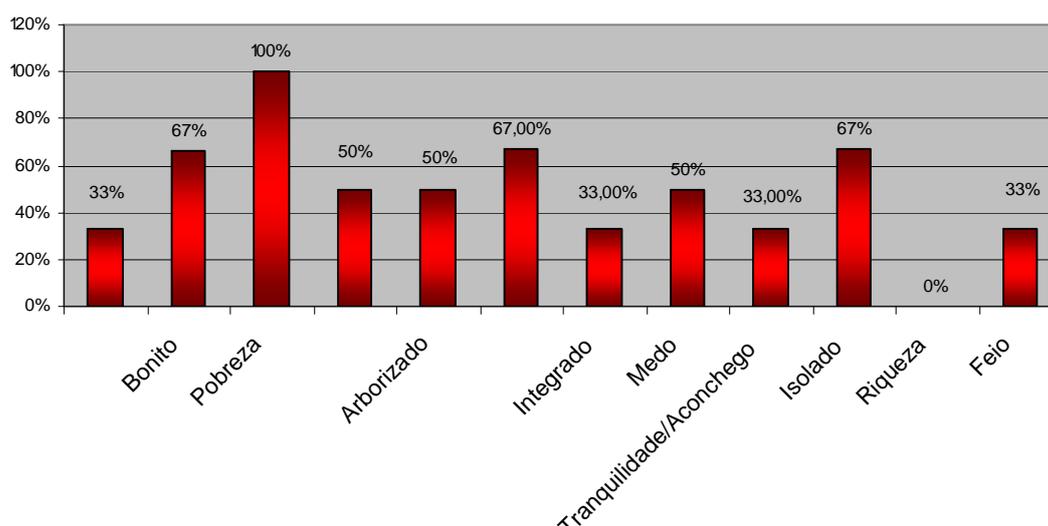
Gráfico 8 - Palavras que identificam a paisagem da injustiça ambiental - Vila Monte Cristo



No gráfico 8, o paradoxo destaca-se na percepção estimulada. A Vila Monte Cristo, para os entrevistados representa a “integração” e o “isolamento”; é “bonita e feia”; além de “insegura e pobre”, é “arborizada”. Assim, acredita-se que integração é estabelecida pelas relações de vizinhança, enquanto o isolamento corresponde à distância do centro de cidade. Os graus de convivência com a paisagem são singularmente estabelecidos e, estas palavras representam desconformidades espaciais que se projetam à medida que se convive com este espaço.

Por fim, a Vila dos Sargentos, localizada no bairro Serraria, é última amostra da percepção da paisagem da injustiça ambiental. Foram realizadas 6 entrevistas e nestas foi destacado que a paisagem onde vivem é considerada insegura, principalmente, nas proximidades de um lugar denominado “perto da padaria”. Na amostra, os entrevistados da Vila dos Sargentos associam a paisagem com natureza. Neste caso específico, as áreas mais arborizadas foram mencionadas como inseguras. O “medo”, em relação a estes espaços, está associado a vários tipos de violências relatadas, como brigas e disputas por pontos de drogas. Embora o medo da “natureza selvagem” tenha diminuído bastante em nossos tempos, visto que é veiculada na mídia uma ideia de natureza fragilizada pela atuação predatória da ação humana, há ainda o “mito” de uma natureza perigosa e que ainda permanece em nosso imaginário. Esse mito fortalece essa relação de insegurança, paradoxalmente, na cidade onde o desenvolvimento técnico-científico e informacional tornou a natureza subjugada à ação humana, porém está associada a um cenário de práticas de violência urbana devido à falta de segurança. Conforme o gráfico 9, a paisagem da Vila dos Sargentos está associada, em muito, com a condição de pobreza, de insegurança, de isolamento e de medo.

Gráfico 9 - Palavras que identificam a paisagem da injustiça ambiental – Vila dos Sargentos



A vida urbana expressa, além do movimento, do ir e vir cotidianamente, uma relação singular com a natureza. Este contato acontece principalmente através das áreas

remanescentes, como reservas, parques ou até mesmo praças. Vivendo em sociedade, o ser humano não estabelece somente relações sociais objetivas entre si, como também, as representam em termos de relações imaginárias. Assim, a paisagem, que muitas vezes é associada à natureza, representa formas idílicas: uma casa no campo, uma tarde com um pôr-do-sol, etc. A paisagem abrange uma ideia de natureza que não está mais presente na cidade. É a natureza não está mais além dos muros da cidade. Ela tornou-se urbanizada, integrada à cidade para compor o civilizado. O todo é urbano. O que existe de natureza presente é integrada ao urbano. (ARGAN, 1992). Este pensamento está pautado nos projetos urbanísticos onde a natureza é utilizada e interpretada de acordo com sua inserção neste projeto urbano. No caso da Cidade Jardim, o conceito de natureza está em acordo com as normas e ações implícitas de seu processo de produção, reproduzindo um imaginário de cidadania de acordo com este projeto.

Os entrevistados do Loteamento Cavahada, consideram o bairro onde estão inseridos, no seu aspecto além-lugar, como “bonito”, com presença de “muito verde” e também com “movimento” quando mencionam a avenida Cavahada. Os entrevistados observam que Ipanema é um “lugar bom para se morar” e outros bairros como Assunção, Conceição e Guarujá correspondem a “lugares nobres”. Contudo, as referências em relação ao bairro Serraria, especialmente, a Vila dos Sargentos foram: “quase a mesma coisa que o Loteamento Cavahada”, e, Monte Cristo, “um lugar muito pobre”. Os entrevistados da Vila dos Sargentos, consideram a Vila Assunção e Conceição como lugares isolados, com muito verde e “chique”. Ipanema e Guarujá representam a “tranquilidade”, Serraria e a Hípica, a “distância”. Por fim, os entrevistados do COHAB Cavahada e Vila Monte Cristo, consideram o entorno bonito, arborizado e que isso expressa a riqueza e o crescimento econômico. A Vila Nova é símbolo das atividades rurais e da vida interiorana da zona sul.

Considerando o que Tuan (2005) coloca a respeito destas questões, quando o homem aumenta seu poder sobre a natureza passa a ter menos medo dela, contudo, é na grande cidade, símbolo da racionalidade e do poder sobre a natureza, que alguns medos permanecem. Para o autor,

O crescimento urbano desordenado, por exemplo, é visto como uma selva, um caos de edifícios, ruas e movimentos rápidos de veículos desorientam e assustam recém-chegados. Mas a maior ameaça, aquela que se destaca em uma cidade, são

as outras pessoas. A malignidade permanece como atributo humano, não mais atribuído à natureza. Certos bairros são evitados por serem povoados por criminosos e bandos de adolescentes. Essas turbas se movem e destroem com a impessoalidade do fogo; elas são “insensatas”, apesar de integradas por indivíduos com mente e juízos – cada com intenção de produzir o caos. (TUAN, 2005:16)

Tuan (2005) nos coloca que uma simples convivência pode resultar em violência e que as autoridades sempre estabeleceram mecanismos de repressão, criando paisagens de punição, a exemplo dos pelourinhos e cadafalsos. Hoje, presenciamos as paisagens dos loteamentos populares que abrigam uma parcela da população que vivia em condições de risco socioambiental. No caso da Cidade Jardim, os Loteamentos Cavallhada, COHAB Cavallhada, e Monte Cristo, singularizam o distanciamento e o preconceito vivenciados através do medo do “outro”. A ordem e a organização social da cidade está referenciada nestes projetos de planejamento. Contudo, a manutenção desta ordem não é possível e outras formas de organização cotidiana se estabelecem no espaço, transformando a paisagem incessantemente. É como Tuan nos afirma:

É um erro pensar que os seres humanos sempre procuram estabilidade e ordem. Qualquer um que tenha experiência sabe que a ordem é transitória. Completamente separada dos acidentes cotidianos e do peso das forças externas, sobre as quais uma pessoa tem pouco controle, a própria vida é crescimento e deterioração: é mudança, senão não é vida. (TUAN, 2005: 17)

Além da insegurança levantada pelos moradores entrevistados, há, também, o preconceito com quem pertence ou está associado a este tipo de paisagem. Para o líder comunitário da Vila dos Sargentos (bairro Serraria), o Sr. Emerson Alves, “as pessoas de fora acham que quem mora aqui serve apenas para serviços braçais, mas não chegam a entrar na vila para fazer uma entrega ou algo parecido. Elas têm medo”. (Relato de entrevista fornecido por Emerson Alves. Porto Alegre, novembro de 2009.) Esta fala é bastante significativa para compreensão das relações que se estabelecem na paisagem: a imagem da Vila dos Sargentos vista pelos “outros”.

No conjunto da paisagem, a visibilidade que se tem dela pela visão do outro, é a do medo. Há um certo estranhamento e uma divisão clara entre “nós” e os “outros”. Quem apenas contempla esta paisagem, ou seja, não a vivencia, acentua as diferenças e os preconceitos e, assim, a Vila dos Sargentos passa a simbolizar uma paisagem do medo e da insegurança. Esta imagem reforça estereótipos identitários na comunidade, sendo que os

moradores passam a ter uma baixa auto-estima com espaço onde moram. O lugar onde mora, o tipo de moradia, o tipo de cultura e classe social onde se está inserido na paisagem, faz parte de uma classificação a partir da qual os sujeitos tentam se identificar num jogo de quem é quem. Este olhar está diretamente ligado ao processo de segregação espacial percebido e vivenciado pelos moradores da periferia da cidade de Porto Alegre, cujas pessoas se definem pelo lugar onde moram e pelos lugares em que frequentam.

Essas tensões de identidade, associadas ao sentimento de pertencimento a uma paisagem que, segundo o Sr Emerson, foi denominada de “insatisfatória” representa uma subjetividade contextual através de significados espaciais. Este é o grande desafio da contemporaneidade: construir uma cidade mais solidária e com menos injustiças socioambientais, uma vez que a organização social estabelecida no paradigma da modernidade os insere como “periféricos”, “criminosos”, “traficantes”, etc porque o todo é reduzido às partes. Pode-se dizer que a “fala” do Sr. Emerson representa textualmente um *excedente de visão* entre sujeito e paisagem. Suas palavras vão além do olhar imediato. O seu discurso retrata uma exposição, uma vitrine, um jogo de olhares, a exposição para quem observa. A imagem interna reflete a imagem externa. Para designar a si próprio e o espaço onde estão inseridos, as falas dos entrevistados expressam imagens simbolizadas pelos olhares dos outros que os vêem e os confundem com o fundo da paisagem onde estão inseridos. Essa compreensão é expressa por Bakhtin (2003), quando o autor coloca que o excedente de visão, de conhecimento e de posse se faz presente em face do olhar outro indivíduo que é condicionado pela singularidade e pela insubstituíbilidade do espaço em que ocupa no mundo, pois em um determinado instante e espaço, o sujeito é o único a estar situado nesse conjunto de circunstâncias e todos os outros estão fora dessa relação.

Apesar dos moradores entrevistados da Vila dos Sargentos, que ocupam as encostas da Ponta da Serraria e as margens do Lago Guaíba (figura 83) indicarem os Arcos de Ipanema e o Calçadão como referenciais da paisagem da Orla do Guaíba a serem conhecidos por visitantes, foi mencionado, também, que há um espaço importante e que merece destaque, pois trata-se de uma singularidade da paisagem na Vila dos Sargentos: a Pedra da Vovó, representada na figura 84.

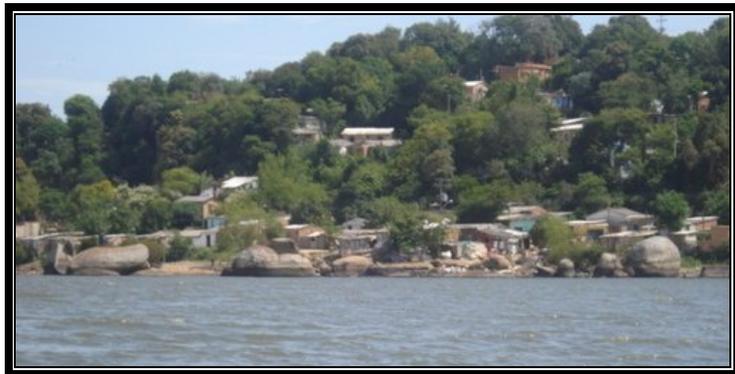


Figura 83 - Vista parcial do lado oeste da Vila dos Sargentos.
 Fonte: www.panoramio.com. Acessado em 15 de maio de 2009.

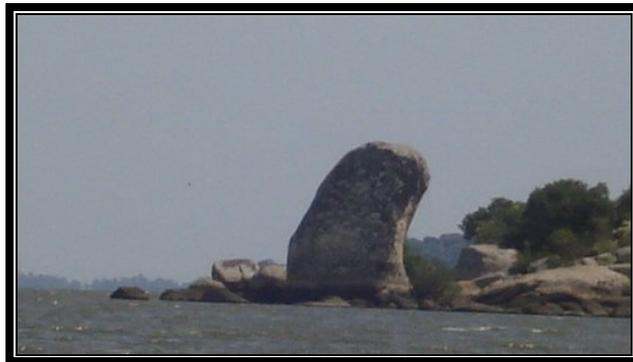


Figura 84 - Vista da denominada "Pedra da Vovó"
 Fonte: www.panoramio.com. Acessado em 15 de maio de 2009

4.1.5 O lugar e o além-lugar na paisagem liminar

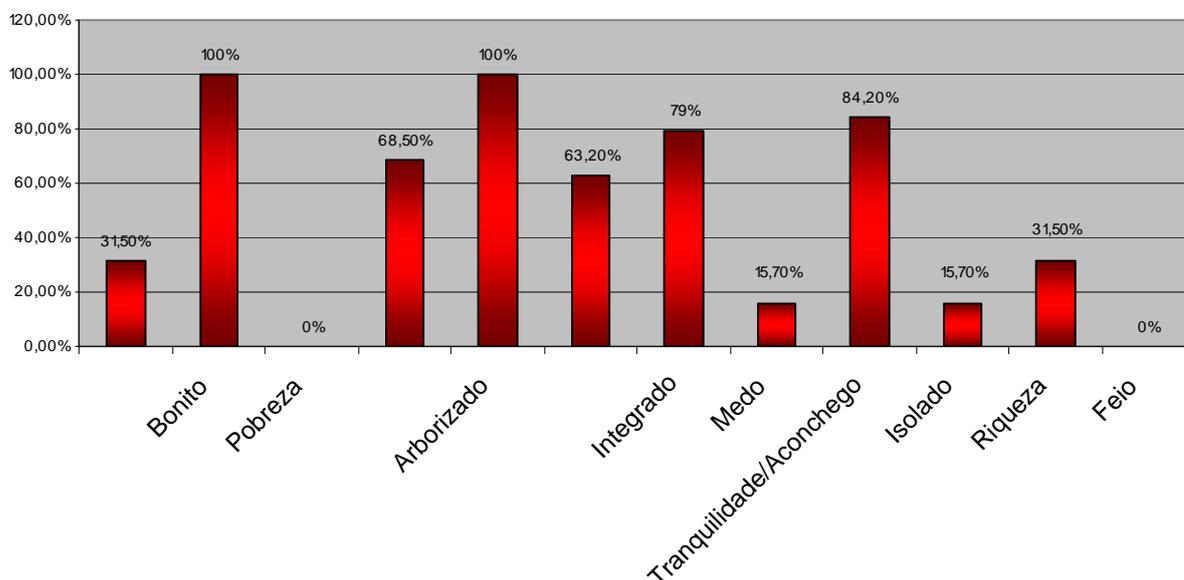
Foram realizadas 20 entrevistas com moradores e frequentadores da Orla do Guaíba.(figura 85). Uma das impressões que mais expressam a paisagem liminar é o calçadão e os Arcos de Ipanema, o pôr-do-sol e a presença do verde em todo espaço. Foi muito destacada a arborização das ruas, além das praças que são bem frequentadas durante o dia, principalmente nos finais de semana, além do Veleiros do Sul e os bares e restaurantes junto à avenida Guaíba. Nas falas dos entrevistados, a Cidade Jardim, enquanto paisagem homogênea, ganha corporeidade onde a visão de mundo dos técnicos de planejamento da cidade passa a ser sustentada pelo modelo racionalista e orientam o modo de vida urbano.



Figura 85 – Vista do Calçadão de Ipanema. Março de 2010

Foto: Cláudia Pires

Gráfico 10 - Palavras que identificam a paisagem liminar – Orla do Guaíba



As palavras, da percepção estimulada, representadas no gráfico 10, revelam os atributos que correspondem a determinados lugares no conjunto da paisagem liminar. De acordo com as respostas emitidas, a Orla do Guaíba é considerada “bonita”, “tranquila”, “integrada” e “arborizada”, mas também é “insegura”, principalmente, à noite. Foi

mencionado que há “praças por toda parte”. Este conjunto de palavras revela o quanto a Orla do Guaíba dispõe de elementos de integração socioespacial. A paisagem é considerada, pelos frequentadores entrevistados, tranquila, segura e tipicamente residencial, embora junto à avenida Guaíba haja uma concentração de bares e restaurantes que geram muito movimento, principalmente, nos finais de semana. O conjunto desse universo de representações socioespaciais é agregado à identificação do sujeito com esta paisagem em construção e movimento. A construção espacial da paisagem, os símbolos vernaculares, os pontos de vistas nos modos de viver e de contar a vida urbana constituem um emaranhado de fios que uma cidade por si só cria e, assim, tece sua estética.

Para os entrevistados, o além-lugar possui as seguintes características: a Vila Nova representa o “campo, o rural, é parada no tempo”; Cavahada representa o “movimento, a desorganização, o comércio”; Assunção e Conceição representam a “beleza da zona sul, e ao mesmo tempo, a desigualdade (diferença entre ricos e pobres)”; Loteamento Cavahada, COHAB, Monte Cristo e Serraria representam a “insegurança e pobreza da zona sul”; Tristeza é “o símbolo do desenvolvimento”, a Hípica, “a distância e o crescimento populacional” e Morro do Osso se destaca pela beleza cênica: vista da cidade, muito verde, mas inseguro.

Observa-se, nestas falas e no gráfico 10, o quanto as impressões correspondem a um juízo de valor perceptivo e supõe algumas experiências e comparações. Elas vão sendo concretamente construídas e estimuladas pela vivência urbana. Cabe ressaltar que os entrevistados ficaram, em muitos momentos, pouco à vontade para falar de determinados lugares. Contudo, ao ser pontuado determinados espaços, logo a informação desencadeia as reflexões. Aos poucos, a paisagem ganha sentido e uma configuração territorial a partir da visão dos sujeitos. Os saberes espaciais, localmente experienciados, revelaram-se demasiadamente complexos porque estão imersos dentro de realidades sociais, políticas, culturais, econômicas, estéticas, etc cujos discursos estão articulados com determinado tipo de pessoa entrevistada.

A instância simbólica revela-se na perspectiva de um desejo de paisagem idealizada ou com a sua negação, ou seja, no estranhamento em relação aos outros. As imagens que se apresentam abrem, na perspectiva da percepção, um caminho dialógico: a possibilidade de

discutir essas representações com o poder público e assim encaminhar as mudanças desejadas. Estes “textos” reúnem a representação de mundo vivido e qualificam a paisagem transformando-a em um espaço significativo de possibilidades transformadoras. Assim, o lugar e o além-lugar conferem, por meios concretos e simbólicos, os aspectos significativos do conteúdo da paisagem por inclusão e/ou exclusão de elementos que tem uma atuação e um limite visual. Isto foi verificado nas falas dos entrevistados dos bairros Guarujá, Serraria, Espírito Santo e Hípica. Inclusive, chama a atenção desses “textos” em relação a outros lugares que não são de moradia. O além-lugar passa a ser uma extensão do localmente vivido e inscreve uma relação experienciada com a paisagem com uma certa totalidade. Assim, cabe ressaltar o trabalho de Milton Santos quando fala da totalidade espacial (1999). A totalidade, distante de nossa apreensão empírica, passa a ter sentido e adquire forma conceitual quando “frações” ou elementos que apreendemos dentro do espaço constituem uma medida *relacional*, ou seja, adquirem um valor relativo dentro de um sistema mais amplo. Para Santos,

A noção de totalidade é uma das mais fecundas que a filosofia clássica nos legou, constituindo um elemento fundamental para o conhecimento e análise da realidade. Segundo essa ideia, todas as coisas presentes no Universo formam uma unidade. Cada coisa nada mais é que parte da unidade do todo, mas a totalidade não é uma simples soma das partes. As partes que formam a Totalidade não bastam para explicá-la. Ao contrário, é a Totalidade que explica as partes. A Totalidade B, ou seja, o resultado do movimento de transformação da Totalidade A, divide-se novamente em partes. As partes correspondentes à Totalidade B já não as mesmas partes correspondentes à Totalidade A são diferentes. As partes de A ($a^1 a^2 a^3 \dots a^n$) deixam de existir na Totalidade B; é a Totalidade, e apenas ela, que explica suas próprias partes, as partes de B ($b^1 b^2 b^3 \dots b^n$). E não são as partes de $a^1 a^2 a^3 \dots$ que se transformam em $b^1 b^2 b^3 \dots$, mas a totalidade A que se transforma em totalidade B. (SANTOS, 1999: 93)

A totalidade representa a complexidade, ou seja, é mais do que a soma de suas partes. A questão neste contexto imediato é trazer à discussão da paisagem considerações que Milton Santos (1999) fez com relação à noção de espaço espacializante e espaço espacializado. Esta ideia é importante porque a totalidade, enquanto um movimento real, aparece como um momento da totalização que está em curso, ou seja, não há totalidades estáticas, mas em movimento. O espaço espacializado é passado, o espaço espacializante é presente. Cada qual, ao seu tempo, dá origem e explica o outro.

O movimento desta totalidade interessa à construção dialógica porque a totalização (espaço em movimento), representada pela paisagem, revela-se através de conflitos. E é nesta condição que Dardel especifica uma questão importante para a relação sujeito/espaço dentro da paisagem quando afirma que o “espaço terrestre aparece como a condição de realização de toda realidade histórica, como aquilo que lhe dá corpo e atribui um lugar a cada coisa existente”. (DARDEL: 1952: 59). Este é ponto de conexão entre Milton Santos e Eric Dardel, a paisagem fala através do corpo enquanto condição ontológica. A corporeidade ganha identidade na qual o sujeito se inscreve no espaço e a paisagem (percebida pelo olhar e objetivada pela estética) representa este sujeito no espaço e o apresenta para o mundo. Sujeito e paisagem ganham corporeidade e “falam” desta relação através da percepção. Cada sujeito é um *fragmento* desta totalidade, uma maneira de ser. Ele reproduz o todo e ganha sentido e existência em relação a este através de suas formas.

A Cidade Jardim não representa uma totalidade espacial, mas sim uma totalização qualificada por um projeto político e significada pelas paisagens que a compõem. A reunião de elementos que constituem uma paisagem homogênea para o Plano Diretor de Porto Alegre representa planos e intervenções políticas idealizadas, mas está sujeita aos eventos e as ações de seus atores sociais. As tensões produzidas no espaço devem ser discutidas para idealizar novos projetos. Para Ítalo Calvino:

Aquilo que os modelos procuram modelar é sempre um sistema de poder [...] o que conta verdadeiramente é que acontece apesar deles: a forma que a sociedade vai tomando, lentamente, silenciosamente, anonimamente, nos hábitos, no modo de pensar e de fazer, na escala de valores (CALVINO, 1983: 112-113)

Muitas destas questões de estranhamento e de não-reconhecimento do outro podem ser superadas através da educação. À medida em que a escola passa a ser um instrumento para debater a “geograficidade” produzida pela sociedade, os discursos ideológicos, também, se renovam e com isso, poderemos ter uma transformação socioespacial e a construção de uma cidade mais solidária, pois modificará os símbolos que a representam. Essa construção dialógica pode ser o motor para o reconhecimento do lugar e além-lugar na projeção da paisagem, recriando o movimento socioespacial. A mudança é ao mesmo tempo sinérgica: sujeito e espaço.

Este movimento socioespacial se transformará quando o conjunto de objetos e de ações também mudar. Essa mudança gira em torno de uma nova constituição espacial ligada ao que Milton Santos denomina de psicofera. Para o autor,

A psicofera, reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno da vida, fornecendo regras à racionalidade ou estimulando o imaginário. Ambas – tecnosfera e pscoesfera – são locais, mas constituem o produto de uma sociedade bem mais ampla que o lugar. Sua inspiração e suas leis têm dimensões mais amplas e mais complexas. (SANTOS, 1996: 204)

A paisagem é uma grandeza social. Na escala do sujeito, ela traduz-se através de significados culturais que se diferenciam na forma, na imagem, na cor, na duração (efemeridade), na disposição no espaço, etc. Portanto, a complexidade espacial da paisagem equivale a uma narrativa interpretável. Para Baudrilhard (1972), cada um sabe-se, no fundo, se é que não se sente, julgado pelos seus objetos, julgado segundo seus objetos, e cada um, no fundo, submete-se a este juízo, mesmo que seja pela negação.

A leitura de Baudrilhard sobre esta relação é importante para a escala da paisagem utilizada nesta tese, pois o constrangimento social legitima-se no plano social/cultural/espacial, fazendo com que classes médias e altas invistam muito no universo privado, no enclausuramento por muralhas, cercas elétricas, *shoppings*. A paisagem configura uma estilização ancorada no medo do outro. Nesse sentido, os jardins passam a compor a estética desses valores, demonstrando espacialmente as regras do jogo para que nela possa-se inscrever a *paisagem discriminante*. É como na telas de Magritte, os olhares são enquadrados: julgo através do que observo. A janela não olha. Quem olha é o olho, através da janela. O ato de ver, de olhar, não é só olhar lá fora. Não é só o olhar para o visível, mas também para o invisível. De certa forma, isso é chamado de imaginário.

Observa-se que a trama urbana tem relação direta e indireta na interpretação de elementos da paisagem, ou seja, formas e texturas produzidas no espaço criam um elo de comunicação. As narrativas revelam isso, pois falam de uma cidade que está em transformação, mas que conta com seus tecidos históricos, morfológicos e, também, utópicos. Isso nos caracteriza como sujeitos em processo. É como nos aponta Silva:

A cidade, assim, corresponde a uma organização cultural de um espaço físico e social. Enquanto tal, uma cidade tem a ver com a construção dos seus sentidos.

Haveria, vários espaços que pontuo deste modo em uma divisão fundamental: um espaço histórico, que se relaciona com a capacidade para entendê-la em seu desenvolvimento e em cada momento; um espaço tópico em que se manifesta fisicamente o espaço e sua transformação; um espaço típico que se relaciona com a percepção do corpo humano, com o corpo da cidade e com outros objetos que o circundam, e outro não menos importante, o espaço utópico, onde observamos os seus imaginários, os seus desejos, as suas fantasias, que se realizam com a vida diária. (SILVA, 2001: 77)

A paisagem não se faz, apenas, pelas ações concretas no espaço (forma, estrutura e função), mas também através de suas expressões e desejos de um determinado tipo de cultura. Por isso, necessita-se conhecer os símbolos que a representam, pois através deles poderemos compreender os planos de sobreposição que a cidade produz. O olhar e suas implicações ressignificam o ver ou não ver em um mundo saturado de imagens e, também, a importância das emoções como elemento transformador da realidade - se é que ela é a mesma para todos.

5. O CAMINHO DA COMPLEXIDADE COMO POSSIBILIDADE DIALÓGICA PARA TECER UMA CIDADE MAIS SOLIDÁRIA

A complexidade é um dos princípios articuladores desta tese cuja proposta foi de realizar leituras da geografia da Cidade Jardim a partir da paisagem. Essa leitura, sem dúvida, passa pela construção de um circuito interativo com as relações entre sociedade e natureza, materializadas por ações que reconstituem saberes e diversidades de apropriações espaciais. Conforme Edgar Morin:

A complexidade se impõe primeiro como impossibilidade de simplificar: ela surge lá onde a unidade complexa produz suas emergências, lá onde se perdem as distinções e clarezas nas identidades e causalidades, lá onde as desordens e as incertezas perturbam os fenômenos, lá onde o sujeito-observador surpreende seu próprio rosto no objeto de sua observação, lá onde as antinomias fazem divagar o curso das racionalizações (MORIN, 2003: 156).

A partir dessa perspectiva, não se pode conceber uma análise através da apreensão holística da realidade, ou seja, apreensão global das relações que se processam no espaço e que podem conduzir a uma generalização e simplificação da realidade. A paisagem revela-se pelas dinâmicas espaciais decorrentes de interações complexas entre sociedade e natureza. Buscando uma compreensão mais qualificada da relação sociedade/natureza, sendo que a sociedade se integra a partir da condição individual, social e biológica. Esta relação não se apresenta de maneira dissociada e, para Morin (2003), a dissociação dos três termos: indivíduo/sociedade/espécie desfaz a sua relação permanente e simultânea. Assim, o desafio consiste em interrogar aquilo que desapareceu na dissociação que é a própria relação. Não significa que, no recorte da investigação, deva-se reduzir o social ao biológico ou vice-versa, mas conceber o sujeito a partir de um conceito integrado, como expressado por Morin.

Esta ideia constitui um princípio norteador para esta tese, diferenciada do que vem sendo assumida, há muito tempo, como prática científica na Geografia: analisar as questões de forma isolada - as ciências naturais deixaram de lado a apreensão da realidade

juntamente com a questão cultural, e as ciências humanas deixaram de lado, simultaneamente, a dimensão física das ciências naturais. A partir dessa concepção fragmentada das disciplinas no mundo da formação acadêmica e das informações, o mundo ficou dividido entre as ciências que estudam a natureza e as ciências que estudam o homem e sociedade, constituindo uma visão fragmentada de mundo. Este pensamento persiste tanto no campo tecnicista dos gestores e planejadores do espaço quanto no meio acadêmico. O PDDUA de Porto Alegre, apesar de indicar a promoção da integração das funções urbanas como diretriz do projeto urbano para a cidade, ainda não consegue integrar os sujeitos em suas discussões e decisões técnico-científicas. Muitas falas das lideranças comunitárias fizeram referência à falta dessa interlocução com os gestores públicos quando mencionaram que conheciam pouco sobre as políticas públicas para a gestão da cidade. Este distanciamento é percebido, também, em relação ao conhecimento científico produzido na Universidade, onde muitos estudos dicotomizam os saberes: de um lado é enfatizado somente o conhecimento socioantropológico, de outro, é enfatizado, somente, a compreensão das relações dinâmica da natureza.

Teoricamente, busca-se um princípio que possa articular o entendimento das relações sociedade/natureza na paisagem, superando as dicotomias da ciência moderna. Entende-se que a natureza possui uma identidade própria, uma essência que independe das relações humanas, e que sua interpretação material e simbólica depende dos olhares humanos sobre a superfície terrestre. A paisagem representa a cultura, que na perspectiva proposta por Eric Dardel, significa o movimento humano, sua ação e obra, sobre esta superfície. A cultura, expressa por Morin (2002), caracteriza as sociedades humanas, é organizada/organizadora via a cognição da linguagem, representa os conhecimentos individuais e coletivos adquiridos, das competências aprendidas, das experiências vividas, da memória histórica, das crenças míticas de uma sociedade. Muitos sujeitos entrevistados enfatizaram, por exemplo, o medo que sentem da natureza, especialmente, os moradores da Vila dos Sargentos, no bairro Serraria. Nas suas “falas” a presença da natureza é considerada um perigo constante porque há risco de deslizamentos, como também, é utilizada para “esconderijo” de traficantes e em situações de violência. Já na Vila Assunção presencia-se o paradoxo: a presença da natureza está associada à tranquilidade, a ideia de paisagem enquanto cenário. Estas ideias correspondem a exemplos de significação cultural

da natureza presentes nesta tese, que foi condicionada pelas condições sociais e o modo pelo qual a vida urbana experienciada.

A partir do capital cognitivo, a cultura impõe as regras/normas que organizam a sociedade. Essa discussão, proposta por Morin, é importante para tratar do caminho da percepção deste trabalho, que envolve a análise da expressão fenomênica e subjetiva das paisagens da Cidade Jardim. A cultura, na leitura de Morin, abre e fecha as potencialidades *bioantropológicas* de conhecimento, ou seja, ela fornece aos sujeitos o saber acumulado, a sua linguagem, a sua lógica, seus caminhos de aprendizagem, ao mesmo tempo impondo regras, tabus, proibições, etc. Essas relações interferem na percepção dos diferentes sujeitos. Segundo Morin,

A percepção das formas e das cores e a identificação de objetos e dos seres obedecem à conjunção de esquemas inatos e de esquemas culturais de reconhecimento. Tudo o que é linguagem, lógica, consciência, tudo o que é espírito e pensamento, constitui-se na encruzilhada de dois poliprogramas, ou seja, no processo ininterrupto de um anel bio-antropo (-cerebro-psico)-cultural. (MORIN, 2002: 22)

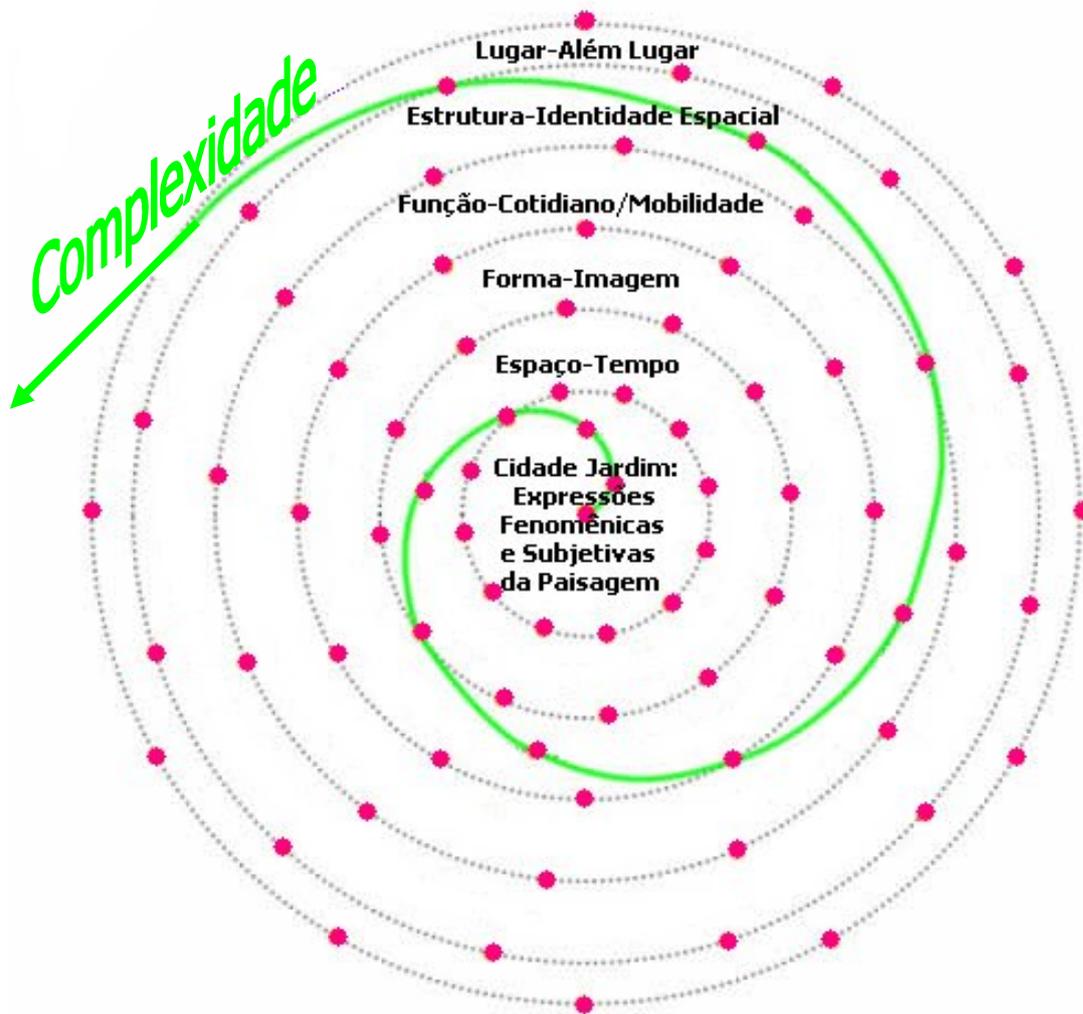
Estas questões são importantes para o tratamento da percepção nesta tese, pois Morin (2002) nos coloca que o conhecimento não faz parte somente de um cérebro, de um corpo ou de um espírito numa dada cultura, mas ele é gerado de maneira bio-antropo-cultural em um espírito/cérebro em um *hic et nunc*. O *aqui e agora*, nesta tese, representou a espacialidade do cotidiano que, na leitura de Milton Santos (1999), representa a 5ª dimensão do espaço, ou seja, o mundo ao redor. Esta relação foi importante na apreensão subjetiva da paisagem, onde se observa que as situações geográficas criam-se e recriam-se a partir de eventos atuais, absolutos, individualizados, coletivos, sucessivos e sobrepostos. A condição finita do homem em sociedade se manifesta em um tempo – evento ou agora (*nunc*) – e no espaço – aqui (*hic*) -, sendo o tempo, o intérprete da realidade dos objetos.¹

¹ A partir da releitura de Milton Santos (1999), considera-se que não se pode deixar de lado a discussão que realiza com relação ao tempo (eventos) e o espaço. Para o autor, os eventos são todos presentes e correspondem à matriz do tempo e do espaço, cujo lugar será o depositário final e obrigatório dos eventos. O evento é um instante do tempo em um ponto do espaço. À luz de Bachelard, Milton Santos também aconselha a considerar o instante, como um ponto do espaço-tempo, onde se dá a união do lugar com o presente. *Hic et nunc* é a expressão que se vale. O instante não é aqui e amanhã, não é lá e hoje, mas, sim, o aqui e agora. O evento temporaliza o *nunc* e localiza o *hic*.

Estas ideias foram importantes, pois a paisagem, nesta tese, representa a extensão, a sobreposição e a escala entre o lugar e além-lugar, condição necessária para reconhecer que o evento ocorre no lugar e no instante em que é possível realizar seu (re)conhecimento, portanto, uma realização incompleta. A paisagem (espaço-evento) revela-se pelo presente, não sendo apenas um depósito de signos, memórias, ou acumulação de tempos. O seu (re)conhecimento depende de um sujeito que está articulado a vários centros-sujeitos de referência ligados a uma instância cultural complexa. Isso significa que a ideia mais simples que faço do espaço representa uma complexidade bioantropológica e de uma hipercomplexidade sociocultural. Para Morin,

O conhecimento está ligado, por todos os lados, à estrutura da cultura, à organização social, à práxis histórica. Ele não é apenas condicionado, determinado e produzido, mas é também condicionante, determinante e produtor (o que demonstra de maneira evidente a aventura do conhecimento científico). E, sempre e por toda a parte, o conhecimento transita pelos espíritos individuais, que dispõem de autonomia potencial, a qual pode, em certas condições, atualizar-se e tornar-se um pensamento pessoal. (MORIN, 2002:27)

O campo de compreensão conceitual referiu-se a um conjunto de discursos que integram conceitos relevantes no domínio geográfico e das narrativas oriundas de práticas socioculturais. A figura 86 representa este movimento:



Campo Teórico-Metodológico

→ Princípio da Complexidade

Figura 86: Campo Conceitual da Paisagem na Cidade Jardim
Organização: Cláudia Pires

A espiral representa o movimento desta complexidade espacial onde os centros-sujeitos foram identificados na relação espacial na Cidade Jardim. Esta relação é considerada una e múltipla e constituiu-se através da percepção fenomênica e subjetiva da paisagem, perpassando pelo campo dialógico-conceitual que compreende: espaço-tempo, forma-imagem, função-cotidiano/mobilidade, estrutura-identidade espacial e lugar-além lugar. Este campo dialógico-conceitual integra o caminho metodológico (hermenêutico), representado pelos círculos concêntricos abertos – que corresponde aos princípios contraditórios de forma não linear e única, onde cada ponto representa os centros-sujeitos e indicam o movimento da totalidade espacial. O princípio da complexidade foi perpassando estes conceitos através da hermenêutica, formando, assim, o campo da interpretação das geograficidades.

Na leitura de Morin (2005), a compreensão pode e deve participar de diversos tipos de conhecimentos, tais como científicos, psicológicos ou sociológicos. Este princípio é denominado pelo autor de hipercomplexo e está implicado e sobreposto de maneira não apenas inseparável, mas de forma corrente e antagônica como idealizado na seguinte relação:

- ❖ O uno, o duplo, o múltiplo;
- ❖ O cêntrico, o policêntrico, o acêntrico;
- ❖ O especializado, o poliárquico, o anárquico;
- ❖ O especializado, o policompetente, o indeterminado;
- ❖ A causa, o efeito;
- ❖ A análise, a síntese;
- ❖ O digital, o analógico;
- ❖ O real, o imaginário;
- ❖ A razão, a loucura;
- ❖ O objetivo, o subjetivo;
- ❖ E, para começar e terminar, o cérebro e o espírito.

A concepção complexa de Morin (2005) está inter-relacionada através dos princípios dialógico, recursivo e hologramático. O primeiro (dialógico) define-se pela associação complexa de um determinado fenômeno cujas instâncias necessárias para sua

compreensão devem estar articuladas de forma complementar, concorrente, antagônica. O segundo (recursivo), trata-se de um processo cujos efeitos ou produtos são, ao mesmo tempo, causadores e produtores de um circuito auto-produtivo e auto-organizado. O terceiro (holograma) demonstra que a realidade física de um determinado tipo de organização pode regenerar o todo através da parte, pois cada uma contém e está contida nesta relação.

O olhar técnico-científico (composto pelas análises tecnicistas dos gestores/planejadores e pelas análises acadêmicas pautadas pelo conhecimento da ciência geográfica) e o olhar subjetivo dos sujeitos sociais que constituem a experiência espacial na paisagem devem encontrar-se a partir da concepção complexa. Penso que esta questão conceitual é inerente e ontológica para uma construção dialógica entre técnicos do poder público, da ciência e da comunidade. O poder público – como instância técnica e educacional – pode ouvir e discutir com as comunidades possibilidades de transformação do espaço, pois os sujeitos materializam nele suas relações e criam “realidades” através de símbolos e representações. Um exemplo marcante foi citado nas falas de entrevistados quando referiam-se ao COHAB Cavahada como o “planeta dos macacos”. Que tipo de imaginário está associado a este tipo de representação? Representação baseada na diferenciação étnico-cultural? Étnico-social? Étnico-espacial? Ou ambas diferenciações? É complexo analisar esta fala de maneira isolada, pois a análise do discurso, conforme Fischer (2001), não é a mesma coisa que analisar um documento, pois estamos diante da manifestação de um sujeito que se defronta com um determinado lugar. Ele não é um sujeito em si, idealizado, essencial, mas é ao, mesmo tempo, falante e falado, pois através dele outros ditos se dizem.

Pode-se dizer que a estética e a geograficidade local do conjunto residencial contribui muito para “falar” desta paisagem. Os prédios degradados, a condição social e étnica, assim como a violência local por disputa de pontos do narcotráfico faz criar uma imagem, uma identidade estereotipada por estranhamento, e por não conhecimento das relações vivenciadas no espaço. Por isso, propõe-se que as visões de mundo se reencontrem em um espaço-tempo, onde os espelhos da cidade em construção possam confrontar-se como colocado na perspectiva de Morin

A proposta de diálogo entre poder público, comunidade e conhecimento técnico-científico (acadêmico) não pode ser considerada como um projeto de “salvação” dos problemas socioespaciais. Percebe-se que problematizando o momento, o tempo e o espaço através da paisagem, é possível “desterritorializar” o lugar e o além-lugar e, assim, conferir possibilidades de ações futuras.

A cidade, por si só, representa o convívio conflituoso com o outro e a paisagem. Inclui-se nessa relação, onde, ao mesmo tempo, ela representa uma possibilidade de ampliar os estudos urbanos ao focar as transformações socioespaciais através do diálogo entre saberes e na apreensão do “excedente de visão” proposto por Bakhtin. É interessante resgatar a “fala” do Sr. Emerson ao descrever sua percepção da paisagem onde vive. Ao falar sobre o preconceito dos outros em relação aos sujeitos moradores da Vila dos Sargentos, ele atrelou essa relação ao cenário onde vive, ou seja, a estética, a desorganização, a violência e a falta de infra-estrutura que representam os elementos predominantes da paisagem, sendo que isso faz com que o sujeito seja o plano de fundo confundindo-o com a paisagem.

Aquilo que se percebe e compreende-se espacialmente pode desencadear o exercício da cidadania e, por isso, as falas não podem estar pautadas no sujeito racional, crítico e consciente, tal como concebido pelo pensamento moderno (cartesiano). Não se pode recusar as diferentes formas de convívio, como expressa Morin ao dizer que temos que compreender que os seres humanos são sujeitos instáveis, alguns com melhores possibilidades que outros, com múltiplas personalidades potenciais e que depende dos acontecimentos, dos acidentes que lhes sucedem e que podem liberar algumas delas. Ao refletir sobre o papel do geógrafo nesta perspectiva, verifica-se a implicação que estamos habituados a realizar, baseados numa racionalidade pautada nos paradigmas modernos (método de pensar as partes, os recortes e de que o todo será um dia compreendido e de que possui uma existência real) e que nos limita a compreender a consciência de mundo vivido. Nesse sentido, é necessário convergir a discussão do espaço juntamente com os sujeitos, organizações e lideranças comunitárias para serem protagonistas na construção de uma gestão participativa.

A contextualização das “falas” e das impressões subjetivas tornou-se muito importante para conhecer as geograficidades estabelecidas nas paisagens. Isso foi pontuado, em muitos entrevistados, ao retratarem as imagens, os marcos de diferenciação, os sentimentos em relação a sujeitos e aos objetos como significados espaciais. A paisagem, enquanto conceito, foi reconhecida e diferenciada através desses indicadores, já que para a quase totalidade dos entrevistados, ela significa “natureza”, “paz” e “tranquilidade”.

Os conflitos concretos e simbólicos colocaram-se frente a frente nas paisagens da injustiça ambiental com as paisagens de acumulação. Entre tantos relatos, destacam-se as percepções dos entrevistados do Conjunto Habitacional Cavahada (COHAB), onde a alterpercepção do entorno foi ao encontro de uma “estética organizada, rica e limpa” e na autopercepção a visão dos outros também se refletia na imagem desta paisagem quando mencionava a comparação do COHAB com “a cidade dos macacos”. Mais interessante ainda, é que os entrevistados que correspondiam à paisagem da acumulação, não reconheceram e não perceberam, mesmo em áreas próximas, a existência de paisagens consideradas, nesta tese, de injustiça ambiental, ou seja, estes sujeitos e espaços eram invisíveis. O espaço construído pelos sujeitos reflete as relações que se fazem e impõem-se através dos pontos de vistas, onde interesses e referenciais de vida e conduta determinam-se pela posição que ocupam no mundo, transformando-o ou conservando-o. A atuação do poder público, aliado com as demandas das comunidades pode ser o elo de relação para futuras intervenções espaciais, considerando as utopias da comunidade. Suas consciências de mundo revelam o sentimento de pertencimento espacial e a significação dada aos sujeitos e objetos defrontados ou não.

Nesse sentido, torna-se necessária à construção de políticas públicas que possam compreender a gênese de conflitos socioespaciais, demonstrando como o sujeito posiciona-se no espaço e o disputa como realização de sua existência. Significa incorporar no processo de gestão das cidades, percepções de mundo que possam tratar, principalmente, de interesses populares, tornando a “fala” desses sujeitos em agenda na construção de políticas públicas, através da combinação das diferentes percepções e dos pontos de vistas das paisagens em construção, envolvendo técnicos da prefeitura, da academia, das lideranças comunitárias, moradores e frequentadores locais.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura das expressões fenomênicas e subjetivas consistiu em interpretar como a paisagem é percebida e vivenciada por diferentes sujeitos e seus papéis sociais frente às condições e aos elementos do ambiente, e como este processo reflete na ação sobre o espaço. Percebe-se que nas paisagens existem uma complexidade singular que dá forma às diferentes variáveis que atuam no espaço. Estas podem ser reconhecidas, muitas vezes, pela funcionalidade/identidade e pelos elementos que possuem um determinado tipo de organização. No entanto, a ideia de paisagem não pode determinar as características de forma contínua, pois o tempo e o espaço contribuem para sua constante modificação. Cada paisagem contém significados que a diferenciam. Para Relph (1979), qualquer paisagem é diferente e ao mesmo tempo possui similaridades com outras paisagens, porque estão compelidas a serem em parte compostas por objetos e formas similares e nós as vemos através dos mesmos olhos e com os mesmos preconceitos.

Nesse sentido, a percepção da paisagem revelou-se através de conflitos e condições ambientais consideradas, por exemplo, intoleráveis por partes de quem pesquisa, porém aceitáveis por parte das comunidades locais que foram analisadas. O caminho da percepção permitiu avaliar muitos desses conflitos no contexto da paisagem, contribuindo para o discernimento de sua diferenciação espacial, num movimento contínuo de (re)criação de espaços. Merleu-Ponty (2000) coloca que o espaço, este não é considerado um ambiente onde as coisas estão dispostas, mas sim o meio, onde a posição das coisas revela as conexões possíveis. Nesse sentido, o mundo torna-se a condição espacializada e espacializante do meu corpo. A grandeza espacial explica-se pelas estruturas corporais que correspondem à camada geral de sensibilidade, da qual o corpo e as coisas participam. Para Merleu-Ponty, o mundo é um projeto inacabado através do corpo enquanto potencialidade desse mundo. O mundo, na sua experiência imediata, é uma relação *carнал*, ou seja, é a posição entre o corpo e as coisas deste mundo, cuja visibilidade se baseia no próprio corpo¹⁰. Na leitura de Merleu-Ponty, “a

¹⁰ Carvalho (2009), em seu artigo Paisagens da Compreensão: Contribuições da Hermenêutica e da Fenomenologia para uma Epistemologia e da Educação Ambiental, aborda o conceito de paisagem a partir de uma perspectiva de engajamento e pertencimento ao “corpo do mundo” fundamentada em Tim Ingold e Merleu-Ponty. A proposta de engajamento está ancorada na contraposição à externalidade que configura o

paisagem é inundada pelas palavras como por uma invasão, ou seja, representa uma variedade da fala, e falar de seu “estilo”, é usar uma metáfora”. (MERLEU-PONTY, 1992:150). Há uma reversibilidade daquele que vê e daquilo que é visto, assim como no ponto em que se cruzam, recaindo sobre a percepção. A experiência só é possível porque as coisas são sensíveis e porque há uma dimensão carnal do mundo na qual o corpo está envolvido. O modo de ser no mundo se dá a partir da atuação do corpo no espaço. Para o referido autor, ao questionar se o corpo é coisa ou ideia, ele analisa que não é nem uma nem outra e, sim, o mensurador de todas as coisas.

Na leitura de Carvalho (2009), aquilo que somos depende muito dos que estão a nossa volta. Contudo, para a referida autora, antes que uma determinação de uma consciência livre possa escolher, somos frutos da tradição de sentido na qual estamos inseridos. À luz de Ingold, Carvalho considera a paisagem como horizonte de convergência de corpos e organismos humanos e não-humanos com o ambiente que os engloba, onde paisagens não compreendem cenários pré-existentes a espera de sua ocupação. Seguindo esta linha filosófica, a paisagem, ao ser considerada a carne do mundo ou corpo do mundo, na perspectiva epistemológica, nos coloca diante de um questionamento: o que observamos são os espelhos da superfície terrestre ou nós mesmos diante destes espelhos? Levando em consideração os estudos da percepção e representação no campo da Geografia, pode-se dizer que o corpo, através das sensações, interage com o espaço. Para Merleu-Ponty (2000), este compartilhamento sensível da qual corpo e objetos se integram representa uma camada geral de sensibilidade denominada de carne (*a carne do mundo*) a partir da qual se dá a experiência imediata. A paisagem é bem mais do que a percepção que se tem dela e estamos afastados dela pelo olhar e pelo corpo, contudo essa paisagem não é um obstáculo, mas sim o meio de comunicação. Além disso, Bakhtin (2003) contribui para outros olhares a cerca da paisagem ao indicar que o espelho representa o reflexo da imagem externa de nós mesmos, porém, não nos envolve ao todo, pois estamos diante e não dentro do espelho.

Correlacionando esta ideia com os princípios epistemológicos da ciência geográfica e das ciências humanas, de forma geral, que foram adaptados para esta tese e que se utilizam de

mundo como objeto de um sujeito fora dele e por isso a autora, ao contrapor esta ideia, considera a paisagem como “corpo do mundo” ou “carne do mundo”.

instrumentais como imagens, fotografias, mapas e entrevistas para explicar o espaço, verifica-se o quanto é importante ir além daquilo que é imediatamente observado e percebido. É como se o mapa fosse uma imagem “vazia”, ou seja, expressa tão somente o reflexo da realidade. Os mapas construídos nesta tese, tanto da expressão fenomênica, quanto da autopercepção e alterpercepção da Cidade Jardim refletem essa discussão, pois por mais que se possa indicar diferentes realidades, estas representam a minha visão de mundo como observadora destes espaços e, certamente, poderá não coincidir com outros olhares sobre os mesmos espaços e paisagens. Por isso digo, estamos diante da paisagem e não dentro. Podemos objetivá-la através de diferentes métodos, mas nossa situação diante desta superfície pode ser indefinida, pois é difícil encontrar a nossa posição no espaço em relação a nós mesmos. Só conseguimos fazer isso através do outro e isto está relacionado com o contexto de nossas vidas naquele dado momento e espaço.

As análises de Bakhtin (2003) contribuíram muito para esta reflexão, pois para ele não é possível chegar ao todo, porque este representa a diretriz volitivo-emocional e ético-cognitiva do mundo e não comporta a auto-imagem externa. Traçando um paralelo com as ideias do referido autor na avaliação da metodologia utilizada nesta tese, verifica-se o quanto é difícil perceber-se no espaço, pois as subjetividades individuais e coletivas estão presas aos objetos que o compõem. Conforme Bakhtin (2003), toda a experiência assimilada nunca propiciará a mesma visão, nem a percepção real e nem as representações, pois estamos limitados dentro do horizonte da própria visão, ou seja, o mundo visível que se estende à nossa frente, é apreendido pela ausência de nossa corporeidade, pois ao girar a cabeça em todas as direções, atinjo a visão do espaço circundante em cujo centro me encontro, mas não me verei realmente rodeado por esse espaço. Esta ideia, certamente, traz incertezas para o campo metodológico da ciência geográfica, principalmente, quando trata do campo da fenomenologia hermenêutica. Contudo, garante a certeza de sua complexidade e de sua posição enquanto saber na contemporaneidade.

Portanto, este caminho não está livre das armadilhas interpretativas. Na tentativa de compreender a paisagem e suas dinâmicas relacionais e espaciais, pode-se recair sobre olhares reducionistas e simplificadores. É impossível atingir a complexidade, mas é preciso reconhecê-la para tratar a diversidade una e múltipla do espaço. O conhecimento está na

fronteira do mundo objetivado e materializado (onde estão inseridas as atividades humanas) e do mundo subjetivado e simbólico (lugar da liberdade espiritual e do imaginário) e a geografia deve tratar desta hipercomplexidade nas relações entre sociedade e natureza. A tradição geográfica, pautada no cientificismo positivista e neopositivista, nos condicionou a uma dimensão espacial estável, onde fixou os sujeitos a uma condição inerente ao mundo. A abordagem dialética na geografia rompe com esta perspectiva ao considerar o mundo em processo, em transformação e desta relação verifica-se o princípio dialógico. Já a percepção passa a ser um importante referencial para a interpretação e identificação de diferentes paisagens, tendo em vista o reconhecimento do mundo-vivido que a comunidade faz em relação ao seu espaço. As condições subjetivas das pessoas em relação ao seu lugar revelam identidades que permitam a apreensão de diferentes formas de apropriação da paisagem.

A hermenêutica contribui para estudos da percepção e interpretação do espaço que, segundo Merleu-Ponty (2000), esta não é uma classe particular de “estados de consciência” ou de atos, e suas modalidades exprimem sempre a vida do sujeito, a energia com a qual ele tende para um futuro através de seu corpo e seu mundo. Portanto, ocorre que nossa relação com a paisagem não é uma impressão, simplesmente, estética, mas advém da relação (condição) humana com determinado espaço. A compreensão de nossa corporeidade na paisagem implica no entendimento dessas relações na dimensão espaço-tempo advindas de práticas sociais, políticas, econômicas, culturais coletivas e individuais. Essa relação acontece pela vivência entre sujeito e espaço, onde ao construir a paisagem, o corpo, na sua relação aberta com o mundo, torna-se uma possibilidade política emancipadora.

A partir das “falas” dos diferentes sujeitos verificaram-se aspectos subjetivos individuais e coletivos de diferentes paisagens. As subjetividades representaram leituras sobre diferentes lugares e além-lugares, permitindo encontrar caminhos para a leitura das paisagens da Cidade Jardim. Nesse sentido, o pensamento de Bakhtin (2003) contribuiu para esta releitura do espaço através da paisagem, pois na visão deste autor o texto só tem vida ao contar com outro texto (contexto). A riqueza, porém, não está polarizada nestes textos, mas sim na fronteira destes contatos onde se dará o terceiro texto: o dialógico. A fronteira - o contato dialógico entre textos (enunciados) – não representam contatos mecânicos de “oposição”, pois por trás deles estão os sujeitos, e não objetos.

No caminho metodológico, baseado na perspectiva interpretativa, ou seja a partir da concepção hermenêutica, verificou-se a hipercomplexidade espacial da paisagem, tentou-se, na análise, romper, epistemologicamente, com o viés da visão naturalista, que ainda persiste em muitas leituras culturais e físicas no âmbito dos estudos da Geografia. O intuito desta tese, foi traçar a importância do princípio dialógico, recursivo e hologramático da dinâmica espacial da paisagem a partir de uma materialidade subjetivada e imposta por diferentes racionalidades e, ao mesmo tempo compreendê-la enquanto processo cujo caminho não se reduza aos critérios da racionalidade. Significou compreender como a paisagem deixa de ser um cenário e entra no espaço de nossa experiência, baseada no princípio interpretativo e do olhar oblíquo ou em perspectiva. Se compararmos a paisagem a um cubo, este está encerrado entre seus lados, assim como estamos encerrados, por exemplo, entre as paredes de um quarto. Para pensar o cubo e o quarto, toma-se uma posição no espaço, ora em sua superfície, ora nela, ora fora dele, e desde então observamos em perspectiva.

Entretanto, o caminho a ser seguido pela hermenêutica não pode ser determinado arbitrariamente pela subjetividade. Há que considerar a historicidade através da substancialidade. Nesta perspectiva, Gadamer (2002) coloca que na condição hermenêutica, os saberes procedem de uma predeterminação histórica chamada pelo autor de substância porque suporta toda opinião e comportamento subjetivo que em consequência prefigura e limita toda possibilidade de compreender uma tradição em sua alteridade histórica. É o mundo histórico ao qual pertencemos, mas não possuímos.

A partir dessa relação observa-se que a tarefa interpretativa reside na busca da substancialidade presentes nas subjetividades. Espero que o caminho dessa pesquisa, fortalecido pelo método, possa contribuir para a compreensão de ações políticas da gestão urbana na construção de paisagens e como estas transformam-se a partir dos significados locais. Nesse sentido, a partir da experiência desta pesquisa, propõe-se que a construção dialógica entre os saberes não seja uma proposta verticalizada por tão somente um único segmento da sociedade. Para tanto, é necessária a construção de um espaço onde haja o encontro e o debate sobre o pensar e o fazer na e pela cidade através do engajamento de três olhares, ao mesmo tempo: academia, poder público e comunidade. Para a construção de

uma cidade solidária, o seu projeto político e jurídico-administrativo não pode ser construído a partir da recusa do “outro”, que na prática configura a parcela da população condicionada à exclusão socioespacial.

As normativas que regulam o uso do solo urbano estão pautadas, principalmente, em necessidades evocadas pela compreensão acadêmica, técnica e política do planejamento a partir de funções previamente estabelecidas no espaço como, por exemplo, da habitação, da produção econômica, do lazer, da preservação ambiental, etc. As soluções urbanísticas emergem exclusivamente dessas necessidades e, assim, reduz-se a cidade a sua funcionalidade. Este olhar tornou-se ineficiente na atualidade porque reduz a complexidade geográfica à forma, estrutura e função. Portanto, essas estratégias impõem uma ordem de organização espacial que não coincide, necessariamente, com moradores e frequentadores do espaço. Exemplos, nesta tese, revelaram-se, particularmente, no Loteamento Cavahada e no Conjunto Habitacional (COHAB) - Cavahada que estão compreendidos na paisagem da injustiça ambiental, tendo em vista que estes espaços abrigaram pessoas de outros espaços que sofreram intervenção urbana para “melhoria da cidade”. Assim, o planejamento revelou-se através de seus usos e serviços, possibilitados pelas ações da política urbana, mas que expressa em suas paisagens os conflitos socioambientais oriundos desses modelos de políticas habitacionais implementados.

Assim, a construção de uma base interpretativa pautada na “fala” dos sujeitos rompe, epistemologicamente, com o viés da visão naturalista e tecnicista, encaminhando uma proposta sob a concepção hermenêutica, compreendendo a paisagem numa relação complexa. Isto não significa que as paisagens não possam ser inventariadas, cartografadas e analisadas sob diferentes formas, estruturas e funções, mas acima de tudo, também é necessário compreender suas relações subjetivas (relação do sujeito com o mundo) e identitárias.

Nesse sentido, na implementação de políticas públicas para a cidade, é indispensável apreender as diferentes percepções, valorações, imaginários e significações que ligam o sujeito ou o coletivo à dinâmica e apropriação espacial. Essa perspectiva requer mudanças nos resultados investigativos, ou seja, além do tratamento descritivo e quantitativo, deve-se compreender as narrativas dos sujeitos e espaços sociais. Afinal, são

nas paisagens que construímos um espaço para ser observado como também se observar através dele. Pela maneira como nos observam, pode-se compreender a forma como nos projetamos, e pela forma projetada, podemos entender como ela quer ser vista. Cada sociedade constrói os significados simbólicos de suas paisagens, indicando a forma como percebem (-se) (n)o mundo.

Portanto, a paisagem ao ser considerada uma expressão do espaço geográfico a partir de suas relações com o passado, o presente e o futuro, reúne fenômenos percebíveis e aspectos subjetivos cuja significação são variáveis e inseparáveis do observador, tornando uma possibilidade conceitual e metodológica para a realização desse engajamento com mundo. Certamente, essa compreensão tratará sobre “julgamento” e “valoração” em que nos deparamos ao analisar o espaço.

Enfim, o estudo desta tese, conferido pelo pensamento geográfico em seus diferentes métodos, permitiu entrar na janela da existência de quem vivencia a paisagem efetuada a partir do meu olhar e de outros olhares. A caminhada durante essa construção conceitual e metodológica foi de buscar des(velar) o espaço e como este torna-se simbolizado e representado por diferentes práticas (econômicas, políticas, sociais, culturais). Verificar e compreender essas representações, significou aprender a ler e escrever o espaço a partir de suas escrituras para além de sua materialidade visível. A paisagem foi, simplesmente, o caminho para a compreensão das geograficidades da Cidade Jardim e o espaço revelou-se em um jogo de espelhos. Mas afinal,

"O que é um espelho? Não existe a palavra espelho - só espelhos, pois um único é uma infinidade de espelhos. - Em algum lugar do mundo deve haver uma mina de espelhos? Não são preciso muitos para se ter a mina faiscante e sonambúlica: bastam dois, e um reflete o reflexo do que o outro refletiu, num tremor que se transmite em mensagem intensa e insistente *ad infinitum*, liquidez em que se pode mergulhar a mão fascinada e retirá-la escorrendo de reflexos, reflexos dessa dura água. O que é um espelho? Como a bola de cristal dos videntes, ele me arrasta para o vazio que no vidente é o seu campo de meditação, e em mim o campo de silêncios e silêncios. Esse vazio cristalizado que tem dentro de si espaço para se ir para sempre sem parar: pois espelho é o espaço mais profundo que existe." Clarice Lispector.

7. BIBLIOGRAFIA

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental: narrativas de resistência ao risco social adquirido. in *Encontros e Caminhos: Formação de Educadoras(es) Ambientais e Coletivos Educadores*. Brasília: MMA, 2008.

AIGNER, Carlos. Alfabetização em geografia e educação ambiental: construindo a cidadania em escolas voltadas a educação popular. Porto Alegre: UFRGS: Dissertação de Mestrado, 2002.

ALIATA, Fernando e SILVESTRI, Graciela. El Paisaje em el arte y las ciências humanas. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina. 1994

ALMEIDA, Custódio Luís Silva de. Hermenêutica filosófica: nas trilhas de Hans-Georg Gadamer. Porto Alegre : EDIPUCRS, 2000

AMARAL, Henrique. Porto Alegre vista do céu. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2004.

ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Acervo digital de fotografias, 2008.

ATLAS AMBIENTAL PORTO ALEGRE. Coord. MENEGAT, Rualdo, PORTO, Maria Luíza. CARRARO, Clóvis Carlos. FERNANDES, Luís Alberto D. Porto Alegre: Universidade/UFRGS 1998.

BAKHTIN, Mikhail. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 2003

BAUDRILHARD, Jean. Por uma crítica da economia do signo. São Paulo: Martins Fontes, 1972.

BENKO, George. Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI. São Paulo: HUCITEC, 1996.

BERQUE, Augustin. Paisagem marca, paisagem matriz: elementos da problemática para uma geografia cultural. In: CORREA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: Uerj. 1998

BERTRAND, George. Paisagem e Geografia Física Global – Esboço Metodológico. Trad. Olga Cruz. SP: IG/USP v.13 p.27 1972 (Série Caderno Ciências da Terra)

_____, G. Lê paysage, une géographie traversière. Cafés Géographiques. Octobre, 2003. Disponível em <[ww.café-geo-net](http://www.café-geo-net)>. Acesso em: 04/04/2004.

_____, G. Geografia transversal e de travessias. PASSOS, Messias Modesto (org). Maringá: Massoni, 2007.

BESSE, Jean-Marc. Ver a terra – seis ensaios sobre paisagem e geografia. São Paulo: Editora Perspectiva, 2006.

BUTTNER, Anne. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, Antonio. (org.) *Perspectivas da geografia*. São Paulo: DIFEL, 1985.

CALVINO, Ítalo. Palomar. Torino: Einaudi, 1983.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico. 2.ed. São Paulo: Cortez, 2006.

_____, Isabel Cristina de Moura et alli. Paisagens da compreensão: contribuições da hermenêutica e da fenomenologia para uma epistemologia da educação ambiental. In: Cad. Cedes, Campinas, vol. 29, nº 77, p. 99-115, jan./abr. 2009. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

CHAVES, Arivaldo. Jornal ZERO HORA. Acervo fotográfico Vila Assunção. Disponível em <<http://clicrbs.zerohora/zhzonasul/>> Acesso em: 25/09/2007.

CLAVAL, P. A paisagem dos geógrafos. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: Uerj. 1998

CLAVAL, Paul. A Paisagem dos Geógrafos. In: Paisagens, textos e identidade. Ed: UERJ: 2004

CONQUALY, Revista Guarida Imóveis. Estilo de Viver a Zona Sul. Ano nº 2, nº 6 (set/out), 2006.

CORRÊA, R. e ROSENDAHL, Zeny. Apresentando leituras sobre paisagem, tempo e cultura. In: CORREA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: Uerj. 1998

CORRÊA, R. ROSENDAHL, Zeny. Geografia cultural: introduzindo a temática. In: CORRÊA, R. ROSENDAHL, Zeny. *Introdução à geografia cultura*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____, Roberto. A geografia cultural e o urbano. In: CORRÊA, R. ROSENDAHL, Zeny. *Introdução à geografia cultura*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

COSGROVE, Denis. A Geografia está em toda parte: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORREA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. *Paisagem, Tempo e Cultura*. Rio de Janeiro: Uerj. 1998

_____, Denis. Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria. In: CORRÊA, R. ROSENDAHL, Zeny. *Introdução à geografia cultura*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____, Denis. JACKSON, Peter. Novos rumos da geografia cultural. In: CORRÊA, R. ROSENDAHL, Zeny. *Introdução à geografia cultura*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

DARDEL, Eric. *L'homme et la terre: nute de la réalité géographique*. Paris: Presse Universitaires de France, 1952.

DUNCAN, James. O supra-orgânico na geografia cultural americana. In: CORRÊA, R. ROSENDAHL, Zeny. *Introdução à geografia cultura*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

_____, James. A paisagem como sistema de criação de signos. In: CORRÊA, Roberto Lobato e ROSENDAHL. Paisagens, textos e identidade. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2004.

FERRAZ, Marcus Sacrini A. O corpo em Merleu-Ponty. In: Série Mente, Cérebro & Filosofia – As Bases do Pensamento Fenomenológico. São Paulo: Duetto, 2007.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Foucault e a análise do discurso em educação. Cadernos de Pesquisa (Fundação Carlos Chagas), São Paulo. Vol. 114, 2001.

GADAMER, Hans-George. Verdade e método: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Petrópolis: Vozes, 2002.

GANDY, M. Paisagem, Estéticas e ideologias. In: CORREA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: Uerj. 1998

GOMES, Paulo César da Costa. Geografia e modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

HOWARD, Ebenezer. Cidades-Jardins do amanhã. São Paulo: HUCITEC, 1996.

HUSSERL, Edmund. A idéia da fenomenologia. Lisboa: Edições 70, 1989.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Banco de dados: censo 2000.

KOZEL, Salette. Mapas Mentais – Uma forma de linguagem: perspectivas metodológicas. In: KOZEL, Salette. SILVA, Josué da Costa; FILHO, Sylvio Fausto Gil (org.). *Da Percepção e Cognição à Representação: Reconstruções Teóricas da Geografia Cultural e Humanista*. São Paulo: Terceira Imagem, 2007.

MACEDO, Carmem. Luzes da cidade. Revista Tempo e Presença, número 255, vol. 13. jan/fev. Rio de Janeiro, 1991. pg. 5-7

MALAFARINA, Gianfranco. La galerie des cartes géographiques du Vatican. Editore Franco Cosimo Panini, Vaticano, 2006.

MELO, Vera M. Paisagem e simbolismo. In: ROSENDHAL, Zeny. CORRÊA, Roberto Lobato. *Paisagem, Imaginário e Espaço*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001

MERLEU-PONTY, Maurice. *Fenomenologia da percepção*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____, Maurice. *O Visível e o Invisível*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1992.

MORIN, Edgar. *Ciência com Consciência*. Lisboa: Publicações Europa - América, 1982

_____, Edgar. *O método 1. A natureza da natureza*. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2003.

_____, Edgar. *O método 3. O conhecimento do conhecimento*. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2005.

_____, Edgar. *O método 4. As idéias. Habitat, vida, costumes, organização*. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2003

_____, Edgar. *O método 5. A humanidade da humanidade, a identidade humana*. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2005.

PMPA (Prefeitura Municipal de Porto Alegre). *I Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Porto Alegre – Lei 43/79*. Porto Alegre, 1994.

_____, (Prefeitura Municipal de Porto Alegre) *PDDUA - Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental de Porto Alegre – Lei 434/99*. Porto Alegre, Secretaria de Planejamento Municipal, 2000

_____, (Prefeitura Municipal de Porto Alegre), *II Congresso da Cidade: O Lugar de Todas as Coisas: Resoluções*. Porto Alegre: Secretaria de Planejamento Municipal - Dezembro, 1995.

_____, (Prefeitura Municipal de Porto Alegre), *Mapa da Irregularidade Fundiária de Porto Alegre*. Porto Alegre: DEMHAB (Departamento Municipal de Habitação), 1998.

_____, Secretaria Municipal de Indústria e Comércio. Zona Sul de Porto Alegre. Disponível em

<www.portoalegre.rs.gov.br> Acesso em 02/02/2010.

_____, Departamento Municipal de Habitação. Plano Municipal de Habitação e Interesse Social. Disponível em <www.portoalegre.rs.gov.br> Acesso em 29/12/2009.

_____, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. . Disponível em <www.portoalegre.rs.gov.br> Acesso em 20/10/2007.

PIRES, Cláudia; LINDAU, Heloísa. RODRIGUES, Milton. Geografizando lugares: transitando por diferentes ambiências. In: REGO, Nelson. AIGNER, Carlos, PIRES, Cláudia. LINDAU, Heloísa. *Um pouco do mundo cabe nas mãos: geografizando em educação – o local e o global*. Porto Alegre: editora da Universidade/UFRGS, 2003.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ed. Ática, 1993.

REGO, Nelson. et alii. Geografia e educação: geração de ambiências. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

_____, Nelson. SUERTEGARAY, Dirce; HEIDRICH, Álvaro. Ensino de geografia: uma interpretação hermenêutica. In: REGO, Nelson. AIGNER, Carlos, PIRES, Cláudia. LINDAU, Heloísa. *Um pouco do mundo cabe nas mãos: geografizando em educação – o local e o global*. Porto Alegre: editora da Universidade/UFRGS, 2003.

_____, Nelson. Tão grande quase nada. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2005.

RELPH, Edward C. As bases fenomenológicas da Geografia. In: Geografia, 4 (7). Rio Claro: 1979.

RICOEUR, Paul. Tempo e narrativa. Campinas: Papyrus, 1994.

RIOS, Renata Feirreira. Jornal ZERO HORA, Caderno Zona Sul. Porto Alegre. Disponível em <<http://clicrbs.zerohora/zhzonasul/>> Acesso em: 01/03/2009.

SAUER, Carl O. A morfologia da paisagem. In: CORREA, Roberto Lobato e ROSENDAHL, Zeny. Paisagem, Tempo e Cultura. Rio de Janeiro: Uerj. 1998

SANTOS, Milton. A natureza do espaço - técnica e tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Hucitec, 1999.

SANTOS, Carolina. A ordem secreta das coisas. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte, UFMG. 2006

SCHAMA, Simon. Paisagem e memória. São Paulo: Cia. das Letras, 1996

SEVERINO, Antonio J. Filosofia. São Paulo: Cortez, 1992.

SILVA, Armando. Imaginários urbanos. São Paulo: Perspectiva, 2001.

SMICH, Oscar. Entrevista. Jornal ZERO HORA, Caderno Zona Sul. Porto Alegre. Disponível em <<http://clicrbs.zerohora/zhzonasul/>> Acesso em: 01/05/2007.

SOUZA, Célia Ferraz de. A Cidade Jardim: entre o discurso e a imagem – uma reflexão sobre o urbanismo de Porto Alegre. Porto Alegre: UFRGS, 1999. mimeo.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Ambiência e pensamento complexo: resignific(ação) da geografia. In: SILVA, Aldo A Dantas. GALENO, Alex. (org) Geografia: ciência do complexus – ensaios transdisciplinares. Porto Alegre: Ed. Sulina, 2004.

_____, Dirce Maria Antunes. Espaço geográfico uno e múltiplo. In: SUERTEGARAY, Dirce. BASSO, Luis. VERDUM, Roberto. (org.) Ambiente e lugar no urbano: a grande Porto Alegre. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000.

TUAN, Yi-Fu. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

_____, Yi-Fu. Espaço e lugar. São Paulo: DIFEL, 1983.

_____, Yi-Fu. Paisagens do medo. São Paulo: Ed. UNESP, 2005.

UEDA, Vanda. O mercado imobiliário da cidade de Porto Alegre (RS): os novos empreendimentos e suas transformações no espaço urbano. In: SILVEIRA, Rogério L. L. da. PEREIRA, Paulo César X. UEDA, Vanda. Dinâmica imobiliária e resstruturação urbana na América Latina. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2006.

VIEIRA, Maria Elena Merege. O jardim e a paisagem. São Paulo: Annablume, 2007.

WOLFF, Sílvia F. Santos. Jardim América. São Paulo: Edusp, 2001: 28

ZUKIN, Sharon. Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano. In: ARANTES, Antonio A. *O espaço da diferença*. São Paulo: Papirus, 2000. In: ARANTES, Antonio A. *O espaço da diferença*. São Paulo: Papirus, 2000.

_____, Sharon, Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder.

ZH Classificados. Jornal ZERO HORA, ZH Classificados. Porto Alegre, 26 de março de 2006. Imóveis Compra e Venda. Pág. 28.

SITES CONSULTADOS

<www.iblio.org/paint/auth/eych> Acessado em 08 outubro de 2008.

<www.wga.hu/htm/c/claude/> Acessado em 14 de outubro de 2008.

<<http://confrariadaarte.blospot.com>> Acessado em 01 de novembro de 2009.

<www.googleearth.com.br> Acessado no mês de maio de 2009.

<www.websmed.porto.alegre.rs.gov.br/escolas/montecristo/index.htm> Acessado em 25 de maio de 2009 .

ANEXOS



Situação Cartográfica:

IMAGEM DO SATELITE QUICK BIRD	
Identificação:	Caída Luisa Zaldívar Pavia
Contexto:	Edificio Loria Carrero (Zona de Iniciativa Operativa de ALEPA)
Objetivo de Uso:	Tratamiento de Imágenes
Fecha de Proyecto:	15/02/2006
Fecha:	Imágenes de Satélite Quick Bird, 2006

Legenda

- Lago Guábida
- Casas Jardín
- Perto Lago
- Rio Grande do Sul

The cartographic situation map shows the location of the study area in Rio Grande do Sul, Brazil. The map is color-coded according to the legend: blue for Lago Guábida, yellow for Casas Jardín, orange for Perto Lago, and light orange for Rio Grande do Sul. The map shows the city's location relative to the lake and the state boundary.

